**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA
PORTUGUESA**

Ana Paula Albarelli

**Uma análise das estratégias de ataque, defesa e
valorização das faces em um ambiente de
interação polêmica: o debate político**

Versão corrigida
**São Paulo
2013**

ANA PAULA ALBARELLI

**Uma análise das estratégias de ataque, defesa e
valorização das faces em um ambiente de
interação polêmica: o debate político**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva

Versão corrigida
São Paulo
2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Paula Albarelli

Uma análise das estratégias de ataque, defesa e valorização das faces em um ambiente de interação polêmica: o debate político

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lineide do Lago Salvador Mosca

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura _____

Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva

Instituição: Universidade de São Paulo

Assinatura _____

Prof. Dr. José Gaston Hilgert

Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

Assinatura _____

DEDICATÓRIA

Aos meus queridos pais: Paulo Albarelli e Fátima, verdadeiros exemplos de vida, força e coragem, cuja cooperação mostrou-se imprescindível para a execução desta pesquisa.

Dedico este estudo, também, ao meu pequeno Mathias, meu bebê, privado de horas preciosas de brincadeiras e descobertas, a fim de que este trabalho fosse, enfim, concluído.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o professor doutor Luiz Antônio da Silva, pela sua dedicação e paciência, o qual colaborou, de forma efetiva, para a execução e conclusão deste estudo, por meio de suas indicações de leitura e orientações diversas, sem as quais a consolidação desta pesquisa seria, de fato, inviável.

Aos professores, Drs. José Gaston Hilgert e Zilda Gaspar Oliveira de Aquino, cujas contribuições e sugestões fecundas viabilizaram a concretização deste trabalho.

Aos professores, colegas de trabalho, Luiz Fonseca dos Santos Junior, Marinês Alexandre Martins, Creusa Sanfilippo, Janete e Bruno Sá, cujo apoio contribuiu, sobremaneira, para que este estudo chegasse a termo.

Aos pesquisadores da Fundação Mário Covas que, gentilmente, concederam-me a gravação do debate eleitoral, o qual constitui o *corpus* do presente trabalho.

Não existe um ato de linguagem que não passe
pela construção de uma imagem de si.

O discurso político é, por excelência,
o lugar de um jogo de máscaras.

PATRICK CHARAUDEAU

ALBARELLI, Ana Paula. **Uma análise das estratégias de ataque, defesa e valorização das faces em um ambiente de interação polêmica: o debate político**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RESUMO

O presente estudo tem como propósito analisar a gestão da imagem em um tipo de interação marcada pela polêmica, na qual ocorre o emprego agressivo do trabalho de face. Assim, analisar-se-ão as estratégias de ataque, defesa e valorização das faces em um tipo de interação específica – no caso, o debate político – em que predominam relações de descortesia entre falantes e ouvintes. Entendemos que a imagem cumpre um papel imprescindível no trabalho de persuasão empreendido pelos interactantes em interações cuja lógica é o conflito. Em razão disso, tomamos, como fundamentação teórica para a abordagem dos mecanismos discursivos, dos quais os interactantes fazem uso em trocas verbais regidas, em sua maioria, por atos de descortesia verbal, pressupostos de teorias que contemplem questões pertinentes para a análise do *corpus*, como a Análise da Conversação, a Pragmática – sobretudo os estudos de Goffman e Brown e Levinson acerca da face – bem como as contribuições da Teoria da Argumentação de Perelman e Olbrechts – Tyteca, referentes à investigação das estratégias argumentativas de persuasão. Ademais, em virtude de analisarmos um tipo de interação cujo propósito é - mediante atos deliberados de descortesia – isto é, atos intencionais - denegrir a imagem do outro e, em contrapartida, construir uma autoimagem, à qual o auditório atribua credibilidade, consideramos que a descortesia consiste em um tipo específico de estratégia, assumindo, assim, uma finalidade argumentativa: no caso, a de influenciar o auditório a atribuir juízos de valor negativos àquele cuja face é ameaçada por atos de descortesia, ou seja, por meio da desconstrução da imagem do outro na interação. Por essa razão, consideramos a necessidade de tomarmos, ainda, como embasamento teórico, as contribuições de estudiosos - sobretudo Aquino e Erlich - cujos trabalhos têm como objetivo analisar a polêmica nas interações verbais atrelada à questão da argumentação. O *corpus*, do qual fizemos uso, constitui-se da transcrição do primeiro debate do segundo turno, relativo às eleições de 1998, realizado em São Paulo, entre os candidatos ao governo: Mario Covas e Paulo Maluf.

Palavras-Chaves: face, descortesia, trabalho de face, persuasão, estratégias.

ALBARELLI, Ana Paula. **An analysis of attack, defence and valorization of faces strategies in a polemical interaction environment: the political debate**. 2013. Dissertation (Master's Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ABSTRACT

The purpose of the present study is to analyse the management of image in an interaction determined by polemic, where occurs the offensive use of the face work. So, the strategies of attack, defence and valorization of faces will be analysed in a particular kind of interaction - the political debate - in which impoliteness relations between hearers and speakers predominate. Then, we think image takes an indispensable part at the persuasion work, carried out by the interlocutors, in interactions where the logic is the conflict. This way, we take as theoretical basis, to the approach of the speech mechanisms used by interlocutors in verbal exchanges - most of which are ruled by impoliteness - assumptions of theories that rely on relevant issues for the *corpus* analysis, such as : Conversational Analysis the Pragmatic – especially Goffman's, Brown's, and Levinson's studies upon the face - as well as the contributions of Argumentation Theory by Perelman and Olbrechts – Tyteca, referring to the investigation of the Persuasion Argumentative Strategies. Nevertheless, as we analyse the kind of interaction which purpose is, through deliberated and intentional impoliteness actions, to defame the other's image and on the other hand, to build up a self image that might catch the audience's belief, we understand impoliteness is a particular strategy that assembles an argumentative purpose: influence the audience to attribute negative judgements to the one whose face is threatened by impoliteness actions, as to unmake the other's image in the interaction. That's why it's necessary to take into account the theoretical basis of the experts' contributions – especially Aquino and Erlich – whose works analyse polemic at verbal interactions in addition to argumentation. The *corpus* we've used refers to the transcription of the first debate at the second poll in 1998 elections, which took place in São Paulo, between the government candidates : Mário Covas and Paulo Maluf.

Key-Words: face, impoliteness, face-work, persuasion, strategies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
------------------------	-----------

CAPÍTULO I-

1. A Análise da Conversação.....	20
1.1 O tópico conversacional.....	27
1.2 O turno conversacional.....	28
2. As Contribuições da Pragmática	
2.1 Os postulados de Goffman acerca da imagem.....	30
2.2 Os postulados de Brown e Levinson.....	34
2.3 As contribuições de Kerbrat –Orecchioni para o estudo da cortesia: As críticas ao modelo de Brown e Levinson e o conceito de FFAs.....	39
2.4 A Descortesia verbal.....	41
2.5 Críticas aos estudos sobre a Descortesia.....	43
2.6 As contribuições de Erlich para o estudo das estratégias argumentativas em interações polêmicas.....	49
2.7 As contribuições de Aquino para a análise da gestão das faces em interações polêmicas.....	52
3. As Contribuições da Teoria da Argumentação.....	54
3.1 <i>Lugares</i> da quantidade e da qualidade.....	57
3.2 O auditório.....	57
3.3 As figuras de escolha, comunhão e de presença.....	60
3.4 Os tipos de argumentos.....	61
3.4.1 Os argumentos quase–lógicos.....	61
3.4.2 Os argumentos baseados na estrutura do real.....	64
3.4.3 Os argumentos que fundamentam a estrutura do real.....	68

CAPÍTULO II -

Análise do <i>Corpus</i>	69
1. Primeiro bloco.....	72
2. Segundo bloco.....	78
3. Terceiro bloco.....	96
4. Quarto bloco.....	122
5. Quinto bloco.....	137
6. Sexto bloco.....	155
7. Resultados das análises.....	166
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
 ANEXOS	182

INTRODUÇÃO

A interação verbal é um fenômeno essencialmente histórico e social, pois os atores de toda atividade comunicativa são sujeitos sociais. Em decorrência disso, todos os interactantes, envolvidos em um ato comunicativo, atuam, de fato, sob a influência do meio social no qual estão inseridos, tendo como propósito construir e proteger, por meio de seus enunciados – os quais veiculam modos de pensar e conceber a realidade – uma autoimagem pública aceitável pela sociedade. Desse modo, partindo-se do pressuposto de que, em toda interação, os indivíduos expõem uma imagem de si, a qual é construída e reconstruída mediante seus discursos na relação com o outro, podemos afirmar que há, com efeito, uma preocupação constante nas interações com a preservação e valorização dessa imagem.

Para Goffman (1967), sociólogo estudioso da imagem e das representações que os sujeitos assumem na vida social, há, em todo processo de interação, a preocupação constante dos interactantes com a sua imagem, a qual está em permanente ameaça durante seu contato com o outro. Goffman faz as seguintes considerações a respeito desse fato:

Toda pessoa vive em um mundo de encontros sociais, que a compromete em contatos face a face ou mediados com outros participantes [...] Pode-se definir o termo face como o valor positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que uma pessoa tenha seguido durante determinado contato.¹ (1967, p.3)

Goffman define a imagem pública - isto é - a imagem social que os indivíduos desejam para si e que gostariam que fosse respeitada e valorizada pelos demais - como *face*. As ideias de Goffman, referentes à preocupação com a face nas interações, foram retomadas e complementadas por dois estudiosos - Brown e Levinson (1987) - cujo trabalho tem como foco a questão da cortesia no uso da linguagem associada ao conceito de face.

O propósito deste estudo - cujo *corpus* consiste no primeiro debate do segundo turno das eleições de 1998 entre os dois candidatos ao governo da cidade de São Paulo, Mário Covas e Paulo Maluf – é analisar quais estratégias discursivas são utilizadas pelos falantes – sobretudo a dos dois candidatos acima mencionados - em sua tentativa de preservar e

¹ Tradução livre da versão em inglês: “Every person lives in a world of social encounters, involving him either in face-to face or mediated contact with others participants. In each of these contacts he tends to act out who is sometimes called a line – that is, a pattern of verbal and nonverbal acts by which he express his view of situation and through this his evaluation of participants, especially himself.”(GOFFMAN, 1967, p.3)

valorizar sua imagem em um ambiente de interação marcadamente polêmica, bem como analisar as diversas estratégias de ataque à face alheia, empregadas pelos sujeitos da interação.

Em outras palavras, nosso propósito é analisar as estratégias de ataque, defesa e valorização das faces envolvidas em um ambiente de interação em que se observam, claramente, atos de descortesia. Para esse fim, consideramos a teoria de Goffman acerca das faces, bem como os estudos de Brown e Levinson – relativos à face e aos tipos de atos ameaçadores da face – como respaldo teórico para a análise desse tipo de interação, marcadamente hostil.

Há que se acrescentar que o uso agressivo do trabalho de face (Goffman) é feito não só pelos candidatos ao governo, mas por outros sujeitos que participam do debate, como jornalistas e, em algumas ocasiões, pelo próprio mediador do debate. Desse modo, analisar-se-ão as manifestações discursivas de todos os interactantes, a fim de compreendermos seus efeitos e implicações para a face de todos os envolvidos na interação. Em outras palavras, todos aqueles que participam do debate estão na iminência de ter sua face ameaçada em virtude de seu contato com os outros interlocutores.

Cabe-nos ressaltar ainda que, por tratar-se de um *corpus* constituído por um texto oral, consideramos a necessidade de recorrer à Análise da Conversação, cujo propósito é investigar de que maneira elementos orais - constitutivos do texto conversacional – contribuem para a análise do trabalho de face dos interactantes ao longo da interação.

Assim, consideramos necessário apresentar alguns postulados da Análise da Conversação, como a noção de tópico e turno, entre outros, com o intuito de entendermos os modos pelos quais tais recursos são mobilizados pelos informantes em seu trabalho de face. Por essa razão, faz-se necessário ressaltar que todos os elementos orais descritos no presente estudo serão abordados em função da análise da gestão das faces empreendida no *corpus* em análise.

Partindo-se do pressuposto de que toda manifestação discursiva tem como finalidade atingir um destinatário, levando-o à adesão mediante o discurso, podemos dizer que, sob tal perspectiva, todo discurso é, com efeito, persuasivo:

Todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão. (MOSCA, 2004, p. 23).

Desse modo, o discurso político é, de fato, persuasivo, uma vez que sua finalidade é levar o auditório a crer em algo, para posteriormente, levá-lo a uma ação. O objetivo dos candidatos ao governo é levar seu público a atribuir credibilidade à imagem construída e veiculada pelas suas manifestações discursivas, bem como levar o público a desacreditar na imagem construída pelo oponente ao longo da interação. Em razão disso, adotaremos, em consonância com os postulados teóricos de Goffman (1967) e Brown e Levinson (1987), relativos à noção de face, alguns pressupostos da Teoria da Argumentação, mais precisamente, à Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a fim de compreendermos os mecanismos empregados pelos candidatos em sua tentativa de persuadir seus interlocutores a dar credibilidade à sua imagem e desqualificar a imagem do adversário mediante a argumentação.

Ainda no que concerne às razões pelas quais recorreremos à Teoria da Argumentação em consonância com a análise dos procedimentos discursivos empregados pelos informantes em seu trabalho de face, tais razões explicam-se pelo fato de que o número de ocorrências de diversas estratégias argumentativas empregadas pelos interlocutores no *corpus* em análise é deveras significativo. Desse modo, as contribuições de tais teorias mostraram-se de suma importância para esta pesquisa.

Ademais, cumpre-nos apresentar os motivos pelos quais consideramos a necessidade de investigar um *corpus* considerado polêmico, para o qual adotamos, como respaldo teórico, a Análise da Conversação, a Pragmática e a Teoria da Argumentação, a fim de analisarmos um tipo de interação hostil, na qual prevalecem atos de descortesia.

Tais motivos dizem respeito ao fato de que há, em sua maioria, trabalhos relacionados à questão da cortesia na interação, focados, portanto, na preocupação dos interlocutores em fazer uso dos mais variados recursos de atenuação ou de evitação de possíveis ameaças à face alheia ao longo da interação. Porém, a realidade de nosso *corpus* é bastante diversa. O *corpus* em estudo constitui-se de um tipo de interação em que não predominam atos cujo propósito seja reparar ou evitar a ameaça à face alheia mediante mecanismos discursivos diversos, isto é, trata-se de um tipo específico de interação não marcada pelo emprego recorrente de estratégias de cortesia. Em contrapartida, na interação analisada, a preocupação dos interactantes consiste em construir uma autoimagem que instigue a credibilidade do auditório em detrimento da imagem do outro. Desse modo, a justificativa para a realização desta pesquisa explica-se por considerarmos relevante a análise de ambientes tipicamente

descorteses, na tentativa de que, assim, possamos contribuir para a área de estudos focados em interações cuja lógica é a polêmica.

As seguintes considerações de Aquino (1997) acerca da necessidade de investigarem-se textos orais, utilizando-se, como aparato teórico, noções oriundas da Teoria da argumentação em consonância com as contribuições da Sociolinguística Interacional, corroboram nosso interesse já mencionado:

Dos estudos realizados em nossa área, o tratamento tem-se direcionado às relações histórico-sociais, ideológicas, não se localizando pesquisas que explorem específica e sistematicamente essa manifestação em algum tipo de texto oral [...] (1997, p.15)

Desse modo, acreditamos que nosso estudo possa contribuir, de alguma forma, para as pesquisas relativas ao estudo dos mecanismos argumentativos empregados pelos interlocutores em textos orais, cujo propósito é investigar de que modo tais recursos contribuem para o emprego agressivo do trabalho de face em interações em que prevalecem relações de descortesia.

Há que se acrescentar que consideramos, no presente estudo, amparando-nos nas contribuições de Erlich (1993) e Eelen (2001) que, em ocasiões diversas, os atos de descortesia cumprem fins argumentativos, sendo, pois, atos deliberados, cuja finalidade é, portanto, a de persuadir.

No caso do *corpus* em análise - o debate político -, entendemos que a descortesia afigura-se como um recurso argumentativo, uma vez que os atos de descortesia empregados pelos interactantes consistem em mecanismos pelos quais se procura levar outrem a crer em algo - no caso, que o candidato oponente não é digno de credibilidade - para, posteriormente, fazer algo: não elegê-lo,

Cabe-nos, desse modo, levantar e responder as seguintes questões: quais estratégias de preservação e valorização das faces – são muitas em um ambiente de interação hostil – e de ataque são empregadas pelos falantes? A gestão da imagem, apresentada ao longo da interação, constituir-se-á numa importante estratégia no trabalho de persuasão do auditório empreendido pelos candidatos? Quais mecanismos discursivos – interacionais e argumentativos – são mobilizados pelos interactantes em um ambiente de interação no qual prevalece a descortesia?

Ademais, consideramos a necessidade de investigar se tais estratégias cumprem, efetivamente, seu fim, isto é, se são, com efeito, bem sucedidas e atingem sua finalidade ou

se, contudo, contribuem para colocar em risco a imagem daqueles que fazem seu uso ao longo da interação verbal.

OBJETIVOS:

- ***Geral***

O presente estudo tem como objetivo investigar o trabalho de face (*face-work*), ou mais precisamente, o uso agressivo do trabalho de face empreendido pelos sujeitos envolvidos em um tipo de interação polêmica, fundada em relações de descortesia.

- ***Objetivos específicos***

Os objetivos específicos deste estudo consistem em:

- Investigar as estratégias de ataque, valorização e defesa das faces empregadas ao longo da interação.
- Descrever e analisar de que forma as estratégias utilizadas no trabalho de face são desencadeadas, isto é, por qual razão são empregadas, bem como investigar as reações dos interactantes diante de um ataque à sua face.
- Examinar quais recursos discursivos são mobilizados pelos interlocutores como estratégias de ataque ao outro, valorização ou defesa de sua face, tais como o uso de argumentos, a fuga de tópicos, o uso de implícitos, o emprego de elementos não verbais; entre outros.
- Observar a importância do auditório e seu papel no trabalho de face empreendido pelos interactantes ao longo da interação. Em outras palavras, observar o modo pelo qual o discurso é construído em função do auditório – o qual, no *corpus* em análise, é constituído pela plateia e pelos telespectadores do debate, bem como por jornalistas, mediador e pelos candidatos oponentes.
- Observar e descrever de que maneira a construção do discurso, bem como o trabalho de face dos candidatos ocorre em função das características de um ambiente de

interação assimétrica – no caso, um debate político, mediado por um jornalista que detém o poder, definindo as regras a serem seguidas e as sanções aplicadas àqueles que não as seguirem.

- Examinar os atos de descortesia que são, majoritariamente, deliberados, isto é, consistem em estratégias argumentativas empreendidas pelos interactantes na tentativa de denegrir a face do outro em uma interação de cunho polêmico.

Características e constituição do corpus

A escolha de um debate político como *corpus* justifica-se pelo interesse em descrever e analisar o emprego das estratégias discursivas mobilizadas pelos falantes em seu trabalho de face em ambientes de interações polêmicas. Com efeito, o debate político, conquanto seja constituído por regras e combinados, entre coligações e emissora, consiste em um tipo de interação fundada no conflito, cuja principal característica consiste, como veremos ao longo do estudo do *corpus*, na tentativa dos candidatos de construir para si uma imagem ideal, à qual o auditório sinta-se motivado a atribuir credibilidade, em detrimento da imagem do outro; no caso, do candidato adversário, com o propósito de adquirir a confiança do eleitorado e, por conseguinte, seus votos.

Desse modo, a escolha do debate político como *corpus* se dá em função do objetivo de analisar interações em que prevalecem relações de descortesia, a fim de estudar os mecanismos discursivos empregados pelos falantes em ambientes de conflito.

O *corpus* escolhido constitui-se a partir da gravação do primeiro debate, exibido pela rede de televisão Bandeirantes em 1998, relativo ao segundo turno das eleições para o governo do Estado de São Paulo, entre os candidatos Paulo Maluf e Mário Covas. O material foi cedido, gentilmente, pela Fundação Mário Covas e gravado em DVD pelos pesquisadores da fundação.

O debate é mediado pelo jornalista Sérgio Rondino e está dividido em seis blocos. Ademais, além do jornalista mediador, temos a participação de outros jornalistas, como José Paulo de Andrade, Celso Zucatelli, Marcelo Parada e Fernando Mitri, os quais têm a função de fazer perguntas aos candidatos, relativas a planos de governo e propostas políticas. Cumpre ressaltar que, embora os jornalistas tenham o direito de escolher o candidato a ser

questionado, sua pergunta deve ser feita em função da escolha de um tema – sorteado pelo mediador – como: educação, saúde, transporte, entre outros.

O debate foi exibido ao vivo, em sua versão integral, pela Rede Bandeirantes de Rádio e Televisão, em São Paulo, no dia 18 de outubro de 1998 e seu tempo de duração é de aproximadamente 110 minutos.

O material foi transcrito conforme as normas estabelecidas pelo projeto NURC.(PRETI, 2001, p.11-12)

Orientações metodológicas para a realização da pesquisa

A realização da pesquisa foi feita conforme as seguintes etapas:

- Localização e seleção do *corpus* e sua transcrição, conforme as regras postuladas para transcrição de textos orais do projeto NURC.
- Leitura de livros, artigos, dissertações de Mestrado e teses de Doutorado, entre outros, relativos aos postulados teóricos que fundamentam a presente pesquisa, entre os quais estão: a Análise da Conversação, a Pragmática, além de noções oriundas da Teoria da Argumentação – *A nova retórica* – de Perelman e Olbrechts –Tyteca.
- Análise individual, *a priori*, de cada bloco do debate, a fim de localizar, na medida em que aparecem na fala dos interactantes, as estratégias de ataque à face, de valorização e defesa diante de ameaças.
- Localização, descrição e análise dos mecanismos discursivos empregados pelos falantes em ocasiões de ataque à face alheia, tentativa de valorização da própria face (FFAs) e defesa diante de ataques (FTAs) cometidos pelos interlocutores.

Organização e estrutura da pesquisa

No que diz respeito à constituição e organização do presente estudo, procedemos à apresentação da introdução seguida pela fundamentação teórica cujas contribuições alicerçam

nossas análises, como a Análise da Conversação, a Pragmática e a Teoria da Argumentação, para, em seguida, apresentarmos o exame do *corpus* e, por fim, as considerações finais.

Na Introdução é delimitado o objeto de estudo. Assim, apresentam-se: as justificativas para a realização da pesquisa, o objetivo geral e os específicos para a realização do trabalho, os critérios para a escolha do *corpus*, bem como informações de suas características e constituição. Além disso, consideramos necessário expormos as orientações metodológicas para a execução do presente estudo, e, por fim, sua organização e suas partes constitutivas.

Depois, apresentam-se os pressupostos básicos da teoria da Análise da Conversação, como seu caráter descritivo no tratamento de textos conversacionais e suas singularidades quanto às suas condições de produção que as diferem dos textos escritos. Ademais, são expostos alguns elementos básicos, constitutivos das interações orais, como as noções de turno e tópico. Quanto às contribuições da Pragmática, procedemos à exposição dos postulados da teoria de Goffman (1967), um dos principais estudiosos da interação, tais como as noções de face, trabalho de face (*face work*), entre outros. Ademais, apresentam-se os pressupostos teóricos de outros estudiosos, como Brown e Levinson (1987) e Kerbrat-Orecchioni (2006), cujos estudos partem da teoria de Goffman, relativa à questão da preocupação dos sujeitos com a face nas interações; os quais complementam-na com a inserção de novos conceitos. Há que se acrescentar que, a fim de elucidarmos os diversos recursos discursivos empregados em interações polêmicas, consideramos as contribuições de Aquino (1997) e Erlich (1993), cujos estudos minuciosos trazem à lume questões de suma importância para o exame de tipos específicos de interações nas quais prevalecem relações de conflito.

Em resumo, serão abordados: os conceitos de face; aspectos sociais, relativos ao contexto interacional, como as formas de interação simétricas e assimétricas e suas implicações nas condições de produção dos discursos; a questão da (des)cortesia verbal, bem como as contribuições de alguns estudiosos acerca da questão da polêmica na interação; os tipos de atos ameaçadores da face (FTAs), elencados por Brown e Levinson e designados pelos autores como (*face threatening acts*); além das reformulações de alguns aspectos da teoria de Brown e Levinson feitas por Kerbrat-Orecchioni, como os conceitos de cortesia positiva (valorativa) e os FFAs (*face flattering acts*).

Além disso, consideramos, entre as contribuições da Teoria da Argumentação, alguns conceitos-chave da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca, como as noções de

auditório e suas implicações na construção do discurso do orador; bem como alguns tipos de argumentos pertencentes aos três grupos de argumentos elencados pelos autores, a saber: os argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e os argumentos que fundamentam a estrutura do real.

Embora existam outros estudos de suma importância, no tocante às pesquisas referentes à Teoria da Argumentação, cumpre salientar que focamos nosso trabalho na proposta teórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), mais precisamente, em sua obra intitulada: *Tratado de argumentação – A nova retórica*.

Na análise do *corpus*, são descritas e investigadas as estratégias discursivas empregadas pelos interactantes, sobretudo pelos candidatos ao governo, relativas ao seu trabalho de face (*face work*), mais precisamente, ao emprego agressivo de seu trabalho de face. As estratégias são analisadas à medida que aparecem no discurso dos interlocutores e, quanto aos blocos do debate, optamos pela análise de cada bloco separadamente.

Por fim, expõe-se a interpretação dos dados por meio dos resultados da análise dos blocos e das considerações finais.

CAPÍTULO I. A ANÁLISE DA CONVERSAÇÃO

A conversação é uma das atividades mais elementares das práticas sociais humanas. Desde que nascemos, interagimos com o outro de diversas formas: por meio de gestos, olhares, desenhos, entre outros.

Com efeito, em todas as culturas e civilizações conhecidas, a interação, mediada pela conversação, ocupa um papel essencial nas relações sociais. Entretanto, as manifestações orais nem sempre tiveram papel relevante no estudo linguístico. Durante muito tempo, a língua falada foi descrita e analisada sob o viés da linguagem escrita. Apesar de haver estudos prescritivos acerca da interação oral, somente após a década de 60, a língua falada passou a ser estudada e analisada por meio de seus próprios componentes e estrutura – levando-se em conta a situação de produção e recepção dos textos falados - sem que para sua análise se recorresse aos parâmetros da linguagem escrita.

Os trabalhos focados em Análise da Conversação iniciaram-se em meados da década de 60, sob o viés da Etnometodologia com os estudos de Harold Garfinkel. Segundo Silva (1997, p.16), com os trabalhos de cunho sociológico de Harvey Sacks, Emanuel Schegloff e Gail Jefferson, cujas pesquisas tinham como foco questões sociais acerca da interação, a Análise da Conversação ganhou importância. Entretanto, para os teóricos mencionados acima, a Análise da Conversação estava fundamentada apenas em bases sociológicas. Assim, a Análise da Conversação surgiu, primeiramente, no campo dos estudos sociológicos, estendendo-se, posteriormente, aos estudos linguísticos.

No Brasil, os estudos em Análise da Conversação, de cunho linguístico, desenvolveram-se a partir dos trabalhos efetuados por estudiosos responsáveis pelo projeto NURC (Norma Urbana Culta), cujo objeto de estudo consiste na transcrição, descrição e análise de textos orais.

A conversação, objeto de estudo da Análise da Conversação, é definida de diferentes formas. Marcuschi (1983, p.27) define-a da seguinte maneira:

Uma atividade interacional organizada, com propriedades estáveis e ordenadas, passíveis de serem analisadas como realizações de falantes e ouvintes, ou seja, de co-produtores.

Conforme salienta Marcuschi, as condições de produção da língua falada diferem da linguagem escrita, haja vista que o texto conversacional é planejado localmente, no próprio ato de fala, de modo que suas marcas de produção mostram-se por meio de correções, hesitações, prolongamentos de vogais, truncamentos; entre outros aspectos que permeiam sua elaboração. Além disso, no que se refere às características do texto conversacional, há que se acrescentar que sua construção se dá de forma colaborativa, por meio da troca de falantes, isto é, da alternância de turnos, com os quais, numa relação de cooperação entre os interactantes, organiza-se o evento conversacional .

Entretanto, a constituição do texto conversacional não se restringe à troca de falantes e ouvintes, sendo composto, ademais, pelo tópico, bem como por outros elementos, relativos ao contexto, como o conhecimento prévio entre os interactantes e os diferentes papéis sociais que falantes e ouvintes exercem nas trocas verbais, além de recursos paralinguísticos e não verbais; concomitância temporal, entre outros aspectos.

Andrade, Aquino e Fávero (1999, p 35) fazem as seguintes considerações acerca das características do texto conversacional:

No texto conversacional, constata-se a presença de quatro elementos básicos que são responsáveis pela sua organização – o turno, o tópico discursivo, os marcadores conversacionais e o par adjacente [...]

Além disso, ao contrário do texto escrito, o texto conversacional não está acabado, em virtude do fato de que sua elaboração encontra-se em andamento, isto é, trata-se de um processo que se dá à medida que a troca verbal evolui, de modo que seu planejamento difere da modalidade escrita em razão de sua situação de produção e recepção.

A esse respeito, Kerbrat – Orecchioni (2006) faz as seguintes considerações:

Sob a aparente “desordem” do oral espontâneo, escondem-se, de fato, regularidades que são de natureza diversa das que se observam na escrita, porque as condições de produção/recepção do discurso são elas mesmas de outra natureza. (2006, p.39)

Desse modo, a modalidade falada da linguagem é regida por regras próprias, específicas. Em outras palavras, a linguagem falada não pode ser contemplada consoante às regras da modalidade escrita, em razão de tratar-se de um tipo específico de trocas verbais constituídas por estruturas relativamente estáveis que nos permitem atribuir-lhe regularidades, não podendo ser, pois, como fora, há muito tempo, considerada como o lado negativo da modalidade escrita, em virtude de ser entendida, de maneira errônea, como uma forma de interação marcada pela ausência de regras e organização:

Problemas novos, como o do turno (a macrounidade da língua falada) e suas estratégias de gestão; das leis de simetria na conversação natural; da estruturação dos tópicos ou temas; dos procedimentos de reformulação; do emprego de sinais característicos da língua oral (marcadores conversacionais); da sobreposição de vozes; do fluxo conversacional; da densidade informativa; etc. vieram mostrar que a língua falada tem suas regras próprias. (PRETI, 2001, p. 7)

De acordo com Marcuschi (1986), no que se refere à questão metodológica na Análise da Conversação, convém acrescentar que os métodos de investigação de textos falados procedem à análise descritiva de dados empíricos e, por essa razão, implicam o estudo de questões de ordem contextual, referentes ao conhecimento partilhado entre os interlocutores, bem como na situação de produção e recepção das atividades linguísticas. Desse modo, reiteramos que a Análise da Conversação não se limita, tão somente, à abordagem de aspectos linguísticos, como lexicais e sintáticos, mas se volta para a observação de outros elementos, constitutivos do evento conversacional, relativos à linguagem em uso.

Em seu estudo acerca da oralidade e da escrita, no que diz respeito à suas implicações para o ensino de língua materna, Andrade, Aquino e Fávero (1999) destacam os estudos de Ventola (1979), no qual é postulado um modelo pelo qual se expõe de que maneira a organização conversacional estrutura-se, levando-se em conta elementos de ordem contextual e interacional. Tomando como base tal modelo, Andrade, Aquino e Fávero (1999) elaboram uma síntese dos aspectos constitutivos do evento discursivo, por meio da qual elencam os seguintes elementos, os quais, por sua vez interferem nas condições de produção do texto falado (1999, p. 18):

- a) situação discursiva: formal, informal;
- b) evento de fala: causal, espontâneo, profissional, institucional;
- c) tema do evento: nenhum, prévio;
- d) objetivo do evento: casual, prévio;
- e) grau de preparo necessário para efetivação do evento: nenhum, pouco, muito;
- f) participantes: idade, sexo, posição social, formação, profissão, crenças etc.;
- g) relação entre os participantes: amigos, conhecidos, inimigos, desconhecidos, parentes;
- h) canal utilizado para a realização do evento: face a face, telefone, rádio, televisão, internet.

Os aspectos elencados acima corroboram nossas considerações de que o estudo da modalidade falada de interação não pode ater-se, tão somente, a elementos de ordem linguística nem, tampouco, aos paradigmas da modalidade escrita, visto que a linguagem

falada possui sua forma específica de organização, uma vez que, como vimos, diante do exposto, aspectos relativos ao contexto da interação colaboram, de forma efetiva, para a constituição e organização dos textos falados. Em outras palavras, os papéis interacionais dos interactantes, exercidos ao longo de suas atividades comunicativas, implicam nas relações entre os participantes de um dado evento comunicativo, contribuindo para a tomada de turnos e sua gestão, bem como para o estabelecimento do tópico em andamento.

Ademais, o desenvolvimento do texto falado se dá sob a influência do objetivo do evento, de sua situação discursiva e do canal do qual se faz uso para que o evento comunicativo seja estabelecido e transcorra. No caso do debate político, todos esses elementos repercutem na dinâmica da interação: os papéis dos interactantes – candidatos ao governo, mediador do debate e jornalistas – que, por sua vez caracterizam o tipo de relação entre os candidatos e o mediador do debate e jornalistas, no caso, a de assimetria. Além disso, a elaboração dos discursos dos interactantes constrói-se em função do canal por eles utilizado e da situação discursiva: um debate face a face num contexto de interação formal, com tópicos ou temas previamente estabelecidos num tipo de evento de fala institucional; além de outros aspectos. Desse modo, observamos que o evento conversacional é, de fato, uma atividade complexa que possui, com efeito, uma organização específica.

Há que se observar ainda, acerca do tema em apreço, que o objeto de estudo da Análise da Conversação – o evento conversacional – é concebido de forma diversa para diferentes pesquisadores. Ocorre que, para alguns estudiosos, nem todas as manifestações discursivas de caráter oral podem ser classificadas como conversação. Rodrigues (2001, p.31), citando Hilgert (1991), salienta o fato de que há textos marcados pela oralidade, mas que não podem, entretanto, ser designados como textos falados, como o caso das notícias transmitidas pelo rádio e televisão: “São, de fato, textos escritos realizados oralmente”.

Quanto às características que nos permitem estabelecer um texto como objeto de pesquisa da Análise da Conversação (doravante denominada como AC), e, portanto, falado; importa-nos apresentar as considerações de Catherine Kerbrat- Orecchioni (2006), a qual define a conversação como uma atividade espontânea, em que não há preocupação com temas previamente definidos ou distribuição de turnos já estabelecida:

Assim, a conversação tem como característica implicar um número relativamente restrito de participantes, cujos papéis não estão predeterminados, que gozam, em princípio, dos mesmos direitos e deveres (a interação é do tipo “simétrico” e “igualitário”) e que não têm outro objetivo explícito que não seja o prazer de conversar; ela tem, enfim, um caráter familiar e improvisado: temas abordados,

duração da troca, ordem das tomadas de turno, tudo isso se determina passo a passo, de maneira relativamente livre [...]. (2006, p.13)

Desse modo, observamos que a conversação é contemplada de formas diversas por diferentes estudiosos, visto que, para alguns, somente as conversações espontâneas ou naturais podem ser consideradas como um evento conversacional genuíno.

Para Kerbrat- Orecchioni, interações assimétricas não são consideradas, pois, textos conversacionais. Ademais, conforme ressalta Silva (1997), a respeito da concepção de Levinson (1983) e Wilson (1989) acerca da definição de textos conversacionais: “Somente os diálogos simétricos poderiam constituir, propriamente, uma conversação”.

Assim, a questão da simetria é abordada, de forma distinta, por diversos estudiosos, como Marcuschi (1986), Silva (1997), Brown e Levinson (1987), Kerbrat – Orecchioni (2006), entre outros. Com efeito, na visão de Marcuschi, Kerbrat-Orecchioni, bem como na concepção de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), a simetria constitui-se como um critério para que se considere uma determinada troca verbal como um evento conversacional.

Ao tratar da noção de simetria, Marcuschi (2003) assinala a ocorrência de diálogos simétricos e assimétricos. Conforme o autor, os últimos consistem em trocas verbais na quais nem todos os participantes da interação possuem os mesmos direitos e deveres, isto é, nesses casos, há participantes que exercem uma posição hierarquicamente superior aos demais numa relação de dominação.

De acordo com Kerbrat-Orechhioni (2006, p. 69), as relações de “poder, hierarquia e dominação”, as quais permeiam a interação assimétrica, deixam suas marcas na constituição do evento discursivo, por meio de diversos elementos, tais como:

- uso de formas de tratamento – e, nesse caso, verificamos o emprego dos pronomes, os quais, por sua vez, denotam a assimetria na atividade comunicativa: o subordinado refere-se àquele que ocupa uma posição hierarquicamente superior por senhor, denotando distância entre ambos, ao passo que o dominado é tratado por você;
- aparência física dos participantes, posturas na interação, entre outros;
- organização dos turnos de fala – aquele que ocupa um papel hierarquicamente superior atribui, introduz ou monopoliza os turnos de fala;
- organização e introdução dos tópicos – e, nesse caso, quem exerce o poder pode introduzi-los ou encerrá-los;

- atos de fala, como as proibições, reprovações, insultos, conselhos, entre outros; empregados por quem exerce, na interação assimétrica, posição superior aos demais.

No que diz respeito às relações simétricas, os elementos, acima, afiguram-se de forma diversa. No caso das relações interpessoais, observam-se os pronomes de tratamento pelos quais se expressam relações de igualdade entre os interactantes que, numa relação de simetria, tratam-se da mesma forma: você/você, ou senhor/senhor. O mesmo ocorre com os atos de fala mencionados que, numa interação simétrica, não ocorrem de modo significativo. Ademais, em interações permeadas pela simetria, os tópicos fluem à medida que são introduzidos pelos participantes – caso recorrente em conversações espontâneas, naturais - bem como os turnos são inseridos, em termos quantitativos, de forma relativamente igual, isto é, nenhum dos participantes do evento comunicativo fala mais e por muito mais tempo, grosso modo.

Entretanto, embora para alguns teóricos a noção da simetria nas relações interacionais seja um fator preponderante para que se considere um evento discursivo como conversacional, consideramos que as relações de poder e, por conseguinte, a assimetria, permeiam interações nas quais, aparentemente, os participantes mantêm relações de igualdade. Em outras palavras, a interação verbal é uma atividade eminentemente social, construída e reconstruída, numa relação cooperativa, por meio da relação entre sujeitos sociais. Assim, parece-nos algo bastante rígido e alheio às variações oriundas de fatores sociais que permeiam a interação, denominarmos, de forma categórica, uma atividade comunicativa como simétrica, pelo simples fato de tratar-se de uma conversação natural, já que, mesmo nesses casos, podemos observar relações de hierarquia e de poder, que, por sua vez, determinam os papéis sociais dos interactantes no evento comunicativo.

O debate eleitoral – objeto de nosso estudo – não se constitui em uma interação verbal simétrica, de modo que, se considerarmos a concepção de texto falado sob o viés dos autores já mencionados, esse evento comunicativo não pode ser designado como um texto conversacional. Por outro lado, conforme a concepção de Barros (1986, p.7), segundo a qual o critério de simetria não é determinante na definição de um texto como conversacional, conforme ressalta Silva, (1997, p.22), podemos classificar o debate político como um tipo específico de conversação, conquanto nesse tipo de interação haja elementos provenientes da modalidade escrita os quais, por sua vez, não são determinantes na sua constituição.

De acordo com Silva (1997, p.22), há, com efeito, “diferentes tipos de conversação”. A fim de corroborar sua afirmação, Silva apresenta os postulados de Barros e Marcuschi

(1986), baseado em Dittmann), segundo os quais, para que um texto seja denominado como um texto conversacional é necessário que possua as seguintes características:

- a) Interação linguística sobre um tema;
- b) Participação de, pelo menos, dois interactantes;
- c) Recorrência de, pelo menos, uma troca de falantes;
- d) Concomitância temporal.

Em se tratando da posição de Silva (1997) , segundo a qual a questão da simetria não é preponderante na definição de um evento como conversacional ou não, havendo, pois, tipos específicos de conversação; e, levando-se em conta, ademais, os aspectos elencados acima por Marcuschi, acerca das características da conversação, podemos afirmar que o debate eleitoral em análise trata-se, com efeito, de um tipo específico de texto conversacional, uma vez que, em nosso objeto de estudo, encontramos todos os itens apresentados acima.

Além disso, convém assinalar que, embora tenhamos um texto em que as marcas de oralidade sejam poucas, como a hesitação e as repetições – elementos típicos da língua falada, demonstrando suas condições de produção, isto é, seu planejamento local – observa-se que o planejamento do debate eleitoral não é completamente prévio, já que, em muitos momentos, o tópico desenvolve-se ao longo da interação com as intervenções dos candidatos que modificam seu enfoque por razões diversas; ao passo que alguns turnos são tomados com o intuito de interagir com a plateia – cuja participação não estava, com efeito, prevista.

A fim de corroborar nossa definição de que o debate eleitoral trata-se de um tipo específico de texto conversacional, importa-nos ressaltar, ainda, a definição dada à conversação pelo glossário organizado pelo primeiro volume da obra *Análise de Textos Oraís*, do projeto NURC, no qual tal atividade é designada, de maneira geral, da seguinte forma:

Conversação: evento comunicativo dinâmico, que tem por características básicas a alternância entre papéis de falante e ouvinte. (2001, p. 230)

Com efeito, nosso objeto de estudo – o debate eleitoral – tem como característica básica a alternância entre falante e ouvinte.

Desse modo, faremos uso do conceito de conversação, assim como Silva (1997) o fez , de forma ampla, considerando, pois, o debate eleitoral como um texto pertencente ao âmbito da conversação.

Em decorrência disso, a Análise da Conversação é uma área de estudo que oferece respaldo para a análise das estruturas e dos mecanismos organizacionais desse tipo de *corpus*, no qual observamos elementos constitutivos das conversações espontâneas, como: interação face a face, turnos, tópicos, sobreposição de falas, assaltos aos turnos, entre outros.

Entretanto, cabe-nos salientar aqui que todos esses elementos serão abordados como mecanismos utilizados pelos sujeitos da interação em sua tentativa de atacar a face alheia ou proteger-se e valorizar a própria face. Em outras palavras, todos esses elementos – constitutivos do evento conversacional – serão descritos e analisados em função de nossa investigação das estratégias utilizadas no emprego agressivo do trabalho de face dos participantes de um tipo específico de interação, marcada pela polêmica.

1.1. O TÓPICO CONVERSACIONAL

Entendemos por tópico, o assunto da atividade conversacional. Conforme Brown e Yule (1983, p.73) o tópico pode ser definido como: “Aquilo sobre o que se está falando”. De acordo com Andrade, Aquino e Fávero (1999), o tópico instaura-se mediante a cooperação de dois ou mais interlocutores envolvidos em uma atividade de interação, atrelando-se ao contexto. Ademais, o tópico colabora para a organização do evento conversacional:

Pode-se dizer que o tópico é um elemento estruturador da conversação, pois os interlocutores sabem quando estão interagindo dentro de um mesmo tópico, quando mudam, cortam, retomam ou fazem digressões. (1999, p.37)

Acerca do tópico, Fávero (2001) ainda ressalta:

Ele é antes de tudo uma questão de conteúdo, estando na dependência de um processo colaborativo que envolve os participantes do ato interacional. [...] O sentido é construído durante essa interação e está assentado numa série de fatores contextuais como: conhecimento de mundo, conhecimento partilhado, circunstâncias em que ocorre a conversação, pressuposições, etc.(FÁVERO, 2001,p.38)

Não aprofundaremos nossas considerações acerca da questão do tópico e suas implicações, pois não é nosso propósito fazer uma análise exaustiva dos tipos de tópicos presentes no *corpus* em análise. Nosso objetivo é, tão somente, analisar de que maneira as fugas do tópico em andamento ou o respeito dos interactantes ao tópico introduzido pelo mediador do debate influenciam no trabalho de face empreendido pelos sujeitos da interação, isto é, os casos em que um falante foge do tópico proposto ou o respeita com o intuito de proteger a própria face ou de atacar a face alheia.

1.2. O TURNO CONVERSACIONAL

O conceito de turno advém do modelo postulado por Sacks, Schegloff e Jefferson (doravante, SSJ) (1974), com o qual se apresenta um sistema de tomada de turnos que, por sua vez, contribui para a organização do evento conversacional. Para os pesquisadores, a atividade conversacional organiza-se por meio da sucessão de turnos. Vejamos a tradução de Andrade, Aquino e Fávero acerca desse modelo organizacional (1999):

- a) A troca de falantes recorre ou pelo menos ocorre;
- b) Em qualquer turno, fala um de cada vez;
- c) Ocorrências com mais de um falante por vez são comuns, mas breves;
- d) Transições de um turno a outro sem intervalo e sem sobreposição são comuns; longas pausas e sobreposições extensas são minoria;
- e) A ordem dos turnos não é fixa, mas variável;
- f) O tamanho do turno não é fixo, mas variável;
- g) A extensão da conversação não é fixa nem previamente especificada;
- h) O que cada falante dirá não é fixo nem previamente especificado;
- i) A distribuição dos turnos não é fixa;
- j) O número de participantes é variável;
- k) A fala pode ser contínua ou descontínua;
- l) São usadas técnicas de atribuição de turnos;
- m) São empregadas diversas unidades para construir o turno: lexema (palavra), sintagma, sentença, etc;
- n) Certos mecanismos de reparação resolvem falhas ou violações nas tomadas de turno.

Cumpramos ressaltar, no que diz respeito ao sistema postulado por SSJ, estipulado para explicitar a organização e estrutura de conversações espontâneas que, no debate eleitoral, conquanto não seja um evento conversacional natural, estrutura-se, em boa parte, conforme o modelo acima, salvo em alguns casos. Embora no debate a extensão dos turnos seja fixada, bem como sua distribuição e, em alguns casos, o que cada falante irá falar; observamos que, em momentos diversos da interação, ocorre o contrário: turnos são tomados, seu tempo de duração excedido e os falantes modificam, sobremaneira, o assunto sobre o qual deveriam falar. Assim, observamos que o sistema de SSJ (1974), relativo ao modo pelo qual o evento conversacional se organiza, aplica-se, ademais, a outras formas de interação falada, isto é, a tipos específicos de interação em que a conversação não ocorre de modo espontâneo.

No que diz respeito à definição da noção de turno, podemos designá-lo como a forma de participação de cada interactante no evento comunicativo, isto é, o momento em que o sujeito da interação assume a palavra.

De acordo com Galembeck (2001), cuja concepção de turno compartilha com outros estudiosos do projeto NURC:

Uma das características mais evidentes da conversação é, seguramente, o fato de que os interlocutores alternam-se nos papéis de falante e ouvinte. Desse modo, uma das formas de se compreender a organização do texto conversacional é verificar os processos pelos quais ocorre a alternância nos referidos papéis e a maneira pela qual os participantes atuam conjuntamente na construção do diálogo. (2001, p. 55).

Como vimos, a concepção de turno advém de Sacks, Schegloff e Jefferson(1974) de cujos trabalhos Galembeck tomou por base. Cumpre assinalar que nem todas as falas, isto é, nem sempre as intervenções dos interlocutores na interação são consideradas turnos, conforme concebem alguns autores, como Marcuschi (2001). Entretanto, compartilhamos com outros pesquisadores, como Andrade, Aquino e Fávero (1999), entre outros, a concepção de turno como qualquer tipo de participação ou intervenção dos interlocutores no evento conversacional:

Nessa perspectiva, pode-se caracterizar a conversação como uma sucessão de turnos, entendendo-se por turno qualquer intervenção dos participantes (tanto as intervenções de caráter informativo, quanto breves sinais de monitoramento, como *ahn ahn*; *sei*; *certo*) durante a interação. (1999, p. 35).

Importa-nos acrescentar outro aspecto relevante, apresentado por SSJ, no que se refere aos seus estudos acerca do turno e da organização da conversação, o qual diz respeito à tomada de turnos. Os estudiosos apresentam o conceito denominado LRT: lugar relevante para tomada de turno, que consiste no momento em que os falantes atribuem o turno a outro ou nos casos em que os ouvintes entendem que o turno de seu interlocutor tem fim, procedendo, assim, à tomada do turno. Não obstante, há casos em que os ouvintes intervêm, por meio do assalto ao turno do interlocutor, sem que haja indícios de que seu turno tenha sido concluído. Galembeck (2001) ao citar Marcuschi (1986, p.19), apresenta as seguintes considerações acerca desse fato:

O assalto ao turno é marcado pelo fato de o ouvinte intervir sem que sua participação tenha sido direta ou indiretamente solicitada. Em outras palavras, o ouvinte “invade” o turno do falante fora do lugar relevante de transição (LRT), conforme o qual apenas um dos interlocutores deve falar por vez. (GALEMBECK, 2001, p.74)

No caso do *corpus* em análise, a distribuição de turnos ao longo da interação não se dá de maneira espontânea, uma vez que o mediador do debate é o responsável pela gestão de

turnos e tópicos. Tal tipo de interação, em que os turnos e tópicos são introduzidos pelo mediador do debate de modo que a troca de turnos e tópicos não ocorre de forma espontânea, classifica-se como uma interação assimétrica, na qual um dos interlocutores detém o poder da palavra; no caso, o mediador do debate. Cabe salientar que, nesse tipo de interação, ambos os candidatos encontram-se em relação de simetria, já que Maluf e Covas possuem os mesmos direitos e deveres, ao passo que a relação de L1 e L2 com o mediador do debate e jornalistas convidados é assimétrica.

Entretanto, no caso de nosso objeto de estudo, nem mesmo o estabelecimento de regras apresentadas pelo mediador do debate impede o *assalto ao turno* e a sobreposição de vozes e, por conseguinte, a violação da regra de SSJ (1974), segundo a qual, para que haja equilíbrio na interação, fala-se um de cada vez. Assim, os assaltos ao turno e as constantes sobreposições de vozes, mesmo em um tipo de interação regida por regras, desvela seu aspecto sobremaneira polêmico.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DA PRAGMÁTICA

2.1. OS POSTULADOS DE GOFFMAN ACERCA DA IMAGEM

A questão da imagem foi abordada por diferentes estudiosos desde a Antiguidade. Aristóteles já havia ressaltado que a prova mais importante do discurso refere-se ao *ethos* (caráter) que diz respeito à imagem construída pelo orador mediante seu discurso. Em meados da década de 60, os trabalhos relativos à investigação da imagem dos sujeitos em situação de interação ganharam importância com os estudos do sociólogo Erving Goffman (1967) em seu trabalho intitulado *Interaction ritual: essays in face to face behavior*, no qual Goffman designa a imagem dos sujeitos como *face*. De acordo com Goffman, em toda interação há um trabalho de representação dos sujeitos na tentativa de preservar sua autoimagem pública e vê-la valorizada e bem aceita em sociedade, bem como o desejo de que seu território pessoal não seja invadido pelo outro.

Por essa razão, os indivíduos possuem uma autoimagem pública, a qual gostariam que fosse aceita e valorizada pelos outros e, em função disso, procuram preservar (*face want*). Além disso, Goffman ressalta a preocupação dos interactantes em ver preservado, ao longo das interações, o que designou como os “territórios do eu”, isto é, a liberdade de ação e a

necessidade de não ter os domínios de sua vida privada cerceados pela invasão dos outros, noções posteriormente renomeadas por Brown e Levinson (1987) como face positiva e face negativa, respectivamente.

Conforme sustenta Goffman (1967), o simples fato de interagir com os outros expõe os indivíduos ao perigo de ter sua face sob ameaça. Desse modo, o falante elabora seu discurso por meio da observação constante de seu interlocutor na interação, haja vista que os interactantes constroem sua face em função dos juízos atribuídos pelos outros à imagem que lhes apresenta, como ressalta Galembeck (2008, p.330):

O indivíduo elabora a face a partir da própria face e a dos demais participantes, o indivíduo utiliza determinados procedimentos, denominados processos de figuração ou de negociação de imagem.

Ainda com relação ao papel do outro na construção da imagem dos interlocutores ao longo das trocas verbais, Amossy (2008) ressalta que, de acordo com Goffman:

A construção da face flui das relações que se estabelecem entre os participantes do ato interacional. O indivíduo elabora a face a partir da própria competência em verificar as interposições atribuídas pelos demais participantes, bem como aquelas atribuídas aos atos alheios (...) Goffman mostra que toda interação social, definida como “a influência recíproca que os parceiros exercem sobre suas ações respectivas quando estão em presença física uns dos outros”, exige que os atores forneçam, por seu comportamento voluntário ou involuntário, certa impressão de si mesmos que contribui para influenciar seus parceiros do modo desejado. (AMOSSY, 2008, p.12)

Em outras palavras, ao ameaçarmos a face alheia durante a interação, conforme preconiza Goffman, corremos o risco de termos nossa própria face ameaçada, de modo que há, em geral, nas interações verbais, conforme o teórico, a preocupação constante dos sujeitos em preservar a própria imagem pública e, por conseguinte - para que não haja nenhum desequilíbrio na interação - a imagem de seu interlocutor. Fundamentado em Goffman, Silva (2008) faz as seguintes considerações acerca do processo de negociação entre os interactantes no contato face a face, cuja função é a gestão das faces ao longo das trocas verbais:

O simples contato com um interlocutor já representa o rompimento de um equilíbrio, ameaçando a imagem tanto do locutor quanto do interlocutor. Isso leva a um acordo tácito entre as partes: um não ameaça a face do outro até o momento em que a face não é ameaçada. (2008, p.169).

Dessa forma, segundo Goffman (1967) em situações comuns, na interação, os indivíduos agem em função da proteção da própria imagem e da imagem alheia, num constante processo de negociação.

A negociação origina-se sempre em um conflito ou divergência e, a partir de uma discussão, busca-se chegar a um acordo; não há situação de fala que não exija de cada participante uma preocupação sobre como tratar a si e aos outros. (FÁVERO, 2008, p.307)

A esse processo de negociação, o qual consiste no trabalho de preservação das faces e na tentativa de manter o equilíbrio da interação, Goffman atribuiu a noção de *face-work*, isto é, trabalho de face, que diz respeito aos mecanismos utilizados pelos falantes na busca de evitar ameaçar a face alheia e de ter a face sob ameaça.

Porém, embora, em geral, nas interações busque-se um equilíbrio, cuja lógica é não atacar a face alheia para não ter a própria face ameaçada, Goffman assume que há tipos de interações específicas nas quais o propósito é o emprego do trabalho agressivo de face. Há que se ressaltar que tais tipos de interações não consistem, o mais das vezes, em conversações espontâneas, naturais. Não obstante, mesmo nesses casos, em ambientes de interação espontânea, podemos observar relações de descortesia, aliás, atos de descortesia não incidentais e deliberados. Em contrapartida, nesses tipos de relações, a preocupação não está, de fato, focada no uso de técnicas cuja função é mitigar possíveis ameaças à face alheia, mas sim no emprego de recursos pelos quais se coloca a face do interlocutor em ameaça.

Com efeito, embora procuremos, em situações comuns de interação, manter certo equilíbrio, não podemos desprezar a ocorrência de interações em que o processo de negociação das faces dá lugar à polêmica, isto é, à busca do conflito que, nesses casos, estabelece o rumo das relações entre os interactantes e, por conseguinte, influencia na construção do texto conversacional, o qual se configura em função dessas relações.

A esse respeito, cumpre ressaltar que Goffman reconhece tais tipos de interação, em função de assinalar, em seu estudo acerca das relações sociais mediadas pela interação verbal, que há casos nos quais a ofensa corresponde a um ato marcado pela intencionalidade daquele que a comete, ocorrendo, assim, de forma maliciosa, cuja intenção é causar um insulto abertamente. Conquanto haja interações nas quais há, com efeito, uma orientação defensiva e protetora das faces, cuja finalidade é o seu equilíbrio, conforme assume Goffman, o autor reconhece que, de fato, há, também, tipos específicos de interação em que os atos de ofensas são deliberados e a norma é, efetivamente, denegrir a face do outro.

Assim, no que se refere ao trabalho de face, segundo Silva (2008), há, para Goffman, três espécies de procedimentos, como: evitar situações de ameaça, efetuar um processo corretivo - quando há risco de ameaça à face – e recorrer ao procedimento da pontualização.

Nas interações cuja lógica consiste no trabalho agressivo de face, isto é, no predomínio de atos ameaçadores das faces, o procedimento empregado é, de acordo com Goffman (1967), o da pontualização.

Com efeito, a pontualização, é, pois, típica de ambientes de interações polêmicas, marcadas por relações de conflito. No *corpus* em análise, observamos que, de fato, o procedimento de pontualização é a lógica do trabalho de face empreendido pelos interlocutores do debate – nosso objeto de estudo - em virtude do grande número de ocorrências de atos ameaçadores da imagem alheia. Por essa razão, consideramos a necessidade de ressaltarmos que nosso objeto de investigação consiste em um tipo específico de interação, cuja finalidade é denegrir a face do outro mediante atos de descortesia.

No que diz respeito à questão da imagem dos sujeitos na interação, Goffman ainda apresenta o conceito de linha (*line*), segundo o qual cada falante expõe, na representação de sua imagem, um conjunto de condutas e comportamentos que permite aos seus interactantes formularem uma espécie de “linha de conduta”, com a qual cada sujeito da interação se identifica e procura apresentar aos seus parceiros:

Toda pessoa vive em um mundo de encontros sociais que a compromete em contatos face a face ou mediados com outros participantes. Em cada um desses contatos tende a representar o que às vezes pode ser denominado como uma linha, isto é, um esquema de atos verbais e não verbais (GOFFMAN, 1967, p. 5)²

Ademais, a respeito da noção de *linha*, postulada por Goffman (1967), Erlich (1993) faz as seguintes considerações:

Para Goffman, em todo contato social os participantes reproduzem um padrão ou norma/linha de comportamento (em inglês, *line*) em elementos verbais e/ou não verbais, por meio do qual expressam suas posições e por meio do qual também se avaliam a si mesmos e aos demais participantes.³

Assim, podemos entender a noção de *linha* como um padrão de comportamento assumido pelos sujeitos da interação e apresentado aos demais, o qual é construído mediante atos verbais e não verbais, ao qual se atribuem valores positivos ou negativos. Desse modo, um determinado interactante é avaliado pelos demais em função de seus padrões de comportamento apresentados – isto é, de sua linha de conduta - ao longo da interação.

Considerando as afirmações de Goffman acerca da *linha* - a qual também é construída por atos não verbais – cumpre-nos ressaltar que o apelo aos atos extrínsecos ao discurso, isto

² A citação trata-se de uma tradução livre da versão original: Every person lives in a world of social encounters, involving him either in face-to face or mediated contact with other participants. In each of these contacts he tends to act out who is sometimes called a line – that is, a pattern of verbal and nonverbal acts by which he express his view of the situation and through this his evaluation of participants, especially himself. (GOFFMAN, 1967, p.5).

³ Para E.Goffman, em todo contacto social los participantes reproducen um patrón o pauta de comportamiento (en inglés, *line*) em términos verbales y/o no verbales, por médio del cual expresan sus posiciones y por médio del cual también se evalúan a si mismos y a los demás participantes. (1993, p. 28)

é, a ações não verbais que constituem a linha de conduta dos sujeitos, consiste em um importante recurso utilizado pelos candidatos, cujo propósito é levar o oponente ao total descrédito, uma vez que, ao longo do debate, recorre-se, constantemente, aos atos não verbais empreendidos pelos oponentes - tais como: envolvimento com corrupção e desvio de dinheiro público – os quais contribuem, por sua vez, para a constituição de uma *linha* à qual se atribuem avaliações negativas por parte do auditório, uma vez que sua construção constitui-se, como já salientamos, em virtude das avaliações do outro nas interações:

Graças a um determinado padrão de comportamento com o qual o sujeito se identifica e que outros lhe atribuem, o participante apresenta uma imagem a qual intenta apresentar. (ERLICH, 1993, p.29)⁴

2.2 OS POSTULADOS DE BROWN E LEVINSON

O conceito de face foi retomado e complementado por Brown e Levinson (1987) em seu trabalho sobre a cortesia verbal intitulado: *Politeness: some universals for language usage*. Nessa obra, os autores trabalham com uma análise comparativa de três línguas - inglês, tâmil e tzetal , a fim de comprovar que há nas três línguas - os autores ainda citam outras – mecanismos diversos de reparação de atos ameaçadores da face, corroborando, assim, sua proposta de que a noção de face e de cortesia verbal são fenômenos universais.

Os estudos sobre cortesia estão intimamente ligados aos estudos sobre a face. De acordo com Brown e Levinson, a cortesia consiste num mecanismo de reparação ou de evitação de atos ameaçadores da face alheia na interação. Tais atos ameaçadores fazem, segundo os autores, parte da dinâmica de toda interação verbal, uma vez que, em algumas ocasiões, na medida em que tentamos proteger ou valorizar nossa face, corremos o risco de ameaçar a face alheia, ao passo que, em alguns momentos, ao tentarmos proteger a face alheia, corremos o risco de colocarmos nossa face em risco. Desse modo, em toda a interação – pelo fato de interagirmos com os outros – colocamos, pois, nossa face e a dos outros em ameaça.

Os autores elencam, em sua obra, uma série de estratégias de cortesia utilizadas pelos falantes em contexto de interação verbal nas três línguas já citadas, com o propósito de comprovar o caráter universal do fenômeno da cortesia verbal.

⁴ Tradução livre da versão a seguir : Gracias a un determinado patrón de comportamiento con el cual el sujeto se identifica y que otros le atribuyen, el participante adjuca una imagen conforme a la qual intenta seguir actuando [...]”(ERLICH, 1993, p.29)

Em sua teoria acerca da cortesia verbal, Brown e Levinson apresentam alguns conceitos básicos, como a noção de *Pessoa Modelo* (MP), *racionalidade* e *face* – sendo este último conceito apropriado pelos estudiosos e complementado, o qual, como já ressaltamos neste estudo, trata-se de um termo introduzido por Goffman,.

De acordo com Brown e Levinson, a pessoa modelo refere-se a todo falante nativo de uma língua, o qual, segundo os autores, é dotado de racionalidade e de uma face, isto é, de uma autoimagem pública na qual se investe emocionalmente (*face want*)– assim como preconiza Goffman - e que pode ser perdida (*to lose face*), em função de atos ameaçadores das faces cometidos ao longo das interações, designados por Brown e Levinson como FTAs (*face threatening acts*), isto é, atos ameaçadores da face.

Brown e Levinson redefinem as noções de face e território de Goffman, designando-as, respectivamente, como *face positiva* e *face negativa*. De acordo com os dois teóricos, todo indivíduo possui duas faces, as quais estão sob ameaça constante durante as interações:

- Face positiva: que diz respeito à autoimagem pública dos sujeitos, ou seja, à imagem que é apresentada à sociedade na busca de credibilidade e de aprovação.
- Face negativa: que consiste no desejo dos sujeitos da interação de que os domínios de seu “território pessoal” não sejam invadidos, isto é, no desejo de não terem sua liberdade cerceada e de não sofrerem qualquer tipo de imposição do outro.

Acerca da teoria de Brown e Levinson, Silva (1997) ressalta que os autores também fazem uso do conceito de trabalho de face de Goffman - o *face-work*:

Brown e Levinson também utilizaram o termo *face-work* como um mecanismo de organização das faces e responsável pela organização dos processos de polidez na interação conversacional. Esse sistema de polidez serve como mecanismo para a administração das faces. (1997, p.186).

No trabalho de face, empregamos, pois, diversos procedimentos na tentativa de protegermos nossa face e a face alheia. Conforme aduzem Brown e Levinson, ao longo das interações, podemos ou não cometer FTAs. Se optarmos por cometê-los, podemos executá-los de forma direta (*on record*) – e, dessa maneira, podemos ou não fazer uso de atenuadores - ou podemos executar tais atos ameaçadores por meio de ações interacionais indiretas (*off record*).

Em razão do fato de que nosso *corpus* constitui-se de uma interação polêmica, na qual prevalecem atos de descortesia, não consideramos a necessidade de apresentarmos as estratégias de cortesia elencadas por Brown e Levinson - as quais são, de forma minuciosa, investigadas pelos teóricos - visto que as estratégias de cortesia presentes no debate não possuem, em sua maioria, valor reparador. Por outro lado, no que se refere às estratégias de ataque indireto, há que se ressaltar que são significativas.

Ademais, a finalidade do presente estudo não consiste na investigação das estratégias de cortesia, mas sim dos mecanismos discursivos dos quais os interactantes fazem uso em um processo de gestão das faces num tipo de interação em que se emprega o uso agressivo do trabalho de face. Em outras palavras, em virtude de abordarmos um tipo de interação polêmica, cujas ocorrências de atos de descortesia ocorrem de forma significativa, em detrimento dos atos reparadores das faces, não consideramos relevante a apresentação das estratégias de cortesia apresentadas por Brown e Levinson, visto que prevalecem as relações de descortesia em função da escassez de atos reparadores, cuja função é mitigar a ameaça à face alheia.

Em razão disso, consideramos a necessidade de apresentarmos somente os atos de ameaça indiretos, pelos quais é possível aos interactantes ameaçar a face alheia sem, contudo, sofrer sanções em função desses atos. Seguem, abaixo, os atos de ameaça indireta (*off record*), elencados por Brown e Levinson, conforme tradução de Fávero (2008, p.311):

- 1- faça alusões, dê pistas;
- 2- forneça índices;
- 3- pressuponha;
- 4- minimize a importância;
- 5- aumente a importância;
- 6- use tautologias;
- 7- use contradições;
- 8- seja irônico;
- 9- use metáforas;
- 10- faça perguntas retóricas;
- 11- seja ambíguo;
- 12- seja vago;
- 13- faça generalizações;
- 14- faça substituição do destinatário;
- 15- use elipse

Outro aspecto abordado por Brown e Levinson, relativo à questão dos atos ameaçadores da face, refere-se às razões pelas quais um falante opta por executar ou não um ato ameaçador, ou cometê-lo com ou sem ação reparadora. Segundo os autores, tal decisão depende de alguns fatores, como:

- A distância social entre falante e ouvinte, designada como (D);
- O poder exercido pelo ouvinte e pelo falante (P), isto é, a relação que ambos mantêm – de hierarquia e submissão - designada por Brown e Levinson por relação assimétrica, na qual temos uma relação desigual, em que um dos interactantes ocupa uma posição hierarquicamente superior; e relação simétrica, quando os interactantes ocupam posição de igualdade na interação.
- O grau de imposição de um ato ameaçador à face na cultura popular - definido como (R).

Ademais, Brown e Levinson elencam alguns motivos pelos quais os atos diretos de ameaça à face são empreendidos na interação:

- Por razão de urgência de se comunicar algo ou em virtude da preocupação de que algo seja comunicado de maneira eficiente e clara – e, nesse caso, vemos estreita relação com a teoria de Grice acerca do princípio de cooperação.
- Em casos em que a ameaça àquele que pratica o FTA é pequena: como em casos de oferecimentos e pedidos.
- Em casos em que o falante – ou aquele que pratica o ato ameaçador à face do interlocutor – está numa posição assimétrica em relação ao ouvinte. Nesse caso, apresentamos, à guisa de exemplo, um chefe que ameaça a face de seu subordinado e que, em virtude de ocupar posição hierarquicamente superior, numa relação de poder desigual, provavelmente não sofrerá sanções significativas; ou no caso em que o falante pode angariar apoio público para atacar a face do ouvinte sem, contudo, ter a própria face sob risco.

Por fim, importa-nos apresentar a distinção feita por Brown e Levinson entre os atos que ameaçam as diferentes faces – positiva e negativa – dos falantes e dos ouvintes:

- Atos que ameaçam a face positiva do falante: confissões, humilhar-se a si mesmo;
- Atos que ameaçam a face negativa do falante: promessas, compromissos com o outro;
- Atos que ameaçam a face positiva do ouvinte: acusações, injúrias, xingamentos;
- Atos que ameaçam a face negativa do ouvinte: perguntas indiscretas, relativas a questões de natureza pessoal e privada; pedidos, convites; entre outros.

2.3 AS CONTRIBUIÇÕES DE CATHERINE KERBRAT-ORECCHIONI PARA O ESTUDO DA CORTESIA: AS CRÍTICAS AO MODELO DE BROWN E LEVINSON E O CONCEITO DE FFAS

Kerbrat-Orecchioni (2006) apresenta os principais conceitos relativos ao estudo da conversação e da cortesia na interação verbal. Ao tratar da cortesia, a autora elenca pontos importantes da teoria de Brown e Levinson para, em seguida, criticá-la e complementá-la.

De acordo com Kerbrat – Orecchioni (2006), a teoria de Brown e Levinson acerca do trabalho de face e da cortesia apresenta imperfeições, uma vez que tais autores postulam que a interação consiste numa busca constante dos indivíduos em defender-se de possíveis FTAs, sem dar, entretanto, a atenção devida à questão dos atos valorizadores da face, como os agradecimentos e elogios:

Com efeito, é incontestável que Brown e Levinson reduzem demais a polidez à sua forma “negativa”: bastante revelador desse aspecto é o fato de que, buscando reciclar a noção de atos de fala na perspectiva de uma teoria da polidez lingüística, eles apenas tenham focalizado os atos potencialmente ameaçadores para as faces, sem pensar que alguns atos de fala também podem ser valorizadores para essas mesmas faces, como o elogio, o agradecimento ou os votos. (2006, p.201-202)

Desse modo, a autora introduz um novo conceito, complementando, assim, a teoria de Brown e Levinson acerca da cortesia verbal a qual, segundo Kerbrat-Orecchioni, privilegia a questão dos atos ameaçadores e seus mecanismos de reparação. Trata-se do conceito de FFA (*Face Flattering Acts*) – atos valorizadores da face – em oposição aos atos de ameaça (FTAs), apresentados por Brown e Levinson:

É indispensável introduzir no modelo teórico um termo suplementar para designar esses atos que são, em alguma medida, o lado positivo dos FTAs: chamamos esses “anti-FTAs” de “FFAs” (*Face Flattering Acts*) [...]. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 82)

Ademais, Kerbrat - Orecchioni ressalta que as noções de cortesia negativa e cortesia positiva estão bastante confusas na teoria de Brown e Levinson. De acordo com a estudiosa, a cortesia negativa é de cunho compensatório e reparador e consiste no emprego de procedimentos cujo propósito é minimizar o efeito de um FTA ou promover ações de evitação de um ato ameaçador, indiferente do fato de tal ato ameaçador direcionar-se à face positiva ou à negativa dos interactantes. Quanto à cortesia positiva, a autora ressalta que tal noção consiste em atos de valorização da face, seja ela positiva ou negativa, não tendo, pois, valor compensatório, diferenciando-se, desse modo, da perspectiva adotada por Brown e Levinson.

Com efeito, há que se observar que, de fato, existem ocorrências de atos de cortesia positiva pelos quais não se intenta reparar um ato de ameaça direcionado à face daqueles aos quais são destinadas, como nos casos dos cumprimentos, elogios, entre outros, como os verificados no *corpus* em análise, cujo objetivo é, o mais das vezes, obter uma relação de aproximação com os interactantes, cuja face é valorizada por meio desses atos. Posto isso, tais atos de cortesia só podem ser explicados sob o viés da teoria de Kerbrat - Orecchioni, uma vez que se tratam de FFAs, isto é, de atos de valorização da face, porquanto não são desencadeados por motivos de reparação da face, conforme os estudos de Brown e Levinson, acerca de sua noção de cortesia positiva.

Em vista disso, consideramos a necessidade de fazermos uso, além do conceito de FTAs, da noção de FFAs e do conceito de cortesia positiva – ou valorativa - estipulados por Kerbrat - Orecchioni para o presente estudo.

Outra noção relativa às contribuições de Kerbrat-Orecchioni, no que diz respeito à cortesia nas interações, diz respeito à lei da modéstia, a qual, conforme ressalta a autora, permeia o discurso fundado em relações de cortesia, uma vez que a violação de tal lei, segundo Kerbrat-Orecchioni (2006), consiste em um ato de descortesia:

A polidez permite igualmente explicar o tabu que pesa sobre o auto-elogio. Com efeito, em nossas sociedades (e ainda mais, conforme o veremos, em outras), é mal visto “vangloriar-se” (mesmo merecidamente), e isso em virtude de um princípio, ao qual chamaremos de princípio de modéstia”[...] (2006, p.96)

Desse modo, em interações regidas por normas de cortesia, a violação da lei da modéstia configura-se como um ato que pode acarretar, em alguns momentos, a ameaça à face alheia:

Com efeito, desvalorizando-se, ele evita exibir, entre outras coisas, sua superioridade sobre seu parceiro: realçando-se a si mesmo, arrisca-se, por extensão, a rebaixar indiretamente o outro; exaltando a própria face, arrisca-se a atentar contra a do outro[...]. (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p.97)

Dessa maneira, o respeito a tal preceito permeia, como ressaltamos, discursos nos quais prevalecem relações de cortesia, isto é, em que a preocupação com a face do outro é algo relevante. Todavia, no debate político – nosso objeto de estudo – o interesse é, justamente, o contrário: rebaixar a face do outro mediante a violação da lei da modéstia. Em outras palavras, procedemos à apropriação desse conceito, postulado por Kerbrat-Orecchioni, em virtude do fato de que, no *corpus* em análise, as ocorrências de autoelogio são deveras significativas, visto que se trata de uma interação regida por atos de descortesia, com os quais se intenta denegrir a imagem alheia e, entre tais atos, verificamos, a violação da lei da modéstia como estratégias de valorização da própria face em detrimento da outra. Destarte, nesse tipo de interação, o respeito à modéstia não permeia, com efeito, o discurso dos interactantes.

2.4. DESCORTESIA VERBAL

Até agora, observamos que o papel da cortesia verbal consiste no emprego de recursos diversos de reparação ou de evitação de atos ameaçadores à face empregados pelos interactantes, cujo objetivo é, por meio de tais procedimentos de negociação, manter o equilíbrio na interação, uma vez que o simples contato entre seus participantes pode, com efeito, acarretar a ameaça ou a perda de sua imagem. Dessa maneira, há, de fato, um constante processo de negociação das faces – denominado por Goffman como *face-work* - em interações em que prevalecem relações de cortesia, o mais das vezes.

Entretanto, Goffman (1967) reconhece o fato de que há tipos específicos de interação em que o interesse dos interactantes não consiste em evitar atos de ameaça à face ou recorrer a recursos com os quais se mitiguem tais atos, mas sim em atacar e desvalorizar a face alheia.

Como já expusemos no presente estudo, Goffman ressalta que, nesses tipos de interação, ocorre o emprego agressivo do trabalho de face, nos quais se emprega o procedimento de pontualização.

Assim, pelo exposto, consideramos que se deve atentar para o fato de que há, com efeito, encontros sociais nos quais seus participantes não intentam manter o equilíbrio da interação. Com efeito, seria ingênuo pensar que, em uma sociedade marcada por questões de intolerância, preconceito, guerras e outras formas de discórdia, todos os falantes buscassem manter o equilíbrio na interação mediante o uso de procedimentos relativos à negociação das faces. Mesmo em conversações espontâneas, observam-se atos de descortesia intencionais, que, de fato, não ocorrem de forma acidental ou por urgência em se comunicar algo; em razão do fato de que aquele que comete tais atos de ameaça o faz de forma premeditada, como no caso de discussões ou desentendimentos, em que os interactantes buscam denegrir a imagem do outro, acarretando a ameaça das faces e, por conseguinte, o desequilíbrio ou, até mesmo, o colapso da interação.

Conforme ressalta Kaul de Marlangueon (2005), ao contrário do que ocorre em interações marcadas pelas relações de cortesia - cujo foco é a atenuação de possíveis ameaças - em tipos de interação fundadas em relações de descortesia, ocorre, em contrapartida, o agravamento da descortesia, isto é, dos atos ameaçadores das faces: “Por tanto, à atenuação na cortesia, corresponde o agravamento na descortesia” (2005, p. 304)⁵

Erlich (1993) faz as seguintes considerações acerca das interações polêmicas, nas quais prevalecem relações de descortesia:

Nesse tipo de interação, cada participante se preocupa em enaltecer ou pelo menos manter sua imagem, ao passo que trata de menosprezar a imagem do outro participante. (1993, p. 29)⁶

Em face do exposto, cumpre observar que, ao contrário do que se verifica nas interações norteadas por relações de cortesia, nas quais há um processo de negociação das faces pelo qual se procura manter a própria face e, ao mesmo tempo, não ameaçar a do outro; nas interações cuja regra é o conflito, a preocupação é manter e valorizar a própria face em detrimento da imagem do interlocutor, isto é, o objetivo é, amiúde, ameaçar-lhe a face.

Zimmermann (2005, p.248), ao investigar a questão do insulto em seu estudo acerca das conversações entre jovens do sexo masculino, ressalta, assim como os autores já

⁵ O excerto trata-se de uma tradução livre cuja versão original é: “Por tanto, a la atenuación en la cortesia, corresponde el agravamiento en la descortesia.”

⁶ O excerto trata-se de uma tradução livre cuja versão original é: “En este tipo de interacción, cada participante se preocupa por enaltecer o al menos mantener su imagen, al tiempo que trata de menoscabar la imagen del otro participante.”

mencionados, que a cortesia opõe-se à descortesia pelo fato de que, em interações conflituosas, nas quais prevalecem atos de insulto – designados pelo autor como atos tradicionalmente descorteses - o propósito não é evitar a ameaça à imagem do interlocutor ou valorizá-la, mas sim denegri-la. Em outras palavras, observamos, entre diversos teóricos, que a descortesia consiste, de fato, na oposição às relações de cortesia. Entretanto, o autor assinala que os atos de descortesia – que, nesse caso, referem-se aos insultos - são atos intencionais.

Assim, observamos que, de fato, para diversos autores, a descortesia, grosso modo, é definida como um conjunto de atos que se opõem aos atos de cortesia, havendo, tão somente, uma mera relação de oposição entre as duas noções, a qual permeia a definição e investigação das relações de descortesia nas interações.

2.4.1. Críticas aos estudos de (des)cortesia

Em sua obra intitulada *A critique of Politeness Theories*, no momento em que trata dos “mistérios da descortesia”, Gino Eelen (2001) faz algumas críticas às teorias da cortesia, as quais não são capazes de explicar, conforme o autor, de maneira adequada, a questão da descortesia. Segundo Eelen, a descortesia é, em muitos casos, compreendida somente como a ausência de cortesia, isto é, como a violação das normas sociais de cortesia verbal e, contrariamente à cortesia, não é abordada consoante suas próprias normas:

A cortesia explica-se por conta de normas culturais, mas o mesmo não é aplicado à descortesia. Além disso, os postulados de Leech e Lakoff [...] não podem oferecer, de fato, uma explicação plausível para a ocorrência ou equiparar a existência de um comportamento descortês do mesmo modo como se faz para explicar-se o comportamento cortês [...] nenhuma dessas teorias é capaz de explicar a descortesia de forma adequada. O melhor que podem fazer é reduzir a descortesia como a falta, ausência, ou violação de normas. (2001, p. 98 - 101)

Há que se acrescentar que Eelen ressalta que, a despeito de alguns teóricos, como Brown e Levinson, Fraser e Nolan, Watts, entre outros, parecerem mais interessados na incorporação da questão da descortesia aos seus estudos, o tratamento da descortesia é, contudo, ainda bastante superficial.

Por essa razão, Eelen (2001) procura fazer uma abordagem bastante sucinta da questão da descortesia na interação ao tratar da questão dos motivos pelos quais atos de descortesia são desencadeados. Eelen admite que algumas relações de descortesia podem ser explicadas em virtude da falta de conhecimento do falante ou por engano (*misunderstanding*), isto é, pelo

fato de que um falante pode, com efeito, desconhecer o que é considerado cortês para o interlocutor.

Não obstante, Eelen ressalta que a descortesia não pode estar atrelada somente à questão do engano por parte do interlocutor que comete atos descorteses, uma vez que, em determinadas ocasiões, o propósito da descortesia tem valor argumentativo. Em decorrência disso, nesse caso, o falante comete um ato de descortesia de forma deliberada, cujo propósito é argumentativo, em razão de não se poder excluir a possibilidade de que o falante tenciona a descortesia.

E nesse caso, cumpre-nos afirmar que, no discurso político, os atos de descortesia são, com efeito, atos deliberados, isto é, consideramos que tais atos assumem o papel de estratégias argumentativas cujo propósito é a adesão do auditório mediante a depreciação da imagem do candidato oponente.

Por essa razão, consideramos que certos atos de descortesia, sobretudo em interações polêmicas, afiguram-se como estratégias argumentativas, de modo que a interface entre um estudo da descortesia atrelado à argumentação faz-se necessário, tendo-se em vista o fato de que a lógica de certos tipos de interações – com efeito, as de cunho marcadamente polêmico – é, com efeito, cometer atos de descortesia com finalidades persuasivas, fato corroborado pelas considerações de Eelen: “O estudo dos efeitos interacionais e das finalidades argumentativas de falantes que têm como propósito a descortesia é possível”. (2001, p. 113)

Assim, para Eelen, a descortesia não pode ser explicada do mesmo modo que a cortesia, isto é, não deve ser estudada conforme os paradigmas da cortesia verbal, sendo compreendida e relegada à concepção de que se trata meramente de uma violação das normas do que é cortês. (2001, p.104).

Em seu estudo intitulado *Interaction Ritual. Essays on Face-to-Face Behaviour*, Goffman (1967, p.14), precursor dos estudos sobre o trabalho de face e da questão da cortesia na interação, elenca três razões pelas quais atos de ataque à face – os quais consistem, portanto, em atos de descortesia – são desencadeados:

- Atos de ameaça que correspondem a uma ofensa efetuada de forma inocente, isto é, em razão da falta de conhecimento dos interactantes ao longo da interação;

- Quando a ofensa afigura-se como um ato marcado pela intencionalidade e ocorre de forma maliciosa, cuja intenção é causar um insulto abertamente;
- Atos de ofensa acidentais, não planejados.⁷

Desse modo, há que se observar que Goffman já considerava a descortesia, grosso modo, conforme seus próprios parâmetros, visto que, ao elencar tais razões para explicar a ocorrência de atos de descortesia, não recorre à questão da cortesia para investigar os motivos pelos quais a face alheia é posta em ameaça.

Em outras palavras, Goffman estabelece alguns princípios para sua abordagem das relações de descortesia, atendo-se ao contexto interacional e à intencionalidade, intrínseca a alguns atos de ameaça, apresentando-os, pois, consoante sua própria lógica, ou seja, sua finalidade na interação que, em certas ocasiões, consistem na intenção do falante descortês em insultar com malícia.

No caso de nosso objeto de estudo, o debate eleitoral, observamos que os atos de descortesia ocorrem de forma proposital e, portanto, vinculam-se ao segundo motivo elencado por Goffman, em função do qual um ato de descortesia é desencadeado, que consiste na ameaça deliberada às faces, isto é, em atos cujo propósito é, de fato, atacar a face alheia de modo intencional, sem atenuadores e de forma direta.

Blas Arroyo (2001) reconhece que há tipos de interação cujo objetivo não é, de fato, o de manter seu equilíbrio mediante atos de cortesia, mas, em contrapartida, estabelecer o conflito. Nesse caso, temos as interações polêmicas, como o debate político. Ademais, Blas Arroyo assinala que, em determinadas ocasiões, os falantes empregam atos de ameaça e têm, portanto, como propósito, instaurar o conflito de forma deliberada:

Porém, esta atitude supõe, na prática, desconhecer que, em não poucas ocasiões, o desacordo se impõe sobre a conciliação e que às vezes, inclusive, os falantes atuam deliberadamente buscando esse conflito.⁸

Convém acrescentar que, conforme ressalta Blas Arroyo (2001, p.10), há determinados discursos – como o debate político – em que a descortesia é a norma. Desse modo, assim

⁷ First, He may appear to have acted innocently; his offense seems to be unintended and unwitting [...] Secondly, the offending person may appear to have acted maliciously and spitefully, with the intention of causing open insult. Thirdly, there are incidental offenses; these arise as an unplanned[...] (1967, p. 14)

⁸ O excerto trata-se de uma tradução livre da versão original a seguir: Sin embargo, esta actitud supone en la práctica desconocer que, en no pocas ocasiones, el desacuerdo se impone sobre la conciliación y que a veces, incluso, los hablantes actúan deliberadamente buscando esse conflicto.(BIAS ARROYO,2001,p.9)

como assinalam Eelen (2001), Goffman (1967), entre outros, observamos que a questão da intencionalidade está, de fato, em algumas ocasiões, atrelada ao emprego da descortesia.

Ao estudar os mecanismos de descortesia empregados no discurso do tango na década de 20, Kaul de Malargueon arrola quatro tipos de descortesia: a auto - descortesia, a descortesia involuntária, atos descorteses animados com propósito cortês, e o tipo de descortesia voluntária, direta, designada como *descortesía de fustigación*, a qual é definida da seguinte maneira pela estudiosa:

Constituída por comportamentos conscientes e estratégicos, destinados a ferir a imagem do interlocutor, para responder a uma situação de enfrentamento ou desafio, ou com o propósito de começá-la. A grande maioria de seus atos são diretos. A descortesia é sempre uma agressão verbal do falante destinada ao ouvinte. (2005, p.130)⁹

Assim, diante do exposto, observa-se que a autora reconhece um tipo específico de descortesia por meio da qual as agressões ocorrem de forma consciente e assumem a forma de estratégias, cujo propósito é ferir a imagem do interlocutor. Desse modo, verifica-se que, nesse caso, a descortesia é compreendida como uma estratégia que, por sua vez, cumpre uma finalidade, sendo, pois, constituída por atos deliberados, ocorrendo de forma consciente com vistas a alcançar um determinado fim:

O falante descortês responde a um estado de desequilíbrio ou se engaja intencionalmente para fazer prevalecer sua própria cosmovisão ou a imagem que deseja apresentar, em detrimento do ouvinte. (2005, p.300)¹⁰

Ainda no que diz respeito à questão da descortesia deliberada, isto é, da questão da intencionalidade atrelada a atos de descortesia, importa-nos apresentar as contribuições de Culpeper (1996).

Em seu estudo acerca das (des)cortesia em espanhol, Bernal (2005) assinala que, assim, como Eelen (2001), Culpeper critica a teoria de Brown e Levinson em razão de que, em seu estudo sobre a cortesia, os autores não abordam a questão da descortesia de forma apropriada, sobretudo, no tocante à questão do papel do interlocutor a quem o ato de descortesia é destinado.

⁹ Constituída por comportamentos volitivos, conscientes y estratégicos, destinados a herir la imagen del interlocutor; para responder a una situación de enfrentamento o desafío, o con el propósito de entablarla. La gran mayoría de sus actos son directos. La perspectiva de la descortesía que ofrecen es siempre de *agresión verbal* del H al O. (2005, p.310)

¹⁰ El hablante descortês responde a um estado de desequilíbrio o lo entabla volitivamente para hacer prevalecer la cosmovisión propia o sus requerimientos de imagen, em detrimento del oyente. (KAUL DE MARLANGEON, 2005, p.300).

Culpeper *et alii.* (2003:1563), constatando que a investigação acerca da (des)cortesia deixou de lado o papel que o destinatário da ação descortês desempenha, oferecem uma série de estratégias a respeito do modo de reagir diante da descortesia[...]¹¹

Assim, o modelo de Culpeper acerca das reações do interlocutor a um ato descortês constitui-se da seguinte maneira, conforme assinala Bernal (2005, p.372):

- Quando um ato de descortesia é cometido, aquele a quem o ato é destinado pode ou não responder a tal ato. Na situação em que há ausência de resposta, temos o silêncio.
- Na situação em que há resposta ao ato de descortesia, o interlocutor pode recorrer a duas atitudes:
 - Contrariar o ato;
 - Aceitar o ato descortês.
- Modos de contrariar um ato de descortesia:
 - Ofensivamente: o interlocutor, cuja imagem foi ameaçada pelo ato de descortesia, ataca aquele que o ameaçou;
 - Defensivamente: o interlocutor defende a própria imagem mediante recursos diversos, como responsabilizar a outros ou ignorar a ofensa.
- Caso em que se aceita o ato de descortesia:
 - Assume-se a responsabilidade de ter sido alvo de um ato descortês, mediante o pedido de desculpas, colocando sua própria face sob ameaça.

Cumpramos ressaltar que, para o presente estudo, assumiremos as posições de Eelen, Goffman, Blass Arroio e Kaul de Malargueon, segundo as quais a descortesia é, em certos tipos de interação, deliberada, como no caso do debate político, e que os interactantes fazem seu uso com propósitos argumentativos (Eelen, 2001).

Consideramos que os atos de descortesia direcionados à face do político adversário, no caso do *corpus* em estudo, cuja finalidade é, com efeito, denegrir sua imagem mediante acusações, insultos, entre outros tipos de ataques, têm como objetivo convencer o auditório de que o candidato ameaçado não possui uma imagem digna de credibilidade para, enfim,

¹¹ Tradução livre da versão original a seguir: Culpeper et alii.(2003:1563), constatando que la investigación acerca de la (des)cortesia há dejado de lado el papel que desempeña el destinatario de la acción descortés, ofrecen una serie de estrategias respecto al modo de reaccionar ante la descortesia[...]

persuadi-lo de que o oponente não pode gerir o cargo pretendido. Em outras palavras, os atos de descortesia constituem-se em estratégias de degradação da imagem do oponente com o propósito de levá-lo ao total descrédito diante do eleitorado, eliminando-o, pois, da disputa política.

Nesse caso, a descortesia é concebida, enfim, como um procedimento argumentativo pelo qual os interactantes buscam denegrir a imagem dos demais participantes da interação, cujo intento é deslegitimá-los diante do auditório, dado que a atribuição a outrem de uma imagem com a qual o auditório não compartilhe valores e crenças e, por conseguinte, não se identifique, consiste em um mecanismo deveras eficaz no trabalho de persuasão.

Desse modo, importa-nos ressaltar que o conflito em determinados tipos de interação é, com efeito, deliberado e cumpre fins argumentativos.

Em seu trabalho, cujo propósito é investigar as estratégias de oposição em interações polêmicas, Erlich (1993) propõe um estudo das estratégias argumentativas utilizadas pelos interactantes em encontros verbais em que prevalecem relações de conflito. Segundo Erlich (1993, p.29), nesses tipos de interação, os participantes estão preocupados em enaltecer e manter a própria imagem em detrimento da imagem alheia: “Este, por sua vez, esforça-se em “salvar” sua imagem cada vez que detecta uma ameaça real ou potencial” (1993, p.29)¹²

Cumpramos ressaltar que Erlich (1993) investiga as estratégias de oposição em interações polêmicas, permeadas, portanto, por relações de descortesia. Em outras palavras, observamos um trabalho em que há uma interface entre o estudo das relações de descortesia – uma vez que a autora assume que em seu *corpus* a lógica é a valorização da própria face em detrimento da face do outro – e a argumentação, cuja finalidade é a investigação dos mecanismos discursivos empregados em interações em que prevalecem relações de conflito.

Por essa razão, as contribuições de Erlich são de suma importância para a abordagem dos tipos de estratégias argumentativas empregadas pelos participantes de interações polêmicas. Em decorrência disso, consideramos a necessidade de procedermos à apresentação de algumas estratégias elencadas pela autora que, com efeito, oferecem respaldo às análises dos mecanismos argumentativos empregados pelos participantes de interações polêmicas – no caso, o debate político, objeto do presente estudo.

¹² Tradução livre da versão a seguir: Este a su vez se esfuerza em “salvar” su imagem cada vez que detecta uma amenaza, real o potencial

2.6 As contribuições de Erlich para o estudo das estratégias argumentativas em interações polêmicas

Antes de mais nada, importa-nos ressaltar que nossa pretensão não é fazer uma análise exaustiva de todos os recursos discursivos elencados por Erlich (1993). Por essa razão, consideramos apenas alguns argumentos que, com efeito, contribuem para nossa análise do emprego agressivo do trabalho de face, bem como das estratégias de ataque, defesa, e valorização das faces em um tipo de interação marcada por relações de descortesia.

Em seu trabalho acerca das estratégias discursivas e argumentativas empregadas pelos interactantes em interações polêmicas, cuja orientação teórica baseia-se nos estudos de Perelman e Olbrechts – Tyteca, entre outros; Erlich (1993) apresenta alguns mecanismos dos quais os participantes desses tipos de interações fazem uso em seu discurso argumentativo, tais como:

- Antecipar possíveis objeções: neste caso, Erlich ressaltar que o papel de tal recurso argumentativo é a valorização da imagem do locutor que, por meio de seu discurso, antecipa-se a possíveis objeções aos seus argumentos. Em outras palavras, o locutor constrói seu discurso em função do que supõe ser, possivelmente, alvo de críticas com o propósito de antecipar-se a elas, invalidando-as. O uso de tal recurso permite ao locutor apresentar a imagem de alguém capaz de antever concepções contrárias às suas, bem como de mostrar certo conhecimento.
- Evitar ou retardar o enfrentamento: esse recurso consiste em afastar-se ou retardar o tópico proposto ou, até mesmo, modificar o seu tema.
- Desprezar o debate: essa estratégia discursiva consiste em tratar o assunto discutido sob outro enfoque, no caso o do próprio locutor que emprega tal estratégia, com o intento de mostrar ao interlocutor que seu ponto de vista é mais relevante que o tópico em andamento. É necessário que o locutor conheça os valores e crenças admitidas por seu interlocutor no emprego desse recurso.
- Recordar ao interlocutor algo que sabe: nesse caso, o locutor faz uso do conhecimento que possui sobre seu interlocutor para remetê-lo a algo que conhece. Uma das diversas formas apresentadas é a seguinte:

- O locutor recorda o interlocutor acerca do que este sabe, de fato: a função dessa estratégia consiste em fazer uso do discurso do interlocutor em benefício do discurso do locutor. Em outras palavras, o locutor, constrói seu próprio discurso tendo como base o discurso de seu interlocutor, empregando-o em benefício próprio.

Ademais, ao tratar da questão da persuasão no discurso argumentativo, Erlich assinala - fundamentando-se nas contribuições da retórica aristotélica – a existência de três recursos pelos quais aquele que deseja obter a adesão daqueles que se procura persuadir faz uso:

- O apelo às emoções: nesse caso, o locutor busca persuadir por meio do apelo às emoções com o propósito de que auditório não analise os fatos de forma racional ou objetiva. O apelo a questões relativas ao patriotismo ou nacionalismo são algumas formas de despertar as emoções.
- O apelo à razão: em contextos de interação polêmicas, em que predominam as refutações, o interesse do locutor consiste em expor falácias no discurso do interlocutor. As falácias consistem em declarações falsas no que se refere ao conteúdo das proposições apresentadas, ou seja, em raciocínios ou formas de argumentação não válidas. O objetivo do emprego desse recurso argumentativo não reside em determinar quais são as falácias, mas sim em investigar a intencionalidade atrelada ao seu uso no discurso. Há que se acrescentar que o desacordo com as proposições no discurso afigura-se mediante:
 - O desacordo com o ato enunciativo: que consiste em repudiar um ato comunicativo do interlocutor ou na refutação dos pressupostos pelos quais o interlocutor fundamenta seu discurso.
 - O desacordo com o conteúdo do enunciado: neste caso, discorda-se do conteúdo veiculado pelo enunciado do interlocutor. Há quatro formas de desacordo: a invalidação, a retificação, a refutação e a concessão.

Para o presente estudo, importa-nos o procedimento de refutação, o qual consiste em rejeitar uma determinada asserção do interlocutor. Tal recurso consiste em negar ou rejeitar um enunciado para, em seguida, apresentar uma justificativa, isto é, um argumento com o qual se possa fundamentar a refutação destinada ao discurso do interlocutor.

Consideramos, também, o procedimento de retificação, por meio do qual o falante procede à expansão de um enunciado anterior que fora negado. Normalmente, a retificação é introduzida por meio do conectivo “mas”. Além disso, de acordo com a autora, há, entre ambos os enunciados- o retificado e aquele que o retifica – uma relação de oposição.

- O apelo à ética:, no emprego da refutação, pode-se recorrer ao ataque da imagem do interlocutor. Na retórica aristotélica, a valorização da imagem consistia num dos meios mais persuasivos dos quais um orador fazia uso para obter a adesão do outro. Erlich considera que os participantes de interações polêmicas desejam apresentar a impressão de uma pessoa comum, benevolente e de altas qualidades morais, salientando que esta impressão deve ser veiculada pelo discurso. O apelo à ética ou à desvalorização do interlocutor corresponde a ataques a posições, atuações ou, mesmo, a aspectos relativos à vida pessoal em casos em que se refuta um dado argumento.

Além do que já expusemos, Erlich (1993) apresenta diversos procedimentos argumentativos em seu estudo minucioso acerca da polêmica na interação. Entretanto, nosso propósito não reside, como já ressaltamos, em apresentar todos os recursos argumentativos abordados por Erlich. Desse modo, procedemos à exposição de alguns recursos mobilizados no discurso polêmico, em virtude de sua significativa ocorrência no *corpus* analisado, tais como:

- O apelo ao engenho: o desacordo pode ser expresso recorrendo-se ao engenho, mediante o sarcasmo, a ironia, a ridicularização, a brincadeira , entre outros.
- Os argumentos baseados no testemunho: esse grupo de argumentos fundamenta-se em fontes extrínsecas ao discurso; os quais dizem respeito ao *argumento de*

autoridade, ao argumento baseado em máximas ou provérbios e o argumento baseado em dados documentados.

Consideramos a necessidade de apresentar somente o terceiro argumento, uma vez que o argumento de autoridade (postulado por Perelman e Olbrechts – Tyteca, 2005) será abordado na parte dedicada aos tipos de argumentos elencados pelos estudiosos em sua obra: *Tratado da argumentação*.

- Argumento baseado em dados documentados: o emprego desse argumento consiste na apresentação de dados documentados, os quais podem ou não ser fidedignos. Podem ser dados estatísticos ou pesquisas de opinião, entre outros.

2.7. As contribuições de Aquino (1997) para a análise da gestão das faces em interações polêmicas

Em seu estudo acerca das interações polêmicas, Aquino (1997) propõe um esquema, cujo objetivo é reorganizar as estratégias discursivas abordadas por Erlich, mediante a organização de um quadro no qual se procede à exposição das: “*estratégias que fortalecem o locutor em oposição àquelas que o enfraquecem*” (1997, p.205).

Consideramos, para o presente estudo, algumas delas, a saber:

Estratégias que fortalecem o locutor:

- Antecipar objeções;
- Apelar à razão;
- Refutar;
- Entrar em desacordo com o ato enunciativo;
- Atacar a imagem do interlocutor;
- Apelar para as emoções;
- Apelar para certas habilidades/ atitudes, como o uso da ironia (embora aja inversamente se empregada em demasia), da repetição e da correção;
- Estabelecer relação de comparação;

- Proceder à relação de causa e efeito;
- Utilizar argumento de autoridade;
- Utilizar argumento baseado em dados documentados fidedignos.

Estratégias que enfraquecem o locutor:

- Evitar (mudando-o) ou retardar o desenvolvimento do tópico.
- Desprezar o debate.

As contribuições de Erlich (1993) e Aquino (1997) corroboram nossa concepção de que o discurso político não se restringe, porém, à tentativa de ataque ou defesa da imagem dos sujeitos envolvidos: há, com efeito, outras finalidades, como a tentativa de influenciar o outro mediante mecanismos discursivos diversos e, entre eles, consideramos os recursos argumentativos. Em outras palavras, ao longo de todo o debate, observamos claramente a tentativa dos candidatos em conduzir o auditório a estabelecer uma relação de identificação com seu discurso para, enfim, levá-lo a atribuir credibilidade à sua imagem em detrimento da de seu adversário mediante atos deliberados de descortesia, cuja função é, de fato, argumentativa.

Por essa razão, partiremos da concepção de que, em toda manifestação discursiva, seja ela verbal ou não, há sempre uma finalidade, isto é, um objetivo; o qual é consolidado a partir de uma série de estratégias utilizadas pelos sujeitos na interação:

Todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão. (MOSCA, 2004, p. 23).

Assim, compartilhamos a concepção de que toda manifestação discursiva tem como finalidade atingir um destinatário, levando-o à adesão por meio do discurso, de maneira que, sob tal perspectiva, todo discurso é, com efeito, persuasivo. Em decorrência disso, consideramos o discurso político persuasivo, uma vez que sua finalidade é levar o auditório a crer em algo – isto é, convencê-lo, para, posteriormente, fazer algo, persuadindo-o. Em outras palavras, observamos que os atos de descortesia empregados nesse tipo de interação polêmica cumprem uma finalidade argumentativa, sendo, pois, atos deliberados.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO

Como já ressaltamos no presente estudo, a retórica foi severamente deslegitimada ao longo dos anos, mais precisamente, desde o fim do império romano, tendo sido reduzida a questões de eloquência, em função do advento do positivismo e da valorização do pensamento científico, fundado na lógica formal.

A respeito desse fato, Platin (2008) faz as seguintes considerações: “A argumentação não foi esquecida, ela foi é profundamente deslegitimada”. (2008, p.20)

Ademais, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca ressaltam, no que diz respeito à deslegitimação do raciocínio persuasivo:

Faz três séculos que o estudo dos meios de prova utilizados para obter a adesão foi completamente descurado pelos lógicos e teóricos do conhecimento (2005, p.2).

Com efeito, somente no século XX, a preocupação com a argumentação retoma seu vigor, graças às contribuições de Chaïm Perelman, cujo interesse era o estudo de uma lógica fundada nos “valores”, isto é, a uma ciência capaz de examinar o emprego das técnicas argumentativas utilizadas pelos sujeitos nos mais variados discursos, cujo fim consiste na adesão daqueles aos quais são destinados.

Por essa razão, em 1958, com a colaboração de Lucie Olbrechts-Tyteca, Perelman publica a obra *Tratado da argumentação*, cujo objetivo consiste na análise dos meios pelos quais é possível conseguir a adesão do outro mediante a apresentação de argumentos não necessariamente verdadeiros, mas plausíveis, empreendendo, pois, uma ruptura com o pensamento cientificista, segundo o qual raciocínios alheios à evidência, isto é, não comprovados pelo cálculo, não são dignos de estudo. Em decorrência disso, em seu trabalho sobre os mecanismos argumentativos utilizados no trabalho de persuasão do outro, Perelman e Olbrechts-Tyteca contrapõem-se ao pensamento cientificista em função de seu interesse em estudar questões ligadas à argumentação fundada numa “lógica dos valores”, isto é, numa ciência capaz de analisar os mecanismos pelos quais se procura influenciar o outro.

Vejamos o que os autores dizem a respeito da natureza do trabalho de argumentação:

O campo da argumentação é o do verossímil, do plausível, do provável, na medida em que este último escapa às certezas do cálculo. Ora, a concepção claramente exposta por Descartes, na primeira parte do *Discurso do método*, era a de considerar “quase como falso tudo quanto era apenas verossímil”. Foi ele que, fazendo da

evidência a marca da razão, não quis considerar racionais senão as demonstrações que, a partir de idéias claras e distintas, estendiam, mercê de provas apodíticas a evidência dos axiomas a todos os teoremas. (2005, p.1)

Com efeito, o campo das ciências exatas, fundado em verdades absolutas, não pode abarcar os problemas relativos às ciências humanas. Em outras palavras, era preciso, segundo os autores, estabelecer um método capaz de analisar questões relativas à esfera da opinião, isto é, uma “lógica de valores”, haja vista que, em um discurso fundado em questões humanas e sociais, não há como estabelecer verdades indiscutíveis:

Deveríamos, então, tirar dessa evolução da lógica e dos incontestáveis progressos por ela realizados a conclusão de que a razão é totalmente incompetente nos campos que escapam ao cálculo e de que, onde nem a experiência, nem a dedução lógica podem fornecer-nos a solução de um problema, só nos resta abandonarmo-nos às forças irracionais, aos nossos instintos, à sugestão ou à violência? (2005, p.3)

Dessa forma, era preciso elaborar, por meio da retomada da herança retórica aristotélica, uma ciência capaz de sistematizar os mecanismos argumentativos pelos quais é possível obter a adesão daqueles a quem o discurso lhes é destinado: o auditório. Para os estudiosos, problemas relativos a questões não mensuráveis, isto é, de ordem subjetiva, referentes à esfera dos valores e crenças, não podem ser relegados à obscuridade. Ademais, o intuito de Perelman e Olbrechts-Tyteca é que seu tratado possa conceder respaldo à análise das mais variadas manifestações discursivas, sejam elas orais ou escritas, cujo objetivo seja a persuasão:

Os meios de prova de que se servem as ciências humanas, o direito e a filosofia; examinaremos as argumentações apresentadas por articulistas em seus jornais, por políticos em seus discursos, por advogados em suas peças de defesa, por juízes em suas sentenças, por filósofos em seus tratados (2005, p.13).

Cumpre-nos ressaltar, ainda, acerca do projeto de Perelman e Olbrechts-Tyteca, referente à argumentação empreendido em seu *Tratado*, as seguintes considerações de Platin:

Uma contribuição essencial do *Tratado* é seu inventário das formas argumentativas. Ali encontramos, para começar, um conteúdo de descrição empírica incomparável: “Mais de oitenta tipos de argumentos de observações esclarecedoras sobre a função argumentação de mais de sessenta e cinco figuras”[...] (2008, p.48)

Desse modo, observa-se que Perelman e Olbrechts-Tyteca buscam estabelecer um estudo minucioso – isto é, uma sistematização - capaz de elencar, classificar e analisar diversos tipos de argumentos empregados em um discurso cuja tentativa é influenciar o outro sem, contudo, recorrer a métodos baseados em evidências comprovadas, uma vez que o objetivo do estudo desses autores não é o de verificar se os discursos são verdadeiros ou não, mas o quanto são eficazes, mediante a observação do nível de adesão de um determinado auditório a tais discursos.

Assim, Perelman e Olbrechts-Tyteca resgatam algumas noções oriundas da retórica aristotélica, como a de auditório, entre outras; ressaltando, pois, logo no início de seu estudo, sua relação com a retórica e, por conseguinte, seu rompimento com o cientificismo, fundado na demonstração de evidências indiscutíveis:

A publicação de um tratado consagrado à argumentação e sua vinculação a uma velha tradição, a da retórica da dialética grega, constituem uma ruptura com uma concepção da razão e do raciocínio, oriunda de Descartes, que marcou com seu cunho a filosofia ocidental dos três últimos séculos. (2005, p.1)

Em razão de sua vinculação à herança aristotélica, Perelman e Olbrechts-Tyteca apresentam seu *Tratado da argumentação* como uma “Nova Retórica”, subtítulo de seu trabalho. Contudo, convém assinalar que o estudo *Tratado da argumentação* (doravante denominado como TA) não consiste em uma releitura dos preceitos estipulados por Aristóteles em sua retórica, conquanto retome algumas noções oriundas dos estudos aristotélicos, como a questão dos *lugares* – apresentados e estudados por Aristóteles em sua obra os *Tópicos*. Aliás, os autores ressaltam que sua proposta - no que diz respeito ao tratamento da questão dos lugares - difere daquela veiculada pela teoria aristotélica:

Só chamaremos de lugares as premissas de ordem geral que permitem fundar valores e hierarquias e que Aristóteles estuda entre os lugares do acidente (2005, p. 95)

Acerca da questão dos lugares-comuns, Perelman e Olbrechts-Tyteca ressaltam que o uso de tal recurso no discurso desconsidera seu papel argumentativo: “[...] agora só se pensa em sua banalidade, ignorando-lhes o valor argumentativo.” (2005, p.95)

Desse modo, o propósito dos estudiosos em seu TA é, sem dúvida, abordar a questão dos lugares consoante seu papel no trabalho de persuasão: “[...] os lugares formam um arsenal indispensável, do qual, de um modo ou de outro, quem quer persuadir outrem deverá lançar mão.” (2005, p.95)

Em seu *Tratado*, Perelman e Olbrechts-Tyteca designam os seguintes lugares: lugares da quantidade, da qualidade, da ordem, do existente, da essência e da pessoa. Contudo, para a análise do *corpus*, consideramos somente os lugares da quantidade e os da qualidade.

3.1. LUGARES DA QUANTIDADE E DA QUALIDADE

Em virtude de sua significativa ocorrência no *corpus*, como estratégia argumentativa utilizada no emprego agressivo do trabalho de face dos interactantes ao longo da interação, consideramos, para o presente estudo, o exame de tal recurso argumentativo. Em decorrência disso, importa-nos apresentar a definição dada por Perelman e Olbrechts-Tyteca aos lugares da quantidade. Vejamos suas considerações concernentes às características desse procedimento argumentativo:

Entendemos por *lugares da quantidade* os lugares-comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outra por razões quantitativas [...] Aristóteles assinala alguns desses lugares: um maior número de bens é preferível a um menor número, o bem que serve a um maior número de fins é preferível ao que só é útil ao mesmo grau, o que é mais duradouro e mais estável é preferível ao que o é menos (2005, p.97)

Impende observar ainda as seguintes considerações de Perelman e Olbrechts-Tyteca acerca da interface entre a questão do senso- comum ao uso deste recurso argumentativo:

O lugar da quantidade, a superioridade do que é admitido pelo maior número é que fundamentam certas concepções de democracia e, também, as concepções da razão que assimilam esta ao “senso comum” (2005, p.98)

Quanto ao apelo ao recurso argumentativo fundado nos lugares da qualidade, este diz respeito ao fato de se refutar uma argumentação em que se faz uso dos lugares da quantidade, alegando-se que o emprego de argumentos pautados em dados numéricos, relacionados à quantidade, não inspira prestígio e, portanto, não pode promover a adesão do auditório: “Os lugares da qualidade, os menos apreensíveis, aparecem na argumentação quando se contesta a virtude do número” (2005, p. 100)

3.2. O AUDITÓRIO

Há, ainda, outra noção que conservou-se da retórica aristotélica: a de auditório. Vejamos o que se diz a esse respeito:

O que conservamos da retórica tradicional é a idéia mesma de auditório, que é imediatamente evocada assim que se pensa num discurso. Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito freqüente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005 p.7)

Assim, para ambos os teóricos, o auditório diz respeito a todos aqueles aos quais lhes são apresentadas teses cujo objetivo é a sua adesão mediante o discurso oral ou escrito, definindo-o da seguinte maneira: “[...] O conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação” (2005, p.22).

Para Perelman e Olbrechts-Tyteca, para que uma argumentação seja eficaz e obtenha sucesso, isto é, para que seja capaz de levar seus destinatários à adesão, é de suma importância o conhecimento das crenças e ideias valorizadas pelo auditório, para que, por meio desse conhecimento, construa-se um discurso no qual estejam presentes argumentos com os quais o auditório se identifique, de maneira que o orador pareça, desse modo, compartilhar os mesmos valores com aqueles que busca persuadir. Em outras palavras, é preciso que orador conheça bem seu auditório e construa seu discurso em função dele.

Com efeito, uma mesma argumentação pode não surtir efeitos positivos em diferentes auditórios, uma vez que um mesmo discurso – dotado de determinados valores – pode não ser digno de credibilidade para alguns, mas o ser para outros. Em razão disso, importa-nos ressaltar que, para que um discurso seja deveras eficaz, faz-se necessário que o orador adapte-se ao seu auditório.

Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes considerações acerca desse fato:

Uma argumentação considerada persuasiva pode vir a ter um efeito revulsivo sobre um auditório para o qual as razões pró são, de fato, razões contra. (2005, p.22)

Por esse mister, uma argumentação direcionada a um auditório heterogêneo implica que o orador seja sobremodo perspicaz, uma vez que o auditório ao qual um discurso é dirigido possui diferentes crenças e valores. Em decorrência disso, há que se ressaltar a necessidade de que o orador seja capaz de adaptar seu discurso a diferentes visões de mundo.

Por essa razão, cabe ao orador construir seu discurso em função daqueles que procura persuadir, devendo, pois, conhecê-los ou, pelo menos, supor quais são suas expectativas: “O conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma construção prévia de qualquer argumentação eficaz” (2005, p.23).

Em outras palavras, é necessário que o orador conheça o conjunto de valores admitidos pelos seus interlocutores, isto é, que suponha qual é o conhecimento de mundo de seus destinatários. Desse modo, a seleção dos argumentos utilizados no discurso do orador, bem como a imagem que será apresentada, dependem do que o orador supõe ser valorizado

pelo seu auditório: “É, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores” (2005, p.27).

Com efeito, a adaptação do orador aos valores e crenças admitidas pelo auditório - sobretudo de um auditório heterogêneo - consiste num recurso deveras eficaz no discurso argumentativo, uma vez que, ao compartilhar pontos de vista com aqueles aos quais se procura persuadir, o orador promove uma relação de identificação com seus interlocutores, conduzindo, pois, sua argumentação ao sucesso.

O orador competente em fazer uso dos mais variados recursos ou mecanismos discursivos, capazes de atingir diferentes grupos, pertencentes ao auditório ao qual se busca influenciar, é um orador perspicaz e pode, com efeito, obter êxito em seu trabalho de argumentação diante de um auditório heterogêneo. A nosso ver, essa capacidade - a de mobilizar argumentos diversos, adequados à tarefa de influenciar um auditório heterogêneo, pode, com efeito, colaborar para a valorização da face dos candidatos.

Perelman e Olbrechts- Tyteca fazem as seguintes considerações a respeito desse fato: “Ele deverá utilizar argumentos múltiplos para conquistar os diversos elementos de seu auditório” (2005, p.24).

Em contrapartida, uma argumentação fundada em valores contrários aos admitidos pelo auditório que se procura persuadir pode ocasionar o seu fracasso. Assim, a escolha errônea dos argumentos selecionados pelo orador na construção de seu discurso - argumentos não aceitos pelo auditório - colabora para a construção de um discurso frágil. Perelman e Olbrechts- Tyteca denominam a escolha inadequada dos argumentos de “petição de princípio” que, segundo os autores : “é um erro de argumentação”. Essa questão é de suma importância para as análises que se seguem, uma vez que o erro de argumentação pode, seguramente, acarretar a perda da face de quem o cometeu diante de seu auditório.

Acerca do auditório, cumpre assinalar que os autores distinguem três tipos de auditórios: o auditório universal que é “constituído pela humanidade inteira, ou pelo menos todos os homens adultos e normais”; o auditório que se constitui a partir de um único interlocutor com o qual se dialoga; e o terceiro, que diz respeito ao próprio sujeito que produz o discurso, isto é, quando o sujeito delibera consigo mesmo: “quando ele delibera ou figura as razões de seus atos.” (2005, p.34).

3.3. AS FIGURAS DE ESCOLHA, COMUNHÃO E DE PRESENÇA

Outro conceito resgatado pela *Nova Retórica* de Perelman e Olbrechts – Tyteca, oriundo da herança aristotélica, consiste na abordagem das figuras de retórica, as quais foram, por muito tempo, entendidas, meramente, como ornamentos para o discurso, desprezando-se, pois, seu valor argumentativo. Vejamos as considerações dos estudiosos acerca do emprego das figuras de retórica como recursos estilísticos, sem fins de persuasão:

Em consequência da tendência da retórica a limitar-se aos problemas de estilo e de expressão, as figuras foram cada vez mais consideradas simples ornamentos, que contribuem para deixar o estilo artificial e floreado (2005, p.189)

Há que se observar que o estudo das figuras de retórica empreendido por Perelman e Olbrechts-Tyteca ocorre com vista a investigá-las como técnicas argumentativas em discursos persuasivos:

Para nós, que nos interessamos menos pela legitimação do modo literário de expressão do que pelas técnicas do discurso persuasivo, parece importante não tanto estudar o problema das figuras em seu conjunto quanto mostrar em que e como o emprego de algumas figuras determinadas se explica pelas necessidades da argumentação. (2005, p.190)

Em outras palavras, a abordagem das figuras de retórica pelos autores em seu *Tratado da argumentação* está atrelada à concepção de que seu emprego afigura-se, em determinadas ocasiões, como recursos argumentativos, cujo fim é colaborar para a construção de um discurso persuasivo pelo qual se obtenha a adesão daqueles aos quais é destinado.

Por essa razão, Perelman e Tyteca têm como propósito o exame dos efeitos produzidos por tais figuras, a saber: “impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença ou realizar a comunhão com o auditório” (2005, p.195).

Cumpramos ressaltar que, para a análise do *corpus* em estudo, consideramos apenas as figuras de comunhão e de presença. Assim, consideramos oportuno expor-lhes as características e a definição que lhes é dada:

- Figuras de comunhão: o emprego dessas figuras no discurso consiste num recurso pelo qual o orador visa obter a aproximação com o auditório, o qual busca persuadir. Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes considerações acerca desse recurso argumentativo:

As figuras de comunhão são aquelas em que, mediante procedimentos literários, o orador empenha-se em criar ou confirmar a comunhão com o auditório. (2005, p. 201)

- Figuras de presença: conforme salientam Perelman e Olbrechts –Tyteca, o emprego de uma figura de presença tem a finalidade de reforçar a presença, na consciência do auditório, do que é veiculado pelo discurso do orador: “As figuras de presença têm por efeito tornar presente na consciência o objeto do discurso” (PERELMAN e OLBRECHTS TYTECA, 2005, p. 197). Entre as figuras de presença mais recorrentes, observa-se a repetição, a qual consiste, com efeito, em reforçar a presença daquilo que se quer que o auditório retenha para si mediante seu emprego no discurso de quem procura persuadir outrem.

3.4 TIPOS DE ARGUMENTOS

Em seu TA, no qual Perelman e Olbrechts-Tyteca elencam uma série de argumentos, sistematizando-os e classificando-os, segundo sua função no trabalho de persuasão do auditório, observam-se três tipos de argumentos: o conjunto dos argumentos quase-lógicos, os argumentos baseados na estrutura do real e aqueles que fundamentam a estrutura do real.

Para melhor entendermos a natureza desses argumentos, procedemos à apresentação dos argumentos pertencentes a cada um dos três grupos acima mencionados. Ademais, convém assinalar que não é nosso propósito expor e analisar todos os argumentos elencados por Perelman e Olbrechts-Tyteca, mas tão somente aqueles dos quais os informantes envolvidos na interação em análise – o debate eleitoral – fazem uso.

Desse modo, nosso intuito é fazer um recorte do esquema de argumentos postulado pelos autores, expondo apenas aqueles que julgamos relevantes para o presente estudo, com o propósito de compreendermos os mecanismos argumentativos mobilizados pelos interactantes em seu trabalho de face ao longo de um tipo de interação cuja lógica é a polêmica.

3.4.1. Os argumentos quase-lógicos

Os argumentos quase lógicos caracterizam-se por assemelharem-se aos apresentados pela lógica formal. Entretanto, tais argumentos não são, de fato, demonstráveis com precisão como nas demonstrações formais. Não são, pois, raciocínios lógicos, indiscutíveis, mas

assemelham-se a tipos de argumentos lógicos para, em virtude dessa semelhança, parecer-nos argumentos indiscutíveis e, por conseguinte, fortemente persuasivos. Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes considerações sobre os argumentos quase-lógicos:

Pretendem certa força de convicção, na medida em que se apresentam como comparáveis a raciocínios formais, lógicos ou matemáticos (...) os argumentos quase-lógicos tiram atualmente sua força persuasiva de sua aproximação desses modos de raciocínio incontestados (2005, p.219)

Um argumento de contradição e incompatibilidade é quase-lógico pelo fato de que quem o utiliza pretende que sua argumentação obtenha prestígio em decorrência da semelhança desse tipo de argumento com uma proposição lógica. Perelman e sua colaboradora apresentam a seguinte afirmação a respeito desse tipo de raciocínio – que obtém seu prestígio em função de sua semelhança com o raciocínio lógico:

Quem critica um argumento tenderá a pretender que o que tem à sua frente depende da lógica; a acusação de cometer uma falta lógica é, em geral, por sua vez, uma argumentação quase-lógica. A pessoa se prevalece, com essa acusação, do prestígio do raciocínio rigoroso. Essa acusação poderá ser precisa (acusação de contradição, por exemplo) e situar-se no próprio nível da argumentação. (2005, p.220)

Desse modo, alguém que profere asserções incompatíveis é tido como incoerente e pode ter, com efeito, sua face ameaçada. Perelman Olbrechts – Tyteca definem esse tipo de argumento da seguinte maneira:

A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e de sua negação, ao tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e, com isso, inutilizável. Trazer a lume a incoerência de um conjunto de proposições é expô-lo a uma condenação inapelável, é obrigar quem não quer ser qualificado de absurdo a renunciar pelo menos a certos elementos do sistema. (2005, p.221)

Com efeito, os atos de linguagem não podem ser analisados, como salientam Perelman e Olbrechts - Tyteca, de maneira “unívoca”. Entretanto, alguém que afirma algo para, posteriormente, fazer outra afirmação contrária ou tomar atitudes que se opõem ao que fora anteriormente dito, pode ter, de fato, sua face ameaçada se acaso outrem alegue que houve, de fato, uma contradição entre o que foi dito e o que foi feito.

As considerações feitas por Perelman e Olbrechts-Tyteca, apresentadas a seguir, ilustram de maneira clara esse fato:

De hábito, a argumentação se empenhará em mostrar que as teses combatidas levam a uma *incompatibilidade*, que nisso se parece com uma contradição, que ela consiste em duas asserções entre as quais cumpre escolher, a menos que se renuncie a ambas. (2005, p.222).

Há que se ressaltar que os ataques à face alheia fundados em argumentos desse tipo ocorrem em quantidade significativa ao longo do debate, daí a necessidade de procedermos à apresentação desse tipo de argumento.

A par disso, os autores assinalam que:

A incompatibilidade é sempre relativa a circunstâncias contingentes, sejam estas constituídas por leis naturais, fatos particulares ou decisões humanas (2005, p.223).

Com efeito, em interações polêmicas cuja lógica é denegrir a imagem do outro, o apelo à incoerência entre o que um interlocutor diz e, posteriormente, faz, consiste em um recurso argumentativo de suma importância na tentativa de levá-lo ao total descrédito diante do auditório.

Outro tipo de argumento quase-lógico consiste na inclusão da parte no todo. Perelman e Olbrechts-Tyteca distinguem dois tipos de argumentos que dizem respeito à relação da parte com o todo:

Os que se limitam a demonstrar essa inclusão das partes no todo e os que demonstram a divisão do todo em suas partes e as relações entre as partes daí resultantes (2005, p.282)

Para a análise do *corpus*, interessa-nos o primeiro tipo de argumento: a inclusão da parte no todo. Vejamos as seguintes considerações dos estudiosos a respeito desse tipo de argumento:

Tratam-na como igual a cada uma de suas partes; analisam-se apenas as relações que permitem uma comparação quase-matemática entre o todo e suas partes. Isto possibilita apresentar argumentações fundamentadas no esquema “o que vale para o todo vale para a parte”. (2005, p.262)

Desse modo, concluímos que se algo é atribuído ao todo, aplicar-se-á o mesmo às suas partes. Para ilustrar esse fato, os estudiosos apresentam o exemplo de uma afirmação de Locke, segundo a qual se uma lei é aplicada a uma igreja deverá ser, pois, aplicada aos seus membros.

Ainda no que diz respeito à argumentação quase-lógica e seus recursos, cumpre ressaltar o apelo ao ridículo e seu papel no discurso argumentativo.

Ao tratar da questão do ridículo e de sua aplicação ao trabalho de argumentação, Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes colocações:

O ridículo é aquilo que merece ser sancionado pelo riso, aquilo que E.Dupréel, em sua excelente análise, qualificou de “riso de exclusão”. Este é a sanção da transgressão de uma regra aceita, uma forma de condenar um comportamento

excêntrico, que não se julga bastante grave ou perigoso para reprimi-lo com meios mais violentos (2005, p.233)

Desse modo, os teóricos definem um ato como ridículo da seguinte maneira: “Uma afirmação é ridícula quando entra em conflito, sem justificção, com uma opinião aceita” (2005, p.233)

Cumpra ressaltar que o emprego de tal recurso com a finalidade de refutar o discurso alheio, atribuindo o ridículo a algum fato ou afirmação feita pelo interlocutor, consiste em uma estratégia de ataque à sua imagem, cuja finalidade é, de fato, trazer a lume a fragilidade de seu discurso.

Outro argumento quase-lógico, recorrente no *corpus* em análise, do qual faremos uso, diz respeito ao argumento de comparação. Perelman e Olbrechts-Tyteca ressaltam a importância da comparação na argumentação da seguinte forma:

A argumentação não poderia ir muito longe sem recorrer a comparações, nas quais se cotejam vários objetos para avaliá-los um em relação ao outro (2005, p.274)

Há que se acrescentar as características desse tipo de argumento:

São em geral apresentados como constatações de fato, enquanto a relação de igualdade ou de desigualdade afirmada só constitui, em geral, uma pretensão do orador (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.275)

Importa-nos salientar, ainda, que os estudiosos atribuem a tal tipo de argumento sua característica relativa à ideia de medição, embora afirmem que, muitas vezes, não há critérios de medição idôneos para mensurar os atos de comparação, de modo que acreditamos que os valores como superioridade, igualdade ou inferioridade são atribuídos pelos oradores ou pelo público.

Todas essas análises tendem a mostrar quanto os argumentos de comparação diferem de cotejos entre valores efetivamente mensuráveis, cujo lugar numa série ou num sistema teria fixado de uma vez por todas; não obstante, é a aproximação deles as estruturas matemáticas que fornece grande parte de sua força persuasiva. (2005, p.281)

3.4.2. Os argumentos baseados na estrutura do real

De acordo com Perelman e Olbrechts Tyteca, os argumentos baseados na estrutura do real recorrem à realidade e aos seus valores, a saber, aqueles aceitos por uma maioria, cuja

finalidade é obter força de adesão por meio dessa relação, isto é, entre argumentação e realidade. Vejamos sua definição acerca dos argumentos baseados na estrutura do real:

Os argumentos fundamentados na estrutura do real valem-se dela para estabelecer uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover (2005, p.297)

Na abordagem desses tipos de argumentos, faz-se uma distinção entre aqueles aos quais se aplicam relações de sucessão, que consistem na relação entre um evento e suas causas e consequências e aqueles que se estabelecem por meio de ligações de coexistência, isto é, que relacionam uma pessoa aos atos que lhe são atribuídos.

Vejamos, a seguir, as considerações de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) relativas à distinção entre os argumentos que se baseiam na estrutura do real:

Examinaremos, para começar, os argumentos que se aplicam a ligações de sucessão, que unem um fenômeno a suas consequências ou a suas causas, assim como os argumentos que se aplicam a ligações de coexistência, que unem uma pessoa a seus atos, um grupo aos indivíduos que dele fazem parte [...]

Entre os argumentos que se constituem por ligações de sucessão, interessa-nos, para o presente estudo, o argumento de vínculo causal e o argumento pragmático, que diz respeito às consequências de um acontecimento. Quanto aos argumentos constituídos por relações de coexistência, consideramos o argumento de autoridade e o argumento que se constitui a partir da relação entre a pessoa e seus atos.

A seguir, faremos uma apresentação sucinta dos tipos de argumentos e suas principais características.

Argumentos de ligação (Argumentos constituídos por ligações de sucessão)

Entre os argumentos de ligação elencados por Perelman e Olbrechts – Tyteca, verificamos os argumentos constituídos por vínculos causais. Esses autores (2005, p.300) distinguem três tipos de argumentação nas quais se empregam argumentos constituídos por vínculos causais:

- a) as que tendem a relacionar dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, por meio de um vínculo causal;
- b) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a descobrir a existência de uma causa que pôde determiná-lo;

c) as que, sendo dado um acontecimento, tendem a evidenciar o efeito que dele deve resultar.

Para o presente estudo, consideramos o segundo e terceiro tipos de argumentos, a saber, aqueles que relacionam um acontecimento à sua causa e os que são constituídos mediante a relação entre um determinado acontecimento e os efeitos dele resultantes, a fim de analisarmos os mecanismos pelos quais os interactantes de interações polêmicas procuram denegrir a imagem do interlocutor, valorizar a própria imagem ou mesmo defender-se de possíveis ameaças. O segundo tipo de argumento, relativo à causa por meio da qual um fato se explica, é exemplificado da seguinte forma por Perelman e Olbrechts –Tyteca:

Se um exército, dotado de um excelente serviço de informações, alcança, alcança sucessos, pode-se querer descobrir a causa deles na eficácia do serviço em questão; pode-se de seus sucessos atuais, inferir que ele possui um bom serviço de informações[...]

O argumento pragmático – que consiste em mais um argumento constituído por relações de sucessão – diz respeito ao efeito, isto é, às consequências decorrentes de um dado acontecimento.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) definem o argumento pragmático do seguinte modo:

Denominamos argumento pragmático aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. (2005, p.302)

Assim, o argumento pragmático refere-se às consequências de um ato. Com efeito, esse tipo de argumento será bastante utilizado pelos candidatos ao governo em seu trabalho de face, seja para atacar a face positiva do oponente ou para valorizar a sua própria face positiva.

Argumentos constituídos por ligações de coexistência

Entre os argumentos que se constituem por meio de relações de coexistência, interessa-nos, para a análise do *corpus* em estudo, o argumento de autoridade e o argumento fundado nas relações entre a pessoa e seus atos. A seguir, faremos uma apresentação desses argumentos de forma sucinta, a fim de elucidar suas características e seu uso.

Perelman e Olbrechts – Tyteca (2005) fazem as seguintes considerações a respeito da relação entre a pessoa e seus atos:

A reação do ato sobre o agente é capaz de modificar constantemente a nossa concepção da pessoa, em se tratando de atos novos que lhe atribuímos ou de atos

antigos aos quais nos referimos. Uns e outros desempenham um papel análogo na argumentação, conquanto seja concedida preponderância aos atos mais recentes. (2005, p.337)

A partir das considerações acima apresentadas, podemos concluir que, para os autores, a análise dos atos cometidos por uma pessoa é de extrema importância, haja vista que, em função dos atos, podemos formular uma ideia relativa à pessoa que os cometeu, em razão de atribuímos a ela uma imagem em virtude de seus atos.

Ademais, Perelman e Olbrechts-Tyteca ressaltam que:

Um ato é, mais do que um indício, um elemento que permite construir e reconstruir nossa imagem da pessoa, classificar esta em categorias às quais se aplicam certas qualificações[...] (2005, p.338)

Outrossim, convém assinalar que Perelman e Olbrechts-Tyteca definem a noção de ato como: “ações, modos de expressão, reações emotivas, cacoetes involuntários ou juízos”. (2005, p.339).

Desse modo, quaisquer atos cometidos por um sujeito ao longo de sua interação com os outros podem acarretar em juízos positivos ou negativos atribuídos à sua imagem, uma vez que, em consequência da ocorrência de tais atos, formulamos juízos de valor e os atribuímos àqueles que os cometeram.

Com efeito, proceder à apresentação de atos, aos quais se confere valor negativo, cometidos pelo interlocutor, cuja imagem busca-se denegrir, constitui-se em uma estratégia argumentativa recorrente em interações polêmicas, como no caso do *corpus* em análise.

Outro argumento, do qual os candidatos fazem uso de maneira significativa, diz respeito ao argumento de autoridade, cuja função é obter credibilidade do auditório mediante a citação de fontes às quais se supõe que o auditório atribua juízos de valor positivos. Em outras palavras, o emprego desse tipo de argumento se dá, em certas ocasiões, na tentativa de fundamentarem-se proposições por meio do apelo a asserções de instituições, pessoas ou grupos de prestígio. Ademais, quem faz uso desse tipo de recurso, pode, com efeito, atribuir a responsabilidade por uma determinada afirmação a outrem, cujo propósito é, em ocasiões diversas, o de não sofrer sanções pelos discursos proferidos.

Acerca desse argumento, temos as seguintes observações de Perelman e Olbrechts-Tyteca:

O argumento de prestígio mais nitidamente caracterizado é o argumento de autoridade, o qual utiliza atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio a favor de prova. (2005, p.348)

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será “o parecer unânime” ou “a opinião comum”, ora certas categoria de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os Padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome.(2005, p.350).

3.4.3. Os argumentos que fundamentam a estrutura do real

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca, os argumentos que fundamentam a estrutura do real são aqueles que tomam como fundamento um caso em particular. Entre eles estão o exemplo, a ilustração e o argumento de modelo.

Para o presente estudo, consideramos o argumento pelo exemplo pelo fato de termos no *corpus* em análise alguns casos em que os candidatos recorrem a casos particulares para confirmar uma regra que se pretende provar por meio de um processo de generalização. Em outras palavras, a partir da apresentação ou do apelo a fatos concretos, como acontecimentos ou situações particulares, o orador procura estabelecer uma regra mediante uma generalização.

Ademais, consideramos o argumento de modelo pelo fato de termos localizado seu uso ao longo do debate. A seguir, procederemos à apresentação sucinta de cada um, ressaltando suas características e as definições postuladas pelos autores.

Perelman e Olbrechts Tyteca (2005) consideram a argumentação pelo exemplo da seguinte forma:

Seja qual for a maneira pela qual o exemplo é apresentado, em qualquer área que se desenvolva a argumentação, o exemplo invocado deverá, para ser tomado como tal, usufruir de estatuto de fato, pelo menos provisoriamente; a grande vantagem de sua utilização é dirigir a atenção a esse estatuto.(2005, p.402)

Outro tipo de argumento que fundamenta a estrutura do real refere-se ao argumento pelo modelo ou pelo antimitelo. De acordo com Perelman e Olbrechts- Tyteca, na tentativa de persuadir o auditório, podemos recorrer à menção de modelos, com os quais o auditório identifique-se; ou ao antimitelo, a fim de mostrar àqueles - cuja adesão procuramos - a quais tipos ou grupos de pessoas não devemos atribuir valores positivos.

Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos. O valor da pessoa, reconhecido previamente, constitui a premissa da qual se tirará uma conclusão preconizando um comportamento particular. (2005, p.414)

CAPÍTULO II.

ANÁLISE DO CORPUS

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO CORPUS

Antes de iniciarmos a análise do *corpus*, importa-nos ressaltar as razões pelas quais escolhemos descrever e analisar as estratégias de ataque, defesa e valorização das faces, empregadas no debate pelos interactantes, de forma linear, isto é, à medida que tais estratégias aparecem no discurso dos falantes ao longo da interação. Primeiramente, consideramos que o texto conversacional deve ser analisado em sua totalidade e não de forma segmentada.

Com efeito, entendemos que uma análise separada de cada tipo de ato cometido – seja de ataque, defesa, ou valorização da própria face - tornaria nosso trabalho demasiado fragmentado e, possivelmente, obscuro, devido ao fato de que um mesmo ato pode ter resultado oposto ao esperado por quem o empreendeu, levando-nos a analisá-lo, conforme o contexto interacional, de formas diversas. Em outras palavras, é possível que um ato de ataque desencadeie a ameaça da própria face daquele que o executou, ao passo que um ato cuja finalidade é valorizar a própria face do falante pode, em algumas ocasiões, ameaçar-lhe a face, se acaso o auditório atribuir-lhe juízos de valor negativo. Dessa maneira, cumpre ressaltar que um mesmo ato discursivo, pode, pois, ser observado de formas distintas, conforme o contexto da interação e suas condições de produção.

Assim, o fato de que, em alguns momentos, na tentativa de desmoralizar a imagem de seu interlocutor, um falante possa ter sua face sob ameaça, corrobora nossa afirmação acerca da necessidade de atermo-nos aos elementos provenientes do contexto interacional para a investigação das diversas estratégias discursivas empregadas pelos interactantes em seu trabalho de face; de sorte que nem sempre um ato de ameaça (FTA), defesa ou de valorização da face (FFA) cumpre seu fim, podendo, pois, colaborar para a ameaça da face de quem o executou. Em função disso, compreendemos que não podemos definir e analisar, de maneira estanque, os atos empregados pelos falantes relativos ao seu trabalho de face, uma vez que os mecanismos discursivos dos quais os interactantes fazem uso na construção do texto conversacional estão interligados e operam numa relação de interdependência. Isso se dá pelo fato de que, muitas vezes, tais atos são desencadeados em consequência de outros.

Desse modo, uma análise das implicações de questões relativas ao contexto da interação e às condições de produção e recepção do discurso deve ser levada em conta. Por essa razão, observamos que o estudo do tipo de interação sob análise é, com efeito, bastante complexo.

A complexidade é tal que mecanismos discursivos distintos podem ser mobilizados pelos falantes no momento em que cometem um ato de ameaça à face alheia, ou de defesa e valorização de sua própria face. Assim, um mesmo ato de valorização da face ou de ataque e defesa pode ser desencadeado por meio de diferentes tipos de argumentos, ou mesmo por procedimentos não verbais, de modo que a análise das estratégias empregadas no trabalho de face requer uma observação minuciosa de todos os mecanismos discursivos dos quais os interactantes fazem uso na interação, a saber: o emprego de diferentes tipos de argumentos – elencados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), bem como por Erlich (1993) - ou, ainda, por meio de ataques indiretos como a ironia, amiúde mobilizados pelo uso de recursos não verbais, como o riso, entre outros.

Em outras palavras, observamos que, para a execução de um mesmo ato, os candidatos ao governo, sobretudo, fazem uso de várias estratégias discursivas, a fim de obter seu intento: a adesão do auditório em virtude da apresentação de uma imagem que lhe inspire confiança e com a qual compartilhe valores numa relação de identificação.

Desse modo, cumpre-nos salientar, mais uma vez, que uma análise segmentada das estratégias empregadas pelos interactantes em seu trabalho de face não abarcaria todas as nuances do texto conversacional em estudo. Em resumo, poderíamos correr o risco de ter de voltar e retomar uma estratégia utilizada pelos candidatos em um momento distante, se acaso a analisássemos à parte, tornando sua compreensão bastante vaga, já que a ordem sequencial das estratégias empregadas, bem como o papel do contexto interacional e situacional são de suma importância para a sua descrição e análise.

Ademais, cabe-nos apresentar outro aspecto de nossas escolhas metodológicas no que se refere ao tratamento das estratégias discursivas empregadas no texto conversacional. Trata-se do fato de termos considerado a necessidade de analisarmos bloco por bloco do debate, para, posteriormente, procedermos à sua análise comparativa, mediante o levantamento de todos os procedimentos discursivos utilizados pelos interactantes em seu emprego agressivo do trabalho de face.

Desse modo, pelo fato de nosso *corpus* ser relativamente extenso, acreditamos que uma análise individual – *a priori* – de cada bloco do debate (o debate está dividido em seis blocos) permitir-nos-á uma interpretação mais clara da dinâmica desse tipo de interação – deveras polêmica - sem, entretanto, efetuarmos uma análise fragmentada, uma vez que optamos por descrever e analisar as estratégias interacionais e argumentativas relativas ao trabalho de face de maneira linear, isto é, à medida em que aparecem ao longo da interação.

Além disso, consideramos a necessidade de ressaltar que cada bloco do debate possui características bastante singulares no que diz respeito ao trabalho de face.

Por fim, há que se acrescentar que, conquanto, no presente estudo, nosso principal objetivo seja investigar o trabalho de face empreendido, sobretudo, pelos candidatos ao governo – Covas e Maluf – não desprezaremos as manifestações discursivas dos outros interlocutores do debate – mediador, jornalistas e plateia – pois sua participação é imprescindível para a compreensão dos mecanismos discursivos utilizados nesse tipo de interação, marcada por relações de descortesia.

1. ANÁLISE DO PRIMEIRO BLOCO

Na abertura do programa, após apresentar os candidatos ao governo e as coligações das quais fazem parte, o jornalista – mediador do debate – denominado L1, expõe, claramente, as regras do debate político e as possíveis sanções que poderão ser feitas àqueles que não as obedecerem, como o direito de o candidato ofendido obter a oportunidade de responder à ofensa por cerca de um minuto, sob o comando de L1:

L1 bem... de acordo com as regras... definidas entre os promotores do debate... e os assessores dos dois candidatos... nesse primeiro bloco eles responderão a uma só pergunta... feita... por esse mediador isso no tempo...de dois minutos eu lembro que se houver alguma...situação eh::ofensiva ao candidato... ao seu vice... ao partido ou então... à coligação que ele representa o candidato ofendido poderá pedir direito.. de resposta de um minuto e será dado... ou não a critério.. desse mediador...

Com efeito, a exposição de tais regras – que dizem respeito a possíveis ataques à imagem do oponente – corrobora o fato de que a interação em análise consiste em um tipo de interação de veras polêmica, fundada em relações de descortesia, caso contrário, essas regras não seriam apresentadas logo no início do debate. Assim, nesse tipo de interação, observa-se o estabelecimento de regras claras – combinadas com antecedência e conhecidas pelos candidatos – cabendo ao mediador – L1 - definir quem tem o direito de falar e quem não o tem.

Em virtude da apresentação de regras claras, combinadas *a priori* por debatedores e emissora, sua eventual violação por parte dos candidatos poderá, com efeito, acarretar perdas significativas para a face daqueles que a cometerem. Em decorrência disso, o candidato que deseja manter uma face digna de credibilidade perante seus ouvintes e, ao mesmo tempo, abster-se de sanções por parte da organização do debate deve, com efeito, ater-se às regras apresentadas pelo seu mediador .

Há que se observar que a introdução de tópicos e a distribuição de turnos ocorrem em função das orientações de alguém que ocupa uma relação hierarquicamente superior aos outros interlocutores – pelo menos no contexto da interação em análise – uma vez que é o mediador quem detém o poder de sancionar as ações de todos aqueles que estão envolvidos com o debate: candidatos, jornalistas e plateia; bem como detém o poder de encerrar turnos, visto que é L1 quem regula o tempo de sua duração, podendo, desse modo, interromper a fala

de seus interlocutores, sem, contudo, sofrer sanções significativas, como os outros interlocutores.

Todavia, conquanto L1 detenha o poder – assumindo, pois, um papel hierarquicamente superior em relação aos demais interactantes - corre, com efeito, o risco de ter sua face sob ameaça, em razão de também fazer parte da interação e, por conseguinte, estar em contato com os outros¹³.

Assim, consideramos o fato de que a postura de L1 diante dos demais participantes da interação pode, de fato, colaborar para que o auditório possa atribuir-lhe linhas de conduta diversas, consoante seu comportamento, tais como: a *linha* de um mediador descortês e abusivo ou a de alguém que, embora exerça função de cunho diretivo na interação, apresente a imagem de um mediador cortês, salvaguardando, nesse caso, sua face.

Diante do exposto, podemos definir esse tipo de interação – fundamentando-nos nos trabalhos de Brown e Levinson (1987) – como um tipo de interação assimétrica, na qual os nem todos os interactantes não possuem os mesmos direitos e deveres. Desse modo, o mediador do debate ocupa, como já ressaltamos, uma posição superior à dos candidatos, da mesma forma que há uma relação de poder assimétrica entre os jornalistas convidados e os entrevistados – no caso, os candidatos Paulo Maluf e Mário Covas, na qual os jornalistas ocupam, nessa escala hierárquica, uma posição inferior ao mediador do debate, mas superior à de ambos os candidatos.

Cumpramos ressaltar ainda que tais relações de poder repercutem na dinâmica da interação sob análise, em razão do fato de que em uma relação assimétrica, aqueles que ocupam uma posição hierarquicamente superior na interação atacam a face daqueles que ocupam posição inferior sem, entretanto, sofrerem nenhum tipo de sanção por parte da organização do debate.

Com efeito, logo na primeira pergunta feita pelo mediador – L1 - podemos observar um ataque à face negativa (Brown e Levinson, 1987) de Maluf, uma vez que tal pergunta coloca seu interlocutor sob a responsabilidade de apresentar um plano de governo capaz de gerar um milhão de empregos.

L1 começando pelo candidato Paulo Maluf...a pergunta que eu faço aos senhores é... a seguinte... o:: ajuste fiscal que o Governo Federal vai anunciar nos próximos dias ((lendo)) deve agravar a recessão na economia... e muito... possivelmente provocar mais desemprego.. nesse quadro...o que é que é que o senhor vai fazer concretamente... para cumprir as suas promessas e criar... um milhão de empregos... ou mais... em... São Paulo... boa noite candidato Paulo Maluf... o senhor tem dois minutos para responder...

¹³ De acordo com Goffman (1967), o simples ato de interagir com o outro, isto é, de entrar em contato com o outro ao longo da interação coloca seus interactantes sob risco de ter sua face ameaçada.

Em razão disso, Maluf precisa comprometer-se com algo e, futuramente, cumprir suas promessas, caso contrário sua imagem pública – isto é, sua face positiva – poderá ser ameaçada.

Porém, antes de começar a tratar do tópico introduzido pela pergunta do jornalista, Maluf faz uma breve digressão: agradece a todos – mediador, adversário e público – num ato de deferência, na tentativa de construir uma imagem favorável – a de político cortês. Em seguida, viola a lei da modéstia, a fim de apresentar aos eleitores a imagem de um político bem aceito pelo eleitorado, ou seja, com bom histórico de aprovação popular:

L2 boa noite Rondino...boa noite candidato Mario Covas...boa noite a você... telespectador ...que está nos ouvindo...no recesso do seu lar...muito obrigado... pela sua audiência...muito obrigado... a rede Bandeirantes e a radio Bandeirantes...muito obrigado... ao Jornal da Tarde... e muito obrigado... aos quase... cinco milhões e meio de eleitores... que votaram em mim no primeiro turno... tenho a certeza...se eu governador...não vou decepcioná-los...

Cumpramos ressaltar ainda, com relação ao início do turno de Maluf, um recurso do qual o candidato faz uso em seu trabalho de argumentação e persuasão, o qual consiste na tentativa de obter a adesão do público mediante a apresentação de dados numéricos, cujo fim é que se atribua ao seu discurso credibilidade, em função da objetividade promovida pela exposição de dados quantitativos. Desse modo, Maluf procura corroborar sua asserção de que é um candidato bem aceito pelo eleitorado a partir da apresentação de dados – que por sua vez podem ser verdadeiros ou não - com o propósito de convencer o auditório a atribuir valores positivos à sua face. Afinal, se tantas pessoas votaram no candidato (L2), isto é, se houve um número tão significativo de aprovação popular, é possível que o telespectador do debate sintasse convencido a também votar no candidato.

Consideramos que a apresentação, por L2, do número de votos recebidos no primeiro turno corresponde ao uso de uma estratégia elencada por Erlich (1993) – apresentação de dados documentados – cujo propósito é a valorização de sua face, já que podemos inferir que o número de votos recebidos nas eleições pelos candidatos são documentados, de alguma forma, por órgãos competentes, como, por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral.

Assim, observa-se que Maluf emprega a apresentação de tais dados como estratégia de valorização de sua face positiva diante do auditório. Aliás, a apresentação de dados constitui-se numa das estratégias que, conforme Aquino (1997) contribuem para o fortalecimento do locutor da interação.

Observa-se que o candidato faz uso, ainda, de um argumento fundado nos lugares da quantidade – em virtude da apresentação da quantidade significativa de votos recebidos no primeiro turno - postulado por Perelman e Olbrechts-Tyteca, com o propósito de valorizar sua face e obter a adesão do auditório.

Em seu estudo sobre as estratégias discursivas empregadas em ambientes de interação polêmica, Aquino (1997, p.205) elenca algumas “estratégias que fortalecem o locutor” e “aquelas que o enfraquecem” e, entre elas, temos a fuga do tópico em andamento, a qual consiste, em muitos casos, na tentativa de preservação da face – mediante a fuga do assunto abordado na interação - mas que acaba acarretando o enfraquecimento da imagem de quem a comete. Cabe-nos acrescentar que, embora não entre no tópico introduzido por L1 de imediato, Maluf (L2) não foge ao tópico – caso contrário, poderia ter sua face seriamente ameaçada, pois não estaria seguindo as regras estabelecidas pelo programa.

L2 boa noite Rondino...boa noite candidato Mario Covas...boa noite a você... telespectador ...que está nos ouvindo...no recesso do seu lar...muito obrigado... pela sua audiência...muito obrigado... a rede Bandeirantes e a radio Bandeirantes...muito obrigado... ao Jornal da Tarde...e muito obrigado... aos quase... cinco milhões e meio de eleitores... que votaram em mim no primeiro turno... tenho a certeza...se eu governador...não vou decepcioná-los... o ajuste fiscal...

Contudo, Maluf acaba pondo em risco sua face negativa – pois assume um compromisso, ao prometer que, se acaso fosse eleito, não decepcionaria seus eleitores.

No momento em que o candidato Paulo Maluf aborda, enfim, o tópico introduzido pela pergunta do jornalista, observamos que faz algumas considerações a respeito da questão do ajuste fiscal. Ao posicionar-se claramente contra o aumento de impostos, Maluf aproxima-se daqueles que não estão interessados em aumentos na contribuição ao Estado – com efeito, grande parte dos contribuintes, apresentando, desse modo, uma asserção favorável à sua imagem perante esses eleitores. De fato, Maluf procura assumir uma posição que julga ser a mesma assumida por aqueles que busca convencer: a de não ser a favor do aumento de impostos. Em função desse fato, Maluf procura aproximar-se do eleitorado por meio de uma estratégia discursiva bastante eficaz: compartilhar os mesmos valores e ideias que se supõe serem aceitas pelo auditório.

Desse modo, podemos afirmar que, em sua tentativa de compartilhar com seus eleitores as mesmas considerações acerca do ajuste fiscal, Maluf procura valorizar sua face positiva diante de seu auditório e, ao mesmo tempo, promover uma relação de identificação,

isto é, apresentar uma imagem com a qual o auditório compartilhe opiniões e visões de mundo.

Em seguida, relativamente à questão do ajuste fiscal, Maluf ressalta que o aumento de impostos não é a solução para arrecadar verbas para o governo, mas sim o controle do problema referente à sonegação. Com o propósito de corroborar sua tese, a saber, a de que o ajuste fiscal não implica aumento de impostos e que a questão se resolve por meio de um controle maior do problema da sonegação, Maluf faz uso do argumento de justiça (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005), segundo o qual a mesma regra deve aplicar-se a todos, da mesma maneira, isto é, todos devem pagar impostos:

L2 eu quero dizer a você... eu sou contra... o aumento de imposto...a população de São Paulo... a população do Brasil não aguenta mais pagar imposto... o contribuinte que paga seu imposto... cada vez é mais penalizado.. enquanto aquele que é o sonegador... é cada vez.. ah...ah...ãh:...ele tem mais benefícios pela sonegação portanto eu sou contra o aumento de imposto...e acho que devemos ter ...uma legislação muito rígida... contra o sonegador onde todos pagam...todos pagam menos...nós temos que fazer é o sonegador pagar quando o sonegador e aqui no Brasil infelizmente tem muito... eles pagarem aquele que paga seus impostos...aquele assalariado...que é deduzido automaticamente no seu imposto de renda...aquele não precisar...não precisará mais aumentar seu imposto...

Desse modo, se o trabalhador paga impostos, aquele que sonega também deve pagar. Nesse caso, vemos que Maluf faz uso desse tipo de argumento com o intuito de valorizar sua face frente ao auditório, assumindo, pois, a *linha* de um político justo, preocupado com o bem-estar da população.

O debate prossegue e o mediador faz a mesma pergunta referente ao ajuste fiscal a Mário Covas (L3). Assim como Maluf, Covas também tem sua face negativa ameaçada, uma vez que o mediador lhe pergunta como fará para cumprir sua promessa referente à criação de mais de um milhão de empregos. Ao fazer tal pergunta, o mediador impõe sobre Covas um compromisso, ameaçando-lhe, pois, a face negativa:

L1 boa noite candidato Mario Covas... eu vou repetir... a pergunta... o ajuste fiscal que o Governo Federal deve anunciar nos próximos dias... deve agravar a recessão da economia...e muito possivelmente provocar mais...desemprego... neste quadro...o que é que o senhor... promete fazer... concretamente... para cumprir as suas promessas e criar um milhão de empregos ... ou até mais... em São Paulo?

Por sua vez, Covas inicia seu turno cumprimentando seu oponente, num ato de deferência, agradecendo aos eleitores e apresentando, assim como Maluf, a imagem de um

candidato cortês, já que faz uso de um ato de cortesia positiva (FFA) – conforme postula Kerbrat-Orecchioni (2006) - direcionada aos ouvintes, por meio da qual L3 busca obter uma relação de proximidade com seu auditório, sem que, entretanto, tal ato de cortesia tenha caráter de reparação:

L3 pois não... quero começar...retribuindo o cumprimento do:: Paulo Maluf... quero cumprimentar a todos que estão aqui...sobretudo... as milhares de pessoas que nos ouvem... em São Paulo::...

Cumprir observar que Covas faz, implicitamente, menção aos bons feitos da gestão estatal, no que se refere à questão do ajuste fiscal. Na ocasião do debate, Covas tem a intenção de reeleger-se, de modo que, ao produzir atos de cortesia positiva (FFAs) ao governo anterior, o candidato faz elogios, de maneira indireta, à sua própria gestão como governador:

L3 [...] ao longo desses quatro anos... foi feito... no governo... de São Paulo... o maior... ajuste... fiscal da história ((falando pausadamente)) de São Paulo.. aliás... o maior ajuste fiscal feito no Brasil...não houve nenhum Estado nem mesmo o Governo Federal...que tenha feito um ajuste fiscal como o governo fez...

[...] e se fez um tremendo... ajuste fiscal um eNORme ajuste fiscal renegociou-se a dívida... saneou-se as as estatais... hoje... o Estado há dois anos... termina o ano... com déficit orçamentário igual a ZERO.. algo que os Estados Unidos ta prometendo pro ano dois mil... e que aqui em São Paulo... já começou... há dois... anos...

Provavelmente, Covas enaltece as ações políticas do governo de São Paulo de maneira indireta, no que se refere ao ajuste fiscal, por conta de sua preocupação com sua face positiva – isto é – com sua imagem pública, pois, caso o fizesse diretamente, afirmando que seu governo fez um ajuste fiscal, cujos resultados foram mais satisfatórios que os esperados pela maior economia do mundo, correria o risco de ser tachado como um político vaidoso e demasiado pedante. Covas também correria o risco de ter de apresentar provas plausíveis de que o que fala é verdadeiro, caso contrário, correria o risco de colocar sua face positiva sob ameaça. Em função disso, possivelmente, o candidato faz uso de uma forma indireta para abster-se da responsabilidade, caso tal ato de elogio fosse executado diretamente.

Cumprir-nos ressaltar, ainda, que o fato de Covas apresentar os Estados Unidos, maior economia mundial, como argumento favorável às suas ações políticas tomadas em sua gestão estatal, inferindo que as ações políticas dos Estados Unidos relativas à economia estão aquém das políticas fiscais empreendidas pelo Estado de São Paulo, consiste em uma estratégia de valorização de sua face positiva através da argumentação pelo modelo (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), cujo propósito é garantir a adesão do eleitorado mediante a apresentação de um modelo de economia digno de prestígio; no caso os Estados Unidos:

L3 hoje... o Estado há dois anos... termina o ano... com déficit orçamentário igual a ZERO.. algo que os Estados Unidos tá prometendo pro ano dois mil... e que aqui em São Paulo... já começou... há dois... anos...

Nesse caso, importa-nos trazer a lume que Covas deixa implícito o fato de que sua gestão superou o próprio modelo, no caso a maior economia do mundo, na ocasião do debate. Isso se explica pelo fato de que Covas não pretende violar – abertamente – a lei da modéstia – pois poderia lhe ser atribuída a imagem de um político demasiado pedante.

Outrossim, ao apresentar esse fato, Covas estabelece uma comparação entre sua gestão no Estado à do governo americano, fazendo uso, pois, de um argumento quase- lógico: o argumento de comparação. Desse modo, conforme postula Aquino (1997), acerca das estratégias que contribuem para o fortalecimento da imagem do locutor – entre as quais está o emprego do argumento de comparação – observamos que Covas faz uso de uma estratégia que, de fato, colabora para o fortalecimento de sua imagem frente ao auditório, a qual, por conseguinte, consiste em uma estratégia de valorização de sua face.

2. ANÁLISE DO SEGUNDO BLOCO

O segundo bloco do debate tem início com as considerações de L1 a respeito dos temas sorteados sobre os quais os políticos responderão perguntas feitas por dois jornalistas escolhidos pelo mediador.

Apesar de o mediador ressaltar que a escolha dos jornalistas e o sorteio dos temas para o debate são feitos por ele, L1 deixa claro que tais temas foram definidos anteriormente em um acordo com os assessores dos candidatos, transmitindo-nos a ideia de que o debate fundamenta-se em regras claras e democráticas. Dessa maneira, observa-se que L1 procura proteger sua face de possíveis ameaças relacionadas a possíveis acusações de ser um mediador autoritário. Em seguida, L1 expõe, como no bloco anterior, o tempo de duração do turno de cada candidato:

L1 nesse segundo bloco dois dos jornalistas aqui presentes... farão perguntas... aos candidatos... eu vou escolher o jornalista... e sortear um dos oito temas... que foram... definidos com as as assessorias dos candidatos... os temas... são os seguintes... desemprego... drogas... saúde... segurança... habitação... agricultura... educação... e transporte... o candidato escolhido... eu lembro... terá dois minutos para responder... o outro candidato terá um minuto para comentar a resposta... e em seguida a palavra voltará... ao primeiro candidato... que terá um minuto para a... réplica...

No momento em que o mediador do debate atribui o turno a Celso Zucatelli – L4 – escolhido para fazer a pergunta aos candidatos, o jornalista questiona Maluf sobre suas críticas às atuais regras escolares e sobre a possibilidade de construírem-se novas escolas, caso seja eleito.

L4 a minha pergunta vai... para o candidato Paulo Maluf ah:... o senhor critica na:: sua campanha as atuais regras escolares... na prática o que exatamente vai mudar...e ainda novas escolas serão inauguradas?

Maluf, por sua vez, inicia seu turno apresentando provas extrínsecas – as quais, conforme postula Reboul (2004)¹⁴, são empregadas pelo orador na tentativa de persuadir o auditório, a fim de corroborar sua afirmação acerca do fato de que o Estado – cuja gestão é, no momento, a de seu adversário, Mario Covas –, foi responsável pelo fechamento de 680 mil vagas escolares, bem como pelo fechamento de parte significativa das escolas rurais.

L2 sim...pelo Diário Popular...de ontem...seiscentas... e oitenta mil vagas foram fechadas pela rede estadual... quatrocentas e oitenta mil... foram abertas pela rede municipal...portanto ficou um déficit... de duzentas mil vagas...cento e cinquenta e duas escolas foram fechadas...

Nesse trecho do debate, observa-se que Maluf procura fundamentar seu discurso mediante a apresentação de dados numéricos relativos à quantidade de escolas inauguradas pela prefeitura em comparação ao número de escolas fechadas pelo Estado. Nesse caso, cumpre observar que L2 emprega um argumento de comparação como estratégia de ataque à face positiva de Covas, uma vez que a gestão criticada, responsabilizada pelo fechamento de vagas na educação, é de responsabilidade de Covas.

A fim de corroborar suas afirmações por meio de provas que fundamentem seus ataques à administração estatal, bem como para abster-se da responsabilidade das acusações de que o Estado fechou vagas nas escolas, Maluf atribui ao jornal intitulado *Diário Popular* a apresentação das informações que se constituem em ataques indiretos (*off record*) à face positiva de Covas, uma vez que L2 substitui seu destinatário (penúltima estratégia de indiretividade elencada por Brown e Levinson, 1987) ao referir-se ao Estado como responsável pelo fechamento de vagas nas escolas cuja administração está sob o comando de Covas (L3), o qual, na ocasião do debate, é governador de São Paulo e deseja sua reeleição.

¹⁴ De acordo com Reboul, em sua obra intitulada: *Introdução à Retórica*, Aristóteles postulava dois tipos de provas apresentadas pelo orador, a fim de fundamentar seu discurso, entre elas as extrínsecas ao discurso: “As apresentadas antes da invenção: testemunhas, confissões, leis, contratos, etc [...]”(2004)

Assim, em lugar de referir-se a Covas diretamente, Maluf critica o Estado e, por conseguinte, o responsável por sua gestão.

Provavelmente, Maluf não acusa Covas diretamente, cometendo, pois, um FTA direto (*on record*) à sua face positiva para salvaguardar sua própria face, isto é, a fim de não assumir diretamente a responsabilidade de tais acusações, atribuindo-a ao jornal, com o propósito de não colocar sua face positiva sob ameaça, se, acaso, as afirmações relativas ao fechamento de escolas relatadas pelo jornal não fossem fidedignas.

No que diz respeito à utilização de ataques implícitos no trabalho de face, importa-nos apresentar as seguintes considerações feitas por Aquino:

Os interlocutores tanto podem modalizar seu discurso de modo a deixarem transparecer a intenção de seus argumentos, como utilizarem-se do implícito. A vantagem na utilização deste último é que, por exemplo, uma acusação formulada implicitamente, torna mais difícil sua contestação. Além do que, a acusação é não dito; subentende obrigação e, nesse sentido, a dissimulação torna-se a melhor estratégia empregada (AQUINO, 1997, p. 191)

Importa observar ainda que Maluf supõe que o auditório é capaz de compreender a quem o ataque é destinado, uma vez que L2 recorre ao conhecimento de mundo do auditório, isto é, presume que boa parte daqueles aos quais seu discurso é apresentado sabe que, na ocasião do debate, Covas tenta reeleger-se e que, portanto, a gestão estatal criticada estava sob sua responsabilidade, conduzindo o auditório, pois, a inferir que o ataque foi, de fato, direcionado ao oponente (L3).

Ainda nesse turno, há que se acrescentar que Maluf comete um ato de valorização de sua face positiva, isto é, faz uso, conforme postula Aquino (1997), de uma estratégia que “fortalece o locutor”, uma vez que emprega um argumento de comparação: apresenta dados numéricos relativos à quantidade de vagas abertas pela prefeitura, ao contrário do Estado que, conforme salienta L2, fundamentando-se nas informações fornecidas pelo jornal, fechou escolas.

Ademais, Maluf utiliza uma estratégia argumentativa – cujo uso será recorrente ao longo do debate - que consiste na argumentação baseada no lugar da quantidade, postulada por Perelman e Olbrechts-Tyteca:

Entendemos por lugares da quantidade os lugares- comuns que afirmam que alguma coisa é melhor do que outras por razões quantitativas.[...] Aristóteles assinala alguns desses lugares: um maior número de bens é preferível a um menor número, o bem que serve a um maior número de fins é preferível ao que só é útil ao mesmo grau[...] (2005, p. 97)

Desse modo, ao recorrer ao argumento fundado nos lugares da quantidade, segundo o qual “alguma coisa é melhor que outra por razões quantitativas” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 97), Maluf procura convencer o auditório de que a gestão municipal supera a estatal em virtude do fato de que a primeira oferece mais vagas nas escolas.

Aquino faz as seguintes considerações acerca desse recurso argumentativo:

Para estabelecer valores e hierarquias, baseamo-nos em premissas muito gerais ou lugares e quanto a estes Perelman & Olbrechts-Tyteca propõem seis grupos os quais podem ser considerados em qualquer espécie de auditório: o lugar da quantidade, da qualidade, da ordem, da existência, da essência e da pessoa (AQUINO, 1997, p.162).

O fato de que Maluf faz uso em seu discurso de uma argumentação fundamentada por dados relativos à quantidade de vagas criadas na educação permite-nos afirmar que o candidato recorre, portanto, aos lugares da quantidade como recurso argumentativo, o qual consideramos como uma estratégia de valorização de sua face positiva na interação.

Cumpramos assinalar que, ao longo da interação, ambos os candidatos fazem uso frequente desse recurso argumentativo, com o objetivo de construir discursos bem fundamentados, aos quais o auditório atribua credibilidade, em razão de seu caráter de aparente exatidão devido à apresentação de dados numéricos.

Consideramos a necessidade de ressaltar, ainda, que o prefeito de São Paulo, na ocasião do debate era Celso Pitta – apoiado por Maluf e membro do mesmo partido, o PP – e, portanto, responsável pela abertura de escolas no município. Desse modo, observamos que Maluf procura, mais uma vez, valorizar sua face, em detrimento da face de Covas, ao apontar as contribuições de membros de seu partido para a educação com a abertura de novas escolas.

Há que se acrescentar que Maluf critica o fechamento das escolas rurais e, por conseguinte, a remoção de alunos para o centro da cidade. Ademais, L2 recrimina a questão da avaliação dos alunos e da repetência, considerando tais fatos problemáticos, cuja responsabilidade atribui ao Estado:

L2 e... as escolas rurais foram praticamente todas fechadas... obrigando... a que em vez de... mandar uma professora... para a escola rural... tem que mandar um ônibus ou uma grande condução.. pra trazer.... os alunos... para o centro da cidade.... além disso... a avaliação dos alunos acabou... praticamente hoje não existe repetência...

Mais adiante, ainda no mesmo turno, Maluf responde, de fato, à pergunta do jornalista referente às mudanças na educação em uma possível gestão sua, ao afirmar que, se eleito,

reabrirá as escolas rurais, readmitirá as professoras demitidas, entre outras providências, fato que, conforme assinala o jornal apresentado por L2, deve-se à gestão estatal. Ademais, Maluf compromete-se a empreender procedimentos de avaliação escolar e a oferecer computadores para as escolas, além de rever o problema da municipalização. Observa-se, desse modo, que Maluf não foge ao tópico introduzido pelo jornalista e responde, de fato, sua pergunta. Entretanto, põe sua face negativa sob ameaça, uma vez que assume o compromisso de cumprir suas propostas relativas à educação:

L2 no que se refere à educação... além da parte...de melhor avaliação...instalação de computadores em todas as escolas...vídeos em todas as escolas...nós temos que rever em parte...a municipalização...temos que rever em parte...o problema...da separação das crianças e...e vou reabrir...todas as escolas rurais e todas as professoras que foram demitidas...serão readmitidas em função da reabertura das escolas rurais...

Há que se observar que a despeito de fazer uma breve digressão referente aos problemas na educação em consequência da administração estatal, conforme preconiza Maluf, L2 responde as perguntas propostas pelo mediador do debate, de modo que o candidato não coloca sua face sob risco, se acaso fugisse do tópico em andamento, fato que contribuiria para o enfraquecimento de sua imagem, conforme os postulados de Aquino acerca das estratégias que colaboram para o enfraquecimento do locutor (1997, p.205).

Em seguida, L1 passa a palavra a Covas o qual inicia seu turno afirmando que as considerações de Maluf acerca da diminuição de vagas na escola pelo Estado não são verdadeiras, numa reação ofensiva ao FTA indireto que Maluf lhe direcionara, uma vez que questiona a veracidade das asserções de L2, ameaçando-lhe, pois, a face positiva:

L3 olha... primeiro que tudo é absolutamente não verdadeiro... que tenham sido diminuídas as vagas no Estado... ((rindo))

A partir da observação da fala de Covas, no que diz respeito às considerações de Maluf, podemos afirmar que o candidato comete, em seu comentário de réplica, um ataque à face positiva de Maluf acusando-o de faltar com a verdade.

Entretanto, possivelmente para não parecer demasiado agressivo e correr o risco de comprometer sua face, aparentando ser um candidato descortês, Covas utiliza um modalizador para chamar Maluf de mentiroso: faz uso do eufemismo, um recurso de atenuação, ao designar as afirmações de Maluf como “não verdadeiras”, em lugar de dizer que tudo o que

seu oponente disse é mentira. Nesse caso, observamos o uso de um procedimento de atenuação, cujo propósito é minimizar o ataque à face alheia, cujo propósito de Covas é tão somente o de não se comprometer em demasiado, correndo o risco de sofrer possíveis sanções por parte do mediador. A esse respeito, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) fazem as seguintes considerações:

Certas figuras como a insinuação, a reticência, a lítotes, a diminuição, o eufemismo, se reportam a essas técnicas de argumentação, na medida em que se espera vê-las interpretar como que a expressão de uma vontade de moderação;[...] (2005, p. 530)

Outrossim, Covas emprega, como estratégia de ataque à face de Maluf, um procedimento elencado por Erlich (1993), que consiste na refutação do conteúdo do enunciado do interlocutor, segundo o qual, nega-se o discurso alheio, oferecendo, em seguida, justificativas para rechaçá-lo. Desse modo, no mesmo turno, Covas procura justificar sua acusação – a de que Maluf não falou a verdade – expondo sua face negativa ao comprometer-se com a seguinte colocação:

L3 aliás... quem quiser verificar isso...a gente tá disposto a dizer escola por escola...são qui-nhentas e trin-ta mil vagas novas criadas...

Contudo, observamos que L3 utiliza a expressão “a gente”, não assumindo sozinho a responsabilidade sobre tal compromisso, numa tentativa de proteger sua face.

Ademais, Covas faz uso, mais uma vez – e, de fato, ambos os candidatos empregam este procedimento – de um recurso bastante eficaz em sua argumentação: expõe números, dados exatos e matemáticos de sua gestão, a fim de construir a imagem de um político bem preparado, que tem conhecimento acerca de suas ações políticas e que, portanto, é digno de credibilidade: “São qui – nhen – tas - e - trin - ta mil novas vagas criadas...(...)”.

Em razão disso, consideramos o fato de que Covas busca apresentar ao auditório a imagem de um político preparado e bem informado ou, mais precisamente, Covas tenciona apresentar a imagem de um político com amplo conhecimento de sua gestão.

Covas prossegue seu turno atacando a face de Maluf – em resposta ao ataque à sua face pelo oponente – ressaltando que há grande mistificação em torno da questão da reprovação, apresentando alguns argumentos bastante profícuos, a fim de corroborar sua afirmação:

L3 por outro lado... eu vejo uma mistificação ((rindo)) danada com essa coisa de não passar de ano... é engraçado... aqui em São Paulo...no Estado... desde oitenta e ... Montoro... montou um dispositivo pelo qual no primeiro e segundo ano... não precisava fazer exame... daí pra frente precisava isso permaneceu... até o final do ano passado... já no município é diferente... e por decreto do Maluf... no município só tem exames na terceira série...na sexta série...e na oitava série...agora neste ano...tanto município como Estado... vão ter só na quarta e na oitava série... pelo fato de que a Lei de Diretrizes e Bases determinou... deferiu o Conselho Estadual de Educação... que foi quem marcou isso...

Diante do excerto acima, observa-se que Mario Covas assinala que, desde a época de Franco Montoro, a reprovação já vinha sendo feita apenas em algumas séries escolares e que o próprio Paulo Maluf assinou um decreto pelo qual só haveria exames – no município – na terceira série.

Ao fazer essas considerações sobre a questão da reprovação, Covas ataca a face positiva de Maluf, uma vez que mostra ao auditório que seu oponente faz asserções bastante contraditórias, pois se Maluf questiona e coloca-se contra a não reprovação dos alunos, como poderia assinar um decreto segundo o qual os alunos somente fariam exames na terceira série?

Em razão disso, observa-se que Covas faz uso de um argumento de contradição e incompatibilidade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), cujo propósito é deslegitimar as críticas de Maluf relativas à progressão continuada e convencer o auditório de que as acusações de Maluf são infundadas.

Cabe-nos acrescentar que, ao assinalar a incoerência do que é dito por Maluf a respeito da não reprovação, Covas reforça-a a partir de um recurso não verbal – no caso, o riso – o qual se constitui como mais uma estratégia de ataque à face positiva de seu oponente. O uso da ironia, veiculada pelo riso de Covas, no momento de sua réplica, tem como propósito deslegitimar as afirmações de seu oponente, levando o auditório a inferir que as proposições de Paulo Maluf são frágeis e contraditórias e, por isso, atribuindo-lhes descrédito. Em razão disso, há que se acrescentar que Covas recorre ao ridículo como recurso argumentativo, a fim de desvalorizar o discurso de seu adversário.

Em outras palavras, conforme assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a incompatibilidade entre proposições e atitudes a elas vinculadas pode, com efeito, levar alguém ao ridículo, cuja sanção é o riso:

O ridículo é aquilo que merece ser sancionado pelo riso [...]

Normalmente, o ridículo está vinculado ao fato de uma regra ter sido transgredida ou combatida de um modo inconsciente, por ignorância seja da própria regra, seja das conseqüências desastrosas de uma tese ou de um comportamento. (2005, p.234)

Desse modo, ao estabelecer, como regra que a não reprovação dos alunos desencadeia problemas na educação tendo, entretanto, conforme assinala Covas, assinado um decreto relativo à progressão dos alunos sem que sejam reprovados em algumas séries, Maluf sustenta uma afirmação que não condiz com seus atos, caindo, pois, no ridículo: “Basta um erro de fato, constata La Bruyère, para lançar um homem sensato ao ridículo” (PERELMAN e OLBRECHTS -TYTECA, 2005, p.234)

Ademais, ao mencionar que a questão da progressão dos alunos em algumas séries sem exame que os possa reprovar vem de longa data - desde a época de Franco Montoro - Covas procura levar o auditório a inferir que a progressão continuada também foi bem aceita em outras gestões, numa tentativa de legitimar, assim, sua proposta política relativa a não reprovação dos alunos. Além disso, ao fazer essas afirmações Covas deixa claro que não é o responsável pelo fim da reprovação, uma vez que o candidato ainda menciona a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, bem como o Conselho Estadual de Educação como responsáveis pela questão. E nesse caso, observa-se que L3 faz uso de um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), já que recorre a uma instituição idônea, responsável por questões relativas à educação – o Conselho Estadual de Educação e à LDB – a qual consiste em determinações prescritas por autoridades de prestígio, no caso o próprio presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que a sancionou em 1996.

Logo, refutar a autoridade de uma lei, opondo-se, por conseguinte, à Constituição de um país, não é, com efeito, um ato a favorável àquele que procura manter sua imagem, sobretudo um político.

Há que se acrescentar que Covas emprega esse tipo de argumento numa tentativa de não se comprometer, com o propósito de não ser penalizado pela diminuição de reprovações em sua gestão.

Em outras palavras, a partir da exposição dos fatos mencionados acima, Covas procura abster-se da responsabilidade de possíveis sanções à sua face positiva no que se refere à progressão dos alunos sem reprovação. Em função disso, podemos afirmar que Covas procura expor ao auditório que os argumentos de Maluf são contraditórios e frágeis, cometendo, assim, um ato de ataque à face positiva de seu oponente.

Em razão do exposto, convém observar que Covas emprega estratégias de valorização de sua face positiva, conforme estudos de Aquino (1997), segundo os quais, o uso de

argumentos de autoridade e de recursos como a ironia contribuem para o fortalecimento de sua imagem.

Por fim, ainda em seu turno de réplica, Covas comete mais um ato de ataque à face positiva de Maluf, acusando-o de não ser capaz de tratar do tema por não ter investido em educação em suas gestões, subestimando sua capacidade de compreensão sobre o assunto:

L3 portanto... ((pausa longa)) é eh... eu eu sei que é difícil pra quem não gastou nem um dinheiro pra... tinha que gastar em educação... falar sobre o assunto...

O debate prossegue e a fala é atribuída a Maluf que inicia seu turno de réplica apresentando diversas notícias – o candidato expõe as fontes – a fim de corroborar suas afirmações referentes ao fracasso da educação. Entretanto, em nenhuma das reportagens apresentadas é citado que os problemas se devem à gestão de Covas:

L2 Diário Oficial de ontem...((mostra o jornal)) déficit de duzentas mil vagas na educação...Folha da Tarde...((pega o jornal)) São Paulo tem quarenta e oito mil crianças fora das escolas... mãe vai a quinze escolas e não consegue vaga (mostra um papel para a câmera)...apaguei faltas para poder aprovar ((mostra uma cópia do que parece ser um depoimento)) e mais notícias sobre o bingo da educação...bingo...da vaga faz aluno esperar doze horas((mostra outra reportagem))

Após a apresentação dos fatos problemáticos relativos à questão da educação, Maluf conclui seu turno afirmando que é necessário construir mais escolas, contratar professores, entre outras ações. Maluf ainda ressalta que a sua proposta de avaliação contínua dos alunos tem respaldo do Conselho Municipal de Educação que, segundo o candidato, foi criado por ele.

No que diz respeito aos recursos empregados por Maluf na tentativa de oferecer fundamento ao seu discurso, observamos o trecho em que L2 destaca o fato de que uma mãe percorre quinze escolas sem conseguir vagas; bem como o depoimento de uma professora que, conforme assinala L2, apagou faltas para aprovar alunos. Nesses casos, presumimos que se tratam de dados documentados – uma vez que o candidato apresenta o que consideramos ser depoimentos para as câmeras, a fim de fundamentar suas acusações à má gestão estatal, no que se refere à educação, bem como as críticas cometidas por L2 à progressão dos alunos sem reprovação. Nesse caso, observa-se o emprego de uma estratégia argumentativa postulada por Erlich (1993) que consiste na apresentação de dados documentados.

Aquino faz as seguintes considerações acerca desses dados: “Estes podem ser estatísticos ou não, fidedignos ou não e, por isso, correm sempre o risco de serem refutados” (1997, p.202). Aquino (1997) ainda ressalta que o uso de dados documentados no discurso contribui para o fortalecimento da imagem do locutor. Em razão disso, observa-se que Maluf apresenta tais dados com a intenção de corroborar suas acusações contra a face do oponente, isto é, L2 comete um ato que colabora para a valorização de sua imagem, uma vez que justifica suas acusações por meio de dados – que, como ressaltamos, podem ser fidedignos, ou não (No caso, os depoimentos apresentados pela mãe de um aluno e pela professora).

Ainda nesse turno, no que diz respeito à réplica de Maluf aos comentários de Covas, consideramos a necessidade de ressaltar que, embora nas manchetes expostas por Maluf não haja informações claras a respeito da responsabilidade do Estado sobre os problemas na educação – uma vez que a reportagem cita São Paulo e não uma gestão em particular, isto é, estado ou município - tais reportagens são utilizadas pelo candidato como argumento de prova para corroborar sua afirmação acerca dos problemas na educação.

Com efeito, Maluf emprega um argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca), recorrendo ao Diário Oficial para desqualificar a figura do adversário, uma vez que apela a fontes de prestígio na sociedade. Vejamos a descrição feita pelo Diário Oficial de São Paulo e suas contribuições para a sociedade:

A Imprensa Oficial é o órgão responsável pela publicação dos atos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo. O Diário Oficial publica diariamente os atos oficiais no âmbito do governo estadual. São mais de duas mil páginas diárias, divididas em nove cadernos: Executivos I e II, Legislativo, Empresarial com Junta Comercial, Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, além do Diário Oficial do Município de São Paulo.

Além disso, consideramos que o apelo aos dados apresentados pela *Folha da Tarde* por Paulo Maluf consiste, da mesma forma, no uso de um argumento de autoridade, uma vez que se trata de um jornal de prestígio, reconhecido pela sociedade, em função da quantidade de leitores que o leem, bem como pelo fato de ser um jornal cujos serviços prestados à sociedade relativos à informação são, de fato, significativos, uma vez que o jornal, ao qual Maluf se refere, trata de temas pertinentes, concernentes à política, educação, economia, entre

outros. Ademais, trata-se de um jornal tradicional, fundado em 1921, sendo o mais vendido do país desde a década de 80¹⁵.

Vale assinalar que Maluf cita – ainda no turno sob análise - o Conselho Municipal de Educação – outro órgão público cujas contribuições para a sociedade são, de fato, reconhecidas - ressaltando sua aprovação às propostas de L2 relativas à questão da avaliação, com o propósito de corroborar sua afirmação de que a avaliação deve ser, de fato, feita nas escolas. A esse respeito, cumpre acrescentar que Maluf menciona esse órgão público, a fim de reforçar sua posição contrária à questão da não reprovação de alunos, bem como para defender-se das acusações de Covas, segundo as quais L2 concordara, outrora, com a progressão continuada, devido ao fato de L2 ter assinado um decreto relativo a não reprovação de alunos, consoante afirmações de L3 no turno anterior.

L2 nós temos que SIM como fiz na prefeitura de São Paulo...avaliar... como nós avaliamos mensalmente todos os alunos... tem provas... todos os meses... que foi aprovado inclusive pelo Conselho Municipal de Educação que eu recriei... e quero dizer a vocês também que o problema da separação dos irmãos nós vamos rever.

Dessa maneira, a apresentação de dados fundamentados em órgãos competentes, com prestígio reconhecido pela sociedade, consiste, com efeito, em um argumento de autoridade. Nesse caso, a autoridade invocada é um tipo de autoridade impessoal, como assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), uma vez que os argumentos de autoridade são bastante variados, conforme concebem os autores.

Em razão disso, observamos que Maluf faz uso de uma estratégia postulada por Aquino (1997, p. 205), segundo a qual o emprego de argumentos de autoridade no discurso persuasivo contribuem para o fortalecimento do locutor na interação. Diante disso, o emprego do argumento de autoridade consiste em uma estratégia de valorização de sua face e, concomitantemente, em uma estratégia de ataque à face de Covas.

O debate prossegue e seu mediador, L1, comete um FTA contra a face negativa de Maluf, em razão de interromper a fala de L2, a fim de atribuir o turno ao jornalista José Paulo, L5, o qual questiona Mário Covas sobre a farmácia do povo, ironizando, de maneira jocosa, sua legitimidade:

¹⁵ Conforme dados do grupo *Folha*, expostos no site do jornal, a *Folha* é o jornal mais vendido do país desde a década de 80: “Fundada em 1921, a *Folha* é, desde a década de 80, o jornal mais vendido do país entre os diários nacionais de interesse geral. O crescimento foi calcado nos princípios editoriais do Projeto *Folha*: pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência.”

L5 muito bem... candidato Mario Covas... o senhor está investindo muito...no médico de família... de um outro lado o candidato Paulo Maluf fala... da farmácia do povo...nós gostaríamos de detalhar mais...porque...da maneira como o senhor tem falado sobre o médico...dá até vontade de ficar doente porque o médico já vai correndo na casa da gente...((risos da plateia)) onde é que está funcionando o médico da família na cidade de São Paulo?((o jornalista faz a pergunta sorrindo))

Nesse trecho do debate, observa-se que o jornalista - L5 - ataca a face positiva de Covas ao ridicularizar sua proposta política por meio da ironia, acompanhada de um recurso não verbal: o riso, o qual fortalece sua intenção de ameaçar a face de L3.

De acordo com Brown e Levinson, em um tipo de interação, fundada em relações de cortesia, a valorização das ideias do interlocutor e de seus projetos consiste num ato de cortesia e de valorização de sua face. Entretanto, por se tratar de uma interação cuja lógica é a descortesia, esses atos de valorização da face alheia são bastante escassos – veremos que são atos cometidos pelos candidatos, direcionados aos telespectadores do debate, em particular, aos eleitores e sem valor reparador - tratam-se de atos de cortesia valorativa (FFAs), conforme os postulados de Kerbrat-Orecchioni (2006), já que os ataques dos candidatos são, em sua maioria, direcionados ao oponente, salvo em uma ocasião específica que veremos mais adiante.

Com efeito, os risos da plateia – mencionados na transcrição do turno do jornalista - constituem-se em mais uma ameaça à face de Covas, pois tal comportamento parece-nos uma reação negativa à proposta de Covas, relativa ao médico da família, já que a plateia do debate compartilha o riso com o jornalista.

Por essa razão, cumpre-nos ressaltar que a participação da plateia no debate é bastante significativa – embora não seja bem aceita em alguns momentos, pelos candidatos e pelo mediador do debate que se pronuncia após o término do turno do jornalista:

L1 peço à plateia que não se manifeste, por favor.

Nesse caso, observamos que, embora L1 ameace a face negativa daqueles que compõem a plateia do debate, faz uso de um modalizador – a expressão “por favor”. Isso se explica pelo fato de que o mediador do debate é quem ocupa uma posição hierarquicamente superior e, por sua vez, pode fazer sanções àqueles que não cumprirem suas imposições: pode, por exemplo, “cortar” o microfone de um candidato que não obedeça às regras estabelecidas

pelo debate, bem como pedir para que alguém seja retirado da plateia. O uso do atenuador “por favor” explica-se pela intenção do mediador de não ser caracterizado como autoritário, a fim de não ter sua face positiva ameaçada.

Diante do que pudemos observar, no que concerne à fala do jornalista, podemos inferir que o suposto elogio de L5: “dá até vontade de ficar doente porque o médico já vai correndo na casa da gente...” assume, de fato, o valor de um ato ameaçador à face de Covas por conta de nosso conhecimento de mundo – sabemos que os médicos oferecidos pelo governo não vêm às nossas casas – e pelo fato de que o jornalista recorre ao riso, um recurso não verbal, utilizado, pois, como estratégia de ataque indireto, cujo propósito consiste na tentativa de levar o programa de saúde do candidato Mario Covas ao descrédito diante do auditório.

Aquino (1997) faz as seguintes considerações acerca da questão da ironia – empregada pelo jornalista que questiona o programa de saúde de Covas - e de seu papel no trabalho de face:

Ironia deve ser considerada uma estratégia argumentativa em que se manobram as regras de coerência, sem o receio de sofrer sanções, já que seu caráter ambíguo permite mais de uma interpretação. Quem dela se utiliza, ampara-se no argumento que melhor lhe convier para se defender (1997, p.189)

Desse modo, observamos que a ironia consiste em uma estratégia de ataque indireto bastante eficaz para aqueles que não pretendem ter sua face ameaçada em decorrência de possíveis sanções em razão do ataque cometido, já que quem se utiliza da ironia não pode ser, de fato, responsabilizado, uma vez que, como salienta Aquino, um enunciado irônico pode ter múltiplas interpretações. Por essa razão, observamos que o jornalista (L5) ataca sem, contudo, por sua face sob risco. Vejamos novamente o turno do jornalista:

L5 muito bem... candidato Mario Covas... o senhor está investindo muito...no médico de família... de um outro lado o candidato Paulo Maluf fala... da farmácia do povo...nós gostaríamos de detalhar mais...porque...da maneira como o senhor tem falado sobre o médico...dá até vontade de ficar doente porque o médico já vai correndo na casa da gente...((risos da plateia)) onde é que está funcionando o médico da família na cidade de São Paulo?((o jornalista faz a pergunta sorrindo))

Mais a seguir, Covas responde a pergunta do jornalista, apresentando números e nomes de duas instituições idôneas, a fim de dar respaldo à sua réplica. Além disso, Covas ameaça a face positiva do jornalista, alegando que as instituições – que fazem parte do projeto - não são motivo de gozação:

L3 em São Paulo pra duzentas e cinquenta mil... pessoas na zona leste e na zona norte tendo por trás delas...duas instituições... que não são de se fazer graça... que são...o hospital Santa Marcelina e a Fundação Zerbini...

Conforme postula Culpeper (1996), os modos pelos quais um interactante contraria um ato de descortesia podem ocorrer de forma defensiva ou ofensiva. Nesse caso, observamos que, diante da ameaça do jornalista (L5), Covas comporta-se de forma defensiva e ofensiva, respectivamente: procede à exposição de dados quantitativos, referentes ao número de pessoas atendidas pelo seu programa de saúde, a fim de comprovar as contribuições de seu projeto à sociedade e, em seguida, ameaça a face do jornalista ao criticá-lo por “fazer graça” de instituições idôneas que amparam o projeto: o hospital Santa Marcelina e a Fundação Zerbini.

Cumpramos acrescentar que Covas menciona as duas instituições numa tentativa de oferecer respaldo ao seu discurso mediante o emprego do argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts -Tyteca) na tentativa de que o auditório atribua credibilidade à suas asserções. Assim, a menção feita por Mário Covas a tais instituições constituem-se como argumentos de autoridade, em função das contribuições dessas instituições para a sociedade.

Conforme assinala Erlich (1993, p.59), o argumento de autoridade não consiste, tão somente, no apelo ao prestígio de pessoas ou opinião de cientistas, entre outros: “Por outro lado, pode ser a posição de um ente impessoal[...]”.

Além disso, a apresentação de um número relativamente significativo de pacientes atendidos e de profissionais envolvidos no projeto consiste numa tentativa de levar o auditório a inferir que o projeto de L3 abrange uma parcela significativa da população e, portanto, teve resultados positivos, sendo digno, pois, de aprovação.

Ademais, Covas prossegue seu turno assegurando que seu projeto tem quase cem por cento de aprovação e que a distribuição de remédios – feita de graça, conforme explicita o candidato – atende a seiscentos e vinte municípios. Desse modo, vemos que, ao longo de sua fala, Covas expõe dados numéricos com a intenção de que seu discurso pareça ao auditório digno de credibilidade, haja vista que L3 o fundamenta em dados estatísticos, exatos, aparentando ser, pois, um discurso baseado em dados irrefutáveis, uma vez que tem como respaldo a comprovação pelos números. Vejamos o exemplo do *corpus*:

L3 em São Paulo pra duzentas e cinquenta mil... pessoas.. na zona leste e na zona norte tendo por trás delas...duas instituições... que não são de se... fazer graça... que são...o hospital Santa Marcelina e a Fundação... Zerbini...eh...atende-se com um grupo de agentes comunitários.... cerca de trezentas a quatrocentas.. famílias...

que são visitadas permanentemente por esses agentes comunitários... que aliás...mantém ...o acervo... e...a instrução...e prevenção...de cada um desses doentes por trás deles funciona... um grupo de...médicos... dentistas...enfermeiras e ajudantes de enfermagem... é um projeto que tem noventa e seis por cento... de aceitação... e muda o conceito de saúde... porque investe na prevenção... por outro lado...eh:...eu acho que...a farmácia do povo...embora fosse até uma ideia generosa... vai acabar favorecendo mais o rico porque ele vai chegar mais depressa na farmácia porque ele vem de automóvel... pra comprar mais barato... hoje o Estado dá pra seiscentos e vinte municípios...seiscentos e vinte...remédio de GRAÇA...pra todos aqueles eu não podem comprar... o Estado só tem que entrar.. no comércio de remédio na fabricação de remédio... se for pra dar de graça pra quem precisa... e não pra vender mais barato pra alguns... entre os quais.. não há sequer discriminação da renda da renda... portanto...nós vamos continuar com isso...no próximo governo as vinte últimas cidades vão ser incorporadas nesse processo... não é um processo de hoje... começou no primeiro ano e depois de seis meses que nos levou pra botar a FURP em ordem...colocar em ordem nós começamos com cidade de trinta mil habitantes... depois cento e vinte mil...e hoje tamo dando pra cidade() de mais de trinta mil... e o Estado dá pra prefeitura... é ela quem distribui... não tivemos NE-NHUM interesse de fazer demagogia em cima disso...

A esse respeito, observa-se que Covas ampara sua argumentação no lugar da quantidade (Perelman e Olbrechts-Tyteca) – o número de pessoas beneficiadas pelos seus programas é grande, bem como o percentual de aprovação de seu projeto - a fim de valorizar sua gestão e, por conseguinte, sua face positiva diante do auditório, bem como para defender-se do FTA.

O apelo aos lugares da quantidade consiste, ademais, em uma estratégia de valorização da face empregada por Covas, cujo intuito é apresentar ao auditório a linha de conduta (Goffman, 1967) de um político empreendedor, devido à quantidade de pessoas atendidas pelo seu projeto.

Posteriormente, o turno é atribuído a Maluf que o inicia com uma pergunta destinada aos eleitores acerca do recebimento de remédios, desmerecendo o programa de saúde de Covas, cometendo, pois, um ato de descortesia – uma vez que desvaloriza as ações de seu interlocutor e ataca sua face positiva.

L2 fala-se muito... na distribuição gratuita de remédios... mas você... que está me escutando aí em casa...você já recebeu alguma vez remédio de graça?

A observação do trecho acima nos permite afirmar que Maluf faz uso de um tipo de figura argumentativa, abordada por Perelman e Olbrechts-Tyteca, denominada figura de comunhão, a qual, conforme esclarecem os autores, tem o papel de promover a aproximação entre orador e auditório. No caso da pergunta feita ao auditório por Maluf, temos um tipo de figura de comunhão cuja função é incitar a participação do auditório na discussão, isto é, incluí-lo no debate, promovendo, pois, uma aproximação entre orador e auditório.

As seguintes considerações de Perelman e Olbrechts-Tyteca corroboram nossa afirmação:

A comunhão cresce igualmente por meio de todas as figuras pelas quais o orador se empenha em fazer o auditório participar de sua exposição, atacando-o, solicitando-lhe ajuda, assimilando-se a ele[...] A apóstrofe, a interrogação oratória, que não visa nem a informar-se, nem a assegurar um acordo, são em geral figuras de comunhão[...].(2005, p.202).

Desse modo, observamos o uso de uma pergunta oratória, ou, mais precisamente, de uma pergunta retórica, cuja função é obter a adesão do auditório mediante sua aproximação ou participação no debate, tem como propósito cometer um FTA contra a face positiva de Covas. Por essa razão, observa-se que o uso de tal recurso configura-se como uma estratégia de ataque à face.

Cumpre-nos ressaltar, ainda, que, ao fazer tal pergunta, Maluf não tem como objetivo obter a resposta do público, isto é, não tenciona informações a respeito da distribuição de remédios, mas pretende, tão somente, incluí-lo na interação, numa tentativa de conduzi-lo à reflexão sobre os resultados do programa de saúde de Covas.

Há que se acrescentar que o emprego de uma pergunta retórica consiste em uma das estratégias elencadas por Aquino (1997), pela qual o locutor fortalece sua imagem na interação. Por essa razão, consideramos que ao fazer uso de tal recurso argumentativo, Maluf emprega uma estratégia de valorização de sua face diante do auditório em detrimento da face de seu adversário: L3.

Em seguida, Maluf procura a adesão do auditório mediante a tentativa de valorização de suas ações políticas, colocando sua face negativa sob risco – uma vez que comete um tipo de ato ameaçador da face positiva do falante - conforme postulam Brown e Levinson (1987) acerca dos atos ameaçadores das faces dos interactantes (FTAs) – já que confessa algo, no caso, que o projeto farmácia do povo não é seu, para, em seguida, apresentar o caso do governador Miguel Arrais, de Pernambuco, como exemplo, a fim de mostrar ao público que o projeto relativo à saúde foi bem sucedido, bem como empreendido em outra região do país:

L2 o meu projeto farmácia do povo...é um projeto que eu tive a coragem de dizer não é meu deu certo em Pernambuco com o governador Miguel Arrais...

Entretanto, Maluf faz, em seguida, algumas considerações bastante infelizes, ao mencionar que a farmácia distribuiria xampus e sabonetes à população – produtos baratos e de importância insignificante diante das reais necessidades de uma população carente de serviços

de saúde dignos. Nesse momento, observamos que Maluf parece perceber a fragilidade de seus argumentos e gagueja diante das risadas da plateia.

Para concluir seu turno, Maluf, mais uma vez, compromete-se, pondo em risco sua face negativa, assegurando que o que se dispõe a fazer será cumprido. Em seguida, L2 ataca a face de seu adversário, Mario Covas, ao assinalar que, no ano de noventa e sete, – um ano anterior ao debate - e, portanto, durante a gestão de Covas – reinventaram o sarampo, doença que havia sido erradicada, segundo Maluf.

Observamos, pois, que Maluf comete mais um ato de ataque à face de Covas – embora utilize um modalizador ao empregar o verbo na terceira pessoa do plural (reinventaram) sem citar, diretamente, o nome do oponente, a fim de modificar o rumo do assunto tratado na interação, no caso, o fato de que ofereceria, em seu programa de saúde, xampus e camisinhas ao povo:

L2 fala-se muito no médico que vai em casa.. mas tinha uma moléstia por exemplo que era o salampo...o sarampo... que não existia mais... (...)

Em seguida, Maluf tem sua fala interrompida por L1 e, portanto, tem sua face negativa ameaçada pelo mediador do debate, sem nenhum modalizador, o qual, enfim, atribui o turno a Covas:

L2 pois bem... reinventaram o sarampo em noventa e sete...houve quarenta mil casos de sarampo em noventa e sete com quarenta e duas mortes... de maneira que (...)

[

L1
para sua réplica...

tempo esgotado...candidato... Covas o senhor tem um minuto

Cumpramos, pois, que Covas reage ao ato de descortesia cometido por Maluf – as acusações a respeito da epidemia do sarampo - de forma ofensiva (Culpeper) já que, em sua réplica, ataca a face positiva de L2, mediante o apelo à ironia, fazendo uso do recurso não verbal do riso, a fim de mostrar ao auditório a fragilidade dos argumentos de seu oponente para, em seguida, ressaltar que seu programa relativo à saúde não se limita, como o de L2, à distribuição de xampus e sabonetes. Vejamos o exemplo do *corpus* em que Covas ataca a face de seu oponente:

L3 xampu vai ser muito bom... dá pra ((risos da plateia)) pintá o cabelo.. bom... na realidade...fizemos não foi só isso fizemos... Zé Paulo... terminamos on-ze hospitais..

Sabemos que, embora Covas pareça elogiar a distribuição de xampus pelo programa de saúde empreendido por Maluf, de fato, ridiculariza as propostas políticas de L2, cometendo, pois, um ato de descortesia, já que desvaloriza suas propostas. Desse modo, conforme postula Erlich (1993), Covas apela ao engenho como recurso argumentativo, por meio do qual ameaça a face do interlocutor mediante o sarcasmo ou a ironia.

Vejamos as considerações de Aquino (1997) acerca desse tipo de elogio às avessas:

O elogio irônico e a crítica, por exemplo, podem ser empregados como estratégias que, ao mesmo tempo, inferiorizam o interlocutor na escala hierárquica e tentam colocar o locutor num nível superior nessa mesma escala (1997, p.189)

Com efeito, observamos que Maluf comete um ato que desvaloriza sua face, uma vez que apresenta um discurso ao qual o auditório não atribui credibilidade – fato que pode ser corroborado pela manifestação da plateia do debate, que via e ri no momento em que L2 afirma que a farmácia do povo tem como meta distribuir xampus, sabonetes e camisinhas:

L2 quando/mas a farmácia do povo vai ter ((incompreendido)) ((risos da plateia)) xampu, vai ter..eh:...lógico...sabonetes...e até camisinha de graça... vai ter()

Ademais – em função da pausa relativamente longa que Maluf faz em seu turno – parece-nos que o candidato se esquece, momentaneamente, do que deve dizer, denotando, assim, insegurança e pouco domínio sobre os benefícios oferecidos ao povo de um projeto seu. Por essa razão, observa-se que L2 coloca sua face positiva sob ameaça.

Em decorrência disso, Covas aproveita-se da situação, como vimos, por meio de seu elogio irônico, fazendo uso da fragilidade do discurso de seu interlocutor para atacar sua face e deslegitimar seu discurso. A seguir, podemos observar as seguintes considerações de Aquino (1997) no que se refere a esse tipo de estratégia de ataque:

A apresentação de argumentos incompatíveis também pode ser percebida pelo interlocutor e isto se constitui num ponto de fragilização da imagem de quem os formulou (1997, p.180)

Observamos, ainda, - conforme as contribuições de Aquino (1997), relativas aos atos que fortalecem a imagem do locutor, entre os quais está a ironia – que o emprego do elogio irônico por Mario Covas consiste em uma estratégia que fortalece sua imagem:

Apelar para certas habilidades/atitudes, como o uso da ironia (embora aja inversamente se empregada em demasia), da repetição, da correção (1997, p.205).

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) a figura da ironia consiste em um recurso argumentativo bastante utilizado num tipo de raciocínio empregado na tentativa de ridicularizar uma determinada tese:

[...] a mais caracterizada argumentação quase-lógica pelo ridículo consistirá em admitir momentaneamente uma tese oposta àquela que se quer defender, em desenvolver-lhe as conseqüências, em mostrar a incompatibilidade destas com o que se crê por outro lado e em pretender passar daí à verdade da tese que se sustenta (2005, p.235).

Com efeito, Covas faz uso do ridículo – por meio da ironia - como recurso argumentativo quase - lógico, a fim de levar a proposta política de Maluf relativa à saúde – uma farmácia popular que distribua xampus, camisinhas e sabonetes – ao total descrédito.

3. ANÁLISE DO TERCEIRO BLOCO

O terceiro bloco tem início com as considerações de L1 referentes às regras da interação estabelecidas junto aos candidatos e suas respectivas assessorias:

L1 nesse terceiro bloco candidato pergunta para candidato de acordo com o sorteio que foi feito na presença dos assessores dos candidatos...

Em seguida, L1 reitera as possíveis sanções àqueles que não obedecerem às regras estipuladas para a interação:

L1 eu quero lembrar aqui...mais uma vez ...que qualquer citação ofensiva ao candidato... ao vice ou aos membros do partido ou da coligação... poderá dar direito de resposta... de um minuto à parte ofendida... candidato Mario Covas por favor... trinta segundos...

Diante do exposto acima, cumpre ressaltar que as relações de poder que permeiam a interação em análise influenciam os modos pelos quais os candidatos cometem atos de ameaça à face alheia. Assim, em decorrência da existência de tais represálias, os candidatos fazem, amiúde, uso de citações, bem como da apresentação de dados apresentados por instituições – como jornais, entre outras fontes idôneas– cujo intuito é, de fato, atacar a face de seus oponentes com o propósito de que não lhes seja atribuída a responsabilidade pelos

atos de ofensa, abstendo-se, assim, de possíveis sanções; no caso, ter de admitir o direito de resposta à parte ofendida.

Em outras palavras, a escolha de algumas das estratégias discursivas empregadas pelos candidatos ocorre, frequentemente, em virtude das características da interação – com suas regras previamente estipuladas e possíveis sanções àqueles que não as seguirem. Desse modo, por meio do uso de citações de acusações feitas por indivíduos conhecidos ou pela mídia, os interactantes procuram não só assumir uma postura defensiva em decorrência dos atos de ameaça cometidos contra a face alheia, mas também, mediante o uso desses recursos, corroborar eventuais acusações feitas aos interlocutores, tendo como fundamentação a palavra de pessoas ou de instituições, às quais se atribui certo prestígio, validando, desse modo, suas afirmações.

Importa-nos ressaltar, ainda, que o emprego de tais citações e o uso recorrente de informações apresentadas por jornais e outras instituições constituem-se, o mais das vezes, num argumento bastante eficaz na tentativa dos candidatos de persuadir o auditório: o argumento de autoridade. Não obstante, Perelman e Olbrechts – Tyteca (2005) salientam que tal argumento pode não colaborar com o sucesso da argumentação quando à autoridade, à qual se recorre, não é atribuída credibilidade:

A palavra de honra, dada por alguém como única prova de uma asserção, dependerá da opinião que se tem dessa pessoa como homem de honra [...]

Com efeito, parece-nos que Covas faz uso desse recurso – o argumento de autoridade - ao citar supostas afirmações feitas pelo político Antônio Carlos Magalhães - o ACM – com o propósito de atribuir-lhe a responsabilidade pelos FTAs que comete contra a face de seu oponente, Paulo Maluf:

L3 portanto pra gente analisar um candidato... o melhor é ver o que falam deles...o seus amigos... o senhor apresentou ACM Antônio Carlos Magalhães como seu... eleitor....e seu ...patrono... eu li outro dia no jornal ele dizer “eu não gosto de Maluf eu nunca gostei de Maluf não retiro nada do que falei sobre ele” ((lendo)) e fui ver o que que ele tinha falado...tá aqui... “Maluf compra mesmo voto diz ACM... não apoio Maluf porque ele carrega consigo o estigma... da repulsa da sociedade e mais... acho que esse estigma lhe faz justiça”

[

L1

tempo esgotado

Acerca do excerto acima, proveniente do turno de Covas, cabe-nos fazer algumas considerações. No momento em que se inicia o terceiro bloco, L1 deixa claro que, nesse

momento do debate, ambos os candidatos têm a oportunidade de fazer perguntas sem que, entretanto, violem as regras estabelecidas na interação sob análise. Não obstante, há que se observar que Covas inicia seu turno atacando a face de Maluf e excede o limite de sua fala, não questionando L2 acerca de um tema, como combinado. Mesmo no momento em que o mediador lhe interrompe o turno – ameaçando-lhe a face negativa, Covas procede às acusações sem, porém, fazer a pergunta para a qual o turno foi atribuído. Nesse momento, consideramos que Covas expõe sua face positiva – já que pode ser-lhe conferida a linha de conduta de um político descortês em demasiado e que não obedece a regras:

L3 foi um governo tão amoral... que até as flores se tornaram motivo de escândalo ((gritos e vaias da plateia))

L1 tempo esgotado

Observa-se que o tempo de duração do turno de Covas esgota-se e, no momento em que o candidato prossegue com suas acusações, a plateia manifesta-se, sobrepondo-se à fala de L3, ameaçando, assim, sua face negativa.

Nesse momento, o mediador assume sua posição hierarquicamente superior na interação e, embora peça à plateia que evite manifestações, modalizando seu discurso por meio do verbo pedir, apresenta, logo em seguida, a imagem de alguém que está no comando da interação. Nesse caso, cumpre-nos assinalar que L1 põe sua face positiva em risco, uma vez que corre o risco de ser caracterizado como um jornalista descortês e autoritário, já que ataca a face negativa dos indivíduos que compõem a plateia, impedindo-os de manifestarem-se ao longo do debate:

L1 peço à plateia que não se manifeste... quem dirige aqui sou eu.

L3 posso fazer a pergunta?

[

L1 por favor, o seu tempo tá esgotado...

Encerrando seu turno, mesmo sem que lhe seja autorizado, Covas faz, finalmente, a pergunta ao oponente, a qual consiste em uma pergunta retórica, pela qual não se busca, com efeito, informação. Nesse caso, o emprego da pergunta retórica destinada a Maluf consiste em uma estratégia de ataque à face positiva de L2:

L3 o senhor concorda...que seu governo é amoral?

Ademais, Covas retarda o tópico em andamento, pois ao que parece, sua intenção não é, de fato fazer nenhuma pergunta ao seu oponente, de valor referencial, mas, tão somente, atacá-lo. Desse modo, ao retardar o tópico em andamento – Covas excede o tempo de seu turno que termina sem a realização de sua pergunta – enfraquecendo, assim, sua imagem diante do auditório (Aquino, 1997).

Ainda no que diz respeito às considerações de Covas, relativas à citação da fala de Antônio Carlos Magalhães (doravante denominado como ACM), há que se acrescentar que, para que o argumento de Covas seja válido, é necessário que a ACM seja dada autoridade – ou o prestígio – de poder acusar Maluf de desonesto e que tenha, de fato, proferido tal discurso referente ao caráter de Maluf, pois, caso contrário, Covas correria o risco de ser mal visto - ou de sofrer sanções mais graves – em virtude de atribuir afirmações não verídicas à figura de outro político, no caso ACM.

Porém, observa-se, por meio das considerações feitas por Maluf em seu turno, mais a seguir, que, de fato, ACM – político bastante conhecido e experiente na política – teceu, de fato, críticas à Maluf, uma vez que o próprio acusado – L2 - assume esse fato:

L2 em primeiro lugar...eu acho que num país...todos têm direito de evoluir...em mil novecentos e oitenta e quatro...Antônio Carlos pensava isso de mim...

Desse modo, consideramos que Covas faz uso de um argumento de autoridade – uma vez que expõe as palavras de um político conhecido e experiente – ACM é presidente do congresso, o qual, por sua vez, apresentou provas sobre suas acusações a Maluf – a fim de atacar a face positiva de L2 e, concomitantemente, com o propósito de não se comprometer sobremaneira com tais acusações, uma vez que as atribui a outrem.

Ao empregar um argumento de autoridade como estratégia de ataque à face positiva de Maluf, observa-se que Covas empreende um ato que contribui para a valorização de sua face, em se tratando das estratégias elencadas por Aquino (1997), por meio das quais o locutor fortalece sua imagem no discurso no momento em que faz uso desse tipo de argumento.

O debate prossegue e o turno é atribuído a Maluf, que tem seu direito de resposta. Maluf defende-se das acusações, numa orientação defensiva diante dos ataques, afirmando que, embora ACM, anteriormente, tivesse uma opinião negativa a seu respeito, na ocasião do debate, ACM o apoiava. Verifica-se que, por meio de tal afirmação, Maluf procura proteger

sua face em decorrência do ataque efetuado por Covas e, ao mesmo tempo, tenta valorizá-la, ao mencionar que um político de considerável prestígio e experiência, conforme ressalta Maluf, mantém relações amigáveis com ele e, inclusive, o apoia:

L2 depois dele me conhecer melhor...ele tanto me apoia...que eu vou dar aqui a vocês em primeira mão...amanhã...às dezesseis e trinta...ele vem da Bahia...diretamente pra me fazer uma visita no meu gabinete...é um homem que tem grandes... serviços prestados a esse país... presidente do congresso...um homem que está há quarenta anos na política... o PFL é um partido... que faz a coligação conosco...

Ademais, Maluf realiza um ato valorizador (FFA) (Kerbrat - Orecchioni, 2006) destinado à face de ACM, uma vez que elogia sua gestão e experiência política.

Em seguida, Maluf ataca a face positiva de Covas ao acusá-lo de manter relações com alguém a cuja imagem estão atrelados fatos bastante polêmicos, como a matança no Carandiru: o coronel Ubiratan. Maluf ataca a face de Covas – e, por conseguinte, a do coronel Ubiratan – por meio de um recurso bastante utilizado pelos candidatos na interação em análise: a apresentação, ou citação da fala de outra pessoa – em geral, a de outro político – com o propósito de atacar a face alheia, sem, entretanto, assumir plena responsabilidade pelas acusações:

L2 TV Cultura...a:...deputada Marta Suplicy disse... que você era muito incoerente Mario Covas... porque você defendia os direitos humanos mas na sua chapa tinha...pedindo voto pra vocês...o coronel Ubiratan..o de número 41111 que era exatamente aquele que...na entrada do Carandiru tinha visto eh... havido aquele problema...no dia dois de outubro de noventa e dois e cento e onze presos foram mortos [...]

Além disso, observamos que Maluf se refere à emissora de televisão *Cultura* com o objetivo de dar respaldo à sua acusação. Desse modo, ao utilizar esse recurso – mencionando uma instituição idônea e a possível fala de Marta Suplicy – o candidato faz uso de um argumento de autoridade – haja vista que fundamenta suas afirmações mediante a referência à fala de uma deputada que, por sua vez, participava de um programa de uma emissora séria - a fim de mostrar ao auditório que, se L3 aceita o apoio de alguém com um passado tão polêmico, envolvido em ações desumanas, como o assassinato de pessoas, não pode ser digno de confiança e defensor dos direitos humanos.

A respeito dos argumentos de autoridade – que aparecem entre os tipos de argumentos baseados em testemunho, elencados por Aquino (1997) - importa-nos ressaltar as seguintes considerações feitas pela pesquisadora:

As citações de fala, diretas e indiretas, em que se move a fala de alguém de um ambiente a outro, segundo Tannen (1989), constituem-se em estratégias que visam a um enquadramento da informação para se persuadir o interlocutor. Dependendo de quem é citado, tem-se uma autoridade não questionada; além disso, ocorre a impossibilidade de transferência de responsabilidade: não se pode responsabilizar alguém pelo que foi dito por outrem. (1997, p.202)

Com efeito, observamos que, ao citar a fala da deputada Marta Suplicy, Maluf emprega uma estratégia de ataque cujo propósito é desqualificar a imagem positiva do adversário sem, contudo, correr o risco de ser responsabilizado por tal ato.

Para Galembeck (1997, p.146), há casos de alusão a terceiros cujo uso explica-se pela intenção do falante em: “conferir às suas palavras maior fidedignidade ou valor de verdade”

Importa-nos ressaltar que, para atacar a face de Covas, Maluf faz uso de um argumento quase-lógico, mais precisamente, de um argumento de contradição e incompatibilidade, segundo o qual não se pode defender duas teses opostas:

Toda formulação que, no enunciado de proposições, tender a apresentá-las como sendo a negação uma da outra poderá sugerir que as atitudes que lhe são vinculadas são incompatíveis (PERELMAN E OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.228).

Ao ressaltar que Covas defendia os direitos humanos e que, entretanto, recebeu apoio de alguém cuja imagem está atrelada à violação dos direitos humanos, Maluf tenta levar o auditório a inferir que Covas é bastante incoerente no que diz respeito às suas convicções políticas e suas ações, na tentativa de levar o auditório a crer, desse modo, que não se pode conferir credibilidade à imagem de um político cujas palavras não correspondem às suas atitudes. Dessa maneira, Maluf utiliza um argumento de contradição e incompatibilidade como estratégia de ataque à face positiva de Covas, uma vez que o acusa de ser um político contraditório e incoerente.

Além disso, Maluf faz uso de outro procedimento bastante utilizado e eficaz nos discursos políticos, o qual consiste na apresentação de fatos que se supõe serem aceitos pela grande maioria do auditório, como o direito à vida. Nesse caso, parece-nos que Maluf supõe que, para a grande maioria do auditório, o assassinato de pessoas opõe-se à questão dos direitos humanos, de modo que, ao vincular a imagem de seu oponente – Mário Covas – a alguém que não honra o direito à vida, L2 procura obter a adesão de boa parte do auditório que, possivelmente, é contra a violação do direito de viver. Em decorrência disso, cabe-nos

ressaltar que, para atacar a face positiva de Covas, Maluf utiliza-se de um tipo de argumento quase-lógico e, ao mesmo tempo, tenta obter respaldo por meio da apresentação de ideias consensuais ou crenças que julga serem valorizadas pelo seu auditório.

O fato de que Covas aceitou o apoio de alguém – coronel Ubiratan - com uma imagem tão deturpada devido ao seu envolvimento em um evento tão violento – o massacre de presos – colabora para que à imagem do candidato Mario Covas sejam atribuídas avaliações negativas, uma vez que, se Covas defende os direitos humanos, como ressalta Maluf, não poderia, pois, permitir que sua campanha recebesse o apoio do coronel Ubiratan, como já salientamos.

Em função disso, se Covas caiu em contradição, uma vez que às suas palavras não correspondem suas ações, podemos inferir que L3 poderá fazê-lo posteriormente, isto é, ser incoerente ao longo de sua gestão, caso seja reeleito. Em outras palavras, é possível que o auditório infira - a partir dos fatos passados, no caso, a incoerência de Covas – que o candidato não cumpra suas promessas ou aja em desacordo com elas, como no episódio apresentado por Maluf.

Maluf prossegue com seus ataques (FTAs) à face positiva de L3, apresentando outras situações que corroboram sua afirmação relativa à incoerência entre as afirmações e as atitudes tomadas por seu oponente. Conforme ressalta L2, Covas mudou de partido diversas vezes e, em contrapartida, Maluf permanece no mesmo partido durante anos:

L2 então eu acho que em matéria de incoerência política você é o campeão Mario Covas porque você...foi do MDB foi do PMDB e depois que você foi eleito senador você saiu do seu partido você disse que não era candidato a governador durante nove meses e depois de nove meses que você falou...mais de uma centena de vezes ...não sou candidato...não sou candidato...não sou candidato....tenho uma palavra só... você foi candidato.... você disse eu era contra a reeleição e depois você disse não eu aceito agora a ser candidato à reeleição de maneira que de incoerência eu acho que você é o campeão

A observação do trecho acima permite afirmarmos que as repetições de Maluf acerca da incoerência relativa à carreira política de seu oponente consistem no emprego de um tipo de figura de presença, por meio da qual o orador busca, conforme salientam Perelman e Olbrechts – Tyteca, a adesão do auditório mediante a repetição de uma ideia ou concepção:

Entre as figuras que têm por efeito aumentar o sentimento de presença, as mais simples se relacionam com a *repetição*, que é importante na argumentação, ao passo que numa demonstração e no raciocínio científico em geral, ela nada proporciona. (2005, p. 198)

Assim, L2 ressalta que as atitudes de Covas não condizem com suas afirmações, atribuindo-lhe a linha de conduta de um político incoerente e, por conseguinte, não confiável. Por essa razão, podemos afirmar que Maluf faz uso, outrossim, de um tipo de argumento fundado nas relações entre a pessoa e seus atos. Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes considerações a respeito desse recurso argumentativo:

Muitas vezes a ideia que se faz da pessoa, em vez de constituir uma conclusão, é mais o ponto de partida da argumentação e serve, seja para prever certos atos desconhecidos, seja para interpretar de um certo modo os atos conhecidos, seja para transferir para os atos o juízo formulado sobre o agente (2005, p.341)

As referências de Maluf à mudança de conduta de seu adversário consistem em estratégias de ataque à face positiva de Covas por meio da apresentação dos atos cometidos por L3 – incoerência entre o que se diz e o que se faz – a fim de levar o auditório a inferir que, se Covas não agiu consoante suas afirmações, não pode ser, pois, digno de confiança. Com efeito, verifica-se que a intenção de Maluf é, mediante a apresentação de atos conhecidos, persuadir o auditório na tentativa de levá-lo a crer que, se acaso Covas for reeleito, tomará, pois, as mesmas atitudes: não cumprirá suas promessas políticas, uma vez que, se já foi incoerente em outras ocasiões, poderá sê-lo em uma possível gestão caso seja reeleito.

Cumpramos ressaltar, ainda, que, ao fazer uso da argumentação fundada nas relações entre ato e pessoa (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), Maluf tem o propósito de conduzir o auditório a atribuir à pessoa – no caso, Mario Covas - os mesmos juízos que se atribuem aos seus atos: no caso, juízos de valor negativos para aqueles que concordam com os argumentos utilizados por Maluf. Desse modo, L2 procede à transferência de juízos negativos, conferidos aos atos de Covas, à sua imagem como estratégia de ataque.

O debate prossegue e Covas, por sua vez, assume seu turno, numa reação ofensiva (Culpeper) diante dos atos de descortesia de Maluf, ameaçando-lhe a face positiva, ao afirmar que L2 processou Antônio Carlos Magalhães. Desse modo, as considerações de Covas levam-nos a considerar que, de fato, Maluf não parece ter uma relação amigável com ACM, mostrando ao auditório que as informações dadas por Paulo Maluf, relativas às suas boas relações com ACM, são bastante contraditórias:

L3 o senhor processou o senhor Antonio Carlos Magalhães ...que lhe tinha chamado de corrupto...e ele foi... ((rindo)) ao tribunal e levou um caminhão com doze quilos de prova...((risos do candidato Mario Covas e da plateia)) ...

No excerto acima, observa-se o riso – no caso, um recurso não verbal – como mecanismo de ataque à face positiva de Maluf, numa tentativa de mostrar ao auditório a fragilidade da argumentação de L2. Ademais, a fragilidade do discurso de Maluf – apontada

por Covas, ao mencionar a contradição de seu discurso – é logo percebida pela plateia do debate, a qual se manifesta e, assim como Covas, ri no momento em que L3 procede à refutação do conteúdo veiculado pelo enunciado de Maluf.

No momento em que Maluf assinala que o partido de Antônio Carlos Magalhães, o PFL, faz coligação com seu partido e que ACM o apoia, Covas apela à razão – estratégia elencada por Erlich (1993) – entre as quais está a refutação, cujo propósito consiste em rejeitar, isto é, refutar o conteúdo de um enunciado – no caso, o de Maluf, apresentando-se, posteriormente, uma justificativa ou argumento que ofereça respaldo para a refutação do enunciado do interlocutor. Destarte, observamos que Covas procede ao apelo à razão no momento em que refuta o conteúdo do enunciado veiculado pelo discurso de Maluf – no caso, sua parceria com Antônio Carlos Magalhães – apresentando, pois, uma justificativa para sua refutação.

Observamos, também, o emprego de uma estratégia argumentativa que se baseia no testemunho, entre as quais está o argumento de autoridade, elencado por Erlich (1993) em suas análises acerca da interação polêmica e postulado por Perelman e Tyteca (2005):

L3 ele lhe chamou de amoral...

.

Conforme ressaltam Perelman e Olbrechts – Tyteca, aquele que procede ao uso do argumento de autoridade com o propósito de fundamentar seu discurso, emprega-o como respaldo invocando as seguintes autoridades:

As autoridades invocadas são muito variáveis: ora será “o parecer unânime” ou a “opinião comum”, ora certas categorias de homens, “os cientistas”, “os filósofos”, “os padres da Igreja”, “os profetas”; por vezes a autoridade será impessoal: “a física”, “a doutrina”, “a religião”, “a Bíblia”; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome. (2005, p.350).

No caso do ataque engendrado pela citação da fala de outrem por Covas, observamos que o candidato utiliza a fala de Antônio Carlos Magalhães – designando a autoridade invocada pelo nome – com o propósito de fundamentar sua refutação e, ao mesmo tempo, convencer o público de que o discurso de Maluf é contraditório, uma vez que um político que o apoia, no caso ACM, não lhe chamaria de amoral.

Observamos, assim, que Covas apela para a questão ética, estratégia argumentativa recorrente em seu discurso, elencada por Erlich (1993), utilizada, sobremaneira, em interações polêmicas – cuja finalidade é contraditar o discurso de Maluf.

Dando continuidade ao seu turno, Covas faz, ainda, as seguintes considerações:

L3 [...] o que eu lhe perguntei... e parece que eu não me consigo fazer compreender...eu () vo falar um pouquinho mais devagar pro senhor entender... o que eu lhe perguntei... é se o senhor concordava que o senhor era amoral...

Mais uma vez, observamos que Covas emprega a ironia para atacar a face positiva de Maluf. À primeira vista, parece que o político tenta explicar – pausadamente – o que, de fato, quer perguntar a Maluf. Entretanto, tal ato, que a princípio parece cortês - aliás, Covas, num ato de deferência, chama-lhe de senhor - afigura-se como um ato de descortesia direcionado a L2, uma vez que, ao mencionar que o candidato oponente não consegue entender o que lhe fora questionado, L3 coloca em dúvida sua capacidade de compreender-lhe as perguntas, na tentativa de levar o público a inferir que Maluf é incapaz e despreparado, efetuando, pois, um FTA contra sua face.

Convém assinalar, ainda, que Covas faz uso, mais uma vez, de uma pergunta retórica – cuja função não é a de obter uma informação - mas a de atacar a face positiva de Maluf, referindo-se à sua amoralidade e, concomitantemente, sua face negativa, uma vez que invade seu território pessoal, coagindo-o a responder algo que possa expor-lhe a imagem diante do auditório de forma negativa.

De acordo com Aquino, o uso da ironia afigura-se como um tipo de estratégia de ataque indireto:

Ao ironizar, infringe-se também o princípio da sinceridade, pois a ironia é entendida como uma forma indireta de ataque. (AQUINO, 1997, p. 189)

Posteriormente, veremos que a ironia é um recurso bastante recorrente no emprego agressivo do trabalho de face empreendido pelos interactantes ao longo da interação, cujo propósito consiste, sobretudo, na tentativa de ataque à face sem, contudo, ter sua face sob ameaça devido ao fato de que, por meio de tal recurso, é possível àqueles que o empregam absterem-se da responsabilidade de seus atos:

A ironia deve ser considerada uma estratégia argumentativa em que se manobram as regras de coerência, sem o receio de sofrer sanções, já que seu caráter ambíguo permite mais de uma interpretação. Quem dela se utiliza, ampara-se no argumento que melhor lhe convier para se defender. (AQUINO, 1997, p.189)

Conforme salienta Aquino, entre as estratégias que colaboram para o fortalecimento da imagem do locutor – expostas na parte teórica do presente estudo – temos as relacionadas ao apelo a habilidades, isto é, ao engenho – o qual consiste no sarcasmo e na ironia – no uso da

refutação e, portanto, no ataque à face do oponente, além do emprego do argumento de autoridade e de perguntas retóricas. Há que se observar que, em seu turno, Covas faz uso de todos esses recursos, cujo fim é levar a imagem de Maluf ao total descrédito frente ao eleitorado.

Ao observarmos os procedimentos argumentativos dos quais Covas faz uso em seu turno, conforme o esquema postulado por Aquino, concluímos que o candidato emprega estratégias que se configuram como atos valorizadores de sua imagem.

O debate prossegue e, no momento de réplica, em que o turno é atribuído a Paulo Maluf, observamos que o candidato ataca a face positiva de L3 por meio da acusação de que Covas foge dos tópicos propostos, acusando-o de reduzir seu discurso a meros ataques, já que, conforme salienta Maluf, Covas não trata de assuntos pertinentes ao debate.

Segundo Aquino (1997), a fuga do tópico em andamento colabora para o enfraquecimento do locutor na interação. Desse modo, Maluf faz uso desse recurso como estratégia de ataque à face positiva de seu oponente, a fim de desvalorizar e enfraquecer a imagem de L3 diante do auditório:

L2 Mario Covas tem uma tática interessante...em vez dele responder a pergunta...ele agride...ele ataca...ele baixa o nível...((palmas do auditório))

[

L1 peço à plateia... a plateia deve se manter em silêncio... por favor...

Observa-se que Maluf executa um FTA direto (*on record*) à face positiva de Covas, ao afirmar que seu discurso limita-se a ataques, isto é, consiste em um discurso no qual não se discutem propostas políticas, pertinentes ao que fora proposto pelo mediador do debate.

O trecho acima mostra o quanto Maluf repete, diversas vezes, que seu adversário é descortês em demasiado. Aliás, ao longo de boa parte do debate, Maluf responde aos atos de ameaça de seu oponente ressaltando que Covas fundamenta seu discurso, sobretudo, em atos de descortesia. Devido à insistência de Maluf em acusar Covas, a todo momento, de cometer atos de descortesia em demasiado e fugir do tópico, consideramos a necessidade de apresentar todas as ocorrências, a fim de mostrarmos o quanto o discurso de Maluf é repetitivo, possivelmente com o propósito de convencer o auditório, por meio da repetição das mesmas acusações, que Covas não merece credibilidade.

Entre as estratégias elencadas por Erlich (1993), em seu estudo de interações polêmicas, a autora assinala algumas, entre as quais estão: o retardamento do tópico proposto, modificando-se, até mesmo, o tema em andamento; bem como o desprezo pelo debate, estratégia que consiste na abordagem do tópico sob outro enfoque.

Com efeito, observamos que Maluf utiliza, como estratégia de ataque à face de Covas, o fato de que seu oponente retarda ou foge do tópico em andamento com o propósito de levar o auditório a atribuir-lhe a imagem de um político que não obedece regras e que não é capaz de responder às perguntas propostas.

Entretanto, há que se ressaltar que, após Maluf acusar o candidato oponente de fugir do tópico e fundamentar seu discurso em meros ataques, L2 procede, ao longo de todo seu turno, ao ataque à face de Covas; de modo que, assim como o candidato que havia criticado, Maluf não discute propostas de governo, limitando-se, tão somente, a acusar L3 de ser um político incoerente:

L2 você Mario Covas.. é que tem tido uma verdadeira incoerência na sua vida pública... incoerência quando diz que não era candidato durante nove meses... que tinha uma palavra só.. e depois foi candidato... incoerente quando você foi contra o presidente Fernando Henrique Cardoso que... você disse que era contra a reeleição.. contra seu companheiro e depois você aceitou.. de maneira de incoerência...eu quero dizer o seguinte Mario Covas...você ganha de todos...porque você... é muito((incompreendido)) pra você na teoria tudo é muito bonito... mas na prática você sabe...que tudo que você faz...não funciona ((risos da plateia))

Cumpre-nos assinalar que, a cada acusação de incoerência feita por Maluf ao oponente – atacando-lhe a face positiva de maneira direta e sem atenuadores (*on record*) –, L2 justifica suas acusações fundamentando, assim, os FTAs direcionados à face de L3. Nesse caso, observamos que Maluf faz uso do argumento quase-lógico de contradição e incompatibilidade, postulado por Perelman e Tyteca:

A pessoa se prevalece, com essa acusação, do prestígio do raciocínio rigoroso. Essa acusação poderá ser precisa (acusação de contradição, por exemplo) e situar-se no próprio nível da argumentação (2005, p. 220)

Desse modo, mais uma vez, Maluf busca levar o auditório a conferir a Covas a imagem de um político que não cumpre o que diz – atribuindo-lhe a linha de conduta de alguém inconstante, numa tentativa de levar o auditório a inferir que Covas não é digno de confiança, uma vez que, se L3 não cumpriu o que havia dito anteriormente, pode, futuramente, não cumprir com suas propostas políticas, caso seja eleito.

Ao longo do debate, a manifestação da plateia ocorre de maneira significativa: por meio de gritos, vaias, risos e, em alguns momentos, é preciso que o mediador do debate utilize sua posição hierarquicamente superior – pelo menos no contexto da interação em análise, marcada por relações de poder – a fim de manter o equilíbrio, uma vez que as manifestações da plateia sobrepõem-se à fala dos candidatos.

Há que se acrescentar que tais manifestações, muitas vezes, assumem o papel de atos ameaçadores (FTAs) às faces de ambos os candidatos, tanto à face positiva – por meio dos risos e das vaias – como à negativa – pelo fato de que essas intervenções constituem-se, em certas ocasiões, em assaltos ao turno dos candidatos, cerceando-lhes o direito de falar.

Desse modo, observa-se, nesse momento do debate, a intervenção do mediador que a faz de maneira polida, por meio do modalizador: "por favor", cujo propósito, parece-nos o de não atacar a face dos integrantes da plateia e, por conseguinte, não colocar a própria face sob ameaça, pois, caso contrário, acarretaria a imagem de um jornalista autoritário:

L1 muito bem...eu...peço à plateia que... que... por favor peço à plateia que mantenha silêncio para...o bom desempenho dos dois candidatos inclusive...dando sequência a este bloco...agora é a vez do candidato Paulo Maluf fazer a sua pergunta...por favor... candidato... trinta segundos

O debate prossegue e o turno é atribuído a Maluf, ao qual é concedido o direito de fazer sua pergunta ao oponente, Mario Covas:

L2 na pergunta anterior...feita pelos jornalistas...o candidato Mario Covas...disse...que eu não fiz nenhum leito como prefeito... e nenhum leito como governador... é absoluta verdade...não fiz nenhum leito mas tudo funcionava... pois bem... ele disse que construiu... onze hospitais... quer explicar...a Folha da Tarde de ontem....de ontem ((mexendo no jornal e lendo)) sábado dia dezessete que diz "novos hospitais do governo do Estado... têm atendimento precário" ((mostrando a manchete para a câmera)) dos onze hospitais.. dois funcionam só na porta de entrada para encaminhar pra outros hospitais... isto é maneira de construir hospital Mario Covas?

Nesse trecho do debate, observa-se que Maluf coloca sua face negativa sob ameaça, uma vez que confessa algo que não fez: nenhum leito de hospital. Conquanto Maluf exponha sua face negativa com uma afirmação bastante comprometedora, observamos que, logo em seguida, a fim de tentar manter sua face, L2 emprega um argumento elencado por Erlich (1993) segundo o qual o interlocutor antecipa-se a possíveis objeções de seu destinatário, no momento em que assinala que tudo funcionava de modo satisfatório.

Em outras palavras, o candidato antecipa-se a uma possível crítica ao fato de não ter oferecido nenhum leito ao longo de sua gestão política ao afirmar que, contudo, a área da saúde – durante seu mandato – funcionava bem. Porém, importa-nos ressaltar que, embora Maluf procure evitar objeções à sua confissão – no caso, não ter oferecido leito algum – a justificativa “tudo funcionava bem” é deveras generalizante e não justifica, de fato, que em sua gestão ofereciam-se serviços de qualidade na saúde pública. Desse modo, consideramos a justificativa oferecida por Maluf para o fato de que, ao longo de sua gestão política tudo funcionava bem, a despeito de não haver oferecido nenhum leito aos hospitais, deveras frágil.

Por essa razão, observa-se que Maluf procura logo justificar-se por não ter oferecido subsídios à saúde, a fim de proteger sua face por meio do ataque à gestão de Covas, e, por conseguinte, à sua face positiva, de forma direta e sem atenuadores. Nesse caso, L2 faz críticas à administração da saúde pública no governo de Covas, em cuja gestão foram construídos onze hospitais que, entretanto, conforme assinala Maluf, oferecem serviço precário, como estratégia de ataque à imagem de L3.

Com efeito, Maluf recorre ao emprego do argumento fundado nos lugares da qualidade (Perelman e Tyteca, 2005), numa tentativa de persuadir o auditório de que a quantidade – nesse caso, os hospitais oferecidos por Covas – não é tão importante quanto à qualidade dos serviços oferecidos na área da saúde, contestando, por meio do uso desse tipo de argumentação, a validade, isto é, o prestígio da quantidade.

Maluf recorre, ainda, ao argumento de autoridade, uma vez que fundamenta suas acusações nas afirmações apresentadas pelo jornal *Folha da Tarde*, apelando, pois, para seu prestígio, a fim de justificar seus ataques à face do oponente e, ao mesmo tempo, abster-se da responsabilidade sobre tais acusações, uma vez que as atribui ao jornal.

Por fim, Maluf encerra seu turno com uma pergunta oratória – pergunta retórica – cuja função é atacar a face de Covas e levar o auditório a refletir sobre a questão da precariedade dos serviços oferecidos na área da saúde pelo seu oponente, sem qualquer intenção de obter, de fato, alguma informação acerca do fato:

A apóstrofe, a interrogação oratória, que não visa nem a informar-se, nem a assegurar um acordo, são, em geral figuras de comunhão; na comunicação oratória o orador pede ao próprio adversário, ao juiz, que reflita sobre a situação em que se está[...] (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 202)

Em seguida, o turno é atribuído a Covas que reage diante dos ataques de forma ofensiva, criticando o serviço de saúde oferecido por Maluf – o PAZ – além de fazer uso de

um tipo de argumento baseado em dados documentados (Erlich, 1993) no momento em que apresenta uma ficha que, conforme enfatiza Covas, corrobora sua afirmação de que uma paciente atendida pelo sistema de saúde oferecido por seu oponente foi encaminhada para o Estado, cuja gestão, até a ocasião do debate, é administrada por L3.

Desse modo, o apelo a dados documentados e a testemunhas, elementos extrínsecos ao discurso, correspondem a estratégias de contra-ataque aos FTAs dirigidos por L2 a L3 e, ao mesmo tempo, afiguram-se como fundamento para dar respaldo às acusações feitas por Mário Covas:

L3 olha onde se faz isso é no PAZ ((rindo))...eu tenho...aqui dentro... uma... pessoa... que foi se assistir... no PAZdo hospital do Tatuapé ...que quando fui prefeito eu reformei...no hospital.. encaminharam essa pessoa...com uma ficha... pra uma unidade básica de saúde do Estado porque ele tinha uma unha encravada...eu tenho a ficha aqui...essa ((apontando para Paulo Maluf))...é a sua assistência médica...esse é seu serviço de saúde ((rindo))...

Há que se acrescentar que Covas reforça seu ataque à face de Maluf mediante um recurso não verbal, do qual o candidato faz uso diversas vezes: o riso, a fim de deslegitimar o discurso de seu oponente numa tentativa de levar o auditório a crer que o discurso de L2 é frágil e sem fundamento, denegrindo, assim, sua imagem.

Posteriormente, observa-se que Covas apela à razão (Erlich, 1993), empregando o procedimento de retificação – o qual consiste em um tipo de desacordo com o conteúdo do enunciado do interlocutor - segundo o qual o discurso do interlocutor é utilizado para, em seguida, ser negado. Conforme Erlich (1993, p.52), há, entre o enunciado retificado e aquele que o retifica, uma relação de oposição, a qual - como observamos no turno de Covas - é marcada pelo uso do conectivo “mas”:

L3 os outros hospitais eu disse aqui que só dois tinham sido inaugurados...a...obra civil... tá pronta em nove...dos onze...e...a montagem de equipamento tá sendo feita...eu não disse que tinha inaugurado...((grifo nosso)) os onze... mas inauguro até o fim do ano...

Com efeito, Covas retifica o enunciado de Maluf acerca da construção de onze hospitais, ao negar ter dito que já havia inaugurado os onze hospitais, mas que apenas dois foram inaugurados, afirmando, ainda, que os demais serão entregues antes de findar o ano. Nesse caso, observamos que Covas nega o enunciado de Maluf – de que havia inaugurado

onze hospitais – expandindo o enunciado de seu interlocutor, colocando, porém, sob risco sua face negativa, ao comprometer-se com as inaugurações.

Consideramos que o emprego da retificação de dados veiculados pelo enunciado do interlocutor por Covas consiste em uma estratégia de ataque à face, cujo propósito é expor ao auditório o fato de que aquele, cujo enunciado é retificado, no caso Maluf, não tem conhecimento do que diz, isto é, expõe dados falsos e, portanto, não válidos.

Em seguida, Covas dá prosseguimento ao seu turno procedendo à acusação de que Maluf não cumpriu suas obrigações ao longo de sua gestão no Estado e na Prefeitura, tratando-o como ‘doutor’ num ato de deferência, mesmo num tipo de interação cuja lógica é a polêmica. Cumpre assinalar que Covas comete, pois, um FTA direto (*on record*) sem atenuadores à face positiva de Maluf no momento em que procede às acusações:

L3 [...] tarão todos eles funcionando...estarão funcionando de uma maneira diferente... doutor Paulo...eu não falei que o senhor não fez na prefeitura...acho que num fez mesmo...mas eu falei que o senhor não fez no Estado e não fez ...

Ainda nesse mesmo turno, Covas assume o compromisso de comparar o governo de seu oponente ao seu, expondo, assim, sua face negativa, uma vez que se compromete abertamente em expor dados relativos à sua gestão política, sobretudo, no que diz respeito à área social.

Importa ressaltar que, ao desafiar Maluf a expor dados de seu governo, impondo-lhe um compromisso, cerceando sua liberdade de escolha, pressionando-o a comparar seus governos, Covas ameaça-lhe a face negativa:

L3 eu quero comparar o seu governo como governador e o meu governo como governador... e se o senhor quiser eu lhe dou o direito de o senhor escolher o terreno que o senhor quiser...eu discuto em qualquer área sobretudo na área social...se o senhor fez mais ou se eu fiz mais...

Covas prossegue seu turno procedendo à apresentação de dados relativos à má administração do dinheiro público por Maluf, acusando-o de ter desperdiçado dinheiro com um projeto de exploração de petróleo – não aprovado pela Petrobrás, empresa de prestígio no ramo – o qual deixou para as gestões subsequentes um débito significativo, inclusive para a gestão de Covas, a qual teve de arcar com as dívidas oriundas do mandato de L2 .

A despeito desse fato, Covas ainda assinala que, mesmo endividado, foi capaz de investir na saúde pública, oferecendo uma quantidade significativa de leitos em hospitais e

remédios para o tratamento de AIDS, como estratégia de valorização de sua face, conforme verificamos no excerto a seguir:

L3 ainda fiquei pagando as suas dívidas heim...((apontando para Maluf)) porque no outro dia tive que pagar quiNHentos milhões da Paulipetro...o juiz sequestrou...quinhentos milhões de dívidas que o senhor fez lá trás...por uma loucura...pra tirar petróleo de um lugar...que a Petrobrás já tinha pesquisado e que não tinha petróleo...e ainda fui obrigado a pagar...de forma que MESmo fazendo isso...ainda pude entregar...vou poder entregar... três mile quatrocentos e noventa leitos ((falando pausadamente))...são dois Hospitais das Clínicas novos...remédio aqui...se dá pra AIDS hoje... pela primeira vez diminui pelo número de pessoas que morreu por AIDS... pela primeira vez...se dá remédio em São Paulo pra todos os tipos de doenças graves

Ainda no que se refere ao fato da tentativa de exploração de petróleo por Maluf, importa-nos fazer algumas considerações. Nesse turno, ao apresentar tal acontecimento, Covas compromete seriamente a imagem de Maluf diante do auditório, fazendo uso de um tipo de argumento – o qual consiste na interação entre a pessoa e seus atos - elencado por Perelman e Tyteca, por meio do qual o orador busca - a partir da apresentação de determinados atos cometidos por um indivíduo, no caso, Maluf – levar o auditório a construir uma determinada concepção da pessoa em função dos atos que cometeu:

Em nossa concepção habitual, um ato é, mais do que um indício, um elemento que permite construir e reconstruir nossa imagem da pessoa [...] (2005, p. 338)

Com efeito, Covas procede à apresentação de tal ato – o endividamento exorbitante de Maluf e o desperdício do dinheiro público – para macular a face positiva de seu oponente, numa tentativa de mostrar ao auditório que Maluf afigura-se como um político irresponsável e sem conhecimento, no que diz respeito à administração do dinheiro público, procurando convencer o eleitorado de que é possível, por meio do exame dos atos passados cometidos por uma pessoa, prever possíveis atos futuros:

Muitas vezes a idéia que se faz da pessoa, em vez de constituir uma conclusão, é mais o ponto de partida da argumentação e serve, seja para prever certos atos desconhecidos, seja para interpretar de um certo modo os atos conhecidos, seja para transferir para os atos o juízo formulado sobre o agente (PERELMAN e OLBRECHTS – TYTECA, 2005, p.341)

Consideramos que Covas intenta, em seu trabalho de persuasão do auditório, levá-lo a prever ações e atitudes de Maluf, caso L2 seja eleito, em função dos juízos negativos atribuídos ao caso da Paulipetro e, por conseguinte, à imagem de Paulo Maluf. Em outras palavras, Covas busca levar o auditório a inferir que Maluf pode outra vez, ao assumir o governo de São Paulo, desperdiçar novamente o dinheiro da população com obras descabidas.

No momento em que L1 atribui o turno a Maluf, observa-se, novamente, como reação aos FTAs diretos (*on record*) ameaçando suas faces, positiva e negativa, empreendidos por

Covas, uma atitude ofensiva de L2 em resposta aos atos de descortesia que lhe foram destinados:

L2 Mário Covas novamente tem uma tática interessante...ele em vez de responder a pergunta... ele ataca...eu perguntei sobre sarampo...quarenta mil casos de sarampo no ano passado((falando pausadamente)) e você não respondeu por que quarenta e duas mortes...

Nesse trecho, observamos que L2 acusa, mais uma vez, Covas de retardar o tópico em andamento, um ato que, segundo Aquino (1997) contribui para enfraquecer a imagem do locutor ao longo da interação.

Cumprir trazer a lume que Maluf busca apresentar a imagem de um político comprometido com o que fora proposto pelo debate – responder as perguntas e discutir planos de governo - assumindo a *linha* (Goffman) de um candidato que obedece a regras estabelecidas e não apela a atos de descortesia em demasia ou para a fuga de questões relativas ao tópico proposto, como faz Mário Covas.

Em outras palavras, conforme assinala Maluf, L3 procede ao ataque como estratégia com o intuito de abster-se de responder as perguntas. Desse modo, Maluf expõe, em vários momentos do debate, as razões pelas quais seu oponente assume tal posição, numa tentativa de convencer o auditório de que Covas não é capaz de oferecer argumentos plausíveis para defender-se das acusações, por incompetência ou por falta de compromisso com as regras do debate, que no caso, consiste na discussão de planos de governo.

Não obstante, assim como o oponente, Maluf prossegue seu turno cometendo atos de descortesia destinados à face positiva de Covas, acusando-o de que o Estado não oferece atendimento digno à população:

L2 você falou...sobre... pessoas que eventualmente saíram do hospital do Tatuapé que é um grande hospital...eu...lanço o meu protesto...você ofendeu o hospital...mas que (incompreendido) olha aqui...Folha da Tarde de ontem...ontem...dia dezessete...dispensada... menina de dois anos é atendida no PAZ...dispensada no hospital do Estado...

Além disso, Maluf recorre às informações apresentadas por um jornal de prestígio como argumento de autoridade, a fim de corroborar sua afirmação de que o PAZ oferece atendimento à população, ao contrário dos hospitais geridos pelo Estado – e, por conseguinte, por Mário Covas – os quais, conforme assinala L2, oferecem serviços de saúde precários à

população. Desse modo, o emprego de tal argumento lhe fortalece a imagem (Aquino, 1997) configurando-se, pois, em uma estratégia de valorização de sua face.

Há que se observar que Maluf emprega um tipo de argumento quase-lógico que consiste no argumento de comparação, em função de cotejar o atendimento oferecido pelo seu programa de saúde à população (PAZ); ao oferecido pelos hospitais do Estado, cuja gestão pertence ao candidato oponente; atacando, assim, a face positiva de Covas. A esse aspecto, cumpre acrescentar que o emprego desse argumento colabora para o fortalecimento da imagem de L2, consistindo, pois, em mais uma estratégia de valorização de sua face.

Dando prosseguimento ao seu turno, Maluf reage ao ato de descortesia de Covas - que lhe acusou de deixar débitos para os governos subsequentes - de forma defensiva, procedendo à apresentação de dados documentados (Erlich, 1993) numa tentativa de fundamentar a defesa à sua face positiva, ameaçada pelas acusações de Covas. Tais dados consistem numa relação de pagamentos e acordos feitos referentes à dívida contraída pela Paulipetro, empresa criada por Maluf ao longo de sua gestão no governo de São Paulo, entre os anos de 1979 e 1982, cujo propósito era encontrar petróleo em São Paulo.

L2 além do mais...sobre a Paulipetro...eu quero dizer pra você o seguinte...eu tenho aqui a relação sim...pagamentos...acordos...feito com descontos de aproximadamente quinze por cento...con/contrariando parecer do Ministério Público...que em noventa e um...havia pedido a suspensão do pagamento...por que foi pago agora...na véspera de eleição?

Entretanto, após gastos exorbitantes, a busca pelo petróleo foi um fracasso - foram perfurados 69 poços e nada encontrado - acarretando um endividamento de aproximadamente cinco bilhões de reais pelo consórcio da Petrobrás coma a Paulipetro:

Com efeito, a apresentação de dados documentados por Maluf configura-se como uma estratégia de defesa diante dos ataques que lhe foram destinados por L3. Por outro lado, conforme os postulados de Aquino (1997), a apresentação de dados documentados, dos quais Maluf parece dispor durante o debate, afigura-se como um mecanismo de fortalecimento de sua imagem.

Em seguida, ainda no turno em andamento, observamos que, após a reação defensiva, Maluf procede a uma reação ofensiva diante dos ataques de Covas. Maluf contradiz as acusações de Covas referentes à sua gestão, alegando que as acusações feitas por seu oponente não merecem credibilidade, uma vez que seu governo foi há dezesseis anos.

Desse modo, observamos que Maluf fundamenta sua defesa em uma argumentação bastante frágil, já que considera que o apelo a fatos que já ocorreram não merece atenção. E, sob esse aspecto, há que se considerar os postulados de Perelman e Olbrechts-Tyteca, segundo os quais o apelo aos atos de uma pessoa consistem, de fato, num recurso deveras eficaz na argumentação, a despeito de tais fatos terem ocorrido no passado:

Os atos passados e o efeito por eles produzidos vêm a adquirir uma espécie de consistência, a formar um passivo extremamente nocivo ou um ativo muito apreciável.(2005, p. 341)

Consideramos, portanto, que a justificativa de Maluf – pela qual procura abster-se da discussão de seu mandato - não contribui, de fato, para fundamentar seu discurso, segundo o qual, conforme afirma L2, atos passados não são pertinentes:

L2 então Mário Covas...eu quero dizer o seguinte pra você...o meu governo foi há dezesseis anos...o que nós temos que comparar é o SEU governo...((apontando para Mario Covas))

Encerrando seu turno, Maluf emprega, em sua reação ofensiva aos ataques de Covas, uma figura de presença, segundo a qual o orador intenta aumentar a presença de uma concepção ou ideia por meio de um recurso bastante simples, conforme assinalam Perelman e Olbrechts – Tyteca, o qual consiste na repetição:

L2 porque no seu governo tudo cresceu...a criminalidade cresceu... a fila na saúde cresceu...o desemprego cresceu...

Em seguida, vale ressaltar que L2 expõe sua face positiva, violando, abertamente, a lei da modéstia – mostrando uma confiança excessiva: a de que não só será eleito, mas, possivelmente, reeleito, ao mencionar que Covas terá de discutir seus quatro anos de governo, após sua eleição. Cumpre ressaltar, ainda, que Maluf expõe sua face negativa ao comprometer-se em discutir seu possível mandato – no caso, os quatro anos de governo relativos à sua suposta reeleição:

L2 agora quando eu for candidato em dois mil e dois...pra minha reeleição eu quero que você esteja discutindo os meus quatro anos de governo próximos

[

L1

tempo esgotado...((palmas e gritos da plateia))um minuto...por favor...

[
 L3 eu tenho a resposta
 L1 por favor...um minuto para a réplica... do candidato Mario Covas

Diante dos excertos expostos acima, há que se ressaltar as sobreposições de fala do mediador, o qual interrompe a fala de Maluf, ameaçando-lhe, pois, a face negativa.

O debate prossegue e o turno é atribuído a Covas que, por sua vez, responde aos atos de descortesia de Maluf de forma ofensiva, violando, assim como o oponente, a lei da modéstia – ato ameaçador de sua face positiva, no momento em que assinala que seu oponente já perdeu as eleições pelas quais debatem, levando-nos a inferir que já é o vencedor.

Outrossim, Covas ameaça a face positiva de L2 no momento em que desdenha de suas pretensões em tornar-se governador de São Paulo:

L3 é bom o senhor falar em dois mil e dois.... porque essa o senhor já perdeu...((manifestações da plateia – gritos e palmas)) aliás eu não preciso ((vaia da plateia))

[
 L1: por favor...

As manifestações da plateia intensificam-se e o mediador precisa assegurar o turno de Covas, interrompido pelas vaia da plateia que consistem em mais um ataque à sua face, tanto positiva – é criticado – e negativa – a plateia cerceia seu direito de prosseguir o seu turno.

Com efeito, as manifestações da plateia – que consistem, diversas vezes, em atos de ameaça à face dos candidatos – bem como a necessidade de que o mediador do debate intervenha a fim de assegurar o direito de falar de L3, corroboram o fato de que a interação em estudo é, de fato, um tipo de interação bastante polêmica, na qual os atos de ameaça às faces derivam de todos os envolvidos na interação: candidatos, jornalistas, mediador do debate e, inclusive, da plateia, a qual não tem autorização para pronunciar-se.

No momento em que Covas retoma, enfim, seu tópico, mediante a intervenção de L1, reage aos ataques do oponente de forma ofensiva, apresentando a citação do vice governador de Maluf – o qual, conforme assinala Covas, faz considerações deveras contundentes a respeito da honestidade de L2. Além disso, Covas resalta que a fala da qual faz uso com o propósito de macular a imagem do oponente está registrada nos anais da Assembleia Legislativa, a fim de reforçar e fundamentar seu ataque à face positiva do candidato

adversário. Cumpre ressaltar que o FTA dirigido à face de Maluf consiste num recurso cujo propósito é, de fato, abster-se da responsabilidade sobre as asserções apresentadas, atribuindo tal responsabilidade a outra pessoa – aliás, o próprio candidato Mário Covas ressalta em seu discurso que não ataca Maluf, mas, tão somente, cita asserções daqueles que o atacam. Aquino (1997) faz as seguintes considerações a esse respeito:

[...] Ocorre a impossibilidade de transferência de responsabilidade; não se pode responsabilizar alguém pelo que foi dito por outrem. (1997, p.202)

Vejamos o trecho abaixo, pelo qual Covas comete atos de descortesia, sobremaneira, à face de L2:

L3 eu não preciso...eu não preciso fazer crítica ao senhor...o senhor tem um vice...que o senhor escolheu...e portanto quando o senhor escolheu...o senhor aceitou o que ele diz a seu respeito...e ele diz “ a opinião pública cunhou um verbo que se chama malufar...é um neologismo que significa roubar...faz parte do vernáculo e significa assaltar aliviar morder...mais adiante ele diz... ladruf... é outro neologismo...é ladrão ao quadrado...significa ladrão mais Maluf...isso tá...nos anais da Assembleia Legislativa...é um discurso feito por Luiz Carlos Santos...e no instante que o senhor o adota.. como seu vice governador... é evidente que o senhor aceita a essas acusações...falo que não há necessidade de eu lhe atacar...aliás eu não ataco...eu to citando...pessoas do seu lado...eu não lhe cito nem...aliás não cito SEquer... aqueles que vieram recentemente... tentando dividir o bolo eventual... to falando daqueles que foram escolhidos pelo senhor...

[

L1
tempo esgotado...tempo esgotado
candidato Mario Covas...o candidato Paulo Maluf pede direito de resposta...embora...haja citação de fonte...eu vou conceder um minuto... como ((incompreendido))

Cumpre ressaltar que o emprego de citações no discurso consiste no uso pelo orador de um argumento de autoridade. No caso da citação da fala Luiz Carlos Santos, observa-se que Covas recorre ao prestígio da fala de um político - vice governador - cujas declarações encontram-se, inclusive, registradas em um órgão idôneo, no caso, os Anais da Assembleia legislativa.

Observa-se que L3 faz uso, a fim de corroborar sua afirmação de que, de fato, Luiz Carlos Santos teceu tais acusações a um companheiro de governo, dos argumentos baseados no testemunho, entre os quais está o argumento baseado em dados documentados. Tal argumento consiste nos anais da Assembleia Legislativa – órgão que representa o poder legislativo – nos quais se registram publicações, debates, discursos; enfim, dados oficiais desse órgão. Destarte, refutar dados documentados oficiais é, de fato, bastante comprometedor, caso a fonte mencionada por Covas – a citação de Luiz Carlos Santos – seja de fato, fidedigna.

Há que se acrescentar que Covas infama a imagem do oponente apelando à ética, recurso argumentativo elencado por Erlich (1993), a fim de atribuir-lhe a *linha* (Goffman) de um político desonesto diante do auditório.

Não obstante, Covas sofre sanções do mediador do debate, a despeito de tentar fundamentar os FTAs cometidos contra a face de Maluf ao assegurar que as acusações a Maluf são feitas por seu vice, Luiz Carlos Santos, por meio de citações e da apresentação de fontes: os anais da Assembleia Legislativa – Covas inclusive assinala que as acusações não são suas, adiantando-se a possíveis objeções.

E em razão de Covas cometer, sobremodo, atos de descortesia, o direito de resposta é concedido, apenas, a Maluf, conforme a decisão do mediador do debate no momento de encerramento do bloco sob análise.

Em seguida, o turno é atribuído a Maluf, o qual recebe o direito de resposta do mediador, reagindo aos atos de descortesia cometidos por Covas de forma ofensiva. Maluf, por sua vez, inicia seu turno lastimando o excesso de descortesia do oponente, acusando-o de ofender um ministro do presidente Fernando Henrique Cardoso – cargo que ocupa na ocasião do debate – e, portanto, alguém que presta excelentes serviços ao presidente, conforme salienta L2. Nesse caso, há que se ressaltar que Maluf procura expor a *linha* de um político cortês, bondoso – ele elogia aquele que supostamente o acusou de corrupção, Luiz Carlos Santos – e, ao mesmo tempo, expõe a gravidade de se atribuir as acusações a um ministro do presidente da República que, por sua vez, pertence ao mesmo partido de Covas, o PSDB.

Assim, observa-se que Maluf faz uso da construção da imagem de um político comedido, sério; como estratégia de valorização de sua face e, concomitantemente, como estratégia de ataque à face do oponente, fato corroborado pelo pedido que faz, ao término de seu turno, para que se eleve o nível do debate e que se discutam questões pertinentes, relativas a planos de governo:

L2 eu lastimo((gritos da plateia)) lastimo...lastimo...que o candidato Mario Covas ofenda

[

L1
minuto...um minuto....

candidato...um minuto...um

L2 um ministro do presidente Fernando Henrique Cardoso Luiz Carlos Santos... que foi escolhido por mim.. e ((plateia grita, aplaude e parece apoiar Maluf)) serviu muito bem ao presidente...

Entretanto, observamos que, assim como Covas, Maluf comete atos de descortesia, atacando a face do oponente por meio de provas extrínsecas ao discurso, com o propósito de abster-se da responsabilidade sobre as acusações e, ao mesmo tempo, dar-lhes respaldo.

L2 um ministro do presidente Fernando Henrique Cardoso Luiz Carlos Santos... que foi escolhido por mim.. e ((plateia grita, aplaude e parece apoiar Maluf)) serviu muito bem ao presidente...agora...sobre a desonestidade...Mario Covas...você tem que prestar contas é... à Isto É ...desta semana... deste sábado...um fantasma no armário...preste contas você sim...ao Ministério Público Estadual... que aponta superfaturamento ((lendo a revista)) no programa habitacional do governador Mario Covas...e...responsabiliza...o...seu afilhado...Gorohana que na Folha de São Paulo no painel... é chamado de Gorograna...existe aqui... uma acusação...de ter havido um superfaturamento...de mais de meio milhões de reais ((mostrando a revista para a câmera))...de maneira que em termos de prestação de contas à justiça é você... e o teu governo que tem que prestar...e vamos levantar o nível desse debate viu Mario Covas...nós viemos aqui...é pra...é pra...((apoio da plateia – palmas)) prestar programa de governo...

Maluf recorre, assim como Covas, a uma estratégia elencada por Erlich (1993), bastante frequente em interações polêmicas, a qual consiste no apelo à ética, já que Maluf acusa Covas de desonestidade; cometendo, pois, um FTA direto (*on record*) à face positiva de L3.

Assim, com o propósito de legitimar suas acusações, Maluf faz referência às notícias da revista *Isto É* e à *Folha de São Paulo*. Conforme Maluf, houve – de acordo com o que fora noticiado pela mídia impressa – um superfaturamento no programa habitacional do governador Mario Covas, tendo o envolvimento de seu afilhado, designado pela *Folha* como “Gorograna”. Com efeito, Maluf, utiliza o prestígio da revista e do jornal como argumento de autoridade, baseando-se em uma autoridade impessoal (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005).

Como vimos, o apelo ao prestígio de um jornal tem como escopo alicerçar o discurso, conferindo-lhe autoridade. Com relação ao jornal mencionado por L2, vale assinalar, além do que já foi dito, que a *Folha* foi o primeiro órgão da imprensa brasileira a pedir o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, o qual renunciou no ano seguinte. Desse modo, tal jornal trouxe a lume eventos históricos importantes, fazendo, desse modo, contribuições significativas, relativas à divulgação de informações pertinentes à sociedade.

No que diz respeito à revista *Isto É*, é sabido que foi criada em 1976, e, portanto, possui certa tradição, além do que trata de questões relevantes para a sociedade, relativas à economia e à política.

Posteriormente, no momento em que o turno de Maluf é concluído, observa-se, então, um longo trecho do debate constituído por turnos do mediador intercalados por turnos de Covas.

Nesse caso, consideramos a necessidade de apresentar todo o trecho, cujo objetivo é apresentar as tentativas de Covas – assaltando, diversas vezes, o turno do mediador num tipo de assalto sem deixa (Galembeck, 2001) – a fim de obter, assim como Maluf, o direito de resposta:

L1 tempo esgotado... tempo esgotado...candidato....ma...candidato Paulo Maluf

L3 não não...quero direito de resposta... ((plateia gritando não))

L1 candidato Mario Covas...candidato Mario Covas ((pausa longa por conta dos gritos da plateia))

[

L3 não... não...não...() nada disso...nada disso...nada disso...

[

L1 candidato Mario Covas

[

L3 nada disso...

L1 desculpe...desculpe...eh...não...não...

[

L3 ele começou eu respondi ele voltou eu respondi ele voltou eu respondi...

((interrompendo o mediador))

L1 candidato Mario Covas... por favor... candidato Mario Covas...por favor...((manifestações da plateia)) vamo fazer silêncio porque senão não é possível.. ((para a plateia)) por favor... candidato Mario Covas...o senhor...o senhor...embora tenha citado a fonte...o senhor...fez afirmações...eh..subjettivas...o o candidato Paulo Maluf está está se referindo a um dado concreto... ao qual o senhor ((gritos da plateia))

[

L3 como dado concreto?

L1 está se referindo...desculpe...desculpe...desculpe...desculpe...candidato...ele se refere a um caso referente a:... CDHU que o senhor pode perfeitamente responder... não se trata de ofensa mas de crítica política...o senhor falou em ladruf... eu não posso deixar de considerar...ofensa...

Cumpre destacar ainda que, assim como Covas – o qual fez uso de neologismos, como ladruf e malufar, como estratégias de ataque - Maluf também emprega esse recurso ao cometer um FTA contra a face do afilhado de Covas, o qual, inclusive, não participa da

interação; no momento em que menciona o termo Gorograna. Desse modo, observa-se, não obstante, que ambos os candidatos empregam recursos semelhantes, mas somente Covas sofre sanções: no caso, não obter o direito de resposta, ao contrário de Maluf, que obteve por ter sido, conforme considera L1, alvo de ataques em demasiado.

A esse respeito, importa-nos assinalar que os atos de descortesia cometidos por Covas foram sancionados pelo mediador – o qual não lhe conferiu o direito de resposta – bem como pela plateia, a qual se manifestou através de vaia e gritos, ameaçando, pois, a face positiva de Covas.

Desse modo, observamos que o excesso de descortesia daquele que a cometeu acarretou prejuízos à sua face positiva, já que as tentativas de Covas de fundamentar suas acusações contra Maluf mediante a citação da fala de outrem, bem como de abster-se da responsabilidade pelos ataques, não foram aceitas pelo mediador, o qual lhe acusa de fazer asserções “subjetivas”.

Outro aspecto a ser considerado é que Covas tem sua face negativa ameaçada, pelo fato de lhe ser negado o direito à resposta, coibindo-lhe a liberdade de expressão. Nesse caso, observamos que aquele que ocupa uma posição hierarquicamente superior aos demais, pode, com efeito, ameaçar-lhes a face sem qualquer sanção, ao passo que aquele que ocupa uma posição inferior, no contexto da interação, sofre sanções sem, entretanto, nada poder fazer: o mediador ignora os pedidos de resposta de Covas e encerra o debate.

Ademais, Covas nega as considerações de L1, reagindo de modo defensivo à ameaça à sua face positiva – já que é acusado pelo mediador de atribuir ao oponente o termo *ladruf* – como estratégia de defesa de sua face, numa tentativa fracassada de abster-se da responsabilidade dos ataques e de atribuir ao político, cuja fala havia citado, vice de Maluf, a responsabilidade pela ofensa:

L3 eu não falei...()

Por fim, cumpre assinalar que, embora o mediador faça sanções a Covas e ataque sua face positiva e negativa, já que não lhe dá o direito de resposta, modaliza seu discurso por meio de desculpas, numa tentativa de atenuar os FTAs cometidos contra o candidato, cuja face é ameaçada.

4. ANÁLISE DO QUARTO BLOCO

Assim como nos anteriores, o quarto bloco do debate inicia-se com algumas considerações do mediador, que procede à exposição da maneira pela qual se organizará a interação nesse bloco, assinalando que os jornalistas convidados farão, novamente, perguntas aos candidatos ao governo, relativas a temas escolhidos por L1- conquanto sejam sorteados - o qual confere a palavra ao jornalista de sua escolha. Em seguida, L1 apresenta o tempo de duração de cada turno dos candidatos e, além disso, a disposição dos turnos, corroborando nossas considerações de que a interação em análise é, de fato, de cunho assimétrico:

L1 você está assistindo... ao primeiro debate do segundo turno... entre os candidatos ao governo do Estado de São Paulo... em uma promoção da Rede Bandeirantes de rádio e televisão... do Canal vinte e um... do Jornal da Tarde... e da Agência Estado... nós estamos iniciando aqui o quarto bloco... e aqui os jornalistas voltam a fazer perguntas aos candidatos segundo... o tema que será sorteado agora... o candidato terá dois minutos para responder.. a pergunta do jornalista... o outro terá direito de fazer um comentário de um minuto... e a palavra voltará ao candidato que respondeu para réplica... de um minuto... eu vou chamar agora o jornalista... Marcelo Parada da Rede Bandeirantes de rádio... pra fazer a pergunta sobre o tema que eu vou escolher aqui.... agora vamos lá... tema para o Marcelo Parada... fechar aqui... Marcelo... seu tema é... a- gri-cul-tu-ra.

No momento em que o turno é atribuído a Marcelo Parada, o qual escolhe o candidato a ser questionado, observa-se que o jornalista fundamenta sua pergunta em um jornal cujo nome não menciona, afirmando que, conforme informações apresentadas por tal jornal, o modelo de reforma agrária está esgotado, conforme citação da fala do ministro Raul Jungmann. Nesse caso, observa-se que o jornalista faz uso da citação da fala de um ministro, a fim de não se responsabilizar sobre a afirmação de que o modelo de reforma agrária está falido, cujo propósito é não comprometer sua face, empregando, pois, um argumento de autoridade, em virtude de intentar dar fundamento ao seu discurso.

Nesse caso, a autoridade invocada é, conforme assinalam Perelman e Olbrechts – Tyteca (2005, p. 350), designada pelo nome.

L6 a pergunta pro candidato Paulo Maluf.... numa entrevista concedida hoje a um jornal de São Paulo o ministro da reforma agrária Raul... Jungmann classificou o modelo de reforma agrária como esgotado.. e disse que os Estados terão... uma participação ativa nesse processo... a partir... do:: ano que vem... eu pergunto ao senhor qual é o seu projeto de reforma agrária e especificamente como o senhor pretende se relacionar com o movimento::... dos sem terra...

Diante do excerto acima, cumpre observar que, em sua pergunta, Marcelo Parada (L6) questiona Maluf sobre seu projeto relativo à reforma agrária, bem como à sua forma de relacionar-se com o movimento dos Sem – Terra.

Antes de responder à pergunta, observa-se que Maluf faz uma longa digressão, cometendo FFAs, direcionados ao jornalista e aos telespectadores, apelando para sua emoção: “tô dentro do seu lar...” numa tentativa de apresentar a *linha* de um político cortês. Aliás, observa-se que Maluf busca, mais uma vez, atribuir a Covas a *linha* (Goffman) de um candidato que despreza os tópicos instituídos pelo debate, restringindo o discurso de L3 a atos de descortesia, uma vez que acusa o oponente de estar “baixando o nível do debate”:

L2 eu quero...agradecer a pergunta... e dizer ao telespectador..... que eu vim pra cá... com quase.. dois milhões de votos na frente do candidato Mario Covas pra discutir...plano de governo ((mostrando uma apostila encadernada com o título plano de governo)) durante seis meses... mais de trezentos especialistas trabalharam comigo... professores pra fazer plano de governo... eu lamento...que o candidato Mario Covas...entrando na sua casa...baixe o nível do debate.. porque ele não quer discutir o governo dele... o governo dele é o governo que mais cresceu...na insegurança... mais cresceu... na invasão de terras....mais cresceu... no desemprego...mais cresceu...na fila dos hospitais... e mais cresceu em número de pedágios... eu vou aqui manter...olimpicamente...a tranquilidade... tô dentro do seu lar... muito obrigado a você... e vou manter o nível alto de debate MEsmo que o candidato Mario Covas queira baixar o nível...

No entanto, importa-nos assinalar que, conquanto Maluf responda, de fato, a pergunta do jornalista, após a longa digressão observada no trecho acima, L2 retarda o tópico do debate – no caso, a questão da reforma agrária - assim como Covas o faz amiúde, conforme assinala L2. Há que se observar ainda que, assim como Covas, Maluf recorre à descortesia em sua argumentação, cometendo FTAs diretos, sem recorrer a atenuadores (*on record*) contra a face positiva de Covas, ao afirmar que, no governo de L3, tudo cresceu: insegurança, desemprego, filas nos pedágios, entre outros problemas. Nesse trecho, cumpre ressaltar que Maluf recorre - como estratégia de ataque à gestão de Covas e, por conseguinte, à sua face positiva - a uma figura de presença, a saber: a repetição, mediante o uso recorrente da forma: “tudo cresceu”.

Ademais, antes de tratar do tópico introduzido pela pergunta do jornalista, observa-se que Maluf viola a lei da modéstia, em função de vangloriar-se pelos dois milhões de votos que o colocou na frente de seu oponente, Mário Covas, fazendo uso, nesse caso, de um argumento de comparação, com o qual - conforme assinalam Perelman e Olbrechts- Tyteca - recorre-se a estruturas matemáticas, ou a dados estatísticos, a fim de obter-se força persuasiva. (2005, p. 281).

Em seguida, no momento em que, enfim, Maluf aborda o tópico proposto – a questão da reforma agrária – faz algumas considerações, dando continuidade ao seu turno:

L2 sobre o problema da reforma agrária... a reforma agrária... até que se descubra uma outra maneira de resolver o problema fundiário no Brasil... ainda é... o melhor programa... pra gente poder assentar as pessoas.. mas a reforma agrária tem que ser feita... com respeito ao direito de propriedade...com respeito àqueles que têm propriedades produtivas há dez vinte trinta quarenta ou cinquenta anos... e que não pode de uma maneira pra outra.. ser sobressaltados... por invasão de terras...veja que no pontal do Paranapanema...onde houveram infelizmente as piores confusões...o Paulo Maluf ganhou em todas as urnas... com maioria absoluta... no primeiro turno... então... a minha reforma agrária será cristã... não vamos permitir invasão de terra...

Nesse exemplo, relativo às considerações de Maluf, no que diz respeito à reforma agrária, observa-se que L2 coloca-se à favor da reforma como saída para os problemas fundiários no Brasil. Entretanto, afirma que não permitirá invasões de propriedades “produtivas”, apelando a possíveis objeções de que há grandes propriedades improdutivas atreladas a objetivos de especulação de terras . Desse modo, Maluf emprega um recurso discursivo elencado por Erlich (1993), segundo o qual os interactantes antecipam-se a possíveis objeções de seu interlocutor, cujo propósito é, de fato, proteger a própria face de possíveis ameaças. Nesse caso, conforme assinala Aquino (1997), Maluf comete um ato que colabora para valorizar sua face.

Há que se ressaltar que Maluf assinala que não permitirá, caso eleito, invasões de terra, opondo-se, assim, ao movimento Sem - Terra. Nesse caso, consideramos que Maluf opõe-se ao movimento ao mencionar que os grandes proprietários de terras não podem ser “sobressaltados” por invasores. Porém, a fim de não ter a face sob ameaça, correndo o risco de ser um candidato contra a distribuição de terras e o movimento dos Sem-Terra, observa-se que Maluf apela a valores e crenças admitidos pela maioria, no caso, o direito à propriedade – que inclusive é previsto por lei, a fim de fundamentar seu discurso.

Observa-se ainda que Maluf afirma que oferecerá respaldo àqueles que necessitam de terras, cujo propósito é, com efeito, não comprometer sua face, caso lhe sejam atribuídas acusações de que defende os grandes latifundiários.

L2 quem quiser plantar.. vai ter terra pra plantar... vamos dar... energia elétrica e irrigação...vamos financiar.. vamos fazer a carteira agrícola da Caixa Econômica Estadual enfim... reforma agrária... agricultura.. álcool.. açúcar... laranja... serão prioridades no meu governo

Por fim, cumpre assinalar que Maluf procura conferir credibilidade ao seu discurso apelando para valores que supõe serem aceitos por uma maioria – já que somos um país católico - ao afirmar que sua reforma agrária será “cristã”. Nesse caso, observamos que o candidato procura dar respaldo ao seu discurso, invocando o prestígio de uma autoridade impessoal, conforme assinalam Perelman e Olbrechts- Tyteca, a qual, no caso, consiste no apelo à religião, como argumento de autoridade (2005, p.350), com o propósito de fundamentar sua posição acerca da reforma agrária.

Em seguida, o turno de Maluf é encerrado pelo mediador do debate por meio da sobreposição de sua fala à de Maluf – atacando, pois, a face negativa de L2 – e a palavra é concedida a Covas que assume uma orientação defensiva com relação às acusações de Maluf de que, em seu governo, o desemprego cresceu, entre outras críticas; ao afirmar que sua gestão se deu num momento de crise econômica mundial.

Em seguida, L3 expõe sua face positiva ao confessar, isto é, ao assumir que, de fato, o desemprego aumentou e continua aumentando, apresentando, inclusive, dados estatísticos para corroborar sua afirmação:

L3 primeira questão... que eu quero desmistificar... no meu governo pegando() uma crise extraordinária...duas delas importadas...a primeira delas no Sudeste Asiático...agora da Rússia o o:: e além disso... uma mudança estrutural na economia mundial... o desemprego aumentou e continua aumentando... a média de mil novecentos e noventa e cinco era cinco...dezessete / cinco vírgula dezessete... hoje é oito vírgula setenta e nove significa uma variação de setenta por cento... aumentou o desemprego em setenta por cento... quando o governador... Maluf era governador... ((lendo um papel)) entre mil novecentos e setenta e nove e mil novecentos e oitenta e três... o desemprego cresceu de três vírgula vinte e quatro para sete vírgula zero três ... ou seja aumentou cento e dez-e-se-te por cento numa época em que se tinha facilidades...

Porém, logo em seguida, Covas assume uma orientação ofensiva diante dos ataques do oponente acerca do aumento do desemprego, apresentando dados numéricos relativos ao percentual de desempregados na gestão de Maluf em relação à quantidade de desempregados em sua gestão, a fim de conferir objetividade e racionalidade ao seu discurso. Desse modo, observa-se que, conquanto Covas assumia que o número de desempregados aumentou em sua gestão, colocando sua face positiva sob ameaça, justifica tal fato em razão da crise econômica mundial. Ademais, emprega, como estratégia de ataque à face de L2, um argumento de comparação, no momento em que coteja o percentual de desempregados em sua gestão e na de Maluf.

Cumpra ressaltar que Covas fundamenta seu discurso nos lugares da quantidade, mas de uma forma singular, conforme ressaltam Perelman e Olbrechts-Tyteca:

Há que observar, a esse respeito, que a superioridade em questão aplica-se tanto aos valores positivos quanto negativos, no sentido de que um mal duradouro é um mal maior que um mal passageiro. (2005, p.97).

Covas faz uso do lugar da quantidade em sua argumentação aplicando-a a valores negativos. Em outras palavras, L3 coteja a quantidade menor de desempregados ao longo de sua gestão com a quantidade maior de desempregados na gestão de Maluf, a fim de mostrar, que “alguma coisa é melhor que outra por razões quantitativas” em termos negativos. Nesse caso, a menor quantidade de desempregados no governo de L3 assume o valor positivo.

Concluindo seu turno, Covas aborda a questão fundiária ao comparar a quantidade de assentamentos em seu governo ao de seu oponente e dos anteriores; empregando, novamente, um argumento de comparação como estratégia de ataque à face, ao cotejar – por meio de dados numéricos – a quantidade de famílias assentadas em sua gestão à de Maluf, acusando-o, por fim, de não resolver problemas relativos à questão fundiária, em função de L2 não ter assentado nenhuma família, atacando, pois, diretamente (*on record*) a face positiva de seu adversário:

L3 eu assentei... dois mil oitocentos e oitenta e sete famílias até hoje.. é o dobro do que os quatro últimos governos assentaram... e.. o infinito de vezes que o Maluf assentou porque ele não assentou nem - uma - família...

Em seguida, o mediador confere o turno a Maluf, o qual reage aos atos de descortesia de Covas de maneira ofensiva, ao acusar L3 de tentar confundir o auditório, atacando sua face positiva, tendo, porém, sua face negativa sob ameaça, uma vez que à sua fala, sobrepõe-se a fala da plateia, a qual se manifesta mediante risos e gritos:

L2 o candidato Mario Covas quer confundir as pessoas...eu fui governador... há dezesseis anos ((risos e gritos da plateia)) ele quer/ ele quer discutir o meu governo(...)

[

L1

peço à plateia que não se manifeste...

Importa-nos ressaltar que, mais uma vez, Maluf alega que um discurso constituído pelo apelo a atos passados – no caso sua gestão que ocorrera há dezesseis anos – não tem fundamento. Entretanto, o apelo aos atos passados (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005)

constitui-se em um recurso argumentativo deveras eficaz no trabalho de persuasão do auditório.

Maluf prossegue seu turno graças à intervenção do mediador, assinalando que foi o deputado federal mais votado da história e, por essa razão, seu governo foi, conforme L2, bem avaliado.

L2 o meu governo foi bem avaliado porque depois do meu governo... fui o deputado federal mais votado da história política desse país com quase setecentos mil votos ((manifestações da plateia))

Observamos, nesse caso, que Maluf funda sua argumentação nos lugares da quantidade, cujo fim é o de persuadir o auditório em virtude da quantidade de eleitores que lhe confiaram os votos. Entretanto, consideramos a afirmação de Maluf, segundo a qual seu governo foi bem avaliado porque foi o candidato mais votado da história, uma falácia.

Embasados na teoria de Hamblin acerca do estudo das falácias, Breton e Gauthier (2001) apresentam a noção de falácia, a qual, sob a concepção de Hamblin, é explicada pelos autores da seguinte forma: “Uma falácia é um argumento não válido, mas com uma aparência de validade e, portanto, um argumento defeituoso por definição”. (2001, p.96).

Segundo Breton e Gauthier (2001), Hamblin distingue três espécies de falácias: as falácias formais, as falácias informais e as falácias linguísticas. Acerca das falácias formais, Breton e Gauthier ressaltam:

As falácias formais são as que infringem as regras do raciocínio dedutivo. Uma primeira série é constituída por silogismos mal formados por não respeitarem as regras de distribuição (2001, p.99).

Para a presente análise, interessa-nos a noção de falácia formal, constituída por silogismos mal formados. Maluf faz uso de um silogismo mal formado ao apresentar as seguintes premissas: Maluf foi o deputado federal mais votado na história política do Brasil. Se Maluf foi o candidato mais votado na história do Brasil, logo, seu governo foi bem avaliado e, portanto, muito bom, e, nesse caso, a conclusão está implícita, isto é, não foi apresentada claramente, mas podemos inferir que era essa a conclusão à qual o candidato gostaria que seu auditório chegasse.

Entretanto, a premissa relativa ao fato de um candidato ter sido o mais votado da história não comprova a conclusão de que seu governo foi bem avaliado, uma vez que nem todos os candidatos mais votados da história tiveram, necessariamente, um governo bem avaliado, já que há casos de candidatos que nem sequer ocuparam cargos políticos e

obtiveram o maior número de votos em relação aos oponentes em eleições. Em outras palavras, o fato de Maluf ter sido o candidato com maior número de votos da história não comprova sua asserção de que teve uma gestão bem avaliada e, portanto, digna de crédito.

Desse modo, a premissa apresentada por Maluf de que um candidato que recebeu o maior número de votos foi bem avaliado, e, por conseguinte, sua gestão; trata-se, de fato, de um falso entinema, visto que a premissa apresentada por L2 – a de que os candidatos que recebem mais votos têm as gestões bem avaliadas - pode ser negada, uma vez que Maluf não pode provar que todos os políticos mais bem avaliados são aqueles que recebem o maior número de votos. Assim, observa-se que Maluf emprega premissas com “aparência de validade” numa tentativa de valorizar sua face positiva frente ao auditório:

Para Hamblin, uma falácia é um argumento não válido mas com aparência de validade e, portanto, um argumento defeituoso por definição (BRETON e GAUTHIER, 2001, p.96).

Posteriormente, dando continuidade ao seu turno, Maluf ressalta, novamente, que seu objetivo é, de fato, avaliar o governo do oponente, uma vez que seu mandato ocorreu, conforme L2, há dezesseis anos. Ao desafiar Covas para uma discussão acerca de seu governo, no caso, o de L3, Maluf comete um FTA contra a face negativa de seu oponente, uma vez que lhe impõe um compromisso: o de discutir questões relativas à gestão do candidato adversário.

Ademais, Maluf acusa Covas de ter afugentado “dezenas de milhares” de pessoas da região do Pontal do Paranapanema por razões de insegurança sem, contudo, apresentar provas, colocando, pois, sua própria face sob risco. Em seguida, reforça sua proposta de oferecer respaldo à agricultura e àqueles que trabalham com cultivos diversos:

L2 fui prefeito bem avaliado... eu quero discutir ((falando alto)) é o governo dele... ele assentou duas mil e poucas pessoas.. e afugentou dezenas de milhares do Pontal do Paranapanema...dezenas de milhares do Pontal do Paranapanema...pela insegurança que ele deixou no Pontal do Paranapanema...nós vamos fazer uma reforma agrária cristã sim...vamos proteger a agricultura em geral...vamos proteger o álcool...o açúcar... a laranja... o algodão... todos aqueles que quiserem plantar aqui em São Paulo terão o apoio do governo... terão apoio da Caixa Econômica através da sua carteira agrícola... terão apoio em especial... tenho certeza... do Governo Federal

O debate prossegue e o mediador do debate confere o turno ao jornalista Fernando Mitri após sortear o assunto - no caso, o tópico sobre a questão da segurança - e definir o candidato a ser questionado, Mário Covas.

Cumpra-nos ressaltar que o jornalista escolhido pelo mediador assinala que os roubos de veículos são um problema significativo, fundamentando seu discurso com números e dados percentuais. Por outro lado, afirma, porém, que os casos de homicídio doloso caíram na cidade e, enfim, questiona Covas acerca da assistência dada pela polícia aos cidadãos.

L7 eh:: o que parece crescer na cidade é a descrença... na polícia... há cada vez mais notícias e reportagens de vítimas que num/não acreditam mas não vão à polícia reclamar.... sabemos que existem...no Estado...cento e quinze mil policiais civis e militares... eu gostaria de saber quantos... desses... estão nas ruas... quantos desses estão nas ruas... e quantos estão em repartições... será que se não houvesse uma presença maior... de policiais... se houvesse uma presença maior de policiais na rua essa segurança não diminuiria e também a sensação de insegurança e a credibilidade da polícia não poderia aumentar?

A esse respeito, observamos, que, primeiramente, o jornalista Fernando Mitri (L7) ataca a face de Covas de forma indireta (*off record*), ao mencionar que há, na cidade de São Paulo, cuja gestão é de Covas, uma descrença significativa no que tange aos serviços oferecidos pela polícia, já que emprega uma estratégia que consiste na substituição do destinatário (Brown e Levinson, 1987), atribuindo certa descrença aos serviços prestados pela polícia, a qual, por conseguinte, é gerida pelo Estado, responsável pela segurança.

Em seguida, Fernando Mitri expõe alguns dados numéricos concernentes ao total de policiais no Estado e pergunta a Covas se, de fato, esses policiais estão nas ruas ou em repartições, fazendo considerações sobre a possibilidade de haver uma presença maior de policiais nas ruas, a fim de que a sensação de insegurança da população possa ser sanada.

Desse modo, observamos que o jornalista ameaça a face positiva de Covas ao inferir que sua administração, referente à questão da segurança, deve ser revista, uma vez que L7 questiona a credibilidade da polícia. Não obstante, cumpre ressaltar que Mitri modaliza seu discurso mediante o uso da forma “poderia”, a fim de sugerir mudanças no que se refere ao número de policiais nas ruas.

No momento em que Covas assume seu turno, procede, imediatamente, à apresentação de fatos que possam corroborar sua afirmação de que, de fato, a polícia está nas ruas, numa atitude defensiva em reação à ameaça à sua face pelo jornalista.

Observamos, ainda, que Covas responde a pergunta de imediato, sem retardar o tópico sobre segurança, ato que contribui para não enfraquecer sua imagem, conforme os postulados de Aquino (1997):

L3 eh:: outro dia aqui num programa de televi/ de rádio aqui... alguém fez um desafio pra verificar se tinha... carros na rua... e a pessoa que saiu daqui percorreu a Vinte e Três de Maio e achou quatorze viaturas policiais... portanto a polícia está na rua... a polícia tá na rua primeiro porque hoje tem carro pra tar na rua.. segundo porque

hoje tem os melhores salários da história.. e nós vamos comparar isso daqui a pouco... ((manifestações da plateia))

L1 por favor silêncio na plateia...

Verifica-se que, nesse turno, Covas expõe provas cujo fim é dar respaldo ao seu discurso sem, entretanto, comprovar o que diz, não apresentando, pois, provas concretas. Além disso, Covas coloca sua face negativa sob ameaça ao comprometer-se em comparar seu mandato ao de seu oponente.

Após a intervenção do mediador – em virtude das manifestações da plateia, cujos gritos e comentários sobrepõem-se à fala de L3, ameaçando-lhe, pois, a face negativa - Covas prossegue seu turno:

L3 os melhores da história...nunca... teve tão altos ainda na fase mais baixa... hoje...o soldado ganha oitocentos e trinta e dois reais aqui em São Paulo..classe inferior e...ganhava quando assumi.. trezentos e vinte e três... hoje...o policial tem seguro de vida NUnca se deu tantos insumos pra a polícia como se deu agora...

A respeito do trecho acima, observa-se que Mário Covas procede à exposição de dados numéricos relativos aos vencimentos recebidos pela polícia, antes e depois de seu mandato, estabelecendo, pois, uma relação de comparação entre seu governo e aos anteriores, nos quais, conforme assinala L3, pagava-se um salário muito aquém do que é pago durante sua gestão.

Em consequência disso, vale ressaltar que Covas emprega um argumento de comparação com o propósito de valorizar sua face positiva. Desse modo, consideramos que Covas comete um ato de valorização de sua face diante do auditório, uma vez que faz uso de um tipo de argumento, elencado por Aquino (1997), o qual contribui para valorizar a imagem do locutor na interação.

Mais adiante, dando continuidade ao seu turno, Covas expõe, mais uma vez, sua face negativa, ao comprometer-se em comparar sua gestão com outras. Em seguida, prossegue com suas afirmações referentes à melhora das condições de trabalho da polícia ao longo de sua gestão, violando a lei da modéstia (Kerbrat-Orecchioni, 2006), cuja intenção é, de fato, apresentar a *linha* (Goffman,1967) de um político empreendedor, comprometido com a segurança da sociedade.

O candidato prossegue seu turno apresentando dados numéricos concernentes à quantidade de funcionários contratados em seu mandato - nove mil a mais que o governo anterior – empregando, novamente, um argumento de comparação. Há que se considerar que, ao apelar para a questão da quantidade, cuja finalidade é apresentar ao auditório o quanto sua gestão investiu na questão da segurança com a contratação de policiais, Covas fundamenta seu discurso nos lugares da quantidade, segundo os quais algo é melhor – no caso sua gestão em relação às anteriores – por razões quantitativas e, nesse caso, observa-se que o apelo a tal recurso argumentativo configura-se em uma estratégia de valorização da face, empregada por L3:

L3 daqui a pouco nós vamos poder comparar o que se deu agora... com o que se deu... em outros governos... hoje...existe uma assistência real.. ao policial... e uma assistência até psicológica ao policial... hoje... a polícia o único setor de funcionalismo que aumentou... no Estado... foi a Polícia Militar que tem hoje... nove mil funcionários a mais do que tinha quando eu assumi... aqui em São Paulo realmente tem cento e vinte mil policiais..

Dando continuidade ao seu turno, Covas, mais uma vez, dispõe do argumento de comparação, no momento em que compara o número de policiais para cada habitante, assinalando que países cujo IDH é, de fato, superior ao do Brasil estão aquém dos serviços referentes à segurança prestados por São Paulo, e, por conseguinte, por sua gestão. Nesse caso, consideramos que L3 faz uso desse argumento como uma estratégia de valorização de sua face diante do auditório, fato corroborado pelos estudos de Aquino (1997), segundo os quais, o argumento de comparação consiste em uma estratégia que colabora para o fortalecimento do locutor na interação.

Diante do exposto, consideramos que Covas emprega, também, um argumento pelo modelo (Perelman e Olbrechts- Tyteca, 2005), de um modo bastante singular. É evidente que, ao mencionar outros países e cidades – Canadá e Londres – que, com efeito, afiguram-se como um modelo a ser seguido, em função dos serviços sociais prestados à população – designados como países desenvolvidos ou de “primeiro mundo”, pretende persuadir o auditório de que em seu mandato os investimentos na segurança superaram os modelos; no caso, Canadá e Londres.

Acerca do modelo, Perelman e Olbrechts-Tyteca fazem as seguintes considerações:

Podem servir de modelo pessoas ou grupos cujo prestígio valoriza os atos[...] Um homem, um meio, uma época serão caracterizados pelos modelos que se propõem e pela maneira pela qual os concebem.(2005, p.414)

Cumpra assinalar que Covas dispõe, em sua argumentação do prestígio atribuído ao modelo, a fim de levar o auditório a crer que, em sua gestão, os serviços oferecidos à população são, de fato, satisfatórios:

L3 dá um policial pra cada duzentos e noventa e cinco habitantes...no Canadá... tem um policial pra cada quatrocentos habitantes... em Londres tem um policial pra cada trezentos habitantes... portanto... todos os insumos dados pra polícia... e já agora... vinte e uma penitenciárias... vinte e uma penitenciárias... o que...significa vinte e uma mil vagas...é TAnto quanto se fez em cem anos aqui em São Paulo... vai permitir que a gente elimine... um fator de criminalidade que é a super lotação que hoje existe nos distritos... nas cadeias e nas penitenciárias... quando eu assumi... prendia-se duas mil pessoas por mês em flagrante delito.....

[

L1

tempo esgotado

L3 hoje prende-se quatro mil e quinhentos

Concluindo seu turno, Covas procede à apresentação de mais dados numéricos relativos à segurança – denotando certa objetividade e racionalidade em seu discurso –, ao assinalar que construiu vinte e uma penitenciárias o que, conforme ressalta o candidato, corrobora sua afirmação de que, em sua gestão, se fez mais do que em cem anos. Ademais, utiliza, mais uma vez, um argumento quase-lógico: o argumento de comparação que – conforme assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) – baseia-se em dados mensuráveis – ao cotejar a quantidade de prisões antes e depois de seu mandato, o qual, segundo L3, superou o anterior. Há que se acrescentar que o emprego desse argumento, como vimos, contribui para o fortalecimento de sua imagem (Aquino, 1997), constituindo-se, pois, em mais uma estratégia de valorização de sua face.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao fato de Covas cotejar dados relativos à sua gestão com os governos dos últimos cem anos. Observe-se que, na tentativa de valorizar sua face em demasiado, Covas corre o risco de tê-la sob ameaça, uma vez que não comprova – por meio de provas ou dados documentados – que sua gestão superou os últimos cem anos relativos aos governos anteriores, violando, sobremaneira, a lei da modéstia.

Por fim, no momento em que Covas tem seu turno encerrado pelo mediador, observamos que L3 solicita à plateia que não se manifeste, a qual contribui para potencializar a polêmica na interação, mediante assaltos aos turnos dos candidatos e sobreposições de vozes, já que, frequentemente, algumas pessoas gritam e discordam do que é falado por L2 e L3; sobretudo, por Covas:

L3 eu vou fazer uma... uma solicitação...

L1 por favor...

L3 eu pediria que quando.. um de nós falássemos... as pessoas não ficassem falando na assembleia... é ruim...

[

L1 eu...

L3 eh:: é é::...

[

L1 eu... reforço o seu pedido à plateia porque é impossível ouvir o que o candidato fala

[

L3
educação a que faz referência o candidato Paulo Maluf

é aquela mal

L1 reforço seu apelo... agora o candidato Paulo Maluf tem um minuto pra comentar a resposta

O debate prossegue e o turno é atribuído a Maluf que o inicia com atos de descortesia destinados à face de seu oponente. Cumpre observar que, em seu turno, Covas não cometeu FTAs diretos à face de Maluf, mas, tão somente, aos governos anteriores à sua gestão, ao cotejar seus serviços prestados à população aos prestados por outros mandatos.

Importa-nos ressaltar, diante do que foi exposto, ao longo de nossas análises que, como vimos, Maluf alega, amiúde, que o discurso de Covas restringe-se a ataques e à fuga do tópico em andamento, numa tentativa de persuadir o auditório de que seu oponente baseia seu discurso em meros atos de descortesia.

Entretanto, observa-se que, ao longo de todo o seu turno, Maluf comete atos de descortesia destinados à face positiva de L3, embora trate do tópico em andamento: a questão da segurança:

L2 meus amigos que estão nos ouvindo... é na segurança... onde a gente vê nitidamente... que não basta... investir... é na segurança que precisa ter comando...é na segurança que você precisa comandar... o secretário da Segurança Pública...segurança se resolve com comando...com liderança sobre as pessoas... porque enfim...na teoria...o governador Mario Covas resolveu o problema da segurança ...comprou carros construiu prestígios ãhn::... presídios... mas na prática o que que se vê... uma população acuada e com medo...Diário Popular da semana passada...metade dos paulistanos... foram assaltados ((mostrando o jornal))... polícia está falida... diz... o juiz... juiz Francisco José Bruno...violência bate recorde... chacinas crescem cento e cinquenta e seis por cento...delitos aumentam trimestre a trimestre... jornal Estado de São Paulo... polícia só apura dois e meio por cento e meio dos crimes

[

L1 tempo esgotado

Podemos observar que, logo no início de seu turno, Maluf busca uma aproximação com o auditório mediante um ato de cortesia sem valor reparador (FFA), ao designá-lo por meio da forma: “meus amigos”. Em seguida, ressalta que o investimento na área da segurança não basta, apresentando uma justificativa demasiado frágil: a de que é preciso ter comando, sem, entretanto, explicitar como o comando pode ser mais importante que o investimento no âmbito da segurança. Diante do exposto, cumpre-nos ressaltar que Maluf emprega, entre as estratégias de descordo com o conteúdo do enunciado do interlocutor (Erlich, 1993), a refutação ao discurso de seu adversário, repudiando-o.

Ao referir-se ao conteúdo veiculado pelo enunciado de seu interlocutor, Maluf não só o renega, mas oferece justificativas para tal crítica: a de que o investimento em segurança não basta, pois há que se recorrer à liderança, ao comando. Assim, Maluf retoma o conteúdo de seu interlocutor para, em seguida, negá-lo, oferecendo como justificativa dados expostos por jornais, como a *Folha da Tarde* – empregados como argumento de autoridade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005) - segundo os quais a questão da segurança é problemática na gestão de seu oponente.

Observa-se, ainda, que Maluf recorre à citação da fala do juiz Francisco José Bruno como argumento de autoridade, segundo a qual a polícia está falida, , em função do prestígio da autoridade de um juiz, designando, aliás, a pessoa pelo nome, a fim de fundamentar seu discurso e abster-se da responsabilidade de tal acusação. O apelo de L2 à citação da fala do juiz consiste em uma estratégia de ataque à face positiva de Covas.

A seguir, numa tentativa de aproximação com o auditório, Maluf intenta levar os telespectadores a deliberar a respeito do fato, isto é, a participar da reflexão que faz acerca dos problemas relativos à segurança na cidade de São Paulo:

L2 você ((apontando para a câmera)) que está me ouvindo sabe...

[

L1 tempo esgotado...

L2 que não tem segurança nem na cidade de São Paulo...

[

L1 tempo esgotado

Importa-nos assinalar que, conquanto Maluf não empregue uma pergunta retórica – a qual consiste em uma figura de comunhão – busca a adesão do auditório numa tentativa de trazê-lo para a discussão. Desse modo, consideramos que Maluf emprega uma troca, isto é, recorre à enálage da pessoa, uma vez que em lugar de afirmar : “eu sei que não tem segurança na cidade de São Paulo” utiliza a forma “você sabe”, referindo-se aos eleitores, a fim de estabelecer uma relação de proximidade com o auditório mediante o uso de uma figura de comunhão, conforme postulam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005):

O mesmo efeito é igualmente obtido pela enálage da pessoa, a permutação do “eu” ou do “ele” pelo “tu”, que faz com que “o ouvinte julgue ver a si mesmo em meio ao perigo[...]”(2005, p.202)

O debate prossegue e o mediador concede um minuto para a réplica de Covas que reage aos atos de descortesia de Maluf de forma ofensiva. Além disso, cumpre observar que Covas retoma o conteúdo veiculado pelo turno de seu oponente para refutá-lo, oferecendo, como justificativa para sua negação, o fato de que metade da população de São Paulo não havia sido assaltada somente em sua gestão, mas ao longo de outros mandatos, inclusive no de L2.

L3 as pessoas que foram assaltadas ((rindo)) não foram assaltadas...a metade...neste governo...vem de muito tempo...inclusive no seu... agora no seu tempo... a coisa era mais complicada... eu vou ler o que diz o jornal do SEU tempo de governo... “as viaturas que ((lendo)) existem estão em más condições...suas e quase sempre paradas na oficina... a insegurança ronda as ruas as praças as lojas e residências... para contralar/controlar essa escala de criminalidade a Polícia Militar dispõe de menos de mil viaturas”... eu já comprei...sete mil...e em torno de cinquenta e cinco mil homens em todo o Estado... outro dia... no bairro de São Matheus... paupérrimo bairro da zona leste da cidade dois soldados e um sargento... faziam patrulhamento a pé durante a ronda... detiveram um homem portando cem gramas de maconha () a uma bicicleta...encaminharam a bicicleta ao distrito... a maconha pro Instituto Médico Legal..... e o detido tiveram que levar de ônibus porque não tinham automóvel... chegou uma ordem do auto comando...sem meio termo suspender toda instrução de tiros em todas as unidades em todos os batalhões... a munição precisa ser fracionada... os guardas tavam saindo à rua com cordas porque não tinha algema e o

[

L1 tempo esgotado

Há que se acrescentar que Covas potencializa seu ataque à face de seu oponente, discordando de suas afirmações, mediante um recurso não verbal: o riso, cujo intuito é deslegitimar as acusações de seu oponente, a fim de conduzir o auditório a considerá-las frágeis e descabidas. Em seguida, Covas apresenta fatos expostos por um jornal, cujo nome não é citado, a fim de corroborar suas críticas à gestão de seu oponente, a qual, consoante as afirmações de L3, não oferecia, de fato, serviços relativos à segurança, dignos de credibilidade à população. Destarte, ao longo de quase todo o seu turno, observa-se que Covas

lê as afirmações oriundas de um jornal apresentando fatos que comprometem a face positiva de Maluf.

Covas faz uso do argumento quase-lógico de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), ao cotejar o número de viaturas das quais a polícia militar dispunha no mandato de Maluf com o número de viaturas já providenciadas em sua gestão que, conforme assinala L3, consiste em sete mil. Nesse caso, observa-se que o uso de tal argumento consiste, com efeito, em mais uma estratégia de valorização da face de Covas (Aquino, 1997)

Importa-nos acrescentar que Covas expõe fatos cômicos acerca da má administração de Maluf com respeito à questão da segurança, ao apresentar ao auditório que a polícia fazia uso de cordas em lugar de algemas, bem como o fato de que policiais tiveram de encaminhar, de ônibus, um preso à delegacia de ônibus, devido à falta de viaturas.

Nesse momento, consideramos que Covas tenciona apresentar ao público ocorrências que supõe serem avaliadas pelo auditório de forma deveras negativa. Em outras palavras, o objetivo de L3 é conduzir o auditório a crer que, na gestão de seu oponente, o descaso em demasiado com a questão da segurança é um fato que merece ser sancionado pelo riso, em virtude dos episódios apresentados – Covas ri ao apresentar os fatos - numa tentativa de atribuir a L2 a *linha* de um político incapaz de oferecer serviços dignos à população.

Ademais, na conclusão de seu turno, o qual é sobreposto pela fala do mediador e da plateia – ameaçando-se, pois, a face negativa de Covas – L3 reitera o fracasso na gestão de seu oponente, no que diz respeito à segurança, ao fazer uso da citação de fala de seu secretário de segurança como argumento de autoridade, cujo fim é dar respaldo às suas acusações contra L2 e corroborar suas afirmações de que a segurança no governo de seu oponente encontrava-se, de fato, falida, em razão do fato de que, consoante assinala Covas, o próprio secretário da segurança de Maluf afirmara que a única maneira de resolver os problemas relativos à insegurança e violência era o armamento da população, abstendo-se, pois, de qualquer iniciativa em favor do problema.

Importa-nos trazer a lume que Covas ataca, outrossim, a face positiva daquele cuja fala é citada: o secretário de segurança de Maluf:

L2 seu secretário da segurança DIsse... ao Estado e à sociedade... o único jeito((manifestações da plateia)) de vencer a violência... ((gritos da plateia))

L1 tempo esgotado ((gritos da plateia))

L1 eu vou garantir a palavra para ((incompreendido)) que ele conclua o raciocínio.. eu vou pedir aos senhores por favor que mantenham o NÍVEL desse debate... por favor...

L3 e o seu secretário da segurança declarou... o único jeito de vencer a violência é a população se armar.. se há falência é essa... é a admissão do secretário que não é capaz de (...)

[

L1 tempo esgotado...tempo esgotado

[

L3 fazer nada.

Diante do exposto acima, cumpre acrescentar que, nesse momento da interação, as manifestações ocorrem de maneira significativa, e, por essa razão, observa-se que, mais uma vez, o mediador do debate assume sua posição hierarquicamente superior. Entretanto, observa-se que, embora L1 ameace a face daqueles aos quais direciona FTAs contra as faces positiva – haja vista o fato de que assinala que a plateia deve manter “o nível do debate” – e negativa, em razão de coibir seu desejo de expressar-se, L1 o faz por meio de um modalizador: “por favor”, atenuando, assim, as ameaças às faces dos integrantes da plateia, com o propósito de não ser tachado como um mediador autoritário e descortês, salvaguardando, desse modo, sua face.

5. ANÁLISE DO QUINTO BLOCO

O quinto bloco do debate tem início com algumas considerações de seu mediador acerca de sua organização, a qual consiste em uma série de perguntas e respostas realizadas entre os candidatos, conforme os temas elencados por suas assessorias. Após a resposta dos candidatos à pergunta feita pelo oponente, atribui-se o turno àquele que fez a pergunta para comentários e, em seguida, a réplica é concedida ao candidato ao qual a primeira pergunta foi destinada:

L1 nesse quinto bloco os candidatos voltam a fazer perguntas...entre si... de acordo com o sorteio feito na presença dos assessores dos candidatos... o primeiro a fazer a pergunta agora é o candidato Paulo Maluf que terá trinta segundos para a pergunta dois minutos para a resposta do candidato Mario Covas... um para o comentário de Paulo Maluf e um para a réplica.. de Mario Covas.. candidato Paulo Maluf... por favor...trinta segundos

No momento em que Maluf assume o turno, observamos que comete um FTA direto, sem atenuadores (*on record*), à face positiva de Covas, o qual é acusado de restringir seu discurso a atos de descortesia sem, contudo, priorizar questões relativas a planos de governo.

L2 como o telespectador que está em casa está vendo... minha pergunta é sempre...sobre... plano de governo... baixaria...é com o candidato Mario Covas eu pergunto... Mario Covas... como você explica.. que no seu governo... a tarifa do pedágio pra caminhões... aumentou cento e sete por cento acima da inflação... segundo a Folha de São Paulo de quatro dias atrás?

Importa-nos assinalar que, mais uma vez, como já ocorreu em outros momentos do debate, Maluf procura levar o auditório a inferir que Covas fundamenta seu discurso na fuga dos tópicos e, portanto, no desprezo a questões pertinentes ao debate, numa tentativa de enfraquecer a imagem de L3. Assim, observamos que Maluf repete, exaustivamente, as mesmas acusações ao oponente e, em virtude desse fato, consideramos a necessidade de expô-las, a fim de ressaltar que Maluf torna seu discurso repetitivo, por conta da recorrência dessas acusações.

Cumprе ressaltar que, conquanto Maluf acuse Covas de empregar atos de descortesia em demasiado, inicia, por sua vez, seu turno atacando, primeiramente, a face do oponente para, mais adiante, realizar, de fato, sua pergunta acerca do aumento das tarifas no pedágio para caminhões, fundamentando seu discurso em dados apresentados pela *Folha de São Paulo*, a qual, como já expusemos, possui certo prestígio, em função de suas contribuições para a sociedade, pelo fato de apresentar informações importantes, relativas à política e economia, entre outras.

Por essa razão, consideramos que Maluf recorre à apresentação de informações oriundas dessa fonte como argumento de autoridade, cujo intento é legitimar suas acusações, bem como o de abster-se de possíveis sanções atribuindo tais acusações a outrem.

O debate prossegue e, no turno em que Covas responde às acusações de Maluf acerca do aumento das tarifas no pedágio, observa-se uma reação ofensiva aos atos de descortesia de L2, mediante o emprego da ironia por Covas – potencializada pelo riso.

Covas apresenta dados estatísticos, cujo propósito é desdizer as acusações do oponente, ao passo que, por meio da exposição de números e cálculos, observa-se que L3 busca conferir certa objetividade ao seu discurso, em virtude de aproximá-lo ao discurso racional e lógico, conferindo-lhe legitimidade, graças ao prestígio atribuído ao pensamento

lógico; chegando à conclusão de que os tributos em sua gestão são menores que os cobrados no mandato de Maluf:

L3 eu já lhe falei sobre isso uma vez ((ri)) olha...os preços do pedágio e a Folha diz isso...aumentaram pelo cálculo da Folha em dois vírgula trinta e dois por cento.. se você fizer o cálculo pelo...dólar... e levar em conta a inflação do dólar...eles não chegaram a aumentar... nem isso...eles são menores do que no seu tempo...isso...é o valor... dos pedágios... a negociação feita... em torno... da:: concessão de estradas...

Dando continuidade ao seu turno, Covas faz uso de um argumento baseado em dados documentados (Erlich, 1993) – cuja finalidade é dar força persuasiva ao seu discurso, expondo, porém, sua face negativa, ao mencionar que tem o documento em mãos, já que, nesse caso, compromete-se, caso tenha de apresentá-lo aos expectadores, a fim de corroborar o que diz. Conforme salienta Aquino (1997), a exposição de dados documentados - os quais podem ou não ser fidedignos - colabora para o fortalecimento da imagem do locutor no debate. Desse modo, observa-se que Covas emprega tal recurso como uma estratégia de valorização de sua face:

L3 foi feita com um documento que eu tenho aqui da situação dos transportadores de carga concordando com o pedágio...eu tenho esse documento comigo... a associação dos transportadores de carga tá fazendo isso

Ainda com relação ao excerto acima, vale assinalar que o emprego do argumento baseado em dados documentados por Covas consiste, outrossim, em uma estratégia de defesa de sua face, haja vista que, conforme as informações apresentadas pelo documento, os transportadores de carga concordam, segundo Covas, com o estabelecimento do pedágio.

Em seguida, Covas prossegue seu tópico acusando Maluf de articular uma paralisação de caminhoneiros com o intento de lhe prejudicar. Nesse momento, há que se ressaltar que Covas expõe sua face positiva ao apresentar acusações para as quais não oferece provas concretas.

L3 e por favor não me () evoque a articulação que o senhor tá fazendo em Sorocaba pra fazer uma paralisação lá de...de:...de:...caminhoneiros porque ainda sábado eu recebi uma homenagem dos caminhoneiros... eles não estão contra isso não... o senhor vai dar a ideia de que estão porque tá preparando um movimento pra acontecer... no começo da próxima semana... em Sorocaba e eu sei por quem...

Mais adiante, Covas efetua mais uma FTA direcionado à face positiva de Maluf, acusando-o de mentiroso, conquanto atenua sua ameaça por meio da forma “não é verdadeiro”, modalizando, assim, seu discurso, possivelmente, a fim de não reforçar a *linha* –

que lhe é atribuída por Maluf – de um político agressivo e descortês e correr, em função disso, o risco de sofrer, novamente, sanções por parte do mediador do debate.

Em seguida, Covas comete mais um FTA direto (*on record*) contra a face de Maluf ao acusá-lo de ter construído uma rodovia mais cara que todas as outras que São Paulo possui – cujo intento é apresentar ao auditório, mais uma vez, que Maluf possui a linha de conduta de um político que desperdiça o dinheiro público.

L3 mas na realidade... o que o senhor diz...não é verdadeiro... o senhor abriu uma estrada que aliás custou muito mais caro por quilômetro do que todas as outras que tem em São Paulo... a Rodovia dos Trabalhadores...e imediatamente pagou-a se no Estado tiver...outras estradas de qualidade igual ainda que feita a preço muito mais barato que o senhor faz elas têm que ter pedágio igual aquelas...

Observa-se, ainda, que Covas efetua outro ataque à face de L2, ao acusá-lo de cobrar tarifas de pedágio ao inaugurar a Rodovia dos Trabalhadores – empregando, assim, um argumento de contradição e incompatibilidade (Perelman e Olbrechts – Tyteca). Em outras palavras, ao mencionar que Maluf também construiu pedágios em rodovias criadas por ele e que as taxas na gestão de L2 eram superiores às de seu governo, Covas atribui a Maluf a imagem de um político incoerente, uma vez que se opõe ao que, de fato, fez: no caso, a cobrança de tarifas de pedágios em rodovias, numa relação de contradição.

Nesse caso, há que se ressaltar que a exposição da contradição entre as asserções de Maluf e sua conduta colabora para a valorização da face de Covas, em detrimento da face do candidato rival, devido ao fato de que L3 entra em desacordo com o conteúdo do enunciado veiculado pelo discurso de Maluf – expondo ao auditório sua incoerência – mediante o procedimento de refutação, o qual, conforme postula Erlich (1993) consiste no apelo à razão, ato que, segundo Aquino (1997) contribui para fortalecer a imagem daquele que o emprega, no caso, Mário Covas.

Diante disso, observa-se que Covas refuta o conteúdo do enunciado de Maluf expondo, em seguida, justificativas para sua refutação, as quais consistem na contradição presente no discurso de Maluf com relação às suas ações em seu mandato.

Ademais, cumpre observar que, conforme assinalam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), o emprego de estratégias que visam expor a contradição presente no discurso do interlocutor contribuem para a desqualificação de sua argumentação:

A pessoa se prevalece, com essa acusação do prestígio do raciocínio rigoroso [...]

A asserção, dentro de um mesmo sistema, de uma proposição e de sua negação, ao tornar manifesta uma contradição que ele contém, torna o sistema incoerente e, com

isso, inutilizável. Trazer a lume a incoerência de um conjunto de proposições é expô-lo a uma condenação inapelável[...] (2005, p. 220-221)

Em virtude do exposto, consideramos que Covas recorre ao prestígio dos argumentos quase-lógicos, conferindo ao seu discurso, novamente, certa racionalidade, mediante a apresentação de dados numéricos, procedendo à exposição da incoerência apresentada pelo discurso do oponente, a fim de valorizar sua face e levar o trabalho de argumentação de L2 ao descrédito frente ao auditório.

Cumprе acrescentar que, na conclusão de seu turno de resposta, Covas faz uso de um argumento de justiça – outro argumento quase-lógico - segundo o qual o que vale para um, ou para algo, deve valer para todos, conforme postulam Perelman e Olbrechts – Tyteca (2005).

Em outras palavras, ao mencionar que se numa estrada construída por Maluf instaurou-se o pedágio, o mesmo deve ser feito em outras estradas; no caso, as construídas por Covas – as quais, conforme ressalta L3, têm a mesma qualidade e sua execução custou menos que as construídas por Maluf. Em consequência disso, observamos a tentativa de Covas de valorizar sua face ao mencionar que suas estradas têm a mesma qualidade das construídas pelo oponente, conquanto tenham custado menos, apelando, mais uma vez, para o fato de que Maluf desperdiça o dinheiro público. Vejamos, novamente, as acusações de Covas a respeito do fato de que Maluf também instaurou pedágios em estradas:

L3... a Rodovia dos Trabalhadores...e imediatamente pedagogiu-a se no Estado tiver...outras estradas de qualidade igual ainda que feita a preço muito mais barato que o senhor faz elas têm que ter pedágio igual aquelas...

Além disso, Covas ameaça, novamente, a face positiva de Maluf em sua tentativa de levar o auditório a inferir que L2 é um candidato sem preparo, apelando à sua falta de capacidade e conhecimento, uma vez que mesmo sendo um engenheiro, não pôde construir estradas de qualidade a um custo baixo – assim como Covas o fez - que também é engenheiro.

L3 isso até...quem não é engenheiro entende... fora que eu não vejo... porque o senhor não vai entender isso... de qualquer maneira...eh:...como o senhor não paga mesmo...o pedágio não faz muita diferença pro senhor...

Em seguida, o turno é atribuído a Maluf para seu comentário pelo mediador, o qual pede o silêncio da plateia que volta a manifestar-se.

L1 Paulo Maluf... por favor um minuto para o seu comentário ((manifestação da plateia)) eu peço à plateia mais uma vez que não se manifeste

Maluf inicia seu comentário numa reação ofensiva aos atos de descortesia de Covas, acusando-o, mais uma vez, de fugir do tópico, isto é, de desprezar questões pertinentes ao debate. Tal acusação corrobora nossas afirmações de que Maluf faz, de forma insistente, as mesmas acusações ao adversário, tornando, como já ressaltamos, seu discurso repetitivo.

L2 mais uma vez...o governador Mario Covas não responde... a Folha de São Paulo está aqui clara...esta tarifa já havia subido...((lendo)) no período de oitenta e sete... a noventa e um.. e no governo Mario Covas saltou mais... cento e sete por cento... ele insiste em querer comparar meu governo de dezesseis anos atrás...eu quero comparar o seu governo... e por falar em Sorocaba...eu fui pra Sorocaba outro dia...Sorocaba pagava...entendeu...uma tarifa pela Castelo Branco... tão fazendo agora... o segundo pedágio.. num entroncamento com Itu... e o terceiro pedágio na Castelinho... então Sorocaba que você se referiu não subiu cento e sete por cento só... subiu cento e sete por cento mais... três vezes... três vezes o pedágio que tá sendo construído...

Maluf apela, além disso, a informações referentes ao aumento das tarifas no governo de Covas, conforme indica a *Folha de São Paulo*, a fim de dar respaldo ao seu discurso por meio do emprego de um argumento de autoridade, o qual é “condicionado pelo prestígio” de uma autoridade impessoal (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005) apresentando dados numéricos, com o propósito de conferir certa credibilidade ao seu discurso.

Há que se observar ainda que Maluf recusa-se, mais uma vez, a discutir sua gestão, em função de ter ocorrido há dezesseis anos. Desse modo, observa-se que Maluf busca proteger sua face negativa ao evitar comprometer-se a discutir sobre aspectos relativos ao seu passado político.

Maluf prossegue seu turno ameaçando, mais uma vez, a face positiva de Covas, empregando o procedimento de retificação, o qual se encontra entre as estratégias elencadas por Erlich (1993) que, por sua vez, consistem no apelo à razão. Conforme postula Aquino (1997), proceder ao apelo à razão, consiste em uma estratégia de valorização da face do locutor. Desse modo, observa-se que Maluf comete um ato de valorização de sua face em detrimento da face de seu oponente, ao retificar o que Covas havia dito em seu turno acerca do aumento de tarifas nos pedágios.

Assim, Maluf ressalta que, em virtude do fato de terem sido construídos dois pedágios na região de Sorocaba, além do que já havia na rodovia Castelo Branco, a tarifa subiu, portanto, três vezes a mais, considerando-se a soma dos três pedágios, retificando, desse

modo, a asserção de Covas de que o valor pago pela construção de pedágios não teve aumentos.

Dando continuidade ao seu turno, Maluf comete mais atos de descortesia destinados à face positiva de Covas, ao mencionar que o dinheiro arrecadado pelos tributos nas rodovias não é, de fato, revertido para obras sociais.

L2 eu pergunto a você Mario Covas se ainda esse dinheiro... fosse...pra obras sociais do Estado...mas você reconhece... que você tá dando esses recursos... pras empresas empreiteiras do Estado... eu quero dizer o seguinte.. é JUsto você construir cento e dezessete pedágios a mais no Estado de São Paulo?... não acho justo... e vou rever esse problema...

Em seguida, Maluf procede à mais uma acusação, cometendo um FTA direto (*on record*) contra a face positiva de Covas, ao acusá-lo de disponibilizar os recursos relativos aos tributos cobrados pelos pedágios a empreiteiras sem, contudo, apresentar provas que possam dar respaldo às suas acusações, oferecendo, assim, risco à sua face positiva, caso tenha que provar o fato de que L3 desvia o dinheiro oriundo da cobrança dos pedágios para favorecer empreiteiras.

Por fim, Maluf encerra seu turno com uma pergunta retórica, cuja função é impelir o interlocutor a respondê-la, pois poderá comprometê-lo. Em outras palavras, no momento em que Maluf questiona Covas se, de fato, é justo construir dezessete pedágios a mais no Estado de São Paulo, consideramos que L2 não têm intenção de obter informação a respeito de um fato, de modo que tal pergunta possui valor argumentativo: o de coagir Covas, obrigando-o a comprometer-se a responder uma pergunta que lhe ofereça ameaças à face.

Em outras palavras, caso Covas responda que é justo construir dezessete pedágios a mais, pode, com efeito, submeter sua face à ameaça, ao passo que, se concordar com Maluf – que o aumento de pedágios é injusto –, colocará, do mesmo modo, sua face sob ameaça. Desse modo, cumpre observar que Maluf coage seu interlocutor por meio de uma pergunta, cujo valor é, sem dúvida, argumentativo, não lhe oferecendo saída. Aquino (1997) faz as seguintes considerações acerca das perguntas retóricas:

Ducrot (1983) tem salientado esse fato e diz ser necessário diferenciarmos esta forma de outras que são utilizadas para obter informações. Obriga-se o interlocutor a fornecer uma resposta prevista pelo locutor. Segundo esse autor, casos como esse apresentam uma orientação argumentativa sempre negativa. Diante deste tipo de pergunta o interlocutor vê-se compelido a dar uma resposta que pode comprometê-lo. (1997, p. 203)

Em seguida, o mediador do debate interrompe o turno de L1, ameaçando-lhe a face negativa, e atribui o direito de réplica a Covas, que inicia seu turno numa reação ofensiva diante dos atos de descortesia cometidos por Maluf no momento em que ironiza, por meio de um recurso não verbal – o riso – as acusações de L2 acerca de negócios escusos com empreiteiras.

L3 não vamo falar de vantagem pra empreiteira ((rindo)) Maluf ((risos da plateia)) não vamo falar isso que esse assunto é... é tabu... e fica covardia se a gente falar nesse assunto... vamo falar... o seguinte... o que você não conta... é que...a Raposo Tavares tá sendo duplicada...o que você não conta. é que estão fazendo duas marginais na Castelo Branco... que vão...até Alphaville... o que você não conta... é que com estas... concessões...são...nos próximos quatro anos vão ser investidos em estradas.. cinco bilhões de reais... sem que o Estado seja obrigado a colocar um... centavo... pra colocar na área social onde você nunca fez investimento... eu quero comparar governo com governo se você quiser comparar governo da Prefeitura também comparo... quando eu tive na prefeitura e nós vamo ver quem é que fez mais na área social... vamo ver quem é que fez túnel... como o Ayrton Sena ao preço da Fer-não Di-as... que tem quinhentos quilômetros... daqui até Belo Horizonte... custou ((rindo)) a mesma coisa que o túnel da Fernão Dias...

Não se pode olvidar que, já na ocasião do debate, Maluf possuía um histórico de corrupção e desvio de dinheiro público mediante o superfaturamento de obras públicas. Aliás, cumpre assinalar que Maluf já sofria acusações, em função dos gastos excessivos com obras, como a extração de petróleo, acarretando-lhe problemas judiciais.

O caso da construção do túnel Ayrton Sena, cujo orçamento era de aproximadamente 150 milhões de reais, inicialmente, e que foi concluído tendo como resultado um valor exorbitante: 500 milhões de reais, retirados dos cofres públicos para sua execução, corrobora o ataque indireto de Covas, o qual recorre à ironia, em seu emprego agressivo do trabalho de face. Ademais, observa-se que Covas, tampouco, apresenta dados numéricos de maneira exaustiva, haja vista que o simples fato de assinalar que seu oponente construíra um túnel, cujo valor excede aos gastos relativos à construção de uma rodovia de 500 quilômetros, como a Fernão Dias, já fundamenta suas acusações de que Maluf não tem legitimidade para fazer acusações relativas a superfaturamento em obras públicas.

Por essa razão, consideramos que Covas comete um ato de valorização de sua face – uma vez que emprega a ironia como estratégia de ataque – em detrimento da face de Maluf. Há que se acrescentar que a ironia, entre outras formas em que se apela ao engenho (Erlich), conforme postula Aquino (1997), consiste em um ato que contribui para o fortalecimento do locutor no discurso e, portanto, para a valorização de sua face.

Dando sequência ao seu turno, Covas comete outro FTA contra a face positiva de Maluf, acusando-o de omitir fatos que possam valorizar a imagem de L3, como a construção

de duas marginais na rodovia Castelo Branco e a duplicação da rodovia Raposo Tavares, cujo investimento é, conforme estipula L3, de cinco bilhões de reais.

Por fim, Covas coloca sua face negativa sob ameaça ao comprometer-se em comparar seu governo com o de Maluf – o qual, aliás, recusa-se a fazê-lo – sem, entretanto, oferecer justificativas plausíveis para a insistência em não discutir seu passado político.

O turno de Covas encerra-se e, em seguida, o mediador do debate atribui-lhe o direito de fazer perguntas ao candidato adversário. Nesse momento, Covas recorre à citação da própria fala do adversário, apelando, como estratégia de ataque à face positiva de Maluf, para algumas considerações deveras comprometedoras feitas por L2, numa tentativa de reportar atos passados, cujo propósito é levar o auditório a atribuir juízos de valor negativos à imagem de Maluf em decorrência de tais atos:

L3 olha na primeira pergunta eu lhe perguntei a respeito do que os outros pensavam do senhor ...agora eu vou tomar os seus pensamentos...na campanha de noventa o senhor disse.. ((lendo)) “não existe professora mal paga... existe professora mal casada”...quando o Celso Pitta foi prefeito o senhor disse... “preto também pode ser um bom prefeito”... há duas semanas numa entrevista da Folha o senhor disse que é favorável ao aborto em alguns casos e afirmou “já imaginou saber que seu filho vai ficar cego até os oitenta anos?”... na campanha de oitenta e cinco na Faculdade de Ciências Médicas o senhor disse “tá com apetite social...tá bom.. estupra... mas não mata”...

Entre as estratégias discursivas apresentadas por Erlich (1993, p.49), das quais se faz uso em interações polêmicas, estão aquelas cujo propósito é recordar ao interlocutor algo de seu conhecimento. De acordo com Erlich, há algumas modalidades para o emprego dessa estratégia, entre as quais consideramos aquela cujo intento do locutor é recordar seu interlocutor de algo que sabe efetivamente. Nesse caso, o locutor utiliza-se, em seu benefício, do discurso de seu interlocutor.

Em se tratando das citações feitas por Covas, acerca da fala de Maluf, em momentos diversos de sua carreira política, importa-nos ressaltar que L3 discorre acerca de considerações bastantes polêmicas feitas por seu oponente, utilizando-se, pois, do discurso de L2, em razão de recordar-lhe algo que sabe de fato, no caso, asserções infelizes de Maluf em público, entre elas, a seguinte: “estupra, mas não mata”.

Há que se observar que Covas recorda seu interlocutor - L2 - de algo que sabe, ou seja, algo de seu conhecimento; a fim de beneficiar-se, por meio desse recurso discursivo e, por

consequente, atrelar a imagem de seu adversário à valores negativos, com os quais, de fato, um maioria não concorda: o estupro, o preconceito contra a mulher, entre outros.

Em outras palavras, Covas intenta persuadir o auditório de que os atos evocados de Maluf colaboram, de fato, para construir-se uma determinada concepção de sua imagem. De acordo com Perelman e Olbrechts- Tyteca,(2005) a construção da imagem de um indivíduo e os juízos de valor que lhe atribuímos são, o mais das vezes, resultado das considerações que fazemos acerca de seus atos, de modo que nossa opinião é, de fato, construída e reconstruída conforme a avaliação de um sujeito em consequência de suas ações:

A reação do ato sobre o agente é capaz de modificar constantemente a nossa concepção da pessoa, em se tratando de atos novos que lhe atribuímos ou de atos antigos aos quais nos referimos. (2005, p.337)

No que se refere à relação entre ato e pessoa, Perelman e Olbrechts – Tyteca (2005) fazem as seguintes considerações:

Por ato, entendemos tudo quanto pode ser considerado emanção da pessoa, sejam eles ações, modos de expressão, reações emotivas, cacoetes involuntários ou juízos. Este último ponto é, para nosso propósito, essencial. Isso porque, concedendo certo valor a um juízo, formula-se, por isso mesmo, uma apreciação sobre seu autor[...].(2005, p.339)

Em virtude do exposto, consideramos que Covas emprega um argumento fundado na interação entre a pessoa e seus atos, elencado por Perelman e Olbrechts – Tyteca em seu *Tratado da argumentação*.

No caso da citação de Covas, há que se observar que L3 apela à ética (Erlich, 1993), a fim de denegrir a imagem de seu oponente, numa tentativa de conduzir o auditório conferir a Maluf a linha de conduta (Goffman, 1967) de um político preconceituoso:

L3 há duas semanas numa entrevista da Folha o senhor disse que é favorável ao aborto em alguns casos e afirmou “já imaginou saber que seu filho vai ficar cego até os oitenta anos?”... na campanha de oitenta e cinco na Faculdade de Ciências Médicas o senhor disse “tá com apetite social...tá bom.. estupra... mas não mata”...

Importa-nos trazer a lume que Covas recorre ao prestígio concedido pela autoridade de um jornal idôneo, cujo intento é dar respaldo às suas acusações, empregando, assim, um argumento de autoridade. Aliás, a menção que faz ao jornal e o fato de que as citações são, conforme salienta Covas, de fala do próprio acusado, colaboram para que L3 abstenha-se da responsabilidade dos ataques (FTAs) dirigidos à face positiva de L2.

Além disso, Covas alicerça suas acusações recorrendo à força das crenças e valores compartilhados por uma maioria: o repúdio ao racismo, ao preconceito contra a mulher e deficientes físicos, à violência sexual e, sobretudo, ao aborto – apelando, assim, ao direito de vida - o qual, aliás, é previsto por lei.

Por fim, concluindo seu turno, bastante polêmico, com o qual recorre ao passado do oponente, cujo intento é o de compuscar-lhe a imagem, Covas faz uso de uma pergunta retórica, direcionada a L2, a qual, como já enfatizamos, não tem como propósito obter, de fato, informações, possuindo, pois, valor argumentativo. Nesse caso, Covas emprega o mesmo recurso do qual Maluf fez uso: uma pergunta cuja função é comprometer o interlocutor, compelindo-o a respondê-la:

L3 o senhor... repete essas... essas...ainda pensa dessa maneira?

Cumpramos ressaltar, ainda, que Maluf, a todo momento, procura evitar tratar de fatos relativos ao seu passado – nos momentos em que se recusa a discutir seu governo pelo fato de ter ocorrido há dezesseis anos. Não obstante, observamos que Covas - acusado por Maluf de não responder perguntas pertinentes ao tópico proposto – insiste em discutir aspectos concernentes ao governo de Maluf, sobretudo ao passado político de seu oponente.

O turno a seguir corrobora nossa afirmação de que Maluf tenciona, de forma insistente, apresentar ao público a imagem de um político cujo propósito é discutir planos de governo, ao contrário de seu oponente, o qual, conforme L2, alicerça seu discurso em atos exacerbados de descortesia sem, contudo, responder as perguntas que lhe são feitas:

L2 em primeiro lugar... o candidato Mario Covas... não respondeu porque subiu o pedágio cento e sete por cento... ((risos e palmas da plateia))

Diante do excerto acima, cumpre assinalar que Maluf reage aos atos de descortesia que lhe são destinados por L3 de forma ofensiva. Em seguida, observa-se que Maluf apela à razão, ao contrapor-se ao conteúdo do enunciado de Covas, mediante sua retificação. A fim de corroborar sua afirmação de que metade dos paulistanos foram assaltados durante a gestão de quatro anos de Covas, Maluf emprega, como argumento de autoridade, as informações fornecidas pelo jornal *Diário Popular*, cujo público alvo é, de fato, numeroso. Assim, o apelo

à apresentação de dados oriundos dessa fonte midiática consiste numa forma de oferecer respaldo às suas acusações.

Em seguida, Maluf dirige-se ao auditório numa tentativa de aproximação, de conduzi-lo a participar de uma reflexão a respeito da questão dos problemas relativos à segurança nas ruas, os quais, conforme L2, devem-se à falta de comando, sem entretanto, explicitar, de maneira clara, como, de fato, comanda-se de forma efetiva:

L2 segundo lugar...ele disse na pergunta sobre segurança... que metade dos paulistanos foram assaltados em todos os governos...não é verdade...Diário Popular...do domingo passado... “o dissabor de ser assaltado... já foi sentido por metade dos paulistanos pelo menos uma vez na vida nos últimos quatro anos” e se você que está dentro de casa...acha... que você tem segurança pra andar nas ruas..se você acha que tem segurança...você...dê uma voltinha no quarteirão...você sabe que não tem segurança nenhuma porque falta comando do governador...junto...à Polícia Militar junto à Polícia Civil e junto ao secretário da segurança pública...

Observa-se que Maluf apela novamente à razão (Erich, 1993), ao refutar o conteúdo do enunciado veiculado pelo turno de Covas, segundo o qual Maluf é a favor do aborto, faz considerações preconceituosas contra mulheres, além de fazer apologia ao estupro. No momento em que Maluf refuta tais acusações contra sua face positiva, oferece uma justificativa – procedimento postulado por Erlich em casos de refutação – mediante recursos diversos.

No que diz respeito à questão das afirmações referentes às professoras, verifica-se que Maluf refuta as acusações de Covas oferecendo, como justificativa, o fato de que L3 não apresenta provas que possa fundamentá-las, ameaçando-lhe, inclusive, a face negativa ao lhe desafiar, coagindo-o a provar, de fato, o que diz.

Quanto às acusações de ser a favor do aborto, há que se observar que Maluf recorre à legislação, a fim de abster-se da responsabilidade e, por conseguinte, de ameaças à sua face. Assim, Maluf procura justificar sua refutação aos ataques de Covas apresentando um caso de aborto com autorização judicial - apelando, pois, à autoridade da justiça – bem como à autoridade veiculada pela imagem de um secretário da saúde, citando, inclusive, seu nome; cujo fim é, de fato, oferecer respaldo às suas afirmações e, nesse caso, consideramos que Maluf recorre à autoridade da justiça e da decisão de um secretário da saúde como estratégia de defesa de sua face.

L2 sobre...a:: sua afirmação que eu disse que professora não... ganha mal é mal casada é mentirosa... absoluta mentirosa... eu eu te repito a que você traga uma gravação minha tenho falado com a minha voz... é uma absoluta mentira quanto a isso... segundo lugar... quanto ao aborto... a legislação é que regula isso... inclusive recentemente...o próprio PAZ com autorização judicial fez...infelizmente...o aborto naquela menina de dez anos... que foi estuprada com a autorização judicial e foi feita no hospital da prefeitura com o secretário da saúde doutor Alberto doutor Pagura...

Concluindo seu turno, Maluf recorre à religião, como estratégia de defesa de sua face diante dos ataques de Covas, ao mencionar que é cristão. Há que se observar que Maluf intenta, nesse momento, persuadir o auditório, mediante a apresentação da imagem de um homem que preza a religião e a família – valores aos quais a maioria da população atribui, de fato, juízos de valor positivos. Ademais, L2 expõe informações relativas à sua vida particular, a fim de defender-se das acusações de que é a favor do estupro, mencionando que há uma quantidade significativa de mulheres em sua família, na tentativa de convencer o público de que respeita as mulheres e, por conseguinte, não poderia ser a favor do estupro. Vejamos o exemplo a seguir:

L2 quanto ao problema estupra mas não mata eu sou um cristão... eu tenho... quatro filhos duas noras e duas filhas...tenho sete netas...o que eu disse muito claro é o seguinte...estuprar... é um crime...odiondo ediondo...e matar...inclusive... seria o caso o caso do maníaco sexual...de você ter prisão perpétua...isto é o problema que tem que ser discutido...que você soltou o maníaco sexual...depois da sua polícia...da primeira morte pra que ele cometesse mais dez crimes estuprando e matando ((palmas da plateia)) isso...é um crime seu...

Importa-nos ressaltar que, ao apelar à família e aos valores cristãos, Maluf intenta despertar a comoção do auditório como estratégia de defesa de sua face. Em outras palavras, Maluf emprega, como estratégia de persuasão, o apelo ao *pathos*¹⁶ em sua argumentação.

Diante do exposto, cumpre ainda assinalar que Maluf recorre a um tipo de argumento, cuja força advém das crenças compartilhadas¹⁷ com o auditório, já que somos um país católico e, com efeito, o apreço à família é um dos fundamentos do cristianismo.

Em seguida, observa-se que Maluf modifica o rumo de seu discurso – cujo foco era a defesa – e parte para o ataque da face de Covas, ao acusá-lo de ser responsável pelos estupros seguidos de morte, em decorrência da libertação do maníaco do parque após seu primeiro

¹⁶ Conceito oriundo da retórica aristotélica designado como uma das três provas das quais o orador faz uso em seu trabalho de persuasão. De acordo com Reboul (2004, p. 47), o *pathos* consiste em um tipo de prova de cunho afetivo, cujo fim é despertar as emoções do público.

¹⁷ De acordo com Charaudeau (2008), em sua obra intitulada *Discurso Político*, empregam-se diversos tipos de argumentos de prova no discurso político, entre os quais estão os argumentos pela força das crenças compartilhadas, pelos quais o político busca estabelecer uma relação de aproximação com seus eleitores mediante a apresentação de valores e crenças que se supõe serem aceitos por uma maioria.

assassinato – o qual matou e estuprou diversas mulheres na cidade de São Paulo. Nesse momento, consideramos que Maluf faz uso de um argumento pragmático, cujo propósito é atacar a face positiva de Covas acusando-lhe de ser responsável pelos crimes.

Maluf atribui o efeito, o assassinato de mais de dez mulheres, à causa ; a qual, no caso, consiste no fato de que um maníaco foi solto após cometer um crime hediondo. Assim, Maluf reporta ao ato de liberação do maníaco – o qual, conforme L2 , é de responsabilidade de Covas – consequências lamentáveis: o cometimento de mais crimes, avaliando, pois, um acontecimento consoante suas consequências. Vejamos as considerações de Perelman e Olbrechts-Tyteca acerca desse fato: “Para apreciar um acontecimento, cumpre reportar-se a seus efeitos.”(2005, p. 303)

O turno de Maluf encerra-se e o mediador do debate o concede a Covas, a fim de que L3 faça comentários acerca das considerações de seu oponente:

L1 terminada...terminada a manifestação candidato Mario Covas... um minuto para o seu comentário...peço silêncio à plateia por favor

Logo no início de seu comentário, observa-se que Covas assume uma reação ofensiva aos atos de descortesia que lhe foram destinados, reforçando os FTAs direcionados à face positiva de L2 em seu turno anterior, ao enfatizar as diferentes formas de preconceito veiculadas pelo discurso de Maluf em ocasiões diversas.

Em seguida, expõe sua face positiva ao destinar atos demasiado descorteses à face do oponente – e, nesse momento, observa-se que a interação torna-se bastante polêmica – ao afirmar que Maluf “lambe as botas” daqueles que antes criticara, atribuindo-lhe uma atitude de incoerência, sem, entretanto, apresentar provas que fundamentem suas acusações.

Cumpramos ressaltar que, ao mencionar que Maluf se referia ao presidente da República e a Covas de forma deveras descortês, já que, conforme assinala L3, Maluf havia afirmado que ambos não têm “vergonha na cara”, consideramos que Covas procura atribuir a Maluf a imagem de um político descortês. Desse modo, observa-se que Covas, assim como Maluf, utiliza o excesso de descortesia utilizado pelo oponente como estratégia de ataque à face na interação.

L3 tá bom...isso aqui é um... é o fruto de uma discriminação odiosa... que aliás... é a arma maior da ignorância... a primeira... contra a... mulher a segunda contra o negro... a terceira contra os.. portadores de deficiência...a quarta...é da sua própria lavra() mas já que o senhor não gostou dessas... eu vou falar de algumas outras... o senhor logo depois da eleição...do Pitta...fez uma declaração assim...se o/o presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador paulista Mario Covas deveriam renunciar se tivessem um pouquinho de humildade e vergonha na cara...veja...a sua atitude...naquele instante...vergonha na cara...falta vergonha na cara...em seguida...seis meses depois...porque lhe interessava...lambe as botas...

Prosseguindo seu turno, Covas utiliza, como respaldo às suas acusações, o prestígio do jornal *O Globo*, segundo o qual Maluf afirmara que sua honestidade era maior que a de Jesus Cristo. Nesse momento, há que se observar que Covas atribui a responsabilidade sobre as acusações ao jornal, a fim de proteger sua própria face positiva. Diante disto, observa-se que Covas tenciona desconstruir a imagem de político cristão veiculada pelo discurso do adversário, ao citar a fala de L2, deveras comprometedora, empregando, como estratégia de ataque à face de Maluf, o apelo à ética (Erlich), em razão de apresentar a suposta afirmação do oponente, a qual, com efeito, desrespeita os cristianismo.

Além disso, consideramos que Covas alude à questão da honestidade – aspecto relevante no que diz respeito às gestões de Maluf – uma vez que L2, até a ocasião do debate, fora acusado de desvio de dinheiro público, mediante o superfaturamento de obras em seus mandatos.

L3 mas há uma outra...que os cristãos devem ficar escandalizados...o senhor disse no jornal está aqui no Globo... que o senhor é mais honesto que Jesus Cristo...((risos da plateia)) é uma coisa incompreensível isso...

Mais adiante, ainda no mesmo turno, Covas comete outro FTA contra a face positiva de Maluf ao fazer uma citação bastante comprometedora para a imagem de L2: a de que seus funcionários devem temê-lo. Nesse momento, cumpre ressaltar que Covas alude, mais uma vez, ao passado de Maluf, ao compará-lo com políticos totalitários de extrema direita – Hitler – e extrema esquerda – Stalin, uma vez que recorre ao conhecimento de mundo de seu auditório, numa tentativa de levá-lo a recordar atos passados, relativos à carreira política de L2.

L3 e outro dia o senhor disse na televisão... que o seu secretário deve ter medo do senhor...sabe quem é que trata os outros com pavor e com medo? Hitler...

L1 tempo...

L3 Joseph Stalin...

Em outras palavras, é sabido que, na época da ditadura no Brasil, Maluf pertencia à ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido conservador criado com o propósito de dar respaldo ao regime militar da época, de modo que ao comparar Maluf a ditadores, Covas procura levar o auditório a crer – recorrendo ao envolvimento de Maluf com a ditadura militar no Brasil – que a escolha de um candidato, cujo passado vincula-se à um regime totalitário, é bastante perigosa. Conforme assinala Erlich (1993, p. 54), o apelo às emoções do auditório, levando-o a refletir acerca dos medos e prejuízos decorrentes de uma escolha errada tem por fim impedi-lo de observar o discurso de maneira objetiva.

Charaudeau (2008) assinala, entre os argumentos de prova empregados no discurso político, “os argumentos pelo risco”, segundo os quais, busca-se levar o auditório a deliberar acerca das consequências negativas de uma escolha inadequada. Desse modo, observamos que Covas emprega, como estratégia de ataque à face positiva de Maluf, o apelo às emoções do auditório, uma vez que suas alusões remetem ao envolvimento de seu oponente com a ditadura, a fim de comprometer a imagem de L2 em virtude de seus atos passados. Vejamos as seguintes considerações de Perelman e Olbrechts – Tyteca acerca desse fato:

É raro que a reação do ato sobre a pessoa se limite a uma valorização ou a uma desvalorização desta última. O mais das vezes a pessoa serve, por assim dizer, de intermediário que permite passar dos atos conhecidos aos atos desconhecidos, do conhecimento de atos passados à previsão de atos futuros. (2005, p.340)

Cabe-nos assinalar que, mais uma vez, no momento de réplica de Maluf, L2 reage aos atos de descortesia de Covas de forma ofensiva, enfatizando que o candidato oponente não discute plano de governo, acusando-o, novamente, de retardar ou fugir do debate em razão de não discutir questões pertinentes à interação: no caso, propostas políticas. Aliás, observa-se que, à medida que o debate transcorre, Maluf repete as mesmas acusações, tornado seu discurso frágil.

Além disso, na tentativa de valorização de sua face, Maluf mostra às câmeras uma apostila cuja capa expõe, em letras garrafais, o título: plano de governo, a fim de potencializar seu ataque à face positiva de Covas:

L2 vejam...vejam...vejam que eu tinha razão...((rindo)) o candidato Mario Covas se nega a discutir plano de governo...eu trouxe plano de governo pra discutir aqui... ((mostrando uma apostila))

Maluf prossegue seu turno cometendo um FTA contra a face positiva de Covas ao acusá-lo de mentir, conquanto modalize seu discurso, atenuando seu ato de ameaça mediante o emprego do vocábulo “inverdades”, de fato, mais ameno. Nesse caso, consideramos que o interesse de atenuar seu ataque à face de Covas cumpre o seguinte fim: proteger a própria face, numa tentativa de afigurar-se, ao contrário de Covas, como um político que busca manter certo equilíbrio na interação. Em outras palavras, Maluf não deseja apresentar a imagem de um político descortês, uma vez que é essa a imagem que L2 procura atribuir ao seu adversário como estratégia de ataque.

L2 ele vem... com algumas inverdades...com algumas inverdades...

Em seguida, Maluf prossegue seu turno, apresentando justificativas para sua refutação das acusações que lhe foram feitas, como estratégias de defesa de sua face:

L2 eu tenho grande amor.. pela raça negra...tanto é... Mario Covas que eu fui o primeiro.... prefeito da cidade de São Paulo... que apoiou...como candidato a prefeito... um homem de cor... um homem afro... tive muitas mulheres que trabalharam comigo...no meu governo... portanto se há alguém nesse aspecto que não teme confronto Mario Covas...sou eu...

No momento em que empreende uma refutação ao que fora dito por Covas – nesse, caso, suas acusações de racismo e preconceito – observa-se que Maluf faz uso de um procedimento elencado por Erlich (1993), o qual consiste em uma das estratégias pelas quais se recorre à razão: o desacordo com o conteúdo do enunciado do interlocutor. A fim de justificar o conteúdo negado veiculado pelo enunciado de L3, do qual discorda, Maluf apresenta, após sua refutação - ao assinalar que as considerações de Covas não são, de fato, verdadeiras - uma justificativa por meio da qual possa comprovar que, com efeito, não é um político racista, uma vez que apoiou um prefeito negro e trabalhou com muitas funcionárias negras.

Há que se observar, também, que a autocorreção efetuada por L2, pela qual se substitui a forma “homem de cor - sobre a qual há certo estigma de que se trata de uma expressão preconceituosa - pela forma “afro”, possivelmente considerada por Maluf como mais adequada, ocorre em razão de sua preocupação de não por sua face positiva sob risco.

Nesse caso, cumpre ressaltar que a autocorreção de Maluf consiste em sua antecipação a possíveis objeções do adversário relativas ao uso da forma “homem de cor”.

Assim, verifica-se que o uso de tal estratégia - no caso a de se antecipar a supostas acusações - colabora para fortalecer a imagem de Maluf, conforme postula Aquino (1997).

Entretanto, como postulam Brown e Levinson (1987), ao longo da interação, um mesmo ato pode colaborar para valorizar a face de um interlocutor e, ao mesmo, tempo, pode, com efeito, colocá-la sob ameaça. No caso da autocorreção, embora Maluf antecipe-se a possíveis objeções, fortalecendo sua imagem, observamos, porém, um ato que compromete a sua face positiva, uma vez que, ao reparar seu discurso, leva-nos a inferir que reconhece – de maneira indireta, já que não o assume claramente - que empregou um termo inadequado.

Concluindo seu turno, Maluf reitera o que já havia salientado em outros turnos: a necessidade de discutirem-se assuntos pertinentes ao debate, como a apresentação de planos de governo em lugar de assentar-se o discurso em meros atos de descortesia cometidos, conforme Maluf, sobremodo, pelo seu oponente. Diante do exposto, cumpre ressaltar que Maluf utiliza como estratégia de ataque à face de seu adversário o fato de que L3 não aborda aspectos pertinentes ao tópico em andamento, proposto pelo debate, os quais, conforme Maluf assinala, consistem na apresentação ao auditório de “planos de governo”.

L2 segundo lugar Mario Covas...vamo elevar o nível do debate...vamo debater plano de governo...

Dando continuidade ao seu turno, Maluf ainda assinala que Covas foi um candidato mal avaliado pelo público, em função de ter recebido poucos votos. Desse modo, observa-se que L2 emprega um argumento quase-lógico de comparação ao cotejar a colocação de Covas em relação a de outros candidatos à reeleição, asseverando que seu oponente foi, relativamente aos outros, o mais mal votado. É mister observar que, nesse caso, o candidato apela, novamente, ao fato de que o número de votos obtidos por um candidato revela sua boa ou má avaliação, o qual, com efeito, pode ser contestado, em virtude de haver candidatos diversos cuja quantidade de votos não se explica pela avaliação de seu governo.

L2 (...) você...((manifestações da plateia – palmas) em vinte e um governadores que foram candidatos à rele/ à reeleição... você foi o vigésimo... primeiro...você foi o MAIS MAL VOTADO do Brasil...o mais mal avaliado...Mario Covas...

[
L1 tempo esgotado...

L2 você já teve os seus quatro anos...vá pra casa...vá descansar...

[
L1 tempo esgotado...

L2 me deixe...me deixa ser governador ()...

L1
[
tempo esgotado

Por fim, o quinto bloco termina com os pedidos de resposta de Covas que alega ter sido ofendido por Maluf. Entretanto, os pedidos de Covas são reprovados por L1 e pela plateia. Por essa razão, observa-se que L3 tem sua face ameaçada por um membro da plateia – que discorda de L3 – e por L1, o qual não concorda com o que Covas alega, não atendendo aos seus pedidos de resposta de maneira bastante incisiva:

L1 isso não está previsto governador...desculpe...não está previsto... pergunta...comentário... réplica...desculpe...

L3() tô querendo direito de resposta...por favor

L1 O senhor... o senhor está alegando que foi ofendido?

L3 lógico...lógico...

L1 qual é a ofensa?

L3 lógico...

Membro da plateia: qual ofensa...mandou pra casa...isso é ofensa?

L1 AH::...por favor...por favor...por favor...por favor... isso não é...isso realmente não é ofensa... tá perfeitamente dentro dos padrões...de uma discussão política...vamos ao intervalo... quando voltamos...para o último bloco... rede Bandeirantes de rádio e televisão... canal vinte e um... Jornal da Tarde...e Agência Estado... Band eleições... noventa e oito...

6. ANÁLISE DO SEXTO BLOCO

Concluindo o debate, no sexto bloco apresentam-se as considerações finais de Paulo Maluf e Mario Covas – as quais, conforme assinala o mediador do debate – correspondem ao que fora combinado entre as assessorias de ambos os candidatos:

L1 esse é o último bloco do debate... aqui cada candidato terá dois minutos para suas ... considerações ...finais de acordo com as regras definidas com as assessorias dos candidatos ... o primeiro a ter a palavra... é o candidato... Mario Covas... por favor doutor Mario ... dois minutos

Em seguida, o turno é atribuído pelo mediador – L1- a Covas que lhe dá início cometendo (FFAs), isto é, atos de cortesia valorativa (Kerbrat- Orecchioni, 2006)

direcionados àqueles que compõem seu auditório, a saber: os telespectadores e todos os presentes ao longo da interação:

L3 olha... eu quero começar agradecendo muito::...a audiência e a presença de vocês

Em seguida, Covas ressalta, mediante a apresentação de dados numéricos, a quantidade de votos que recebera na ocasião em que fora eleito como senador, os quais, conforme L3, superam todos os demais candidatos, recorrendo, assim, como estratégia de valorização de sua face positiva, aos lugares da quantidade (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005). Há que se observar que, assim como Maluf, Covas recorre à exposição de dados relativos à quantidade de votos recebidos como estratégia de valorização de sua face, numa tentativa de convencer o auditório de que é um candidato digno de credibilidade, em virtude da quantidade significativa de eleitores que lhe confiaram seus votos.

Mais adiante, cumpre ressaltar que Covas assinala, assim como Maluf o fizera em turnos anteriores, o fato de que seu oponente tivera a menor quantidade de votos recebidos em comparação a outros candidatos, no momento em que Covas assegura que L2 foi o político que chegou ao segundo turno com o menor número de votos. Com efeito, observa-se que Covas emprega o argumento quase-lógico de comparação (Perelman e Olbrechts-Tyteca) ao cotejar a quantidade de votos recebidos por seu oponente à de outros candidatos, como estratégia de ataque à face positiva de L2. Nesse caso, observa-se que Covas utiliza, mais uma vez, uma estratégia que contribui para fortalecer sua imagem na interação, em virtude do emprego do argumento de comparação, conforme postulados de Aquino (1997).

Posteriormente, Covas enfatiza que, de fato, discute propostas políticas, contradizendo o que Maluf preconizou, de forma exaustiva, ao longo de boa parte da interação, a saber: o fato de que L3 protela a discussão relativa a planos de governo, desprezando, assim, aspectos pertinentes aos tópicos estabelecidos pela organização do debate.

Com efeito, cumpre ressaltar que Covas traz a lume a discussão acerca do fato da exposição de planos de governo – assinalando que, de fato, não se recusa a abordá-los – com o propósito de proteger sua face.

Porém, no momento em que Covas enfatiza que discute planos de governo, numa atitude defensiva diante das acusações de seu oponente ao longo da interação, de que não responde a perguntas que lhe são feitas e de que não aborda assuntos pertinentes à interação, a

plateia manifesta-se, interrompendo o seu turno, numa atitude de desaprovação com relação à sua fala, ameaçando-lhe, assim, a face negativa - uma vez que as manifestações da plateia sobrepõem-se à fala de L3 – bem como sua face positiva, já que tais manifestações consistem, com efeito, em atitudes de reprovação ao discurso de Covas:

L3... eu:...fui fui candi/ prefeito uma vez em São Paulo e quando sai... fui eleito senador... com sete milhões e oitocentos mil votos... nunca até hoje alguém alcançou essa votação... nesta última eleição ... o senhor Paulo Maluf foi pro segundo turno... com a meNOR:: votação que alguém que já que alguém que já tenha ido pro segundo turno... eu discuto o programa sim ... e discuto muito(...)

[

L3 exatamente

L1 (silêncio)... eu vou garantir a palavra ao candidato, peço que não se manifeste

Diante do exposto, cumpre ressaltar que o mediador do debate – L1 - assume sua posição hierarquicamente superior, cuja finalidade é a de garantir a fala de Covas, interrompida pelas sobreposições de fala da plateia, a qual lhe assalta o turno, corroborando, assim, nossas considerações de que a interação em análise é, de fato, marcadamente polêmica, na qual os ataques derivam de todos aqueles que dela fazem parte: candidatos, mediador, plateia e jornalistas.

Ademais, há que se observar que, embora o mediador do debate interrompa as manifestações da plateia, restringindo seu desejo de pronunciar-se, ameaçando, pois, a face negativa daqueles que a compõem, verifica-se que L1 o faz mediante o uso de um modalizador: “peço”, atenuando, mais uma vez, sua ordem de silêncio.

O debate transcorre com o prosseguimento do turno de Covas que havia sido interrompido. Nesse momento, observa-se que, conquanto L3 assuma a pertinência de se discutir planos de governo, modifica, logo em seguida, o enfoque do que dissera até então: o fato de que discute questões relativas a propostas políticas. Consideramos a mudança do enfoque – no caso, a discussão de planos de governo – em razão do uso do conectivo “mas”, o qual introduz o que, de fato, Covas pretende abordar: a questão do caráter do candidato oponente e de seu passado político:

L3 eu quero discutir programa sim ... mas a Bandeirantes escolheu um tema...a bandeirantes botou quatro finalistas... exatamente pra tratar... sobre tema...sobre educação ...saúde ...segurança ... etc... mas ((grifo nosso)) eu acho que telespectador ((apontando para a câmera)) aquele que está nos (vindo) ... vai ver discussão de caráter... quer comparar os ca/candidatos que pretendem ser governador do ponto de vista do caráter de cada um...da história de cada um...dos compromissos de cada um...do que cada um fez ao longo de sua vida política...

Entre as estratégias de Erlich (1993), das quais os interactantes de interações polêmicas fazem uso, está o ato de desprezar o debate, segundo o qual o locutor faz uma abordagem do tópico sob outro enfoque, o qual difere do ponto de vista discutido.

Ao abordar a questão do caráter e do passado político de seu oponente, verifica-se que Covas – ao longo de boa parte do debate e, sobretudo, no turno sob análise – intenta convencer o auditório de que a investigação de atos passados, concernentes ao caráter e à honestidade dos candidatos, assume maior importância, embora considere que a discussão de planos de governo seja pertinente; aliás, Covas dispõe-se a isso, possivelmente, com o propósito de não ter sua face ameaçada por não discutir os tópicos em andamento.

Assim, consideramos que Covas emprega tal estratégia, a saber, a de modificar o foco do assunto do debate. De acordo com Erlich (1993, p. 48), o uso dessa estratégia demanda que aquele que dela se utiliza tenha amplo conhecimento de seu interlocutor, como suas crenças e concepções, para que seu emprego seja bem sucedido.

Com efeito, Covas possui amplo conhecimento de seu interlocutor, em razão de aludir ao seu passado político que, no caso, consiste em seu envolvimento com a ditadura. Já ressaltamos, ao longo de nossa análise, o fato de que Paulo Maluf foi filiado à ARENA, partido que sustentava a ditadura militar no Brasil. Vejamos o exemplo a seguir:

L3 outro dia... eu...de passagem vi em cima da minha mesa...uma imagem...do grande ato das diretas na Sé... peguei o Maluf e comecei a procurar... o Paulo Maluf naquele meio... ele não tava ... porque aquele ato era contra ele ... e contra todos aqueles que estavam do lado dele... aquele foi um ato de união... deste país...você... quer saber como nós nos comportamos historicamente...quer saber o que nós somos como pessoas... quer saber que tipo de comproMIssão a gente tem... que tipo de caráter e que antecedentes a gente tem... quer saber o que pensa um do outro... e quer saber o que os amigos de cada um pensam a respeito dele...

No momento em que Covas traz à memória do auditório, remetendo-o a um fato histórico como a campanha das Diretas – ato que reuniu toda a nação a favor da liberdade e do direito ao voto direto – observa-se que L3 recorre à ética em seu empenho de convencer o público de que os atos passados de Maluf vinculam sua imagem à perda do direito de votar da população e, por conseguinte, à perda de sua liberdade, em razão de seu envolvimento com a ditadura militar.

Observa-se, ainda, que o candidato emprega, novamente, um argumento fundado nas relações entre a pessoa e seus atos, segundo o qual os atos de um indivíduo colaboram para a construção de sua imagem. Em outras palavras, Covas recorre aos atos passados de seu

opponente para conduzir o auditório a inferir, a partir desses atos, os atos futuros de L2: o erigo de eleger-se como governador alguém cujo passado político vincula-se à ditadura militar, a qual cerceou um direito indiscutível, aceito, com efeito, pela maioria do auditório: o direito ao voto direto, recorrendo, assim, aos valores e crenças compartilhadas.

Por essa razão, há que se acrescentar que Covas recorre a valores como patriotismo, nacionalismo e liberdade, os quais, conforme postula Erlich (1993), consistem no apelo às emoções do auditório (1993, p. 54), estratégia que, conforme postula Aquino (1997), contribui para o fortalecimento do locutor na interação. Com efeito, tendo-se em vista o que fora exposto, Covas ampara sua argumentação nos valores que supõe serem aceitos por uma maioria, como o direito ao voto e à democracia.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) consideram, como estratégia argumentativa fundada nos lugares da quantidade, o apelo a valores que se presume serem aceitos pelo maior número, isto é, pela maioria daqueles aos quais se procura persuadir. A esse respeito, os autores fazem as seguintes considerações:

O lugar da quantidade, a superioridade do que é admitido pelo maior número, é que fundamentam certas concepções da democracia e, também, as concepções que assimilam esta ao “*senso comum*”. (2005, p.98)

Nesse sentido, consideramos que Covas emprega os lugares da quantidade como estratégia argumentativa em sua tentativa de persuasão do auditório e de ataque à face de seu oponente.

No que diz respeito à alusão, da qual L3 faz uso como estratégia de ataque à face positiva de Maluf, importa-nos ressaltar as seguintes considerações de Perelman e Olbrechts – Tyteca acerca desse recurso argumentativo, o qual, conforme postulam os autores, consiste em uma figura de comunhão pela qual o orador intenta obter a aproximação, isto é, a comunhão com o seu auditório:

As figuras de comunhão são aquelas em que, mediante procedimentos literários, o orador empenha-se em criar ou confirmar a comunhão com o auditório. Amiúde, essa comunhão é obtida mercê de referências a uma cultura, a uma tradição, a um passado comuns. (2005, p. 201)

Com efeito, Covas intenta obter a comunhão com o auditório mediante a menção de um passado comum, no caso, a luta pelo voto direto e a oposição à ditadura militar.

Importa-nos acrescentar que Covas emprega, como recurso argumentativo, a alusão, como estratégia de ataque à face positiva de Maluf, a fim de trazer a lume o vínculo entre seu oponente e a ditadura, no momento em que ressalta o fato de que L2 não participara das

campanhas pelo voto direto, porquanto, conforme destaca Covas, Maluf opunha-se às eleições diretas para presidente na campanha Diretas Já.

Porém, embora Covas enfatize que seu oponente opunha-se a tal campanha, não afirma, claramente, as razões pelas quais Maluf não aderiu à campanha, que, no caso consistem no fato de seu envolvimento com a ditadura. Acerca da alusão, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) fazem as seguintes considerações:

Há alusão quando a interpretação de um texto, se se omitisse a referência voluntária do autor a algo que ele evoca sem designar, estaria incompleta; esse algo pode consistir num acontecimento do passado, num uso ou num fato cultural, cujo conhecimento é próprio dos membros do grupo com os quais o orador busca estabelecer essa comunhão. A esses fatos culturais atribui-se em geral uma afetividade particular: enternecimento ante as lembranças, orgulho da comunidade[...] (2005, p 201)

Sem dúvida, a fim de valorizar sua face positiva em detrimento da face de seu oponente, em virtude de ter aderido à causa de um grupo, trazendo à lembrança do auditório um fato de seu conhecimento, com o qual o auditório se sensibilize, consideramos que Covas faz uso da alusão como estratégia de ataque à face de Maluf e, sobretudo, como estratégia de valorização de sua face, uma vez que, conforme salientam Perelman e Olbrechts-Tyteca em seu *Tratado da argumentação* tal recurso argumentativo confere ao orador certo prestígio: “A alusão aumenta o prestígio do orador que possui e sabe utilizar tais riquezas” (2005, p.201)

Ademais, ao enfatizar que participou das campanhas Diretas Já – em favor da democracia - pelas quais houve uma mobilização de boa parte da nação em razão do direito ao voto, em oposição à ditadura, Covas emprega, mais uma vez, como estratégia de valorização de sua face positiva, o argumento fundado na interação entre a pessoa e seus atos (Perelman e Olbrechts –Tyteca, 2005), cujo propósito é, de fato obter prestígio por meio de atos passados, no caso, o fato de ter, ao contrário de Maluf, apoiado o povo pelo direito ao voto:

Os atos anteriores e a boa reputação deles resultante tornam-se uma espécie de capital que se incorporou à pessoa, um ativo que se tem o direito de invocar para defesa pessoal. (2005, p. 341)

Desse modo, embora Covas não dê preferência à discussão de planos de governo em seu turno de conclusão, uma vez que prioriza empreender uma reflexão acerca de fatos oriundos de seu passado político e do de L2, observa-se que L3 evoca atos pelos quais se possa atribuir prestígio à sua imagem e, ao mesmo tempo, defendê-la de possíveis ataques – no caso, não priorizar a discussão de propostas políticas, devido ao fato de apresentar uma imagem com a qual o auditório se identifique: a de um político que, assim como a maioria da população brasileira, lutou pela democracia e pelos direitos elementares do povo.

A seguir, concluindo seu turno, Covas comete um ato de cortesia valorativa (FFA) destinada ao auditório e expõe sua face negativa, ao assinalar seu comprometimento em discutir planos de governo, numa tentativa de apresentar ao auditório a imagem de um político que não teme discutir aspectos de sua gestão e, sobretudo, que não foge aos tópicos propostos pelo debate, numa reação defensiva diante das acusações de seu oponente; segundo as quais L3 recusa-se a apresentar propostas políticas, não obedecendo, assim, às normas estipuladas pela organização do debate.

Por fim, Covas viola abertamente a lei da modéstia, cometendo, além disso, um FTA contra a face negativa de Maluf – visto que o desafia a cotejar seus mandatos, coagindo-o a assumir um compromisso. Outrossim, Covas ataca a face positiva de seu oponente, já que assinala que sua gestão é superior à de L2, sobretudo no momento em que L3 se refere a aspectos relativos ao âmbito social de seu governo, haja vista que, conforme Covas ressalta, os investimentos na área social, oferecidos por Maluf ao povo, estão muito aquém do que Covas realizou em seu governo:

L3 eu quero agradecer muito a vocês...to disposto a discutir programa a hora que for necessário... Não temo...pode o candidato Paulo Maluf escolher o terreno que quiser...comparar o meu governo com o governo dele como governador... em qualquer área que ele escolher... eu estou ... bem na frente... MAS MUITO na frente ...em qualquer área ... e nas sociais então...é...de...lavada ((palmas do auditório))

Encerrando o debate, o turno é atribuído pelo mediador - L1- a Maluf, por meio do qual, assim como Covas, expõem-se suas considerações finais:

L2 eu agradeço...a audiência de você na sua casa... peço desculpas...se:: ...em algum momento... eu tive que me exceder... porque eu vim aqui só...pra discutir plano de governo... e não pra abaixar o nível do debate... mas o mundo....é daqueles que acreditam o mundo é daqueles que lutam... o mundo... não é daqueles que se abatem facilmente ... eu creio muito nas palavras...do grande poeta brasileiro Gonçalves Dias... na sua canção do Tamoio que diz... “a vida é um combate... que aos fracos abate... e aos fortes e aos bravos só pode exaltar”... quantas... eleições eu perdi...pra chegar até aqui... mas cheguei até aqui graças a Deus pra lutar por você...

Ao iniciar seu turno, observa-se que L2 realiza, assim como o candidato oponente, um FFA, ato de cortesia valorativa (Kerbrat-Orecchioni, 2006), destinado aos telespectadores do debate e, em seguida, expõe sua face positiva, ao cometer um ato que consiste em uma ameaça à face negativa de quem o emprega, conforme assinalam Brown e Levinson; no caso, o pedido de desculpas.

Há que se observar que, embora Maluf acometa sua própria face ao assumir que cometera excessos, os quais, com efeito, consistem em atos descortesia, L2 apela às desculpas, na tentativa de salvaguardar sua face e de apresentar ao auditório a imagem de um político cujo discurso não se restringe a ataques à face alheia.

Vale ressaltar ainda que Maluf procura justificar seus excessos recorrendo ao fato de que teve de se exceder em função dos ataques de seu adversário, cometendo, assim, um FTA contra a face de seu oponente, Mario Covas, em virtude de acusá-lo de cometer atos de descortesia em demasiado, o qual, conforme ressalta L2, “abaixou o nível do debate”; assinalando, além disso, que seu propósito é, tão somente, discutir questões relativas a planos de governo. Em outras palavras, cumpre observar que Maluf reitera a *linha* (Goffman, 1967) de um político cortês, cujo objetivo é, de fato, obedecer às normas estabelecidas pelo debate, não fundamentando seu discurso em meros atos de descortesia.

Acerca o pedido de desculpas, Kerbrat – Orecchioni (2006, p. 128) assinala que tal conduta é, com efeito, “desencadeada por um ato prévio de ofensa.”. Há que acrescentar que, conforme ressalta a autora, a realização do pedido de desculpas pode se dar de maneira explícita ou implícita. No caso em análise, o fato de Maluf desculpar-se – aliás, tal ato de reparação ocorre de forma explícita - é suscitado por um ato prévio, o qual, por sua vez, serve como justificativa, a saber: as ofensas de seu oponente que, conforme assinala L2, levaram-no a exceder-se.

Não obstante, cumpre ressaltar que, na tentativa de proteger sua face, utilizando-se do ato de desculpas como estratégia de defesa, em virtude de assumir ter cometido atos de descortesia em função dos ataques de L3; Maluf acaba comprometendo sua face negativa. Vejamos as considerações de Kerbrat – Orecchioni (2006) a esse respeito:

Se desculpar (“banalmente” ou não) é sempre uma maneira de renegar a si mesmo e de se rebaixar diante do outro. (2006, p.131)

Mais adiante, observa-se que Maluf faz uso da citação do trecho da primeira estrofe de um poema de Gonçalves Dias, cuja finalidade não é, de fato, fundamentar seu discurso mediante a autoridade do poeta, a fim de justificar um fato, conferindo respaldo ao seu discurso. Diante do exposto, consideramos que Maluf faz uso da citação para levar o auditório a inferir que, assim como o herói do poema, L2 não se deixa abater pelas adversidades, apresentando-se como um político forte e decidido; para, a qualquer custo, lutar pelos cidadãos, embora ameace sua própria face positiva ao confessar que perdera diversas eleições.

De acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), em ocasiões nas quais citações são empregadas sem que se intente, por meio de seu uso, amparar-se um discurso no prestígio de sua autoridade, consideram-se tais citações como casos de figuras de comunhão, por meio das quais o orador busca aproximar-se do auditório:

A citação só é uma figura de comunhão quando não serve ao que é sua função normal, a saber: apoiar o que se diz com o peso de uma autoridade (2005, p.201)

Cumprir observar que Maluf emprega tal citação – um poema épico da Literatura Brasileira – numa tentativa de valorizar, assim, sua face positiva, bem como para mostrar ao auditório que possui certa cultura e extremo apreço à sua nação, como tivera Gonçalves Dias, o qual enalteceu a cultura brasileira por meio de suas obras.

Posteriormente, observa-se que Maluf recorre, novamente, aos valores cristãos, aceitos por uma parcela significativa da população, no momento em que se refere a Deus e agradece-o por suas conquistas, apelando, assim, mais uma vez, para as crenças e valores que se supõe serem aceitos pelo auditório.

Dando prosseguimento ao seu turno, Maluf executa mais um (FFA), ato de cortesia valorativa (Kerbrat-Orecchioni, 2006), destinada aos eleitores como estratégia de valorização de sua própria face, em razão de apresentar-se como um político cortês e, em seguida, expõe suas inúmeras obras públicas efetuadas em prol do bem estar da população ao longo de seus mandatos, assinalando o fato de que trouxe inúmeros benefícios para a cidade de São Paulo.

Com efeito, observa-se que Maluf apresenta aspectos positivos diversos, relativos às contribuições que fez aos cidadãos, ao apresentar tudo o que empreendeu em suas gestões, como mais uma estratégia de valorização de sua face positiva. Além disso, cumpre ressaltar que L2 intenta apresentar a linha de conduta de um político empreendedor, isto é, um candidato ao qual se deve conferir credibilidade, em virtude das diversas obras e projetos sociais que ofereceu à população ao longo de seus mandatos.

L2 sim eu agradeço o seu voto em noventa e dois pra prefeito...fui um bom prefeito da cidade de São Paulo... quantas vezes... eu disse... e quantas vezes você viu... São Paulo mudou... São Paulo mudou graças a Deus não só pelas suas avenidas... pelos seus túneis avenidas pontes áreas verdes... mas São Paulo mudou... pelos seus projetos sociais que eu implantei... o Paz... o Cingapura... o Leve Leite... e outros projetos...

Finalizando suas considerações, Maluf coloca sua própria face negativa sob ameaça ao comprometer-se em não decepcionar seus eleitores, bem como pelo fato de assumir o compromisso de ser o melhor governador que São Paulo já teve, caso seja eleito.

L2 eu vim sim... pedir seu voto...e eu acredito... posso garantir a você... que com o seu voto... eu não vou lhe decepcionar... quero ser um bom ou senão o melhor governador que São Paulo já teve... eu amo esse estado... eu amo você ... eu amo tudo aquilo que eu realizei... ((risos e gritos da plateia)) e se alguma vez... eu não soube... extravasar esse amor... eu quero que você me desculpe... porque eu quero... de maneira plena... e de maneira ilimitada dizer... eu amo São Paulo muito obrigada ((palmas do auditório)).

Verifica-se que Maluf apela à emoção (Erlich,1993), numa tentativa final de persuadir o auditório, repetindo, de forma significativa, que ama o estado de São Paulo, bem como a cidade de São Paulo e até mesmo seus telespectadores. A esse respeito, consideramos que Maluf emprega, mais uma vez, uma figura de presença (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005), mediante a repetição exaustiva de que seu amor é ilimitado.

Todavia, o apelo em demasiado às emoções do público pode, com efeito, tornar o discurso do orador frágil, fato corroborado pela manifestação da plateia, a qual comete atos de ataque à face positiva de Maluf – por meio de risadas e vaias - no momento em que, ao que nos parece, o candidato aparenta não conseguir expor argumentos com os quais possa persuadir o auditório na conclusão de sua fala, limitando-se, pois, a finalizar seu turno apelando, sobremaneira, ao *pathos*¹⁸ do auditório.

Desse modo, importa-nos ressaltar que o apelo excessivo ao *pathos*, isto é, às emoções do auditório, configura-se como um ato que, se cometido em demasiado, contribui para ameaçar a face daquele que o utiliza.

O debate termina com o ápice das intromissões da plateia – cujos membros não estão autorizados a pronunciarem-se – em que se observa o momento no qual o mediador faz uso, de forma incisiva, de seu poder numa interação deveras polêmica, na qual, a despeito de regras, aquele que ocupa uma posição superior perante os demais interlocutores tem sua face negativa ameaçada pelo fato de não conseguir falar diante das sobreposições de vozes e assaltos ao seu turno.

¹⁸ Conceito oriundo da retórica aristotélica designado como uma das três provas das quais o orador faz uso em seu trabalho de persuasão. De acordo com Reboul (2004, p. 47), o *pathos* consiste em um tipo de prova de cunho afetivo, cujo fim é despertar as emoções do público.

Assim, L1 solicita que o microfone da plateia seja cortado. Nesse caso, cumpre ressaltar que a descortesia da plateia – cuja manifestação sobrepõe-se à fala do mediador, impedindo-o de falar – acarreta em sanções pelas quais o mediador ameaça a face daqueles que a compõem e, por conseguinte, L1 expõe sua própria face, em virtude de poder ser-lhe atribuída a imagem de um jornalista autoritário. Vejamos os últimos momentos do sexto bloco, em que a polêmica na interação acentua-se sobremaneira:

L1 bom...por favor...((manifestações da plateia – L1 não consegue falar))

[

Plateia: ((gritos))

L1 bom...vamos em frente...por favor...por favor...corte o som...corte o som()...corte o SOM...EI...o som tá cortado? o som tá cortado?... manifestações...por favor...silêncio no plenário...o som está cortado...não adiantou nada...

7. RESULTADOS DAS ANÁLISES

Antes de procedermos à exposição dos resultados das análises dos blocos, importa-nos ressaltar que não é nosso objetivo apresentar um resumo de cada bloco do debate, mas, sobretudo, ressaltar os recursos discursivos recorrentes e mais significativos dos quais os interactantes fizeram uso como estratégias de ataque, valorização e defesa da face ao longo da interação. Desse modo, consideramos a necessidade de expormos, entre as estratégias discursivas empregadas pelos participantes em seu emprego agressivo do trabalho de face, aquelas cuja ocorrência mostrou-se relevante para que possamos esclarecer, da melhor forma, quais recursos argumentativos foram empregados pelos interlocutores, majoritariamente, na gestão de suas faces em um tipo de interação marcadamente polêmica.

No primeiro bloco, constituído por respostas de ambos os candidatos às perguntas feitas pelo mediador do debate, observamos que os atos de descortesia destinados à face do candidato oponente, ao contrário dos blocos subsequentes, não ocorreram. De fato, nesse primeiro bloco, o objetivo de ambos os candidatos foi, conforme a observação das estratégias empregadas, a valorização da própria face. Assim, observamos majoritariamente o emprego de estratégias de valorização da face e a ocorrência de atos de cortesia positiva (FFAs) direcionados ao auditório e, até mesmo, ao adversário, pelos dois candidatos. Vimos que Maluf fez uso dos lugares da quantidade, do argumento de justiça e do apelo a dados documentados como estratégias de valorização de sua face, ao passo que Covas empregou os argumento de comparação e o argumento pelo modelo (Perelman e Olbrechts – Tyteca, 2005), como mecanismos de valorização de sua face. Cumpre ressaltar que, nesse bloco, não observamos fugas do tópico proposto pelo mediador do debate.

No segundo bloco, no qual se propôs aos candidatos que respondessem a perguntas feitas por jornalistas, referentes a questões sorteadas pelo mediador do debate, a interação tomou um rumo diverso, tornando-se mais polêmica. Nesse bloco, os ataques à face do candidato oponente se iniciam de forma indireta (*off record*) ou por meio de modalizadores, para, mais adiante, configurarem-se em ataques diretos (*on record*) e sem atenuadores. Outrossim, observamos estratégias diversas de defesa e de valorização da própria face.

Importa-nos ressaltar que, já no segundo bloco, Covas comete atos de descortesia direcionados à face de seu oponente por meio da ironia – aspecto de seu discurso que merece ser pontuado – veiculada pelo riso, fazendo uso de argumentos de autoridade, de contradição

e incompatibilidade, bem como do apelo ao ridículo e à refutação (Erlich), como estratégias de ataque à face de Maluf. Vimos como estratégias de defesa e valorização da face, empreendidas por Covas, o apelo aos lugares da quantidade.

Consideramos, conforme os postulados de Aquino (1997), o uso do argumento de autoridade, o apelo ao engenho – mediante o emprego da ironia – e o emprego da refutação como estratégias que colaboraram para o fortalecimento da imagem de Covas nesse bloco, que, por conseguinte, afiguram-se, com efeito, como estratégias de valorização de sua face diante do auditório.

No que diz respeito ao discurso de Maluf, observamos o emprego de argumentos de autoridade – recorrendo-se ao prestígio de jornais e instituições idôneas – o apelo a dados documentados, bem como o uso da figura de comunhão por meio de uma pergunta retórica, como estratégias de ataque à face de Covas.

Diante disso, há que se observar que o emprego da pergunta retórica, do argumento de autoridade e do apelo aos dados documentados consistem em procedimentos de valorização da face de Maluf, em função de afigurarem-se como estratégias que contribuem para o fortalecimento da imagem do locutor. (Aquino, 1997).

Por fim, com relação ao segundo bloco, importa-nos ressaltar, que as manifestações da plateia – pelas quais se ameaçam as faces negativa e positiva de ambos os candidatos – já são observadas de modo significativo.

Quanto ao terceiro bloco do debate, no qual a polêmica na interação intensifica-se – com relação aos blocos anteriores – em função do aumento da ocorrência de atos de descortesia, observamos que ambos os candidatos começam a traçar uma *linha* (Goffman, 1967), atribuída ao adversário, à qual recorrem, ao longo de toda interação, a partir desse bloco, a fim de atacar à face do oponente. Em outras palavras, nesse momento da interação, verificamos que Covas passa a fundamentar seus ataques no apelo à ética, em razão de atribuir a Maluf a imagem de um político desonesto, ao passo que Maluf mobiliza seu discurso na seguinte direção: atribuir a Covas a imagem de um político que fundamenta seu discurso em atos de descortesia em demasiado, atribuindo-lhe, pois, a imagem de um candidato, sobremaneira, descortês, o qual não discute planos de governo em virtude de fugir dos tópicos propostos no debate.

Desse modo, importa-nos ressaltar as estratégias das quais ambos os candidatos fizeram uso no emprego agressivo de seu trabalho de face, o qual, como já assinalamos, intensifica-se a partir do terceiro bloco.

Assim, verificamos que Covas empregou, como estratégias de ataque à face de Maluf, recursos diversos, como: argumentos de autoridade, citação de fala de outros políticos – aliás, esse recurso é utilizado por ambos os candidatos; a ironia – potencializada pelo riso – argumentos baseados em dados documentados, bem como o procedimento de retificação do enunciado alheio e o argumento baseado na interação entre a pessoa e seus atos.

Observamos que Covas procedeu à exposição de sua imagem, cometendo atos ameaçadores à sua face negativa, em virtude de assumir compromissos por meio da comparação de sua gestão à de Maluf. Há que se acrescentar que, nesse bloco, Covas recorreu à ética – a qual, como vimos, permeia seus atos de ataques destinados à imagem de Maluf – de forma significativa, como estratégia de ataque à face de L2. A partir desse bloco, cumpre ainda observar que Covas cometeu atos que colaboraram para o enfraquecimento de sua imagem, em virtude de retardar o debate e não responder à pergunta no tempo estipulado, em razão de cometer atos de descortesia à imagem do oponente em lugar de abordar o tópico estabelecido pelo mediador do debate, fato do qual Maluf se aproveitou para atribuir a L3 a linha de conduta de um político descortês que foge ao debate.

No que diz respeito às estratégias de valorização da face, consideramos, conforme os estudos de (Aquino, 1997) que o emprego de dados documentados, do argumento de autoridade, do apelo à razão e ao engenho, com o uso de procedimentos como a ironia, bem como pelo uso de pergunta retórica, consistem em estratégias que colaboraram para o fortalecimento da imagem de Covas na interação, em detrimento da imagem de L2, de modo que o emprego de tais recursos, mobilizados pelo discurso de Covas, constituem-se em estratégias de valorização de sua face diante do auditório.

Quanto à maneira pela qual Covas reagiu aos ataques que lhe foram destinados, observamos que L3 assumiu, o mais das vezes, uma reação ofensiva aos FTAs direcionados à sua face. Observamos, ainda, que Covas cometeu FTAs diretos (*on record*) sem atenuadores à face do oponente, assegurando que seu adversário não fez nada durante suas gestões.

Cumpramos ressaltar, ainda, que Covas teve sua face ameaçada pelo mediador – o qual lhe aplicou sanções nesse terceiro bloco, em virtude da ocorrência significativa de FTAs que L3 cometeu – bem como pelo jornalista incumbido de fazer-lhe perguntas relativas ao tópico

proposto pelo mediador; e, sobretudo, verificamos que Covas foi alvo de ameaças da plateia, cujas manifestações ameaçaram-lhe a face positiva e negativa, corroborando nossas considerações de que, à medida que o debate prossegue, a interação torna-se cada vez mais polêmica, em razão do fato de que os ataques afloram de todas as partes: mediador, jornalistas, plateia e candidato adversário.

Quanto a Maluf, como vimos, na tentativa de construir para si a linha de conduta de um político cortês - ao contrário de seu oponente, verificamos a presença de um ato de cortesia valorativa (FFA), destinada à figura de um político (ACM) que, conforme dissera Covas, havia processado Maluf e lhe acusado de corrupção. Nesse caso, consideramos que o emprego da cortesia por Maluf consiste em uma estratégia de valorização de sua própria face - na medida em que L2 procurou apresentar ao auditório a imagem de um político comedido e cortês - bem como de defesa, diante dos ataques de Covas. Assim, observamos uma reação defensiva de Maluf diante dos atos de descortesia que lhe foram destinados.

Porém, vimos que, conquanto Maluf tenha buscado, ao longo da interação, construir a linha à qual nos referimos, cometeu, assim como Covas, atos diversos de descortesia, assumindo, até o final do bloco, uma orientação ofensiva.

Entre as estratégias de ataque, das quais Maluf faz uso nesse bloco, observamos o emprego do argumento de contradição e incompatibilidade, o apelo aos valores e crenças compartilhadas pelo auditório, o emprego da figura de presença, mediante a repetição, argumentos de autoridade - recorrendo ao prestígio de jornais e da fala de políticos - o uso do argumento fundado na relação entre a pessoa e seus atos, argumentos de comparação, argumentos baseados em dados documentados, antecipação a possíveis objeções do adversário, apelo à ética (Erlich), no momento em que acusa Covas de superfaturamento, além do emprego de pergunta retórica e da argumentação fundada nos lugares da quantidade.

Cumpramos ressaltar que, nesse bloco, Maluf atribui a Covas a imagem de um político demasiado descortês e incoerente no que se refere ao que diz e faz, o qual, ademais, conforme assinala L2, fugiu dos tópicos como tática ou estratégia.

Entre os diversos recursos acima elencados, dos quais Maluf fez uso nesse bloco do debate, consideramos alguns que colaboram para o fortalecimento de sua imagem, constituindo-se, também, em estratégias de valorização de sua face. Nesse caso, observamos o argumento de comparação, os argumentos de autoridade, o emprego da pergunta retórica, o apelo à repetição, bem como o uso de dados documentados e a antecipação a possíveis

objeções – sendo que os dois últimos recursos foram empregados, também, como estratégias de defesa de sua face.

Destarte, observa-se que um mesmo recurso argumentativo pode colaborar para o ataque à face alheia, bem como contribui para a valorização ou defesa da face de quem o empregou, denotando, assim, a complexidade desse tipo de interação. Observamos, também, que Maluf ameaçou a própria face positiva, no momento em que cometeu um ato de confissão, ao passo que comprometeu sua face negativa, ao se dispor a discutir sua gestão futura, caso fosse eleito.

A partir desse bloco, observamos que Maluf não deseja discutir seus mandatos passados, em virtude de terem ocorrido há dezesseis anos. Tal negação persiste, como verificamos, até o fim do debate, a qual consideramos uma orientação defensiva de Maluf – isto é, uma estratégia de defesa – diante da insistência de Covas em discutir o passado de L2, que se acentua à medida que o debate prossegue, chegando ao seu ápice no sexto bloco, momento em que Covas dedica todo o seu turno para discutir o passado de Maluf.

Ainda com relação ao terceiro bloco, observamos que ambos os candidatos violaram abertamente a lei da modéstia, na tentativa de valorizarem sua face diante do auditório. Cumpre ressaltar que as manifestações da plateia acentuaram-se mais, com relação ao anterior, visto que no primeiro bloco, tal ocorrência foi praticamente nula, corroborando nossa afirmação de que a polêmica no discurso eleva-se de forma significativa na passagem de um bloco ao outro.

No quarto bloco do debate, os candidatos foram novamente entrevistados pelos jornalistas que lhe fizeram perguntas sorteadas pelo mediador. Logo em seu início, observamos uma pergunta feita pelo jornalista convidado, o qual empregou, a fim de abster-se da responsabilidade de suas asserções – a citação da fala de um ministro, no momento em que afirmou que o modelo de reforma agrária estava falido. A esse respeito, cumpre assinalar que a citação da fala de outrem, bastante recorrente nesse tipo de interação, deu-se, também, por jornalistas, que, assim como os candidatos, como vimos, pretendem salvaguardar sua face.

Nesse bloco, observamos ainda o emprego da cortesia valorativa por Maluf, com FFAs destinados ao jornalista que o questionou e aos telespectadores, por meio da qual L2 buscou construir para si a imagem de um político cortês. Entretanto, os ataques à face do candidato oponente prosseguiram, mediante o emprego de figuras de presença (repetição) e comunhão (L2 convida o auditório a deliberar a respeito da insegurança na gestão de Covas), do

argumento de comparação, com o qual L2 cotejou a quantidade de votos recebidos em relação a L3; refutação e argumentos de autoridade - mediante a citação de fala de juiz e exposição de reportagens veiculadas por jornais idôneos.

Além desses recursos, observamos ainda que Maluf reiterou, nesse bloco, a linha de conduta pela qual pretendeu levar Covas ao descrédito frente ao auditório: a de que seu oponente não discute planos de governos e foge dos tópicos, desafiando - lhe a discutir sua gestão, ameaçando-lhe, pois, a face negativa. Entretanto, observamos que Maluf voltou a recusar-se, nesse bloco, assim como no anterior, a discutir seu mandato que ocorrera há dezesseis anos, na ocasião do debate; negando-se, assim, a discutir seu passado político.

Como estratégias de valorização de sua face, observamos que Maluf antecipou-se a possíveis objeções; apelou às crenças e valores compartilhados: como o direito à propriedade (produtiva), no momento em que discutia a questão da reforma agrária; apelou à fé e ao cristianismo e empregou o lugar da quantidade, assinalando a quantidade de votos recebidos em eleições.

Ainda no que diz respeito ao discurso de Maluf, observamos que, nesse bloco, a plateia voltou a manifestar-se, ameaçando-lhe, pois, a face negativa, em razão de interromper o turno de L2. Quanto à reação de Maluf aos ataques do candidato oponente, cumpre ressaltar que essa se deu, o mais das vezes, de forma ofensiva.

No que diz respeito à fala de Covas, há que se ressaltar que o candidato fez uso de recursos argumentativos diversos com o propósito de denegrir a imagem de seu oponente, tais como: apelo a reportagens de jornais, argumentos de comparação – e, nesse caso, observamos diversas ocorrências; emprego dos lugares da quantidade, cotejando dados relativos ao número de desempregados em sua gestão relativamente à gestão de L2; bem como a citação da fala de outrem – no caso, o secretário de segurança de Maluf – como estratégias de ataque à face de L2.

Cumpre ressaltar ainda que, no momento em que teve sua face sob ameaça, em virtude da pergunta que lhe foi feita pelo jornalista (Fernando Mitri), Covas reagiu de forma defensiva, apresentando, sobremaneira, dados numéricos, relativos à sua gestão, conferindo certa objetividade ao seu discurso em razão de aproximá-lo ao raciocínio lógico. Por outro lado, na maioria de seus turnos, sua orientação foi, de fato, ofensiva diante dos atos de descortesia que lhe foram destinados.

Quanto às estratégias de valorização da face das quais Covas fez uso, consideramos o emprego significativo de argumentos de comparação e do apelo aos lugares da quantidade – por meio dos quais L3 buscou apresentar ao auditório a linha de conduta de um candidato empreendedor, que oferece serviços dignos à população em virtude da quantidade de policiais contratados, os quais, segundo Covas, superam países e cidades cujo IDH é superior ao de São Paulo.

Cumpra assinalar ainda que Covas violou, em demasiado, a lei da modéstia em sua tentativa de valorizar sua face, fato avaliado pela plateia de modo negativo. A esse respeito, verificamos que, de fato, nesse momento do debate – no qual Covas enalteceu suas contribuições à sociedade, as manifestações da plateia se intensificaram, fato que levou o candidato a solicitar que o mediador do debate interviesse – fazendo uso de sua autoridade nesse tipo de interação assimétrica – a fim de manter certo equilíbrio na interação, uma vez que Covas praticamente não conseguiu, como vimos, concluir seus turnos em função das vaias e gritos da plateia, a qual ameaçou, com efeito, a face positiva e negativa de L3. Por fim, ainda no que diz respeito à fala de Covas, verificamos que, mais uma vez, o candidato comprometeu-se a discutir seu governo e, sobretudo, comparar sua gestão à de seu oponente.

Quanto ao quinto bloco do debate, constituído por perguntas entre os candidatos ao governo, verificamos que os atos de ameaça cometidos por Covas à face de Maluf intensificam-se, chegando ao seu auge. Além disso, observamos, de forma significativa, estratégias diversas de defesa da face empregadas pelo candidato Paulo Maluf, em função dos ataques que lhe foram destinados.

Nesse bloco, verificamos, claramente, que a linha de conduta de ambos os candidatos, construída e apresentada ao longo do debate, reforça-se: Covas recorre ao passado de Maluf – remetendo-nos ao seu envolvimento com a ditadura e aos gastos exorbitantes do dinheiro público – a fim de atribuir-lhe a imagem de um político desonesto e preconceituoso, chegando a compará-lo a ditadores, numa tentativa de conduzir o auditório a deliberar acerca dos riscos de eleger-se um político ao qual se atribuem tais características. Maluf, por sua vez, reforça suas acusações de que seu oponente pauta seu discurso em meros ataques e nega-se a discutir planos de governo.

Entre as estratégias discursivas das quais Maluf fez uso, nesse bloco, observamos o emprego de argumentos de autoridade – como estratégias de ataque à face de Covas; o apelo à razão, mediante os procedimentos de retificação e refutação; argumentos de comparação;

emprego de perguntas retóricas, destinadas ao oponente e ao auditório, (como estratégia de ataque à face de Covas).

Embora tenhamos observado, em sua maioria, reações ofensivas de Maluf diante dos ataques de Covas, verificamos, não obstante, estratégias de defesa de sua face, no momento em que L2 é acusado por L3 de preconceito contra as mulheres, negros, deficientes, bem como de ser a favor ao aborto. Entre tais estratégias, vimos que Maluf procedeu ao emprego de procedimentos de refutação – apelo à razão – e ao apelo ao *pathos*, isto é, às emoções do auditório, no momento em que L2 recorre a valores e crenças partilhadas por uma maioria, ao apresentar a imagem de um político cristão, o qual tem grande apreço à família e aos negros.

Entre as estratégias que contribuíram para valorizar a face de Maluf, consideramos o uso dos argumentos de autoridade, o apelo à razão, o emprego de perguntas retóricas, entre outras, conforme os postulados de Aquino (1997), acerca dos atos que contribuem para a valorização da imagem do locutor na interação.

No que diz respeito ao discurso de Covas, acerca das estratégias de ataque à face de seu oponente, verificamos que L3 empregou, novamente, argumentos de autoridade – citando informações oriundas de jornais idôneos; argumentos de contradição e incompatibilidade e de justiça, a fim de apresentar a incoerência entre o que Maluf diz e, efetivamente, faz; argumento baseado em dados documentados, emprego de ironia, apelando ao engenho; emprego de perguntas retóricas, destinadas a L2; além do emprego de citações de afirmações comprometedoras de L2.

No caso do emprego de tais citações, observamos que Covas fez uso do discurso de seu oponente para denegrir - lhe a imagem, apelando para a ética, questionando, ademais, a honestidade e o caráter de Maluf. Desse modo, verificamos que Covas fez uso de um procedimento postulado por Erlich (1993) que consiste em recordar o interlocutor de algo que sabe: no caso, as considerações preconceituosas de Maluf contra a mulher, os negros, deficientes e a suposta apologia ao aborto, de acordo com as acusações de L3.

Cumpramos ressaltar ainda que, nesse bloco, Covas reagiu de forma ofensiva aos ataques de Maluf produzindo atos de descortesia com o intento de desconstruir a imagem que Maluf procurou apresentar ao público: a de um político cristão e que preza a família. Observamos que Covas fez uso de procedimentos que colaboraram para que o auditório atribuísse a Maluf a linha de conduta de um político desonesto – que desperdiça dinheiro público e favorece empreiteiras - cujo caráter é questionável, tais como: o argumento fundado na interação entre

a pessoa e seus atos e os que recorrem a valores e crenças compartilhadas pela maioria, sobretudo no momento em que Covas vinculou a imagem de Maluf à ditadura – comparando-o com ditadores – e à intolerância às minorias.

Por fim, no que diz respeito às estratégias de valorização da face, observamos que Covas recorreu ao engenho – uso da ironia – bem como a argumentos de autoridade, comparação, ao apelo à razão, além da apresentação de dados numéricos e estatísticos, entre outros recursos, assim como nos outros blocos.

No sexto bloco, no qual foi conferido aos candidatos o direito de fazer suas últimas considerações acerca do debate, observamos, claramente, que ambos os candidatos reiteraram a linha de conduta (Goffman, 1967), a qual procuraram apresentar ao auditório, bem como a que atribuíram ao candidato oponente.

Em outras palavras, nesse momento da interação, verificamos que, embora Covas tenha ressaltado a importância de se discutir planos de governo – proposta apresentada pelo debate –, modificou, logo no início de seu turno de conclusão, o enfoque de seu discurso, focando-o na discussão do caráter e honestidade de Maluf, recorrendo, assim, ao passado político de L2 ; discussão que, como vimos, Maluf protelou ao longo de boa parte da interação: suas gestões passadas.

Assim, observamos que Covas emprega diversas estratégias de ataque à face do oponente, como a alusão ao seu envolvimento com a ditadura e, por conseguinte, sua oposição às campanhas pelo voto direto; o apelo à ética; o apelo a valores e crenças compartilhadas pelo auditório, como o direito ao voto e à liberdade; o apelo para as emoções do auditório, ao recorrer a valores como a liberdade e o patriotismo ; bem como utiliza-se do argumento fundado nas relações entre a pessoa e seus atos, no momento em que menciona os atos passados de Maluf.

Ademais, observamos que Covas comete diversos FTAs à face de Maluf, fazendo uso, como estratégias de ataque à face de L2, do argumento de comparação, no momento em que mencionou que seu oponente foi o político que obtivera a menor quantidade de votos com relação a outros candidatos.

Quanto às estratégias de valorização de sua face, observamos que Covas recorreu aos lugares da quantidade – apresentando dados relativos à quantidade de votos que recebera – bem como cometeu FFAs direcionados à audiência do debate e àqueles que participaram da interação, numa tentativa de afastar-se da linha de conduta que Maluf lhe atribuiu ao longo do

debate: a de um político descortês. A esse respeito, há que se ressaltar, ainda, no que se refere às estratégias de defesa empregadas por Covas, o fato de que o candidato assinalou que discute, de fato, programas de governo; assumindo, aliás, o compromisso de comparar sua gestão a de Maluf, ameaçando, pois, sua face negativa e a do oponente, L2.

Vale ressaltar ainda que o emprego do argumento de comparação, o apelo à ética, às emoções, bem como à alusão; colaboraram, de fato, para o fortalecimento da imagem de L3 (Aquino, 1997) e, por conseguinte, constituíram-se em uma estratégia de valorização de sua face no último bloco do debate.

Além disso, verificamos que o emprego do argumento fundado entre a relação da pessoa e seus atos, do qual Covas fez uso, foi empregado, sob outro viés: no caso, para a valorização de sua própria face – no momento em que L2 assinala sua participação nas campanhas pelo voto direto para presidente – fato que contribuiu para que se atribuam valores positivos à sua imagem em virtude de tal ato.

Importa-nos ressaltar, ainda, que as manifestações da plateia voltam a aparecer, interrompendo o turno de L3 - ameaçando-lhe as faces positiva e negativa - o qual foi retomado por meio da intervenção do mediador.

Por fim, observamos as considerações finais de Maluf pelas quais verificamos a linha de conduta atribuída ao candidato oponente – reiterada pelos FTAs que Maluf lhe destinou, referentes ao fato de que Covas insistiu em protelar a discussão de planos de governo e fundamentou seu discurso em atos de descortesia, no momento em que L2 lhe acusa de “abaixar o nível do debate”.

Por outro lado, vimos que Maluf reiterou, nesse sexto bloco, a linha de conduta que estabeleceu para si e que pretendeu apresentar ao auditório: a de um político cortês, preocupado em discutir questões relativas a propostas políticas e, sobretudo, empreendedor, em virtude de ressaltar sua obras – túneis, avenidas, entre outros – em prol da população.

Desse modo, observamos, como estratégias de valorização de sua face, recursos diversos, como o emprego da cortesia valorativa (FFAs), direcionados à face dos eleitores, o apelo à religião e, portanto, às crenças que L2 supôs serem aceitas pela maioria; e, sobretudo, o apelo à emoção, enfatizado pela repetição (figura de presença) de que ama a cidade de São Paulo, de forma excessiva, visto que, nesse momento da interação, observamos que a plateia exaltou-se e suas manifestações sobrepuseram-se ao turno de L2, ameaçando-lhe, pois, sua face positiva e negativa.

Em suas considerações finais, mais uma vez, ao emprego de uma figura de comunhão por meio da citação de um poeta da Literatura Brasileira, pela qual consideramos que L2 procura mostrar, assim como Gonçalves Dias, seu apreço pela nação.

Como estratégias de defesa, Maluf empregou o pedido de desculpas, pelo fato de ter se excedido durante a interação, numa tentativa de reforçar a imagem que pretendeu apresentar ao auditório: a de um político cortês. Por fim, na tentativa de obter a adesão do auditório, vale assinalar que L2 ameaça sua própria face negativa, comprometendo-se em ser o melhor governador da cidade de São Paulo, violando, por conseguinte, a lei da modéstia.

O debate termina com o pedidos do mediador à plateia para que não se manifeste. Entretanto, a despeito dos inúmeros pedidos de L1, falas de membros da plateia sobrepuseram-se à fala de L1 que, por sua vez, ordenou à organização do debate que cortasse o microfone para que pudesse, enfim, concluir seu turno. Sob esse aspecto, cumpre observarmos que as manifestações da plateia colaboraram para que a polêmica na interação fosse acentuada, uma vez que, em momentos diversos, suas manifestações ameaçaram as faces dos candidatos, bem como a do próprio mediador do debate. Além disso, observamos que a polêmica e os ataques à face acentuaram-se à medida que a manifestação da plateia aumentou. Em outras palavras, verificamos que, ao passo que a polêmica na interação aumentou, na passagem de um bloco ao outro, as manifestações da plateia intensificaram-se, chegando ao seu auge com o término do debate, no momento em que o desequilíbrio na interação alcançou seu apogeu, culminando no corte do microfone por L1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o emprego das estratégias de ataque, defesa e valorização das faces empregadas em um ambiente de interação marcadamente polêmica. Desse modo, consideramos, como aporte teórico, as contribuições da Pragmática – acerca da teoria das faces – bem como da Teoria da Argumentação (Perelman e Olbrechts – Tyteca), em razão do fato de que, no discurso em análise, o emprego agressivo do trabalho de face cumpre, com efeito, finalidades persuasivas. Em outras palavras, consideramos que os atos de descortesia ocorrem de forma deliberada, cujo objetivo é denegrir a imagem do outro.

Desse modo, para uma análise dos recursos discursivos empregados em interações polêmicas, a investigação do trabalho de face, atrelada à questão da argumentação, mostrou-se imprescindível para o exame desse tipo de interação.

Nos estudos acerca da (des)cortesia de Brown e Levinson, verificamos que ambos os autores elencam três formas pelas quais atos de ameaça à face – e, portanto, atos de descortesia – são desencadeados: pela urgência em se comunicar algo, em casos nos quais a ameaça não é significativa, como em pedidos e oferecimentos, e, por fim, em interações do tipo assimétrica, nas quais aquele que comete ataques à face alheia ocupa uma posição hierarquicamente superior na interação, não lhe acarretando, pois, grandes prejuízos.

Contudo, constatamos, por meio de nossas análises, que os três motivos apresentados por Brown e Levinson não são suficientes para explicar as razões pelas quais atos de descortesia são desencadeados. Com efeito, a questão da assimetria na interação colaborou, com efeito, para que atos de descortesia fossem desencadeados, em ocasiões diversas, sem que se recorresse, em alguns momentos, a procedimentos de atenuação que pudessem mitigar tais atos, no caso dos atos de ameaça efetuados pelos jornalistas e pelo mediador(L1). Entretanto, os atos de ameaça não se explicam somente por motivos relacionados à questão da assimetria na interação, visto que os atos de descortesia são cometidos, sobremaneira, por interactantes que ocupam relações simétricas na interação, isto é, a mesma posição em termos hierárquicos, como os candidatos ao governo: Paulo Maluf e Mário Covas.

Nesse caso, entendemos que os atos de descortesia assumem valor argumentativo, na medida em que colaboram para levar o auditório a atribuir juízos de valor negativos ao interlocutor cuja face é ameaçada e, sob esse aspecto, observamos que se trata do emprego de

estratégias de persuasão, haja vista o fato de que se busca, a partir da descortesia, conduzir o auditório a deslegitimar a imagem daqueles cuja face é alvo de ameaças, numa tentativa de levar o auditório, pois, a crer em algo para, posteriormente, fazer algo: eleger o candidato ao qual não sejam conferidos valores negativos e com o qual haja uma relação de identificação.

Desse modo, no caso da interação estudada, a descortesia é deliberada e seu papel na interação é argumentativo, em razão de que os ataques – sobretudo os cometidos por ambos os candidatos - ocorrem com o seguinte propósito: convencer o auditório de que o político oponente não merece credibilidade e, por conseguinte, não pode ser eleito como governador.

Diante do exposto, constatamos que a descortesia não pode ser compreendida somente como a falta de cortesia ou como atos incidentais, pelos quais os interactantes cometem atos de ameaça à face alheia sem que sejam premeditados, mas também como um conjunto de estratégias deliberadas empregadas em tipos específicos de interação, como a estudada no presente trabalho, que contribuem para a persuasão do auditório mediante o emprego agressivo do trabalho de face, cuja função é denegrir a imagem alheia diante do eleitorado.

Assim, acreditamos que o estudo do trabalho de face pode se dar em consonância com os pressupostos da Teoria da Argumentação, visto que a construção de uma imagem, à qual o auditório atribua avaliações positivas e com a qual se identifique, configura-se, com efeito, em um mecanismo deveras eficaz nas manifestações discursivas cuja finalidade é a persuasão.

Destarte, esperamos, por meio do presente estudo, colaborar para as pesquisas cujo foco é a investigação da gestão da imagem em interações polêmicas nas quais se empregam recursos argumentativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, Ruth. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2008.

AQUINO, Z. G. O. *Conversação e conflito: Um estudo das estratégias discursivas em interações polêmicas*. (Tese de Doutorado). FFLCH- USP, 1997.

ARMENGAUD, Françoise. *A Pragmática*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. v.6.

BROWN, G e YULE, G. *Discourse analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.

BLASS ARROYO, José Luiz. No diga chorradas... La descortesía en el debate político cara a cara. Una aproximación pragma-variacionista. In: *Oralia: Análisis del discurso oral*. Madrid: Arco Libros, S.L., 2001, v. 4, p. 9 - 45.

BERNAL, Maria. Hacia una categorización sociopragmática de la cortesía, la descortesía y la anticortesía: El caso de conversaciones españolas de registro coloquial. In: BRAVO, Diana.(Org.). *Estudios de la (des)cortesía en español: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 365 – 398.

BRAVO, Diana.(Org.). Categorías, tipologías y aplicaciones: hacia una redefinición de la “cortesía comunicativa”. In:_____. *Estudios de la (des)cortesía en español: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 21-52

BRETON, Philippe; GAUTHIER, Gilles. *História das teorias da argumentação*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 2001.

BROWN, Penélope e LEVINSON, Stephen C. *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. *Discurso da mídia*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Discurso Político*. Contexto, 2008.

EELLEN, Gino. *A Critique of Politeness Theories*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2001.

ERLICH, Frances. D. de. *La interacción polémica: estudio de las estrategias de oposición en francés*. Caracas: Universidade Central de Venezuela, Faculdade de Humanidades y Educación, Escuela de Idiomas Modernos, 1993.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16.ed. São Paulo: Ática, 2007.

FIORIN, José Luiz. *Introdução à linguística I: Objetos teóricos*. São Paulo: Contexto, 2002.
_____. Pragmática. In: _____. *Introdução à Linguística II: Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, Dino (Org.). *O discurso oral culto*. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 1997, p. 173- 194.

FÁVERO, Leonor L.; ANDRADE, Maria Lúcia C.V.O; AQUINO, Zilda G.O.de. *Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna*. São Paulo: Cortez, 1999.

FERNÁNDES GARCÍA, Francisco. Ironía y (des)cortesía. In: *Oralia: Análisis del discurso oral*. Madrid: Editorial Arco Libros, 2001. 4.vol, p. 103 – 127.

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays in face to face behavior*. Chicago: Aldine Pub.Co.,1967.

_____. *Ritual de la interacción*. Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1970.

_____. *Ritual de Interação*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Vozes, 2011.

HILGERT, José Gaston. Procedimentos de reformulação: a paráfrase. In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p.103-127.

KAUL DE MARLAGEON, Silvia. Descortesía de fustigación por afiliación exacerbada o refractariedade: El discurso tanguero de la década del 20. In: BRAVO, Diana. (Org.). *Estudios de la (des)cortesía en español: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005,p. 299-318.

KERBRAT - ORECCHIONI, Catherine. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1986.

MOSCA, L.L.S. (Org.). *Retóricas de Ontem e de Hoje*. 3.ed. São Paulo: Humanitas, 2004.

PLANTIN, Christian. *A Argumentação*. Tradução de Marcos Marcionilo. Parábola, 2008.
Tradução de: L'Argumentation.

PERELMAN, Chaïm. *O Império Retórico: retórica e argumentação*. Porto, ASA, 1993.

_____. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. e OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRETI, Dino (Org.). *Análise de textos orais*. 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001.

_____. *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008. V.9

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. 2.ed. Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Ângela C. Souza. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, Dino. (Org.). *Análise de textos orais*. 5.ed. São Paulo: Humanitas, 2001, p. 13-32.

SACKS, H.; SCHEGLOFF E. e JEFFERSON G. A simplest systematics for the organization of turn-talking for conversation. *Language* 50, p. 696-735.

SILVA, L.A. da. *Interação no discurso de sala de aula*. Tese de Doutorado. 1997.

_____. (Org.). Conversação: modelos de análise. In: _____. *A Língua que falamos*. São Paulo: Globo, 2005, p.31 -71.

_____. Cortesia e formas de tratamento. In: PRETI, Dino. (Org.). *Cortesia verbal*. São Paulo: Humanitas, 2008, p.157-192

WYSOCKI, Bruna. *Interação face a face: um estudo das estratégias discursivas na reconstrução da imagem*. (Dissertação de Mestrado). FFLCH/USP. São Paulo, 2008.

ZIMMERMANN, Klaus. Construcción de la identidad y anticortesía verbal. Estudio de conversaciones entre jóvenes masculinos. In: BRAVO, Diana. (Org.). *Estudios de la (des)cortesia en español: Categorías conceptuales y aplicaciones a corpora orales y escritos*. Buenos Aires: Dunken, 2005, p. 245-271.

ANEXO 1 - Normas para transcrição

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO*
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ e reinicia
Entoação enfática	maiúscula	porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para ::: ou mais	ao emprestarem os... éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	eo Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	são três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --	... a demanda de moeda - - vamos dar essa notação -- demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	{ ligando as linhas	A. na { casa da sua irmã B. sexta-feira? A. fizeram { lá... B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais ou leituras de textos.	" "	Pedro Lima... ah escreve na ocasião... "O cinema

durante a gravação		falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRRElra entre nós"...

* Exemplos retirados dos inquéritos NURC/SP No. 338 EF e 331 D².

Observações:

1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)
2. Fáticos: *ah, éh, eh, ahn, ehn, uhn, tá* (não por *está: tá?* você *está* brava?)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se anota o *cadenciamento da frase*.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh:::...* (*alongamento e pausa*).
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*, conforme referido na *Introdução*.

ANEXO 2 - Transcrição do *corpus*

Primeiro bloco

- L1 boa noite São Paulo... boa noite Brasil... a Rede Bandeirantes de rádio e televisão... o canal 21... o Jornal da Tarde... e a Agência Estado... dão início nesse momento ao primeiro debate do segundo turno entre os candidatos ao governo do Estado de São Paulo.. a partir de agora.. você... eleitor...vai poder acompanhar a legítima...e democrática troca de ideia...entre...os
- 5 dois homens que pretendem governar....o maior estado...do país... é claro é a oportunidade para o eleitor poder conhecer e avaliar...sem a maquiagem da propaganda eleitoral... as ideias... e os planos... de governo... dos candidatos...Paulo Salim Maluf da coligação...Viva São Paulo formada... pelos seguintes partidos PPB... PFL... PL... PSL... PST e PRN... e Mario Covas Junior representante da coligação São Paulo no rumo certo... formada por
- 10 PSDB...PTB...PSD...e PV...para fazer perguntas aos... candidatos participam desse debate... os seguintes... jornalistas...José Paulo de Andrade...da Rede Bandeirantes... de televisão.... o jornalista Celso Zucatelli...do canal... vinte e um... o jornalista Marcelo Parada da Rede Bandeirantes de rádio... e o jornalista... Fernando ()... do Jornal da Tarde... e da...Agência...Estado.. bem... de acordo com as regras... definidas entre os promotores do
- 15 debate... e os assessores dos dois candidatos... nesse primeiro bloco eles responderão a uma só pergunta... feita... por esse mediador isso no tempo...de dois minutos eu lembro que se houver alguma...situação eh:::ofensiva ao candidato... ao seu vice... ao partido ou então... à

coligação que ele representa o candidato ofendido poderá pedir direito.. de resposta de um minuto e será dado... ou não a critério.. desse mediador...começando pelo candidato Paulo Maluf...a pergunta que eu faço aos senhores é... a seguinte... o:: ajuste fiscal que o Governo Federal vai anunciar nos próximos dias ((lendo)) deve agravar a recessão na economia... e muito... possivelmente provocar mais desemprego.. nesse quadro...o que é que é que o senhor vai fazer concretamente... para cumprir as suas promessas e criar... um milhão de empregos... ou mais... em...São Paulo... boa noite candidato Paulo Maluf... o senhor tem dois minutos para responder...

L2 boa noite Rondino...boa noite candidato Mario Covas...boa noite a você... telespectador ...que está nos ouvindo...no recesso do seu lar...muito obrigado... pela sua audiência...muito obrigado... a rede Bandeirantes e a radio Bandeirantes...muito obrigado... ao Jornal da Tarde... e muito obrigado... aos quase... cinco milhões e meio de eleitores... que votaram em mim no primeiro turno... tenho a certeza...se eu governador...não vou decepcioná-los... o ajuste fiscal... faz parte das reformas... as reformas que ajudei.. até hoje.. nesses últimos três anos.. ajudando o presidente Fernando Henrique Cardoso.. a reforma da previdência...a reforma administrativa...a reforma tributária e o ajuste fiscal.. são fundamentais ao país...nós temos que ter austeridade...seja... em momentos de vacas gordas ou seja com a economia mundial crescendo...ou seja em momentos de vacas magras.. com a economia mundial em crise mas esse ajuste fiscal... eu quero dizer a você... eu sou contra... o aumento de imposto...a população de São Paulo... a população do Brasil não aguenta mais pagar imposto... o contribuinte que paga seu imposto... cada vez é mais penalizado.. enquanto aquele que é o sonegador... é cada vez.. ah...ah...ãh::...ele tem mais benefícios pela sonegação portanto eu sou contra o aumento de imposto...e acho que devemos ter ...uma legislação muito rígida... contra o sonegador onde todos pagam...todos pagam menos...nós temos que fazer é o sonegador pagar quando o sonegador e aqui no Brasil infelizmente tem muito... eles pagarem aquele que paga seus impostos...aquele assalariado...que é deduzido automaticamente no seu imposto de renda...aquele não precisar...não precisará mais aumentar seu imposto... portanto a favor do ajuste fiscal...vamos ajudar o presidente Fernando Henrique Cardoso...sou contra o aumento de impostos(...)

[
L1 () ((interrupção do mediador do debate))

L1 boa noite candidato Mario Covas... eu vou repetir... a pergunta... o ajuste fiscal que o Governo Federal deve anunciar nos próximos dias... deve agravar a recessão da economia... e muito possivelmente provocar mais...desemprego... neste quadro...o que é que o senhor... promete fazer... concretamente... para cumprir as suas promessas e criar um milhão de empregos ... ou até mais... em São Paulo? o senhor tem dois minutos...

L3 pois não... quero começar...retribuindo o cumprimento do:: Paulo Maluf... quero cumprimentar a todos que estão aqui...sobretudo... as milhares de pessoas que nos ouvem... em São Paulo::...já tem tradição em matéria de ajuste fiscal ... ao longo desses quatro anos... foi feito... no governo... de São Paulo... o maior... ajuste... fiscal da história ((falando pausadamente)) de São Paulo.. aliás... o maior ajuste fiscal feito no Brasil...não houve nenhum Estado nem mesmo o Governo Federal...que tenha feito um ajuste fiscal como o governo fez... mais do que isso...o ajuste fiscal em São Paulo até porque EU não gosto de pagar/ de::aumentar imposto... o ajuste fiscal em São Paulo foi feito pelo lado da despesa não foi feito pelo lado da receita...só foi feito o lado da receita porque a receita melhorou... tendo em vista... critérios... de... eficiência... mas não se aumentou UM imposto em São Paulo... pelo contrário...vários impostos...ligados à cesta básica ligados à a agricultura ligados à à carne bovina... a:: a:: aos produtos ligados à habitação... tendo em vista o que isso representa no emprego... receberam... diminuição no imposto não houve um... único... aumento de imposto... e se fez um tremendo... ajuste fiscal um eNORme ajuste fiscal renegociou-se a

- dívida... saneou-se as as estatais... hoje... o Estado há dois anos... termina o ano... com déficit orçamentário igual a ZERO.. algo que os Estados Unidos ta prometendo pro ano dois mil... e que aqui em São Paulo... já começou... há dois... anos... neste ano pretendemos que ocorra a mesma coisa e só não ocorreu no primeiro ano... porque nós vínhamos do ano anterior de um déficit orçamentário de vinte e sete por cento... no primeiro ano só pudemos descer pra três vírgula seis... portanto... São Paulo continuará... NO MES-mo caminho... com absoLUta austeridade porque austeridade... não é coisa pra se fazer apenas nas vacas magras.. governo sério... faz austeridade em tempo e forma permanente.
- 70
- 75 L1 tempo esgotado...
L1 tempo esgotado... obrigado candidato... nós vamos a um rápido intervalo e voltamos para o segundo bloco do debate... do debate onde os jornalistas farão perguntas aos candidatos... Rede Bandeirantes de radio e televisão... canal vinte e um... Jornal da Tarde e Agência Estado...Band... eleições noventa e oito.

Segundo bloco

- 80 L1 você está assistindo... ao... primeiro debate do segundo turno... entre os candidatos ao...governo do Estado de São Paulo... promovido pela Rede Bandeirantes de radio... e... televisão... pelo Canal vinte e um... pelo Jornal da Tarde e pela Agência... Estado... o debate também está sendo transmitido em tempo real pela internet... no seguinte endereço da Band... www.redeband.com.br... nesse segundo bloco dois dos jornalistas aqui presentes... farão
- 85 perguntas... aos candidatos... eu vou escolher o jornalista... e sortear um dos oito temas... que foram... definidos com as as assessorias dos candidatos... os temas... são os seguintes... desemprego... drogas... saúde... segurança... habitação... agricultura... educação... e transporte... o candidato escolhido... eu lembro... terá dois minutos para responder... o outro candidato terá um minuto para comentar a resposta... e em seguida a palavra voltará... ao
- 90 primeiro candidato... que terá um minuto para a... réplica... para iniciar essa série eu vou chamar o jornalista ...Celso Zucatelli do canal... vinte e um... que vai escolher um dos candidatos então vou fazer a pergunta sobre o tema que eu vou sortear aqui... agora... vamos ver qual será o assunto para o Celso... Zucatelli... pegar um cartãozinho... vamos lá... o assunto é... e-du-ca-ção... Celso por favor escolha o candidato... e faça sua pergunta
- 95 L4 a minha pergunta vai... para o candidato Paulo Maluf ah::... o senhor critica na:: sua campanha as atuais regras escolares... na prática o que exatamente vai mudar...e ainda novas escolas serão inauguradas?
- L2 sim...pelo Diário Popular...de ontem...seiscentas... e oitenta mil vagas foram fechadas pela rede estadual... quatrocentas e oitenta mil... foram abertas pela rede municipal...portanto ficou
- 100 um déficit... de duzentas mil vagas...cento e cinquenta e duas escolas foram fechadas... e... as escolas rurais foram praticamente todas fechadas... obrigando... a que em vez de... mandar uma professora... para a escola rural... tem que mandar um ônibus ou uma grande condução.. pra trazer.... os alunos... para o centro da cidade.... além disso... a avaliação dos alunos acabou... praticamente hoje não existe repetência... além disso separou-se as classes de tal
- 105 maneira que irmãos.... quando um está do primeiro quarto ano... e o outro tá do quinto ao oitavo ano... em vez deles tarem na mesma escola... esses alunos tão em escolas diferentes...além disso a municipalização que eu pessoalmente como filosofia estou de acordo... mas a municipalização... é quando a gente dá ao prefeito....o encargo...a
- 110 responsabilidade...de gerir a educação...mas quem dá o encargo e a responsabilidade...tem que dar também os recursos... e a emenda quatorze.. que foi aprovada pelo congresso... tirou quinze por cento do orçamento então... no que se refere à educação... além da parte...de melhor

avaliação...instalação de computadores em todas as escolas...vídeos em todas as escolas...nós temos que rever em parte...a municipalização...temos que rever em parte...o problema...da separação das crianças e...e vou reabrir...todas as escolas rurais e todas as professoras que foram demitidas...serão readmitidas em função da reabertura das escolas rurais...

L1 Candidato Mário Covas... o senhor tem um minuto para o seu comentário...

L3 olha... primeiro que tudo é absolutamente não verdadeiro... que tenham sido diminuídas as vagas no Estado... ((rindo))aliás... quem quiser verificar isso...a gente tá disposto a dizer escola por escola...são qui-nhentas e trin-ta mil vagas novas criadas... por outro lado... eu vejo uma mistificação ((rindo)) danada com essa coisa de não passar de ano... é engraçado... aqui em São Paulo...no Estado... desde oitenta e ... Montoro... montou um dispositivo pelo qual no primeiro e segundo ano... não precisava fazer exame... daí pra frente precisava isso permaneceu... até o final do ano passado... já no município é diferente... e por decreto do Maluf... no município só tem exames na terceira série...na sexta série...e na oitava série...agora neste ano...tanto município como Estado... vão ter só na quarta e na oitava série... pelo fato de que a Lei de Diretrizes e Bases determinou... deferiu o Conselho Estadual de Educação... que foi quem marcou isso...portanto... ((pausa longa)) é eh... eu eu sei que é difícil pra quem não gastou nem um dinheiro pra... tinha que gastar em educação... falar sobre o assunto... de qualquer maneira(...)

[

130 L1 tempo esgotado

L3 (...) é preciso desmistificar as coisas...

L1 candidato Maluf... o senhor tem um minuto para a sua réplica

L2 Diário Oficial de ontem...((mostra o jornal)) déficit de duzentas mil vagas na educação...Folha da Tarde...((pega o jornal)) São Paulo tem quarenta e oito mil crianças fora das escolas... mãe vai... a quinze escolas e não consegue vaga ((mostrando um papel para a câmera))...apaguei faltas para poder aprovar... ((mostra uma cópia do que parece ser um depoimento)) e mais notícias sobre o bingo da educação...bingo...da vaga faz aluno esperar doze horas... ((mostra outra reportagem)) en...então nós temos que realmente construir mais escolas... nós temos que contratar mais professores e não demitir... nós temos que abrir todas as escolas rurais que foram fechadas... nós temos que SIM como fiz na prefeitura de São Paulo...avaliar... como nós avaliamos mensalmente todos os alunos... tem provas... todos os meses... que foi aprovado inclusive pelo Conselho Municipal de Educação que eu recriei... e quero dizer a vocês também que o problema da separação dos irmãos nós vamos rever.

145 L1 tempo esgotado... eu vou chamar agora...o jornalista José Paulo de Andrade da Rede Bandeirantes de televisão... para fazer a sua pergunta...Zé Paulo...vamos escolher o tema aqui.. para...você...vo rodar de novo aqui... tirar mais um cartãozinho...e fechar aqui isso aqui com cuidado...vamos lá...seu tema Zé Paulo... é... a... saúde... eu lembro que a sua pergunta deve ser endereçada ao candidato Mario Covas

150 L5 muito bem... candidato Mario Covas... o senhor está investindo muito...no médico de família... de um outro lado o candidato Paulo Maluf fala... da farmácia do povo...nós gostaríamos de detalhar mais...porque...da maneira como o senhor tem falado sobre o médico da família...dá até vontade da gente ficar doente porque o médico já vai correndo na casa da gente...((risos da plateia)) onde é que está funcionando... o médico de família na cidade de São Paulo?

155 L1 peço à plateia que não se manifeste, por favor.

L3 em São Paulo pra duzentas e cinquenta mil... pessoas.. na zona leste e na zona norte tendo por trás delas...duas instituições... que não são de se... fazer graça... que são...o hospital Santa Marcelina e a Fundação... Zerbini...eh...atende-se com um grupo de agentes comunitários.... cerca de trezentas a quatrocentas.. famílias... que são visitadas
 160 permanentemente por esses agentes comunitários... que aliás...mantém ...o acervo... e...a instrução...e prevenção...de cada um desses doentes por trás deles funciona... um grupo de...médicos... dentistas...enfermeiras e ajudantes de enfermagem... é um projeto que tem noventa e seis por cento... de aceitação... e muda o conceito de saúde... porque investe na prevenção... por outro lado...eh::...eu acho que...a farmácia do povo...embora fosse até uma
 165 ideia generosa... vai acabar favorecendo mais o rico porque ele vai chegar mais depressa na farmácia porque ele vem de automóvel... pra comprar mais barato... hoje o Estado dá pra seiscentos e vinte municípios...seiscentos e vinte...remédio de GRAÇA...pra todos aqueles eu não podem comprar... o Estado só tem que entrar.. no comércio de remédio na fabricação de remédio... se for pra dar de graça pra quem precisa... e não pra vender mais barato pra alguns...
 170 entre os quais.. não há sequer discriminação da renda da renda... portanto...nós vamos continuar com isso...no próximo governo as vinte últimas cidades vão ser incorporadas nesse processo... não é um processo de hoje... começou no primeiro ano e depois de seis meses que nos levou pra botar a FURP em ordem...colocar em ordem nós começamos com cidade de trinta mil habitantes... depois cento e vinte mil...e hoje tamo dando pra cidade() de mais de
 175 trinta mil... e o Estado dá pra prefeitura... é ela quem distribui... não tivemos NE-NHUM interesse de fazer demagogia em cima disso... é dado ao prefeito

[
 L1 candidato...()

L3 que por sua vez entrega pra comunidade(...)

L1 candidato Paulo Maluf... um minuto para o seu comentário

180 L2 fala-se muito... na distribuição gratuita de remédios... mas você... que está me escutando aí em casa...você já recebeu alguma vez... remédio de graça? o meu projeto... farmácia do povo...é um projeto que eu tive a coragem de dizer não é meu... deu certo em Pernambuco... com o governador Miguel Arais... então não é só... o remédio... que a gente vai dar...vai continuar dando de graça...
 185 quando/ mas a farmácia do povo vai ter ((incompreendido)) ((risos da plateia)) xampu, vai ter...eh::... lógico... sabonetes... e até camisinha de graça...vai ter() na farmácia do povo... agora...nós vamos implantar a farmácia do povo... e a população que está me vendo sabe... que quando eu digo que eu faço eu vou fazer... agora veja... fala-se muito no médico que vai em casa.. mas tinha uma moléstia por exemplo que era o salampo...o sarampo... que não existia
 190 mais... pois bem... reinventaram o sarampo em noventa e sete...houve quarenta mil casos de sarampo em noventa e sete com quarenta e duas mortes... de maneira que (...)

[
 L1 tempo
 esgotado...candidato... Covas o senhor tem um minuto para sua réplica...

L3 xampu vai ser muito bom... dá pra pintá o cabelo.. ((risos da plateia)) bom... na
 195 realidade...fizemos não foi só isso fizemos...oh... Zé Paulo... terminamos on-ze hospitais.. dois deles já funcionando...os outros... ainda estão por inaugurar... mas são on-ze hospitais... aumentamos seiscentos leitos no Hospital do Servidor... duzentos e cinquenta no das Clínicas que tava parada desde o tempo do Montoro cento e dez no de Santo Amaro... e cento e vinte no do Ipiranga.. são três mil e seiscentos leitos...oh:: doutor Paulo Maluf também foi
 200 governador... só que no tempo que ele foi governador não se fez um hospital...nem um leito...nós entregamos três mil e seiscentos que é o equivalente a dois hospitais das clínicas
 L1 muito bem...nós vamos então a mais... um intervalo e voltamos então para o terceiro bloco do debate com os candidatos fazendo perguntas... entre si ...((palmas do auditório)) Rede

205 Bandeirantes de televisão... canal vinte e um...Jornal da Tarde... e Agência Estado... Band
eleições
noventa e oito

Terceiro bloco

L1 Rede Bandeirantes de radio e televisão.. canal vinte e um... Jornal da Tarde e Agência
Estado... promovem... o primeiro debate do segundo turno entre os candidatos ao governo do
Estado de São Paulo... nesse terceiro bloco... candidato pergunta... para candidato de acordo
com o sorteio que foi feito na presença dos assessores dos candidatos... Mario Covas será o
primeiro
210 a perguntar... no tempo de trinta segundos o candidato Paulo Maluf terá dois minutos para
responder... depois disso a palavra voltará ao candidato Covas... que terá um minuto para
comentar... encerrando a série Paulo Maluf terá então... um minuto para a sua réplica... eu
quero lembrar aqui...mais uma vez ...que qualquer citação ofensiva ao candidato... ao vice ou
aos membros do partido ou da coligação... poderá dar direito de resposta...a de um minuto à
215 parte ofendida... candidato Mario Covas por favor... trinta segundos

L3olha... numa campanha eleitoral os adversários... acabam falando coisas que não deviam
falar... portanto pra gente analisar um candidato... o melhor é ver o que falam deles...o seus
amigos... o senhor apresentou ACM Antônio Carlos Magalhães como seu... eleitor....e seu
...patrono... eu li outro dia no jornal ele dizer “eu não gosto de Maluf eu nunca
220 gostei de Maluf não retiro nada do que falei sobre ele” ((lendo))e fui ver o que que ele tinha
falado...tá aqui... “Maluf compra mesmo voto diz ACM... não apoio Maluf porque ele carrega
consigo o estigma... da repulsa da sociedade e mais... acho que esse estigma lhe faz justiça”

[
L1 tempo esgotado

L3 foi um governo tão amoral... que até as flores se tornaram motivo de escândalo((gritos da
225 plateia))
L1 tempo esgotado

L1 Peço à plateia que não se manifeste... quem dirige aqui sou eu.
L3 Posso fazer a pergunta?

[
L1 por favor, o seu tempo tá esgotado...

230 L3 o senhor concorda...que seu governo é amoral?

L1 por favor... dois minutos candidato Paulo Maluf

L2 em primeiro lugar...eu acho que num país...todos têm direito de evoluir...em mil
novecentos e oitenta e quatro...Antônio Carlos pensava isso de mim... em mil novecentos e
noventa e oito...depois dele me conhecer melhor...ele tanto me apoia...que eu vou dar aqui a
235 vocês em primeira mão...amanhã...às dezesseis e trinta...ele vem da Bahia...diretamente pra me
fazer uma visita no meu gabinete...é um homem que tem grandes... serviços prestados a esse
país... presidente do congresso...um homem que está há quarenta anos na política... o PFL é
um partido... que faz a coligação conosco... você é que devia explicar.. por que que o PFL...
que fez a coligação com você em noventa e quatro... e depois fugiu de você... e veio fazer a

240 coligação com o Paulo Maluf... além do mais... além do mais...no último debate...

L1 peço à plateia que não se manifeste

L2 na TV Cultura...a:...deputada Marta Suplicy disse... que você era muito incoerente Mario Covas... porque você defendia os direitos humanos... mas na sua chapa... tinha...pedindo voto pra você...o coronel... Ubiratan...o de número 41111.. que era exatamente aquele..... que...na
245 entrada do Carandiru... tinha visto ah... eh...() havido ãh havido aquele problema...no dia dois de outubro de noventa e dois.. e cento e onze... presos... foram mortos... então eu acho que em matéria de incoerência política.. você é o campeão Mario Covas... porque você...foi.. do MDB foi do PMDB.. e depois que você foi eleito senador... você saiu do seu partido... você disse que não era candidato... a governador durante nove meses... e depois de nove meses você
250 falou...mais de uma centena de vezes ...não sou candidato...não sou candidato...não sou candidato....tenho uma palavra só... não sou candidato...você foi candidato... você disse que era contra a reeleição... e depois você disse não eu aceito agora a ser candidato à reeleição... de maneira que de incoerência... eu acho que você é o campeão... eu tenho o maior respeito...pelo... senador Antônio Carlos Magalhães

255 L1 [tempo esgotado...

L2 e hoje ele me apoia e eu agradeço esse apoio

[
L1 tempo esgotado candidato Paulo Maluf...o candidato Mario Covas tem um minuto para o seu comentário

L3 o senhor processou o senhor Antônio Carlos Magalhães ...que lhe tinha chamado de
260 corrupto...e ele foi... ((rindo)) ao tribunal... e levou um caminhão com doze quilos de prova...((risos do candidato Mario Covas e da plateia)) eu espero que ele venha amanhã.. e num diga e diga que vai retirar as coisas que disse do senhor... se não retirar...ele lhe chamou de amoral... o que eu lhe perguntei.. e parece que eu não me consigo fazer compreender...eu () vo falar um pouquinho mais devagar pro senhor entender... o que eu lhe perguntei... é se o
265 senhor concordava que o senhor era amoral...já que na medida em que o senhor tem.. a ele.. uma figura na qual... baseia o seu procedimento...na realidade...a afirmativa dele.. tem que ser levada em consideração...por outro lado...eu não quero dizer porque o PFL me abandonou e foi apoiar o senhor... ((risos da plateia)).

270 L1 encerrado o candidato Mario Covas... um minuto para a a réplica...do candidato Paulo Maluf

L2 Mario Covas tem uma tática interessante...em vez dele responder a pergunta...ele agride...ele ataca...ele baixa o nível...((palmas do auditório))

[
L1 peço à plateia... a plateia deve se manter em silêncio... por favor...

L2 você Mario Covas.. é que tem tido uma verdadeira incoerência na sua vida pública...
275 incoerência quando diz que não era candidato durante nove meses... que tinha uma palavra só.. e depois foi candidato... incoerente quando você foi contra o presidente Fernando Henrique Cardoso que... você disse que era contra a reeleição.. contra seu companheiro e depois você aceitou.. de maneira de incoerência...eu quero dizer o seguinte Mario Covas...você ganha de todos...porque você... é muito((incompreendido)) pra você na teoria tudo é muito bonito... mas
280 na prática você sabe...que tudo que você faz...não funciona ((risos da plateia))

L1 muito bem...eu...peço à plateia que... que... por favor peço à plateia que mantenha silêncio para...o bom desempenho dos dois candidatos inclusive...dando sequência a este bloco...agora é a vez do candidato Paulo Maluf fazer a sua pergunta...por favor... candidato... trinta segundos

285 L2 na pergunta anterior...feita pelos jornalistas...o candidato Mario Covas...disse...que eu não fiz nenhum leito como prefeito... e nenhum leito como governador... é absoluta verdade...não fiz nenhum leito mas tudo funcionava pois bem... ele disse que construiu... onze hospitais... quer explicar...a Folha da Tarde de ontem...de ontem((mexendo no jornal e lendo)) sábado dia dezessete que diz “novos hospitais do governo do Estado... têm atendimento precário”((citação do candidato)) ((mostrando a manchete para a câmera)) dos onze hospitais.. dois funcionam só na porta de entrada para encaminhar pra outros hospitais... isto é maneira de construir hospital Mario Covas?

L3 olha onde se faz isso é no PAZ ((rindo))...eu tenho...aqui dentro... uma... pessoa... que foi foi se assistir... no PAZ ...do hospital do Tatuapé ...que quando fui prefeito eu reformei...no
295 hospital.. encaminharam essa pessoa...com uma ficha... pra uma unidade básica de saúde do Estado porque ele tinha uma unha encravada...eu tenho a ficha aqui...essa((apontando para Paulo Maluf))...é a sua assistência médica...esse é seu serviço de saúde((rindo))... os outros hospitais eu disse aqui que só dois tinham sido inaugurados...a...obra civil... tá pronta em nove...dos onze...e...a montagem de equipamento tá sendo feita...eu não disse que tinha
300 inaugurado...os onze... mas inauguro até o fim do ano... tarão todos eles funcionando...estarão funcionando de uma maneira diferente... doutor Paulo...eu não falei que o senhor não fez na prefeitura...acho que num fez mesmo...mas eu falei que o senhor não fez no Estado e não fez ...eu quero comparar o seu governo como governador e o meu governo como governador... e se o senhor quiser eu lhe dou o direito de o senhor escolher o terreno que o senhor quiser...eu
305 discuto em qualquer área sobretudo na área social...se o senhor fez mais ou se eu fiz mais...e olha...ainda fiquei pagando as suas dívidas heim...((apontando para Maluf)) porque no outro dia tive que pagar quinhentos milhões da Paulipetro...o juiz sequestrou...quinhentos milhões de dívidas que o senhor fez lá trás...por uma loucura...pra tirar petróleo de um lugar...que a Petrobrás já tinha pesquisado e que não tinha petróleo...e ainda fui obrigado a pagar...de forma
310 que MESmo fazendo isso...ainda pude entregar...vou poder entregar... três mil quatrocentos e noventa leitos ((falando pausadamente))...são dois Hospitais das Clínicas novos...remédio aqui...se dá pra AIDS hoje... pela primeira vez diminuiu pelo número de pessoas que morreu por AIDS... pela primeira vez...se dá remédio em São Paulo pra todos os tipos de doenças graves

[
315 L1 tempo esgotado...tempo esgotado candidato Mário Covas... uma minuto para a...sua réplica
[

L2 Mário Covas novamente tem uma tática interessante...ele em vez de responder a pergunta... ele ataca...eu perguntei sobre sarampo...quarenta mil casos de sarampo no ano passado((falando pausadamente)) e você não respondeu por que quarenta e duas mortes...você falou...sobre... pessoas que eventualmente saíram do hospital do Tatuapé que é um grande
320 hospital...eu...lanço o meu protesto...você ofendeu o hospital...mas que (incompreendido) olha aqui...Folha da Tarde de ontem...ontem...dia dezessete...dispensada... menina de dois anos é atendida no PAZ...dispensada no hospital do Estado...além do mais...sobre a Paulipetro...eu quero dizer pra você o seguinte...eu tenho aqui a relação sim...pagamentos...acordos...feito com descontos de aproximadamente quinze por cento...con/contrariando parecer do Ministério
325 Público...que em noventa e um...havia pedido a suspensão do pagamento...por que foi pago agora...na véspera de eleição...então Mário Covas...eu quero dizer o seguinte pra você...o meu governo foi há dezesseis anos...o que nós temos que comparar é o SEU governo...((apontando para Mario Covas)) porque no seu governo tudo cresceu...a criminalidade cresceu... a fila na saúde cresceu...o desemprego cresceu...agora quando eu for candidato em dois mil e dois...pra

- 330 minha reeleição eu quero que você esteja discutindo os meus quatro anos de governo próximos
- L1 tempo esgotado...((palmas e gritos da plateia))um minuto...por favor...
[
L3 eu tenho a resposta
L1 por favor...um minuto para a réplica... do candidato Mario Covas
- L3 é bom o senhor falar em dois mile e dois.... porque essa o senhor já
335 perdeu...((manifestações da plateia – gritos e palmas)) aliás eu não preciso((vaias da plateia))
[
L1 por favor...
L3 eu não preciso...eu não preciso fazer crítica ao senhor...o senhor tem um vice...que o senhor escolheu...e portanto quando o senhor escolheu...o senhor aceitou o que ele diz a seu respeito...e ele diz “ a opinião pública cunhou um verbo que se chama malufar...é um
340 neologismo que significa roubar...faz parte do vernáculo e significa assaltar aliviar morder...mais adiante ele diz...ladruf...é outro neologismo...é ladrão ao quadrado...significa ladrão mais Maluf...isso tá...nos anais da Assembleia Legislativa...é um discurso feito por Luiz Carlos Santos...e no instante que o senhor o adota.. como seu vice governador... é evidente que o senhor aceita a essas acusações...falo que não há necessidade de eu lhe atacar...aliás eu não
345 ataco...eu tô citando...pessoas do seu lado...eu não lhe cito nem...aliás não cito SEquer... aqueles que vieram recentemente... tentando dividir o bolo eventual... tô falando daqueles que foram escolhidos pelo senhor...
[
L1 tempo esgotado...tempo esgotado candidato Mario Covas...o candidato Paulo Maluf pede direito de resposta...embora...haja citação de fonte...eu vou conceder um minuto...
350 como((incompreendido))
- L2 eu lastimo((gritos da plateia)) lastimo...lastimo...que o candidato Mario Covas ofenda...
- L1 candidato...um minuto...um minuto...um minuto....
- L2 um ministro do presidente Fernando Henrique Cardoso Luiz Carlos Santos... que foi escolhido por mim.. e ((plateia grita aplaude e parece apoiar Maluf)) serviu muito bem ao
355 presidente...agora...sobre a desonestidade...Mario Covas...você tem que prestar contas é... à Isto É ...desta semana... deste sábado...um fantasma no armário...preste contas você sim...ao Ministério Público Estadual... que aponta superfaturamento((lendo a revista)) no programa habitacional do governador Mario Covas...e...responsabiliza...o...seu afilhado...Gorohana que na Folha de São Paulo no painel... é chamado de Gorograna...existe aqui... uma acusação... de
360 ter havido um superfaturamento... de mais de meio milhões de reais ((mostrando a revista para a câmera))...de maneira que em termos de prestação de contas à justiça é você... e o teu governo que tem que prestar...e vamos levantar o nível desse debate viu Mario Covas...nós viemos aqui...é pra...é pra...((apoio da plateia – palmas)) prestar programa de governo
- L1 tempo esgotado... tempo esgotado...candidato....ma...candidato... Paulo Maluf
[
365 L3 não não...quero direito de resposta... ((plateia gritando não))
- L1 candidato Mario Covas...candidato Mario Covas ((pausa longa por conta dos gritos da plateia))
L3 não... não...não...() nada disso...nada disso...nada disso...
- L1 candidato Mario Covas

- 370 L3 [nada disso
- L1 desculpe...desculpe...eh...não...não...
- L3 [ele começou eu respondi ele voltou eu respondi ele voltou eu respondi((interrompendo o mediador))
- 375 L1 candidato Mario Covas... por favor... candidato Mario Covas...por favor...((manifestações da plateia)) vamo fazer silêncio porque senão não é possível.. ((para a plateia))por favor... candidato Mario Covas...o senhor...o senhor...embora tenha citado a fonte...o senhor...fez afirmações...eh..subjetivas...o o candidato Paulo Maluf está está se referindo a um dado concreto... ao qual o senhor ((gritos da plateia))
- L3 [como dado concreto?
- 380 L1 [está se referindo...desculpe...desculpe...desculpe...desculpe...candidato... ele se refere a um caso referente a:... CDHU que o senhor pode perfeitamente responder... não se trata de ofensa mas de crítica política...o senhor falou em ladruf... eu não posso deixar de considerar...ofensa...
- L3 [eu não falei...()
- 385 L1 perdão o senhor citou...((gritos da plateia)) nós...o::o debate está sendo transmitido em tempo real pela internet eu lembro a vocês o endereço [www. redeband.com.br](http://www.redeband.com.br)...vamos a mais um intervalo e voltamos ao quarto bloco do debate...rede bandeirantes de radio e televisão...canal vinte e um...Jornal da Tarde...e Agência Estado...Band Eleições noventa e oito ((palmas e gritos da plateia))

Quarto bloco

- 390 L1 você está assistindo... ao primeiro debate do segundo turno... entre os candidatos ao governo do Estado de São Paulo... em uma promoção da Rede Bandeirantes de rádio e televisão... do Canal 21... do Jornal da Tarde... e da Agência Estado... nós estamos iniciando aqui o quarto bloco... e aqui os jornalistas voltam a fazer perguntas aos candidatos segundo... o tema que será sorteado ...agora... o candidato terá dois minutos para responder.. a pergunta do
- 395 jornalista... o outro terá direito de fazer um comentário de um minuto... e a palavra voltará ao candidato que respondeu para réplica... de um minuto... eu vou chamar agora o jornalista... Marcelo Parada da Rede Bandeirantes de rádio... pra fazer a pergunta sobre o tema que eu vou escolher aqui.... agora vamos lá... tema para o Marcelo Parada... fechar aqui... Marcelo... seu tema é... a- gri-cul-tu-ra.
- 400 L5 a pergunta é pra
- L1 [Marcelo
- L5 pois não
- L1 escolha um candidato por favor... e faça a pergunta
- 405 L5 a pergunta pro candidato Paulo Maluf.... numa entrevista concedida hoje a um jornal de São Paulo o ministro da reforma agrária Raul Jürgman... classificou o modelo de reforma agrária como esgotado.. e disse que os Estados terão... uma participação ativa esse processo...

a partir... do:: ano que vem... eu pergunto ao senhor qual é o seu projeto de reforma agrária e especificamente como o senhor pretende se relacionar com o movimento:: dos sem terra...

410 L2 eu quero...agradecer a pergunta... e dizer ao telespectador..... que eu vim pra cá... com quase.. dois milhões de votos na frente do candidato Mario Covas pra discutir...plano de governo ((mostrando uma apostila encadernada com o título plano de governo)) durante seis meses... mais de trezentos especialistas trabalharam comigo... professores pra fazer plano de governo... eu lamento...que o candidato Mario Covas...entrando na sua casa...baixe o nível do debate.. porque ele não quer discutir o governo dele... o governo dele é o governo que mais
415 cresceu...na insegurança... mais cresceu... na invasão de terras....mais cresceu... no desemprego...mais cresceu...na fila dos hospitais... e mais cresceu em número de pedágios... eu vou aqui manter...olimpicamente...a tranquilidade... tô dentro do seu lar... muito obrigado a você... e vou manter o nível alto de debate MESMO que o candidato Mario Covas queira baixar o nível... sobre o problema da reforma agrária... a reforma agrária... até que se descubra uma
420 outra maneira de resolver o problema fundiário no Brasil... ainda é... o melhor programa... pra gente poder assentar as pessoas.. mas a reforma agrária tem que ser feita... com respeito ao direito de propriedade...com respeito àqueles que têm propriedades produtivas há dez vinte trinta quarenta ou cinquenta anos... e que não pode de uma maneira pra outra.. ser sobressaltados... por invasão de terras...veja que no pontal do Paranapanema...onde houveram
425 infelizmente as piores confusões...o Paulo Maluf ganhou em todas as urnas... com maioria absoluta... no primeiro turno... então... a minha reforma agrária será cristã... não vamos permitir invasão de terra.. quem quiser plantar.. vai ter terra pra plantar... vamos dar... energia elétrica e irrigação...vamos financiar.. vamos fazer a carteira agrícola da Caixa Econômica Estadual enfim... reforma agrária... agricultura.. álcool.. açúcar... laranja... serão prioridades no
430 meu governo.

[
L1 tempo esgotado

L1 tempo esgotado candidato Mario Covas... um minuto para o comentário

L3 primeira questão... que eu quero desmistificar. no meu governo pegando() uma crise
435 extraordinária...duas delas importadas...a primeira delas no Sudeste Asiático...agora da Rússia o o:: e além disso... uma mudança estrutural na economia mundial... o desemprego aumentou e continua aumentando... a média de mil novecentos e noventa e cinco era cinco...dezessete / cinco vírgula dezessete... hoje é oito vírgula setenta e nove significa uma variação de setenta por cento... aumentou o desemprego em setenta por cento... quando o governador Maluf era governador... ((lendo um papel)) entre mil novecentos e setenta e nove e mil novecentos e
440 oitenta e três... o desemprego cresceu de três vírgula vinte e quatro para sete vírgula zero três ... ou seja aumentou cento e dez-e-se-te por cento numa época em que se tinha facilidades... eu assentei... dois mil oitocentos e oitenta e sete famílias até hoje.. é o dobro do que os quatro últimos governos assentaram... e.. o infinito de vezes que o Maluf assentou porque ele não assentou nem – uma- família.

445 L1 tempo... esgotado candidato um minuto para a sua réplica... candidato Maluf

L2 o candidato Mario Covas quer confundir as pessoas...eu fui governador... há dezesseis anos((risos e gritos da plateia)) ele quer/ ele quer discutir o meu governo

L1 peço à plateia que não se manifeste...

L2 o meu governo foi bem avaliado porque depois do meu governo... fui o deputado federal
450 mais votado da história política desse país com quase setecentos mil votos ((manifestações da plateia))

L1 por favor plateia

L2 fui prefeito bem avaliado... eu quero discutir ((falando alto)) é o governo dele... ele
 455 assentou duas mil e poucas pessoas.. e afugentou dezenas de milhares do Pontal do
 Paranapanema...dezenas de milhares do Pontal do Paranapanema...pela insegurança que ele
 deixou no Pontal do Paranapanema...nós vamos fazer uma reforma agrária cristã sim...vamos
 proteger a agricultura em geral...vamos proteger o álcool...o açúcar... a laranja... o algodão...
 todos aqueles que quiserem plantar aqui em São Paulo terão o apoio do governo... terão apoio
 da Caixa Econômica através da sua carteira agrícola... terão apoio em especial... tenho
 460 certeza.. do Governo Federal

L1 bom eu vou chamar agora o jornalista Fernando Mitri...

L3 ((não compreendido))

L1 não... a réplica é dele...a réplica é dele...um minuto ((risos da plateia))...um minuto
 465 candidato....o senhor...a pergunta foi feita a...a pergunta foi feita pelo pelo jornalista Marcelo
 Parada...
 L3 ((tá certo?))

465 L1 Maluf respondeu...tá certo? tá ok...eh::... então vamos em frente((risos da plateia)) eu vou
 chamar agora ...o:: jornalista Fernando Mitri do Jornal da Tarde da Agência Estado pra fazer a
 pergunta ao candidato... Mario Covas sobre... o tema que eu vou sortear aqui agora...((pausa
 longa)) Mitri o seu assunto... com...na/na pergunta pro candidato Mario Covas é... segurança...
 por favor faça a pergunta ((a plateia vaia))

470 L6 candidato Covas...candidato Covas... os casos de assaltos e de furtos e de roubos de
 veículos vêm batendo recorde em São Paulo na região metropolitana... nos últimos dois
 meses...eh::...houve um crescimento de quase oito por cento... por exemplo em agosto.. dez
 mil novecentos e noventa e nove casos... no mês seguinte... onze mil cento e noventa e dois...
 mas há outros tipos de crimes que têm caído.. como por exemplo... o homicídio
 475 doloso...no entanto...o homicídio doloso tem caído nos furtos de ((incompreendido))têm
 aumentado...no entanto...no entanto... candidato.. eh:: o que parece crescer na cidade é a
 descrença... na polícia... há cada vez mais notícias e reportagens de vítimas que num/não
 acreditam mas não vão à polícia reclamar.... sabemos que existem...no Estado...cento e quinze
 mil policiais civis e militares... eu gostaria de saber quantos... desses... estão nas
 480 ruas... quantos desses estão nas ruas... e quantos estão em repartições... será que se não
 houvesse uma presença maior... de policiais... se houvesse uma presença maior de policiais na
 rua essa segurança não diminuiria e também a sensação de insegurança e a credibilidade da
 polícia não poderia aumentar?

L3 eh:: outro dia aqui num programa de televi/ de rádio aqui... alguém fez um desafio pra
 485 verificar se tinha... carros na rua... e a pessoa que saiu daqui percorreu a Vinte e Três de Maio
 e achou quatorze viaturas policiais... portanto a polícia está na rua... a polícia tá na rua
 primeiro porque hoje tem carro pra tar na rua.. segundo porque hoje tem os melhores salários
 da história.. e nós vamos comparar isso daqui a pouco... ((manifestações da plateia))

L1 por favor silêncio na plateia...

490 L3 os melhores da história...nunca... teve tão altos ainda na fase mais baixa... hoje...o soldado
 ganha oitocentos e trinta e dois reais aqui em São Paulo...classe inferior e...ganhava quando
 assumi.. trezentos e vinte e três... hoje...o policial tem seguro de vida NUnca seu tantos
 insumos pra a polícia como se deu agora... daqui a pouco nós vamos poder comparar o que se
 deu agora... com o que se deu... em outros governos... hoje...existe uma assistência real.. ao

- 495 policial... e uma assistência até psicológica ao policial... hoje... a polícia o único setor de funcionalismo que aumentou... no Estado... foi a Polícia Militar que tem hoje... nove mil funcionários a mais do que tinha quando eu assumi... aqui em São Paulo realmente tem cento e vinte mil policiais.. dá um policial pra cada duzentos e noventa e cinco habitantes...no Canadá... tem um policial pra cada quatrocentos habitantes... em Londres tem um policial pra
- 500 cada trezentos habitantes... portanto... todos os insumos dados pra polícia... e já agora... vinte e uma penitenciárias... vinte e uma penitenciárias... o que...significa vinte e uma mil vagas...é TAnto quanto se fez em cem anos aqui em São Paulo... vai permitir que a gente elimine... um fator de criminalidade que é a superlotação que hoje existe nos distritos... nas cadeias e nas penitenciárias... quando eu assumi... prendia-se duas mil pessoas por mês em flagrante
- 505 delito...
[
L1 tempo esgotado
[
L3 hoje prende-se quatro mil e quinhentos
[
L1 tempo esgotado

L3 eu vou fazer uma... uma solicitação...
- 510 L1 por favor...

L3 eu pediria que quando.. um de nós falássemos... as pessoas não ficassem falando na assembleia... é ruim...
[
L1 eu...
- L3 eh:: é é:::...
- [
- 515 L1 eu...reforço o seu pedido à plateia porque é impossível ouvir o que o candidato fala

L3 é aquela mal educação a que faz referência o candidato Paulo Maluf

L1 reforço seu apelo... agora o candidato Paulo Maluf tem um minuto pra comentar a resposta
- L2 meus amigos que estão nos ouvindo... é na segurança... onde a gente vê nitidamente...
520 que não basta... investir... é na segurança que precisa ter comando...é na segurança que você precisa comandar... o secretário da Segurança Pública...segurança se resolve com comando...com liderança sobre as pessoas... porque enfim...na teoria...o governador Mario Covas resolveu o problema da segurança ...comprou carros construiu prestígios ãhn:::... presídios... mas na prática o que se vê... uma população acuada e com medo...Diário
- 525 Popular da semana passada...metade dos paulistanos... foram assaltados ((mostrando o jornal))... polícia está falida... diz... o juiz... juiz Francisco José Bruno...violência bate recorde... chacinas crescem cento e cinquenta e seis por cento...delitos aumentam trimestre a trimestre... jornal Estado de São Paulo... polícia só apura dois e meio por cento e meio dos crimes

[
- 530 L1 tempo esgotado

L2 Você((apontando para a câmera)) que está me ouvindo sabe...

- L1 [tempo esgotado...
- L2 que não tem segurança nem na cidade de São Paulo...
- L1 [tempo esgotado
- 535 L2 nem nas grandes cidades do Estado de São Paulo nem nas grandes cidades de do Estado de São Paulo
- L1 [tempo esgotado...
- L1 o senhor tem um minuto para a réplica
- 540 L3 as pessoas que foram assaltadas((rindo)) não foram assaltadas...a metade...neste governo...vem de muito tempo...inclusive no seu... agora no seu tempo... a coisa era mais complicada... eu vou ter o que diz o jornal do SEU tempo de governo... “as viaturas que ((lendo)) existem estão em más condições...suas e quase sempre paradas na oficina... a insegurança ronda as ruas as praças as lojas e residências... para contralar/controlar essa escala de criminalidade a Polícia Militar dispõe de menos de mil viaturas”... eu já comprei...sete
- 545 mil...e em torno de cinquenta e cinco mil homens em todo o Estado... “outro dia... no bairro de São Matheus... paupérrimo bairro da zona leste da cidade dois soldados e um sargento... faziam patrulhamento a pé durante a ronda detiveram um homem portando cem gramas de maconha () a uma bicicleta...encaminharam a bicicleta ao distrito... a maconha pro Instituto Médico Legal... e o detido tiveram que levar de ônibus porque não tinham automóvel...
- 550 chegou uma ordem do alto comando... sem meio termo suspender toda instrução de tiros em todas a unidades em todos os batalhões... a munição precisa ser fracionada... os guardas tavam saindo à rua com cordas porque não tenha algema e o
- L1 [tempo esgotado
- 555 seu secretário da segurança DIsse... ao Estado e à sociedade... o único jeito((manifestações da plateia)) de vencer a violência... ((gritos da plateia))
- L1 tempo esgotado ((gritos da plateia))
- L1 eu vou garantir a palavra para ((incompreendido)) que ele conclua o raciocínio.. eu vou pedir aos senhores por favor que mantenham o NÍVEL desse debate... por favor...
- 560 L3 e o seu secretário da segurança declarou... o único jeito de vencer a violência é a população se armar... se há falência é essa... é a admissão do secretário que não é capaz de
- L1 [tempo esgotado.... tempo esgotado
- L3 [fazer nada.
- L1tempo esgotado... nós vamos a mais um intervalo... no próximo bloco candidato volta a perguntar pra candidato ((palmas da plateia)) Rede Bandeirantes de rádio e televisão... Canal 565 vinte e um... Jornal da Tarde e Agência Estado... Band eleições... noventa e oito...

Quinto bloco

- L1 você está assistindo ao primeiro debate do segundo turno entre os candidatos ao governo do Estado de São Paulo promovido pela Rede Bandeirantes de televisão...de rádio também...pelo Canal vinte e um...pelo Jornal da Tarde...e pela Agência... Estado... esse debate eu lembro está sendo transmitido em tempo real pela internet no endereço
- 570 www.redeband.com.br nesse quinto bloco os candidatos voltam a fazer perguntas...entre si... de acordo com o sorteio feito na presença dos assessores dos candidatos... o primeiro a fazer a pergunta agora é o candidato Paulo Maluf que terá trinta segundos para a pergunta dois minutos para a resposta do candidato Mario Covas... um para o comentário de Paulo Maluf e um para a réplica.. de Mario Covas.. candidato Paulo Maluf... por favor...trinta segundos
- 575 L2 como o telespectador que está em casa está vendo... minha pergunta é sempre...sobre... plano de governo... baixaria...é com o candidato Mario Covas eu pergunto... Mario Covas... como você explica.. que no seu governo... a tarifa do pedágio pra caminhões... aumentou cento e sete por cento acima da inflação... segundo a Folha de São Paulo de quatro dias atrás?
- L3 eu já lhe falei sobre isso uma vez ((ri)) olha...os preços do pedágio e a Folha diz
- 580 isso...aumentaram pelo cálculo da Folha em dois vírgula trinta e dois por cento.. se você fizer o cálculo pelo...dólar... e levar em conta a inflação do dólar...eles não chegaram a aumentar... nem isso...eles são menores do que no seu tempo...isso...é o valor... dos pedágios... a negociação feita... em torno... da:: concessão de estradas... foi feita com um documento que eu tenho aqui da situação dos transportadores de carga concordando com o pedágio... eu tenho
- 585 esse documento comigo... a associação dos transportadores de carga tá fazendo isso e por favor não me () evoque a articulação que o senhor tá fazendo em Sorocaba pra fazer uma paralisação lá de...de:...de:...caminhoneiros porque ainda sábado eu recebi uma homenagem dos caminhoneiros... eles não estão contra isso não... o senhor vai dar a ideia de que estão porque tá preparando um movimento pra acontecer... no começo da próxima semana... em
- 590 Sorocaba e eu sei por quem... mas na realidade... o que o senhor diz...não é verdadeiro... o senhor abriu uma estrada que aliás custou muito mais caro por quilômetro do que todas as outras que tem em São Paulo... a Rodovia dos Trabalhadores...e imediatamente pedagogou-a se no Estado tiver...outras estradas de qualidade igual ainda que feita a preço muito mais barato que o senhor faz elas têm que ter pedágio igual aquelas... isso até...quem não é engenheiro
- 595 entende... fora que eu não vejo... porque o senhor não vai entender isso... de qualquer maneira...eh::...como o senhor não paga mesmo...o pedágio não faz muita diferença pro senhor...
- L1 Paulo Maluf... por favor um minuto para o seu comentário ((manifestação da plateia)) eu peço à plateia mais uma vez que não se manifeste
- 600 L2 mais uma vez...o governador Mario Covas não responde... a Folha de São Paulo está aqui clara...esta tarifa já havia subido...((lendo)) no período de oitenta e sete... a noventa e um.. e no governo Mario Covas saltou mais... cento e sete por cento... ele insiste em querer comparar meu governo de dezesseis anos atrás...eu quero comparar o seu governo... e por falar em Sorocaba...eu fui pra Sorocaba outro dia...Sorocaba pagava...entendeu...uma tarifa pela
- 605 Castelo Branco... tão fazendo agora... o segundo pedágio.. num entroncamento com Itu... e o terceiro pedágio na Castelinho... então Sorocaba que você se referiu não subiu cento e sete por cento só... subiu cento e sete por cento mais... três vezes... três vezes o pedágio que tá sendo construído... eu pergunto a você Mario Covas se ainda esse dinheiro... fosse...pra obras sociais do Estado...mas você reconhece... que você tá dando esses recursos... pras empresas
- 610 empreiteiras do Estado... eu quero dizer o seguinte.. é Justo você construir cento e dezessete pedágios a mais no Estado de São Paulo?... não acho justo... e vou rever esse problema... (...)
- L1 candidato... tempo esgotado...

L2 como governador... vou rever esse problema do pedágio...

L1 tempo esgotado... um minuto pra sua réplica

- 615 L3 não vamo falar de vantagem pra empreiteira ((rindo)) Maluf ((risos da plateia)) não vamo falar isso que esse assunto é... é tabu... e fica covardia se a gente falar nesse assunto... vamo falar... o seguinte... o que você não conta... é que...a Raposo Tavares tá sendo duplicada...o que você não conta. é que estão fazendo duas marginais na Castelo Branco... que vão...até Alphaville... o que você não conta... é que com estas... concessões...são...nos próximos quatro
- 620 anos vão ser investidos em estradas.. cinco bilhões de reais... sem que o Estado seja obrigado a colocar um... centavo... pra colocar na área social onde você nunca fez investimento... eu quero comparar governo com governo se você quiser comparar governo da Prefeitura também comparo... quando eu tive na prefeitura e nós vamo ver quem é que fez mais na área social... vamo ver quem é que fez túnel... como o Ayrton Sena ao preço da Fer-não Di-as... que tem
- 625 quinhentos quilômetros... daqui até Belo Horizonte. custou ((rindo)) a mesma coisa que o túnel da Fernão Dias...

L1 tempo esgotado candidato Mario Covas... nós vamos agora a série seguinte em que a vez agora é... do candidato Mario Covas fazer a sua pergunta em trinta segundos... por favor candidato...

- 630 L3 olha na primeira pergunta eu lhe perguntei a respeito do que os outros pensavam do senhor ...agora eu vou tomar os seus pensamentos...na campanha de noventa o senhor disse.. ((lendo)) “não existe professora mal paga... existe professora mal casada”...quando o Celso Pitta foi prefeito o senhor disse... “preto também pode ser um bom prefeito”... há duas semanas numa entrevista da Folha o senhor disse que é favorável ao aborto em alguns casos e afirmou “já
- 635 imaginou saber que seu filho vai ficar cego até os oitenta anos?”... na campanha de oitenta e cinco na Faculdade de Ciências Médicas o senhor disse “tá com apetite social...tá bom.. estupra... mas não mata”...

L1 tempo...

L3 o senhor... repete essas... essas...ainda pensa dessa maneira?

- 640 L1 dois minutos ...

- L2 em primeiro lugar... o candidato Mario Covas... não respondeu porque subiu o pedágio cento e sete por cento... ((risos e palmas da plateia)) em segundo lugar...segundo lugar...ele disse na pergunta sobre segurança... que metade dos paulistanos foram assaltados em todos os governos...não é verdade...Diário Popular...do domingo passado... “o dissabor de ser
- 645 assaltado... já foi sentido por metade dos paulistanos pelo menos uma vez na vida nos últimos quatro anos” e se você que está dentro de casa...acha... que você tem segurança pra andar nas ruas...se você acha que tem segurança...você...dê uma voltinha no quarto...você sabe que não tem segurança nenhuma porque falta comando do governador...junto...à Polícia Militar junto à Polícia Civil e junto ao secretário da segurança pública...sobre...a:: sua afirmação que
- 650 eu disse que professora não... ganha mal é mal casada é mentirosa... absoluta mentirosa... eu eu te repito a que você traga uma gravação minha tenho falado com a minha voz... é uma absoluta mentira quanto a isso... segundo lugar... quanto ao aborto... a legislação é que regula isso... inclusive recentemente...o próprio PAZ com autorização judicial fez...infelizmente...o aborto naquela menina de dez anos... que foi estuprada com a autorização judicial e foi feita no
- 655 hospital da prefeitura com o secretário da saúde doutor Alberto doutor Pagura... quanto ao problema estupra mas não mata eu sou um cristão... eu tenho... quatro filhos duas noras e duas filhas...tenho sete netas...o que eu disse muito claro é o seguinte...estuprar... é um

crime...odiondo hediondo...e matar...inclusive... seria o caso o caso do maníaco sexual...de você ter prisão perpétua...isto é o problema que tem que ser discutido...que você soltou o maníaco

660 sexual...depois da sua polícia...da primeira morte pra ele cometesse mais dez crimes estuprando e matando ((palmas da plateia)) isso...é um crime seu...

L1 terminada...terminada a manifestação candidato Mario Covas... um minuto para o seu comentário...peço silêncio à plateia por favor

L3 tá bom...isso aqui é um... é o fruto de uma discriminação odiosa... que aliás... é a arma
665 maior da ignorância... a primeira... contra a... mulher a segunda contra o negro... a terceira contra os.. portadores de deficiência...a quarta...é da sua própria lavra() mas já que o senhor não gostou dessas... eu vou falar de algumas outras... o senhor logo depois da eleição...do Pitta...fez uma declaração assim...se o/o presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador paulista Mario Covas deveriam renunciar se tivessem um pouquinho de humildade e vergonha na cara...veja...a sua atitude...naquele instante...vergonha na cara...falta vergonha
670 na cara...em seguida...seis meses depois...porque lhe interessava...lambe as botas...mas há uma outra...que os cristãos devem ficar escandalizados...o senhor disse no jornal está aqui no Globo... que o senhor é mais honesto que Jesus Cristo...((risos da plateia)) é uma coisa incompreensível isso... e outro dia o senhor disse na televisão... que o seu secretário deve ter
675 medo do senhor...sabe quem é que trata os outros com pavor e com medo? Hitler...

L1 tempo...

L3 Joseph Stalin...

L1 tempo esgotado candidato Mario Covas...um minuto para a sua réplica...

L2 vejam...vejam...vejam que eu tinha razão...((rindo)) o candidato Mario Covas se nega a
680 discutir plano de governo...eu trouxe plano de governo pra discutir aqui... ((mostrando uma apostila)) e ele vem... com algumas inverdades...com algumas inverdades...eu tenho grande amor.. pela raça negra...tanto é... Mario Covas que eu fui o primeiro.... prefeito... da cidade de São Paulo... que apoiou...como candidato a prefeito... um homem de cor... um homem afro ...tive muitas mulheres que trabalharam comigo...no meu governo... portanto se há
685 alguém nesse aspecto que não teme confronto Mario Covas...sou eu...segundo lugar Mario Covas...vamo elevar o nível do debate...vamo debater plano de governo...vamo debater o fato... ((palmas da plateia)) de que você...você..

L1 () por favor a manifestação...

L2 (...) você...((manifestações da plateia – palmas) em vinte e um governadores que foram
690 candidatos à rele/ à reeleição... você foi o vigésimo... primeiro...você foi o MAIS MAL VOTADO do Brasil...o mais mal avaliado...Mario Covas...

L1 [tempo esgotado...

L2 você já teve os seus quatro anos...vá pra casa...vá descansar...

L1 [tempo esgotado...

695 L2 me deixe...me deixa ser governador ()...

L1 [tempo esgotado

L1 tempo esgotado candidato Paulo Maluf... ((gritos e palmas da plateia)) peço... a:... plateia mais uma vez... para... não se manifestar... nós depois...POR FAVOR ((pedindo para que a plateia não se manifeste))...depois do intervalo...

700 L3 ((incompreendido))

L1 isso não está previsto governador...desculpe...não está previsto... pergunta...comentário... réplica...desculpe...

L3() tô querendo direito de resposta...por favor

L1 O senhor... o senhor está alegando que foi ofendido?

705 L3 lógico...lógico...

L1 Qual é a ofensa?

L3 lógico...

Membro da plateia: qual ofensa...mandou pra casa...isso é ofensa?

710 L1 AH::...por favor...por favor...por favor...por favor... isso não é...isso realmente não é ofensa... tá perfeitamente dentro dos padrões...de uma discussão política...vamos ao intervalo... quando voltamos...para o último bloco... rede Bandeirantes de rádio e televisão... canal vinte e um... Jornal da Tarde...e Agência Estado... Band eleições... noventa e oito...

Sexto bloco

715 L1 esse é o último bloco do debate... aqui cada candidato terá dois minutos para suas ... considerações ...finais de acordo com as regras definidas com as assessorias dos candidatos ... o primeiro a ter a palavra... é o candidato... Mario Covas... por favor doutor Mario ... dois minutos

720 L3 olha... eu quero começar agradecendo muito::...a audiência e a presença de vocês ... eu::...fui fui candi/ prefeito uma vez em São Paulo e quando sai... fui eleito senador, com sete milhões e oitocentos mil votos... nunca até hoje alguém alcançou essa votação... Nesta última eleição ... o senhor Paulo Maluf foi pro segundo turno... com a meNOR:: votação que alguém que já que alguém que já tenho ido pro segundo turno... Eu discuto o programa sim ... e discuto muito(...)

[
L3 exatamente

L1 (silêncio)... eu vou garantir a palavra ao candidato, peço que não se manifeste –

725 L3 eu quero discutir programa sim ... mas a Bandeirantes escolheu um tema...a bandeirantes botou quatro finalistas... exatamente pra tratar... sobre tema...sobre educação ...saúde ...segurança ... etc... mas eu acho que telespectador ((apontando para a câmera))
aquele que está nos (vindo) ... vai ver discussão de caráter... quer comparar os ca/candidatos que pretendem ser governador do ponto de vista do caráter de cada um...da história de cada
730 um...dos compromissos de cada um...do que cada um fez ao longo de sua vida política... outro dia... eu...de passagem vi em cima da minha mesa...uma imagem...do grande ato das diretas na Sé... peguei o Maluf e comecei a procurar... o Paulo Maluf naquele meio... ele não tava ...

- porque aquele ato era contra ele ... e contra todos aqueles que estavam do lado dele... aquele foi um ato de união... deste país...você... quer saber como nós nos comportamos
- 735 historicamente...quer saber o que nós somos como pessoas... quer saber que tipo de comproMisso a gente tem... que tipo de caráter e que antecedentes a gente tem... quer saber o que pensa um do outro... e quer saber o que os amigos de cada um pensam a respeito dele... eu quero agradecer muito a vocês...tô disposto a discutir programa a hora que for necessário... não temo...pode o candidato Paulo Maluf escolher o terreno que quiser...comparar o meu
- 740 governo com o governo dele como governador... em qualquer área que ele escolher... eu estou ... bem na frente... MAS MUITO na frente ...em qualquer área ... e nas sociais então...é...de...lavada ((palmas do auditório))

L1 candidato.... vamos para o candidato ... Paulo Maluf

- L2 eu agradeço...a audiência de você na sua casa... peço desculpas...se:: ...em algum
- 745 momento... eu tive que me exceder... porque eu vim aqui só...pra discutir plano de governo... e não pra abaixar o nível do debate... mas o mundo....é daqueles que acreditam o mundo é daqueles que lutam... o mundo... não é daqueles que se abatem facilmente ... eu creio muito nas palavras...do grande poeta brasileiro Gonçalves Dias... na sua canção do Tamoio que diz... “a vida é um combate... que aos fracos abate... e aos fortes e aos bravos só pode exaltar...”
- 730 quantas... eleições eu perdi...pra chegar até aqui... mas cheguei até aqui graças a Deus pra lutar por você... Sim eu agradeço o seu voto em noventa e dois pra prefeito...fui um bom prefeito da cidade de São Paulo... Quantas vezes... eu disse... e quantas vezes você viu... São Paulo mudou... São Paulo mudou graças a Deus não só pelas suas avenidas... pelos seus túneis avenidas pontes áreas verdes... mas São Paulo mudou... pelos seus projetos sociais que eu
- 735 implantei... o Paz... o Cingapura... o leve leite... e outros projetos... eu vim sim... pedir seu voto...e eu acredito... posso garantir a você... que com o seu voto... eu não vou lhe decepcionar... quero ser um bom ou senão o melhor governador que São Paulo já teve... eu amo esse estado... eu amo você ... eu amo tudo aquilo que eu realizei... ((comentários da plateia)) e se alguma vez... eu não soube... extravasar esse amor... eu quero que você me
- 740 desculpe... porque eu quero... de maneira plena... e de maneira ilimitada dizer... eu amo São Paulo muito obrigada ((palmas do auditório e gritos)).

L1 bom...por favor...((manifestações da plateia – L1 não consegue falar))

[
Plateia: ((gritos))

- L1 bom...vamos em frente...por favor...por favor...corte o som...corte o som()...corte o
- 745 SOM...EI...o som tá cortado? o som tá cortado?... manifestações...por favor...silêncio no plenário...o som está cortado...não adiantou nada...com esse debate...a rede Bandeirantes de rádio... e televisão...o canal vinte e um...o Jornal da Tarde...e a Agência Estado...esperam ter contribuído para que o eleitor... tenha conhecido melhor o seu candidato...durante o debate...vários espectadores se manifestaram por fax e também... através do endereço da Band
- 750 na internet...as mensagens serão passadas... às... assessorias dos dois candidatos...em nome dos promotores... eu agradeço a todos... apresento os candidatos aqui... candidato Mario Covas...candidato Paulo Maluf...e aos jornalistas José Paulo de Andrade da rede Bandeirantes de rádio e televisão... Celso Zucatelli do canal vinte e um...Marcelo Parada da rede Bandeirantes de rádio... e Fernando Mitri do Jornal da Tarde e da Agência Estado...
- 755 uma boa noite... a todos...e muito obrigado...Band eleições noventa e oito...